



# Revista Brasileira

---

FASE VII 🍁 OUTUBRO-NOVEMBRO-DEZEMBRO 2007 🍁 ANO XIII 🍁 N.º 53

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2007

DIRETORIA

Presidente: *Marcos Vinícios Vilaça*  
Secretário-Geral: *Cícero Sandroni*  
Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*  
Segundo-Secretário: *Domício Proença Filho*  
Diretor-Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto  
Venancio Filho, Alfredo Bosi,  
Ana Maria Machado, Antonio Carlos  
Secchin, Antonio Olinto, Ariano  
Suassuna, Arnaldo Niskier,  
Candido Mendes de Almeida,  
Carlos Heitor Cony, Carlos Nejar,  
Celso Lafer, Cícero Sandroni,  
Domício Proença Filho, Eduardo Portella,  
Evanildo Cavalcante Bechara, Evaristo de  
Moraes Filho, Pe. Fernando Bastos de  
Ávila, Helio Jaguaribe, Ivan Junqueira,  
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,  
João Ubaldino Ribeiro, José Murilo de  
Carvalho, José Mindlin, José Sarney,  
Lêdo Ivo, Lygia Fagundes Telles,  
Marco Maciel, Marcos Vinícios Vilaça,  
Moacyr Scliar, Murilo Melo Filho,  
Nélida Piñon, Nelson Pereira dos Santos,  
Paulo Coelho, Sábato Magaldi,  
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,  
Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Nejar, Arnaldo Niskier,  
Lêdo Ivo, Alfredo Bosi

PRODUÇÃO EDITORIAL

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

REVISÃO

Elvia Bezerra  
Luciano Rosa

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
Av. Presidente Wilson, 203 – 4<sup>o</sup> andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021  
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500  
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525  
Fax: (0xx21) 2220-6695  
E-mail: [publicacoes@academia.org.br](mailto:publicacoes@academia.org.br)  
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

## EDITORIAL

JOÃO DE SCANTIMBURGO Sonetos ingleses ..... 5

## CULTO DA IMORTALIDADE

ALBERTO VENANCIO FILHO Afrânio Peixoto ..... 7

MURILO MELO FILHO Oscar Dias Corrêa, o acadêmico, o ministro e o jurista ..... 37

AFONSO ARINOS, FILHO Joaquim Nabuco, acadêmico e diplomata. .... 45

EDUARDO PRADO: DUAS VISÕES

JOSÉ MURILO DE CARVALHO Eduardo Prado e a Polêmica do Iberismo  
e do Americanismo ..... 71

SERGIO PAULO ROUANET Eduardo Prado e a Modernidade ..... 88

ALEXEI BUENO Presença de José Lins do Rego ..... 111

## PROSA

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA Japão/Brasil ..... 113

LYGIA FAGUNDES TELLES Álvares de Azevedo ..... 117

ARNALDO NISKIER A cultura na ABL: Uma visão parcial ..... 123

MOACYR SCLiar Contos ..... 143

EVANILDO BECHARA A Língua Portuguesa na concepção dos fundadores da ABL.. 149

FREDERICO GOMES Da sombra da morte à luz da poesia: poeta do pensamento ... 157

JOAQUIM DE MONTEZUMA DE CARVALHO Os três sepulcros de Viriato e a sua  
ressurreição ..... 169

FRANCISCO MARINS Do berrante ao apito ..... 181

FERNANDO GUEDES Corporações e confrarias. .... 193

ÂNGELA MONTEZ O amor nos *Sonetos dos Amores Mortos*, de Rita Moutinho ..... 227

GILBERTO MENDONÇA TELES O sentido da criação poética nas *Odes*,  
de Miguel Torga ..... 235

J. BERNARDO CABRAL Doutrinas políticas contemporâneas ..... 249

NICOLÁS EXTREMERA TAPIAS Anchieta: criador de modelos literários para  
a evangelização ..... 265

## POESIA

LÊDO IVO Poemas ..... 309

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS Sonetos ingleses para Ruth ..... 315

SONIA SALES Poemas ..... 327

IZACYL GUIMARÃES FERREIRA Poemas. .... 331

GUILHERME DE ALMEIDA Poemas. .... 343

## GUARDADOS DA MEMÓRIA

AFRÂNIO PEIXOTO Mário de Alencar ..... 345

TRISTÃO DE ATHAÍDE Pressentimentos. .... 355



## Sonetos ingleses

JOÃO DE SCANTIMBURGO

**O** brilhante jurista, professor de Direito e ensaísta Ives Gandra da Silva Martins adota como poema sob forma de soneto o estilo inglês. Já lhe falei que o nosso estilo aqui é camoniano, é a tradição portuguesa e brasileira. Ponho aqui em destaque Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e outros. Seria penoso forçar a memória para citá-los.

Os sonetos são dirigidos a Ruth, sua amada esposa, em estilo que não é praticado no Brasil nem em Portugal. Trata-se, no entanto, de um estilo magnífico que representa a originalidade dos ingleses e os perpetua como cultores da memória num estilo típico de um país original como é a Inglaterra. Ives Gandra, sendo um bom poeta e dedicando os sonetos a sua esposa, eu os admito neste número da *Revista Brasileira* para dar aos poetas nacionais e estrangeiros aqui radicados a amostra do estilo inglês em fazer sonetos de amor. Sirvam-se os leitores desse festim de sonetos que se contrapõem somente na forma aos sonetos camonianos, de origem portuguesa.

O soneto é uma forma imortal de comunicar a sensibilidade poética em quatorze versos que são respeitados na língua de Camões e na língua de Shakespeare. Fiquem os leitores com essa colaboração, apoiados num grande poeta brasileiro que dedica os seus sonetos para sua esposa. Sinta, leitores, como, ao se fazerem poemas e sonetos ingleses, portugueses ou de outras nacionalidades, o amor sempre será o mesmo, basta saber como poetizar!

# Afrânio Peixoto

ALBERTO VENANCIO FILHO

*(Conferência pronunciada em 27 de março de 2007 na Academia Brasileira de Letras, no ciclo Presidentes da ABL)*

Ocupante da  
Cadeira 25  
na Academia  
Brasileira de Letras.

Ao me convidar para pronunciar esta conferência, o acadêmico Cícero Sandroni afirmou que eu seria a pessoa indicada. Confirmo esta assertiva sem falsa modéstia, porque conheço bem a vida e a obra de Afrânio Peixoto e convivi com ele na adolescência. Já publiquei um artigo na *Revista Brasileira* sobre ele. Em 1998 o Presidente Arnaldo Niskier convidou-me para escrever uma biografia de Afrânio Peixoto; impossibilitado de aceitar a incumbência, indiquei Fernando Salles que preparou o excelente estudo *A Babia de Afrânio Peixoto*. Fernando Salles, foi responsável por várias reedições de seus romances e organizador da Casa de Cultura na cidade natal de Lençóis.

A minha ligação é atávica, pois meu pai, Francisco Venancio Filho, foi um dos seus grandes amigos e sobre ele escreveu vários trabalhos. Saudou-o em 1944, quando da publicação das *Obras Literárias* em 25 volumes editadas pela Editora Jackson.

Uma referência cabe à sua viúva, de quem certa vez fui advogado. D. Chiquita, como era chamada, uma senhora de raras virtudes, fiel à memória do marido, tinha uma singularidade, era quase uma acadêmica honorária: além de esposa de acadêmico, era filha do acadêmico Alberto de Faria, irmã do acadêmico Otávio de Faria, e cunhada do acadêmico Alceu Amoroso Lima.

Não poderia iniciar esta conferência sem prestar homenagem ao meu grande amigo e saudoso confrade Josué Montello, grande amigo de Afrânio Peixoto. Mal chegado ao Rio, foi convidado para escrever o perfil biográfico de Gonçalves Dias para a Coleção Afrânio Peixoto e participou na Academia das comemorações do centenário de Machado de Assis. Josué Montello convidou-o certa vez para ministrar uma aula no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional por ele dirigido, mas Afrânio não pôde aceitar o convite. Em carta de 11 de maio de 1944 se escusaria:

“Meu querido amigo, mas não é possível. Como agora estudar outra coisa, me obrigaria a fazer coisa digna, e então onerosa, e então fazendo parar a máquina, ‘moinho de sal’ da bondade de Humberto de Campos. Amigo, compreenda a lástima.”

No diário de Josué Montello há várias referências desse convívio, e de sua personalidade o amigo traçou o perfil exato:

“Para quem teve o privilégio de conhecê-lo, como eu o conheci, em longo convívio, quase dia a dia, houve dois Afrânios: um que se transferiu para seus livros; outro, que não se separou do próprio Afrânio, e que o acompanhava aos salões, aos encontros de rua, às conferências e às salas de aula. O segundo, sem dúvida alguma, era maior que o primeiro. Porque os livros não conseguiam captar e guardar todo o fulgor da inteligência do mestre baiano, que dava de si, com todo o brilho, no improvisado de uma palestra ou de uma conversa.

Baixo, cabeça grande, uns restos de cabelos grisalhos que penteava com um pente pequenino que a mão esquerda segurava, não tinha ele a voz harmoniosa nem falava alto. Mas ao falar impunha silêncio repentino. A frase curta como que se alongava nas pausas intencionais a que o olhar muito vivo comunicava o matiz de uma intenção maliciosa ou terna, e nisso estava o seu poder de comunicação. Nessas ocasiões, sabia tudo, e sobre tudo dissertava, com a memória pronta, o comentário jovial na ponta da língua.”

Afrânio Peixoto nasceu em 17 de dezembro de 1876 na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina, e faleceu no Rio de Janeiro a 12 de janeiro de 1947, 71 anos de uma vida bem vivida. Aos nove anos a família se mudou para Canavieiras, e ali permaneceu até se transferir para Salvador, a fim de estudar medicina. Lençóis estava situada no distrito diamantífero do estado, e Canavieira na zona cacauceira, e nesses dois ambientes se situam os seus romances de caráter sertanejo.

Certo dia Juliano que se mudara para o Rio, escreve a Afrânio, convidando-o a fazer o mesmo e acrescentando que aqui a taba era maior e os caboclos, embora os mesmos, tinham mais afazeres, e, portanto, menos tempo de falar uns dos outros.

Como, entretanto, permanecer no Rio, ele, Afrânio, que não dispunha de recursos financeiros para enfrentar a situação? Encheu-se de coragem e procurou o Governador Severino Vieira, solicitando-lhe a interferência na pretensão de obter no Rio um dos cargos que seriam proximamente criados na Saúde Pública Federal. O Chefe do Executivo Baiano, ouvindo-o, objetou: “Farei o que você quiser, entretanto, ofereço-lhe qualquer outro lugar no Estado, de que precise, porque prefiro tê-lo aqui. Não é justo que a Bahia vá deixando partir aqueles que a podem bem servir.”

A despeito da ponderação, o governador entregou-lhe, no dia seguinte, uma sobrecarta, na qual Afrânio encontrou, surpreso, três mensagens, uma dirigida ao Presidente Campos Sales, outra ao Deputado J. J. Seabra, líder do Governo

na Câmara Federal, e a terceira ao Dr. Paula Guimarães, que dirigia a bancada baiana. E Afrânio consigna nas *Memórias*, ainda inéditas:

“Se eu mesmo escrevesse esses despachos, não os faria mais generosos. O governador dizia ao presidente da República que, deixando de ser seu ministro, ainda não lhe pedira um favor pessoal. Era agora ocasião, em favor de seu particular amigo que desejava uma nomeação de médico da Saúde Pública.

[...]

Ao chegar ao Rio, embora com o propósito de afastar as letras das suas preocupações e querer ser apenas médico, a curiosidade levou-o à Garnier. Ali sempre se encontrava Machado de Assis. Não era de relações fáceis. Somente Veríssimo, Oliveira Lima e Mário de Alencar o provocavam. Trazia sempre consigo um maço de jornais ingleses, creio que sabia notícias da terra pelo *Times*.

Um dia se animou a convidar-me:

– Vamos a Petrópolis?

Não refleti e disse-lhe imediatamente:

– Estou às suas ordens.

Levantou-se e eu também e, em vez de nos dirigirmos para a porta da rua, Machado tomou a dianteira e, indo ao fundo da casa, aí pediu que lhe abrissem a porta do fundo que dava para um pequeno pátio.

A tiragem que se fazia nesta vasta chaminé era tal, aberta a porta do fundo, que nenhum papel solto ficaria mais na livraria. Machado apenas deixara entreaberta a porta para mim e ele, ficou ali na corrente de ar, refrescando-se do calor. Estivemos assim calados os dois, até que achando-o bastante convocou-me:

– Se agora descêssemos a serra.

– Desçamos, acudi prontamente.

E Machado cerrou a porta, tornando à sua cadeira na livraria.”

Formado em Medicina, no ano seguinte publicava a tese “Epilepsia e Crime”, que teve grande repercussão no país e no estrangeiro, e seria reeditada no

ano seguinte com prefácio de Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Do primeiro tornou-se preparador de Medicina Legal, mas o ambiente na terra natal era limitado para ele.

Concorre à cátedra de Medicina Legal da Faculdade Nacional de Medicina, sendo vitorioso e sobrepujando dois docentes da escola. O concurso ganhou destaque, pois utilizou produtos que trouxera da Europa e eram desconhecidos da banca e da congregação.

Ao transferir-se para o Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto almejava realizar concurso para professor catedrático da Faculdade de Medicina, em virtude da próxima aposentadoria do professor Souza Lima. Na Bahia a cátedra era ocupada por Nina Rodrigues, que ainda era moço, mas veio a falecer aos 44 anos.

Para preparar-se para o concurso, realizou uma viagem de estudos à Europa, visitando centros médicos da Áustria e da França. Em Paris ocorreu um fato singular; tentou se inscrever no concurso do Instituto Pasteur, mas as inscrições já estavam encerradas. Procurou então o diretor professor Roux, que o levou pelo braço aos corredores do Instituto e parou diante de uma estátua.

– O senhor sabe que estátua é esta? É de Pedro II. Foi um dos primeiros a cooperar na criação do Instituto. Por isso, jamais um brasileiro não será acolhido.

Assim, deixando para traz dezenas de candidatos, foi admitido no curso no Instituto Pasteur.

Em sessão solene da Academia Nacional de Medicina em 1902, Afrânio leu relatório em que analisava os acontecimentos científicos do ano na presença do Presidente Afonso Pena, de ministros de Estado e de Machado de Assis. O orador descreveu a técnica da falsificação do leite, o que causou estranheza ao Presidente, pois assim estaria ensinando a fraude aos comerciantes desonestos.

Machado de Assis, ao contrário, achou graça no logro que a ciência sofria dos fraudadores e disse a Mário de Alencar:

– Um livro deste rapaz, com esta finura, poderia valer-lhe a Academia.

Afrânio Peixoto viajou em 1910 para a Europa e visitou em Nápoles Aluísio Azevedo, seu amigo e membro desta Casa. Comentaram sobre a sucessão

de Euclides da Cunha, ambos preferindo Almachio Diniz. Pouco tempo depois Aluísio recebia carta de Afrânio comunicando a candidatura. Ficou agastado por não ter Afrânio informado da iniciativa. Mas Afrânio também ignorava o fato; Mário de Alencar imprimira cartões com o seu nome, e neles sua letrinha fina pediu votos por ele, como mandava o regulamento.

Américo Jacobina Lacombe, meu grande amigo e ilustre membro desta Casa, relatou-me que comentara com Afrânio ter encontrado na casa de Rui Barbosa um cartão pedindo voto. Afrânio retrucou:

- Eu jamais pediria voto a Rui Barbosa com um cartão.
- E como pediria?
- Só de joelhos.

A própria carta de candidatura Mário de Alencar a escreveu, só mais tarde substituída por outra de seu punho. Quando chegou ao Rio, eleito, pensou em pedir-lhe que o recebesse, mas já achou por ele apalavrado Araripe Júnior, porque – dizia Mário – tendo benevolmente criticado a *Rosa Mística*, e sido por ele prefaciado o seu livro *Miss Kate*, teria a bondade e o entusiasmo de o receber.

Escreve Afrânio:

“Compreendi que necessitava de justificar a escolha da Academia, e fazer uma obra literária. Não quis reproduzir a aventura de Graça Aranha, que foi acadêmico apenas com o prefácio de um livro de Fausto Cardoso. Também eu havia prefaciado um livro de Araripe Júnior, o romance *Miss Kate*, mas não julgava bastante para a honra que me conferira. Tinha eu na Grécia percorrido o caminho que vai de Cheronea a Tebas e de Tebas pelo Parnaso acima até Delfos. Vira no aclave a encruzilhada no flanco do Parnaso, no caminho de Tebas, onde Édipo matara o pai. E o mito da Esfinge grega que as esfinges egípcias e a Tebas Luxor me recordavam aí foram sugestão bastante para um livro escrito em que pudesse transpor a realidade de todo dia, num símbolo para mim melhor representativo do que o do enigma proposto a Édipo pela Esfinge, no caminho de Tebas. A Esfinge seria a mulher decifrada ou não decifrada. Era a Esfinge.”

O eterno feminino foi na verdade o tema constante de seus romances. Almachio Diniz, que com ele competia, se dirige ao presidente da Academia impugnando a inscrição:

“Sabe o Sr. que não é candidato quem não se inscreveu dentro do prazo fixo e certo da inscrição, que, no caso, foi findo a 30 de outubro do ano p. passado, uma carta, manifestando clara e precisamente a sua vontade de ser acadêmico.

Ora, se Afrânio Peixoto não escreveu, como de fato, a carta aludida, não foi candidato.”

E conclui:

“Quero a sua valiosíssima atenção de caráter pujante e inquebrantável, diante de todas as heroicidades – não é lisonja porque não a sei tecer – para o escândalo que cometeria a Academia se sufragasse em maio próximo um nome que não foi candidato dentro dos termos do Regimento da Academia. A sua intervenção livrará a belíssima Instituição de uma derrocada moral lastimável. Creio na sua ação em benefício do renome da Academia.”

A impugnação não foi aceita e, em 15 de agosto de 1911, ao tomar posse na sucessão de Euclides da Cunha, data de sua morte, confessaria:

“Senhores, minha primeira ambição consciente foi esta: ser acadêmico. Na infância, as tendências de cada qual nos levam, sem modéstia nem jactância, aos postos mais humildes como às situações mais culminantes: à frente de um exército ou à boléia de um carro. Tive a meninice enfática. Passados alguns anos desse sonho, a Academia era realidade, e a vossa indulgência consagra hoje minha ambição de criança: vós me fizestes acadêmico.

Não me direi surpreso, como é de uso em todas as investiduras cobiçadas, porque pedi os vossos sufrágios, nem escondo o contentamento de os ter alcançado.”

E prosseguiria:

“A Academia Brasileira atravessa neste instante, de seus quatorze anos, aquele delicioso e encantado período da vida que um dos mais suaves líricos de nossa língua chamou de menina e moça.

E pensei que, se de uma pode ter a reflexão com que vos escolheu a todos vós, bons partidos do talento e da cultura, não recuou da sagrada leviandade da outra, buscando alguém sem glória e talvez sem esperanças, para o qual ela fosse, só e completamente, a grande consagração de uma vida por encher.”

O primeiro livro de ficção, *Rosa Mística*, foi publicado em 1900, impresso em Leipzig, cada capítulo com cor diferente. A autoria era de Júlio Afrânio, nome que jamais voltou a usar. Era drama em cinco atos, imbuído de simbolismo e de inspiração poética. Este simbolismo se revelava na dedicatória: “A Gabriele D’Annunzio, a Maurice Maeterlinck, e Eugênio de Castro, a trindade santíssima que eu adoro.” O livro nunca foi reeditado e o autor praticamente o rejeitou. Em exemplar existente na Biblioteca Lúcio de Mendonça consta à margem de uma das páginas do livro: “Incorrigível. Só o fogo. A.P. 1913.” Recentemente, o Governo da Bahia, para homenagear Afrânio Peixoto, deixou de lado numerosas obras e reeditou, de forma lamentável, obra abandonada pelo autor.

Alceu Amoroso Lima apontou três aspectos de sua personalidade: o homem científico, o homem de letras, o homem social, que não se apresentaram em três fases sucessivas, mas como aspectos concomitantes.

A sua obra se estende por todos os ramos, numa erudição que surpreende. E não se exerceria apenas nos grandes temas da cultura brasileira, mas ainda em aspectos de menor importância. Conta-se que Clado Ribeiro de Lessa publicou o *Vocabulário de Caça*, reunindo em volume numerosos verbetes coligidos durante anos. Afrânio Peixoto recebeu um exemplar, tempos depois o devolveu com numerosas anotações, com acréscimos, aditamentos e contribuições que sua cultura sugerira.

O comentário de Medeiros e Albuquerque é esclarecedor:

“Um crítico literário do século XXI poderá, sem esforço, demonstrar que o nome de Afrânio Peixoto não correspondeu jamais à determinada individualidade: era o pseudônimo de um grupo de homens de ciência e de letras. Na Inglaterra, a advocacia é exercida por firmas comerciais. Nessas firmas trabalham vários advogados, cada um com a sua especialidade; mas todos os contratos são feitos com a firma, que é quem distribui os trabalhos aos mais competentes. O clube literário e científico que funciona com o nome de Afrânio Peixoto fez, entre nós, uma coisa até certo ponto parecida. Esse pequeno mas admirável cenáculo tem publicado livros de poesia, ciência, literatura, sem nunca revelar quais os verdadeiros autores, dando a todos os nomes da firma: Afrânio Peixoto.”

Afrânio Peixoto escreveu romances, ensaios, contos, crônicas, peças teatrais, artigos de crítica, monografias e tratados, excelsendo na oratória acadêmica e parlamentar e na epistolografia. Foi historiador, memorialista, filólogo, estudioso do folclore, educador, sociólogo, moralista, higienista, psicólogo, psiquiatra, legista, discorrendo em páginas sobre todos os ramos do conhecimento.

A obra romanesca de Afrânio Peixoto se apresenta, na definição de Afrânio Coutinho, entre a cidade e o sertão, e seus romances podem ser classificados como urbanos e sertanejos. *A Esfinge* pertence ao primeiro grupo e teve um sucesso imediato com várias reedições. *A Esfinge* tratava da sociedade do Rio e de Petrópolis, e estava dividido em três ciclos, dos quais “Barro Branco” já é uma reminiscência da vida rural.

Após *A Esfinge*, entre os romances urbanos enquadram-se *As Razões do Coração* (1925) e *Uma Mulher Como as Outras* (1928).

Com algum tempo sem escrever, o editor Francisco Alves comentou que se falava que se esgotara no primeiro livro e estava aproveitando os louros do sucesso. Afrânio retrucou que tinha um livro, mas estava constrangido de enviá-lo ao editor. A informação não era correta, mas em três meses entregava *Maria Bonita*, o primeiro da série sertaneja.

No ciclo sertanejo após *Maria Bonita*, publicou ainda *Fruto do Mato* (1920), *Bugrinha* (1922), *Sinhazinha* (1929), mas *Maria Bonita* é considerada sua obra principal.

A crítica considera a fase sertaneja como a mais expressiva, e Luciana Stegagno Picchio falaria de uma “obra regionalista quase com faceirice numa produção novelística de feitura elegante e de horizontes limitados” e com a utilização de um material agreste de mulheres baianas, numa alencariana galeria de “perfis de mulher”.

Afrânio Peixoto foi Presidente desta Casa de 7 de dezembro de 1922, sucedendo a Carlos de Laet, até 20 de dezembro de 1923, substituído por Medeiros e Albuquerque. Seus méritos estão reconhecidos no busto que se encontra no Salão Nobre, juntamente com Machado de Assis e Austregésilo de Athayde.

Pode-se, entretanto, dizer que Afrânio foi um Presidente perpétuo. Antes e depois da Presidência apresentava livros, encaminhava propostas, recebia visitantes estrangeiros, prefaciava livros e representou a Academia em 1936 no tricentenário da Academia Francesa.

Com o encerramento em 1922 da Exposição Internacional do Centenário da Independência, para a qual a França construía um pavilhão especial, o Petit Trianon, no modelo do de Versailles, Afrânio Peixoto, em companhia de Graça Aranha, foi procurar o Embaixador Alexandre Conty, indagando da possibilidade de o prédio ser doado à Academia. Conty solicitou a preparação de uma nota para ser enviada ao Governo Francês. Conty teve uma atuação decisiva no encaminhamento do assunto e recebeu o título de sócio correspondente da Cadeira 20. Na Academia há poucos dados sobre Conty, que nasceu em 1864, era escritor, e dentre seus livros destaca-se *La Requête des Femmes*. Não há indicação sobre se era diplomata de carreira, mas pela idade tudo leva a crer que tenha ocupado outros postos, como seu antecessor Paul Claudel.

A partir daí todas as iniciativas foram de Afrânio. A nota dizia:

“Se a França se vai desfazer do seu pavilhão dessa festa da Exposição, em favor do Brasil, o fato importa pouco que seja em favor do governo brasileiro ou de uma instituição nacional. As obrigações porventura

impostas seriam, neste caso, mais rigorosamente cumpridas como menor ônus que um presente assim feito, pois, ao governo, este o teria de manter exclusivamente para o proveito da França, enquanto uma instituição brasileira, usufrutuária, estabelecida, o conservaria melhor e sem nenhum inconveniente. A Academia Brasileira seria esta instituição *à souhait*. Puramente intelectual, com a sua perenidade garantida pelos seus legados, é uma cópia reduzida da instituição francesa, genuinamente latina de cultura, que, a mais, ficaria doravante ligada à França, sua benfeitora, como inspiradora. Que mais rendosa propaganda teria a França ao tentar obter num país que os seus quarenta homens mais notáveis nas letras, nas ciências, no jornalismo, na política e na sociedade?

Para a Academia, esse ônus seria um adorno, uma festa freqüente, mais motivo de ser procurada e visitada, aí viveria, receberia, honraria a França — e a propaganda francesa seria de todos os intelectuais brasileiros a serem beneficiados. Seria, de imortal a imortais, um presente sempre presente na memória das gerações futuras... a melhor das propagandas.

Que mais rendosa propaganda teria a França a tentar ou obter num país do que a de seus quarenta homens mais notáveis, nas letras, nas ciências, no jornalismo, na política e no magistério?"

Quando das tratativas, era Presidente da República Epitácio Pessoa. Este não tinha apreço pela Academia por força de desavença com Pedro Lessa, seu figadal inimigo, eleito acadêmico e ambos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Empossado o Presidente Arthur Bernardes, Afrânio Peixoto foi procurá-lo com outros acadêmicos para pedir-lhe apoio. Respondeu o presidente que o assunto não era da alçada do governo, mas Afrânio Peixoto replicou que a aquisição importava em responsabilidades que a Academia não poderia aceitar. Se o governo não colaborasse, inclusive porque o terreno era próprio nacional, a Academia não teria como adquiri-lo. Então ele se manifestou favoravelmente.

Foi apresentado projeto no Conselho Municipal para cessão do terreno, mas o Prefeito Alaor Prata vetou o projeto. Afinal, conseguiu-se o apoio do

Ministro da Fazenda Sampaio Vidal, que encontrou a fórmula: o governo francês doaria o prédio para servir de sede para a Academia Brasileira.

Diz Afrânio:

– Devo dizer que Bernardes nada fez, e João Luiz Alves, seu ministro que se prontificara a fazer tudo, e graças a isso entrara na Academia, tampouco.

Agora, fato curioso: num sábado à tarde o ministro procurou Afrânio e disse que a escritura teria de ser lavrada impreterivelmente no dia seguinte antes das 10 horas. Com estranheza, apesar das dificuldades isto foi conseguido. Na tarde de domingo se sabia que se demitira o ministro da Fazenda.

Afirmou Afrânio: “Não tem a Academia na sua história uma demonstração de agrado maior que nos dera esse estadista.”

Essa situação só se regularizou com o Decreto-Lei 5.316, de 11 de março de 1943, que consolidou o domínio do prédio para a Academia Brasileira de Letras.

Afrânio Peixoto presidiu em 15 de dezembro de 1923 a última sessão realizada no Silogeu Brasileiro. Diria ele:

“Dias alegres e tristes! Aqui viemos ter, tendo enfim achado um pouso, e aqui vem ao nosso encontro a abundância. Começando pobres, não tínhamos lar, no escritório da *Revista Brasileira*, o n.º 31 da Travessa do Ouvidor, que também mudou e tem um nome estrangeiro, o de Sachet, irmanado na morte sob o céu de Paris a esse Augusto Severo que denomina nossa rua... passamos à rua da Quitanda n.º 47, hoje 57, onde no seu escritório de advogado nos acolheu o nosso Rodrigo Octavio...

Aqui nos surpreendeu o legado do benemérito livreiro Francisco Alves, que nos dá abundância e nos causa tanta injusta animosidade... Confesso-vos que tendo, no poder que me conferistes, experimentado muitas vezes o rancor e a cobiça que essa riqueza desperta, me tem várias vezes tornado ao juízo: há momentos em que temos o direito quase de pensar que o nosso Monthyon, o abnegado Francisco Alves, foi um malfeitor e quis matar a Academia...

Aqui nos veio a França oferecer um palácio maravilhoso cheio de alfaias, tapeçarias, porcelanas, quadros, bronzes de arte e preço, séculos e séculos, milhões e milhões, tantos, que desconfiados, na nossa humildade e modéstia, pensamos num presente de gregos, e recusamos, para só aceitar o contigente, essa jóia arquitetônica que vai ser o escritório da Academia.

Assim se mitiga a nossa saudade – mudamos de boa casa de empréstimo para nova casa – mudamos para bem perto de onde nos podemos ver sem fadiga. Se as coisas vêm e sentem, este solo, estas paredes, este teto saberão que não somos ingratos e lá adiante não os esqueceremos...”

No discurso de inauguração da nova sede, em 15 de dezembro de 1923, fruto de seus esforços, Afrânio Peixoto diria:

“A Academia, que assumiu o trato e a cultura da língua, é, ou tende a ser, o maior órgão dessa nossa tradição. A instabilidade ambiciosa e esperançada dos povos já impede em nosso tempo a impassibilidade política. A monarquia não chegou a viver aqui três quartos de século; a primeira Constituição teve logo um Ato adicional; a outra vai tendo sucessivas ameaças de reforma. Os Códigos, quando se não emendam nas sucessivas redações, como o Civil, são emendados constantemente nas aplicações da prática, como o Penal. Como a dos homens, há uma aposentadoria das leis, por invalidez. O Senado já não é vitalício, e a compulsória já vai chegando aos civis. Onde, no Brasil, uma instituição restrita e portanto aristocrática, vitalícia e imortal? Só a Academia Brasileira. Não me julgueis ambicioso nessa declaração.”

Posteriormente, surgiram dúvidas sobre a iniciativa, e Afrânio Peixoto dirigiu carta ao Embaixador Conty:

“Um dos meus desafetos e invejosos na Academia – diante de meus felizes esforços recebendo a dádiva magnífica da França, devido principalmente à sua generosidade, meu caro Conty, conseguindo ainda o terreno com o Governo Federal e os impostos com a municipalidade – declarou que o

Trianon tinha sido conseguido pelo Sr. Graça Aranha (aliás, estranho a essas intrigas). Perdoe, meu caro amigo, a minha franqueza, mas o Sr. precisava saber a verdade, que bem poderá ser histórica, e só uma pessoa a sabe, o doador. Perdoe-me ainda e creia no seu afetuoso amigo e admirador.”

Respondeu o Embaixador Conty de forma diplomática:

“Meu caro Presidente, em resposta à vossa recente carta, venho dar conhecimento das circunstâncias pelas quais decidi propor ao meu Governo a doação do Pavilhão de Honra da França à Academia Brasileira de Letras. O Senhor esteve no mês de outubro de 1922 acompanhado do Sr. Graça Aranha em meu escritório na Rua Paissandu e o senhor me declarou apoiado pelo seu confrade que a Academia Brasileira de Letras seria particularmente feliz de ser designada como donatária do Petit Trianon. Então pedi ao Senhor pessoalmente me fazer redigir uma pequena nota para expor este pedido e é a tradução deste documento que eu transmiti apoiando ao Ministro francês das Relações Exteriores.”

Na sessão de 25 de maio de 1933 diria:

“Hoje é dia de festa. Porque se cumpre o desejo do Brasil realizado pela Academia Brasileira de Letras, a publicação das *Cartas Jesuíticas*. Foi esta dívida do Brasil que a Academia acaba de pagar com estes volumes de suas publicações.”

O ponto alto da Coleção no setor de história foi a publicação das *Cartas Jesuíticas*, em três volumes, das *Cartas do Brasil* de Manuel da Nóbrega (1549-1660), as *Cartas Avulsas* (1550-1568) e das *Cartas (Informações, fragmentos inéditos e sermões do Padre José de Anchieta)* (1554-1594), freqüentes as notas e prefácios de Afrânio Peixoto.

Na sessão de 1926, respondendo a críticas feitas em sessão recente, se defendeu:

“Sou assíduo à Academia não só nos dias de glória, mas também e principalmente nos dias magros. Atestam-no os empregados desta Casa e até os presidentes dela que aqui vinham nesses dias, o Sr. Conde de Afonso Celso e o Sr. Medeiros e Albuquerque, meus preclaros amigos, com quem numerosas vezes tive feliz ensejo de encontro e não me deixarão sem o seu testemunho.

Aos serviços da Academia, não temo em declarar, desconheço quem seja aqui mais assíduo.”

As suas intervenções em Plenário eram às vezes pontuadas. Em sessão de 17 de fevereiro de 1927, sugerindo uma comemoração no centenário do Romantismo, considerado o ano do prefácio-manifesto de *Cromwell* de Victor Hugo, esclarecia: “pede vênha para tratar de um assunto literário, uma vez não fará costume.”

Criador da Coleção de Cultura Nacional, justamente chamada em 1931 Coleção Afrânio Peixoto, promoveu a edição de vários volumes importantes. No campo da Literatura, cabe destacar a *Prosopopéia* de Bento Teixeira, a *Música do Parnaso*, as *Obras* de Gregório de Matos, o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, o *Uruguai* de Basílio da Gama (edição comemorativa do segundo centenário), as *Poesias* de José Bonifácio, *Uma Página de Escola Realista*, drama de Castro Alves, a obra de Machado de Assis *Queda que as Mulheres Têm pelos Tolos*, *Os Túmulos* de Visconde de Pedra Branca e o *Florilégio da Poesia Brasileira*, de Varnhagen, em três volumes, edição anotada por Rodolfo Garcia.

Rodolfo Garcia relata que Afrânio Peixoto convidou Capistrano de Abreu para dirigir o setor de história da Coleção, mas este, estando absorvido com estudos da língua baicir, escusou o convite. Entretanto, organizou a lista de obras e indicou Eugênio de Castro e Rodolfo Garcia para comentá-las e anotá-las. Mas segundo ele “o vento soprou de um quadrante contrário à direção da Academia e varreu-se”, sendo poucos os livros editados.

O setor de biografia iniciou-se com o volume de Afrânio Peixoto sobre Castro Alves, seguido de Euclides da Cunha por Francisco Venancio Filho, Gonçalves Dias por Josué Montello e inúmeros outros.

O amor aos grandes vultos da literatura luso-brasileira levou-lhe à feitura de vários estudos consagrados a Camões, a Castro Alves e a Euclides da Cunha.

Data de 1914, na conferência então pronunciada na Biblioteca Nacional, a primeira manifestação de Afrânio Peixoto a respeito da figura de Castro Alves. Afrânio Peixoto devotou anos de pesquisa e de pacientes estudos em torno da reunião de toda sua obra poética. Desse trabalho resultou a edição das *Obras Completas* do cantor dos escravos, edição considerada a maior homenagem já prestada à memória do poeta.

Esse tema, que viria a ser uma constante, foi retomado em nova conferência, proferida em 1920, como preparação às comemorações do cinquentenário do Poeta, celebrado no ano seguinte.

Afirmando sempre que a melhor maneira de estudar um assunto era ensiná-lo, Afrânio Peixoto ministrou dezenas e dezenas de cursos sobre os mais variados assuntos. Destacamos os cursos para universitários norte-americanos, *Noções de História da Literatura Brasileira* e *Noções de História da Literatura Geral*.

Da fase científica, haveria de falar do grande mestre da Medicina Legal, da Higiene e da Criminologia, formador de gerações e gerações de discípulos. Professor na Faculdade de Direito, declarou um dos expoentes da Faculdade, o professor Demóstenes Madureira de Pinho: “aproximando-o do tipo ideal do professor de Direito, trazia Afrânio no seu temperamento e no seu caráter dois predicados fundamentais: a altivez ante o poder e a sua paixão da liberdade”.

Afrânio Peixoto passou a cultivar preferentemente as Letras. Mas a prova mais significativa de que as ciências lhe eram tão caras está no episódio ocorrido na Faculdade de Medicina, ao se jubilar em meio do ano letivo. Os alunos reagem ao ato publicado e obtêm das autoridades do ensino que o professor ultime o curso em andamento. Ele concorda e consigna no Livro de Ponto:

“Solicitado pelos alunos e pelo Diretório Acadêmico, com assentimento do senhor Diretor e de meu Substituto Assistente, torno, apesar de jubilado, a dar aula do curso de Higiene até o seu termo. É uma honra que me quiseram dispensar. Professor que dê aulas não é vulgar, alunos que as desejem, ainda menos; querê-las, de um velho mestre, no momento de seu bem ganhado repouso, é uma condecoração a que nenhuma, na vida escolar, se pode comparar. Fica exarada aqui a minha infinita gratidão.”

A segunda paixão cultural de Afrânio Peixoto foi Camões. Em 1922, quando dos 350 anos de publicação de *Os Lusíadas*, inicia a publicação de uma série de estudos focalizando os mais diversos ângulos do poema e do poeta, culminando com o *Dicionário dos Lusíadas*, em colaboração com Pedro Pinto. Tal foi a importância da contribuição dos estudos de Afrânio Peixoto à bibliografia camoniana que, no Quarto Centenário da Restauração Portuguesa, foi ele considerado em congressos internacionais, realizados no Brasil e em Portugal, como um dos maiores camonólogos do mundo.

A Euclides da Cunha consagrou três conferências: o discurso de posse “Euclides da Cunha: o homem e a obra”, “Euclides da Cunha: dom e arte do estilo”, conferência pronunciada por iniciativa do Grêmio Euclides da Cunha em 1919, e “O Outro Euclides, o que resta de *Os Sertões*”, conferência pronunciada em São José do Rio Pardo, em 1943.

Grande educador, além de professor universitário, foi Diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro, professor do Instituto de Educação e reitor da grande Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira.

Sobre os trabalhos no campo da educação, desejaria reproduzir as palavras de Francisco Venancio Filho:

“na multiplicidade dos aspectos que apresenta a personalidade de Afrânio Peixoto, o que domina é o de educador. No homem de letras como no de ciências, no higienista como no médico legista como no parlamentar, no ensaísta como no professor, no homem de sociedade como no amigo, Afrânio

Peixoto é antes de tudo o educador. Educou-se para educar, e ninguém no seu tempo o excedeu nesse nobre mister. Aos trabalhos sobre a educação que escreveu, cite-se o primoroso ensaio *Ensinar a Ensinar*, e uma história do nosso país que é *Minha Terra e Minha Gente*.”

Afonso Pena Júnior, ao sucedê-lo nesta Casa, vinculou a obra de educador às atividades da Instituição:

“Estou certo de que é, ainda, como posto educativo que Afrânio recebe em 1910 sua entrada para a Academia. Esta, para ele, é posto cultural em que trabalha pela cultura do Brasil. É ele, durante largos anos, o ‘acadêmico para quem a Academia é o número um de suas preocupações’. Inicia a magnífica Biblioteca da Cultura Nacional, inestimável serviço aos brasileiros, a quem a justiça da Academia chamou a Coleção Afrânio Peixoto, na qual não há livro que não traga proêmios ou nota de Afrânio.

Era conversador incomparável e comumente se defrontava com Tasso Fragoso nos serões da Biblioteca Nacional. Quando um se assenhorava da palavra, o outro ficava aguardando ocasião para reavê-la. E que luta para Tasso Fragoso quando Afrânio lhe tomava a dianteira!

Uma ocasião, Afrânio falava havia quase uma hora – enquanto Tasso Fragoso permanecia em silêncio, desenvolvendo caladamente seu raciocínio estratégico para calar o seu rival. E Afrânio continuava a falar. A certa altura, verificando que nenhuma oportunidade lhe podia aparecer para repossar-se da direção da conversa, Tasso Fragoso levantou-se, segurou Afrânio pelos ombros e disse com argumento de sua cabeça branca:

– Agora falo eu que sou mais velho!”

Procurou sempre afastar-se da política. Ainda na juventude, convivendo com grandes amigos – Miguel Calmon, Carlos Peixoto, James Darci e Eloi de Souza –, foi um dos participantes do “Jardim de Infância”.

Caso fosse vitorioso o movimento com a eleição de João Pinheiro para presidente da República, iria ocupar a pasta da Educação e Saúde Pública, a ser

criada. No fim da vida seria lembrado para ministro da Educação e Saúde Pública no primeiro governo após a redemocratização. Só um apelo, em 1926, o faria aceitar a cadeira de deputado pelo Estado da Bahia, por insistência do amigo Góes Calmon, então governador do Estado. Os trabalhos realizados no Congresso, como o projeto de assistência aos insanos e a lei de acidentes de trabalho, constam de volume a que deu, com o sabor literário, o título de *Marta e Maria*, dizia ele para não interessar os políticos.

Na expressão de Levi Carneiro:

“Um traço marcante de sua personalidade repontava nas atitudes: o entusiasmo com que encorajava e exaltava as pretensões literárias mais medíocres, todas as iniciativas de índole intelectual, todos os cometimentos artísticos, todos os que se dedicavam a alguma obra do espírito, ainda que mal ou deficientemente. Ninguém o excedia na arte difícilíssima de agradecer livros oferecidos por autores mais ou menos obscuros. No cartão endereçado a cada autor, havia conceitos deliciosos – e também havia, sempre, um incitamento, um estímulo cordial, o prenúncio de grandes vitórias definitivas, que ele derramou por todo o Brasil. Ninguém terá prefaciado maior número de obras, de méritos variáveis, sabendo exarar nas páginas de cada uma as palavras mais adequadas de louvor. Quando pressentia a inclinação para a Academia, não vacilava: ‘A Academia o espera!’”

Outra grande tarefa de Afrânio na Academia foi a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa*. Os fundadores da Academia não cogitaram inicialmente de fazer um dicionário da língua e, em 1910, Mário de Alencar propôs que se desse início ao trabalho de lexicografia, que constaria primeiro de um dicionário de brasileirismos e mais tarde de um dicionário da língua, mas as iniciativas não prosperaram. Em 1924, Laudelino Freire ofereceu um plano e foram nomeados cinco acadêmicos para formar a comissão organizadora, assessorada por um técnico, o Professor Dalton Santos. Também essa ação não teve seguimento.

Em 1940, Afrânio Peixoto retoma a iniciativa na sessão de 4 de abril e propõe condições para contratação de um técnico e filólogo, o Professor Antenor Nascentes, com uma despesa total de 60 contos de réis, declarando que, caso a obra não fosse aceita pela Academia, a importância seria restituída. Na sessão seguinte, a pedido do presidente, apresenta o plano do Dicionário da Academia Brasileira de Letras nas condições mencionadas anteriormente, com a declaração expressa:

“Aliás, ficará também declarado que, se a Academia, feito o dicionário, se desinteressar dessa obra, a quantia gasta ser-lhe-á restituída.

Finalmente, está claro, mas não é inoportuno agora e sempre declarar que o signatário, acadêmico que é, assume essa responsabilidade sem nenhuma vantagem material: presta apenas o serviço devido.”

Em 12 de novembro de 1943 Antenor Nascentes encaminha a Afrânio Peixoto o Dicionário, declarando:

“Qualquer que seja o destino que essa ilustre Corporação lhe der, nada poderá privar o autor de haver sido escolhido e da oportunidade de executar tal obra, de outro modo talvez não o fizesse.”

E concluiria:

“Só me resta agradecer-lhe, Doutor Afrânio Peixoto, a confiança que depositou em minha humilde pessoa, quando lembrou meu nome para técnico do trabalho.”

Em 1940, é publicado o livro de Fernando Neves, pseudônimo de Fernando Nery, secretário da Casa, *Academia Brasileira – Notas e Documentos para Sua História, 1896-1940*, com prefácio de Afrânio Peixoto.

O prefácio explicava:

“Dissera, no fim de sua vida, Paul Bourget, diante da subversão do mundo, que três colunas morais ainda sustentavam a Europa: o Vaticano, a Câmara dos Lordes e a Academia Francesa...”

E analisava a evolução das academias, especialmente da Academia Brasileira:

“Não agradará a todos a verdade, sempre reservada para os pósteros, por isso mesmo menos verdadeira, pois já não admite a contradita. Um livro honesto não deve temê-la. A Academia, modelo, também moral, para afeiçoar-se, deve-se considerá-la a própria consciência, verdade penitente.”

As expressões de Afrânio Peixoto eram premonitórias, pois o livro provocou polêmica. Alguns acadêmicos contestaram afirmações do prefácio e do texto, e a distribuição do livro foi suspensa.” No volume *Indes* escreveu um *post scriptum* sobre o livro supresso:

“Tal livro foi supresso. Tentou-se mesmo incendiá-lo. Esconderam-no. Como matar um livro?”

E concluía:

“Nenhuma data, nome ou fato contestado... Dizem que, por narrar eleições acadêmicas, acadêmicos eleitos na segunda, terceira ou quarta vez, candidatos que se acharam privados do *coup de foudre* da paixão pela Academia, foram lembrados no livro ao público... Mas o livro terá segunda edição, quando a vaidade não for mais... ‘contemporânea’.”

Em agosto de 1944 a Editora Jackson publica 25 volumes da *Obra Literária de Afrânio Peixoto*, ficando de fora do gênero não-literário certamente outros tantos volumes. No lançamento dessa Coleção, realizada no terraço da Associação Brasileira de Imprensa, concluiria Francisco Venancio Filho, seu grande amigo, depois de analisar os livros da Coleção:

“Depois de ler-se esta obra toda, o último volume permite uma revisão de idéias, de sentimentos, de cultura com que se retorna do périplo silencioso. E volta-se reconhecido ao autor pelas horas, pelos dias de repouso em recanto espiritual que lhe ficou devendo. E aos privilegiados que têm a fortuna de sua amizade, sobre a gratidão esta pequenina alegria impura: que pena nos faz quem não gosta de Afrânio.”

Outro tema curioso se refere à adoção da expressão polêmica “literatura sorriso da sociedade”. No livro *Panorama da Literatura Brasileira*, de 1940, Afrânio Peixoto escrevia:

“A Literatura é como o sorriso da sociedade. Quanto ela é feliz, a sociedade, o espírito se lhe compraz nas artes e, na Arte literária, com ficção e poesia, as mais graciosas expressões da imaginação. Se há apreensão ou sofrimento, o espírito se concentra, grave, preocupado, e, então, história, ensaios morais e científicos, sociológicos e políticos são-lhe a preferência imposta, pela utilidade imediata. A literatura de um povo não denuncia apenas sua sensibilidade e sua inteligência, senão suas condições de vida, feliz ou apreensiva, ou sofredora, sofrimento moral, político, econômico. Seria absurdo que a flor, na ponta do galho, não dependesse de raiz obscura, no seio profundo da terra...”

A afirmação causou polêmicas e controvérsias, até com ataques pessoais ao autor.

Dentre os que criticaram a definição de Afrânio, cumpre citar Osório Borba, que em artigo de jornal observou:

“A Literatura, portanto, são flores, acrósticos, gaiteirices, bombons dos tempos felizes. Dela estão excluídos os épicos, os satíricos, os inovadores, toda poesia social, todo pensamento em ação, Homero, Dante, Milton, Voltaire, Rousseau, aqueles pobres grandes russos (que tal o sorriso Gorki?), Poe, Zola, Castro Alves, Euclides da Cunha...”

Na crônica “A Graciosa Entrevista”, Genolino Amado, discordando também da definição, observa:

“Fico a pensar nos livros imensos, os maiores da inteligência humana, que surgiram em épocas de tumulto e angústia. Relembro o velho Montaigne a compor os seus ensaios imortais quando a França se esfaçalhava nas guerras de Religião. E Dante, envolvido nas terríveis lutas florentinas dos guelfos e dos gibelinos, a imaginar o seu incomparável poema. E Shakespeare, em plena agitação da Inglaterra de Elisabeth, a escrever as suas peças prodigiosas. E Goethe a meditar o *Fausto* em meio das invasões napoleônicas que talavam o solo germânico. E Chateaubriand, emergindo com a Revolução, para abrir caminho ao Romantismo. E os atormentados gênios russos do século XIX, de Puchkin a Dostoievski, de Gogol a Tolstói, homens que formaram a inspiração no quadro caótico da enorme pátria czarista, abalada pelas profundas crises populares que só teriam desfecho em 1917. Fossem todos esses e muitos outros esperar que o ambiente social se assentasse em felicidade serena, jamais teriam feito as grandes obras que lhes deram a glória. Mesmo quando procuraram alhear-se do frêmito político do seu tempo, a verdade é que daí ainda lhes veio a força criadora, pois foi a ardência da época, palpitando nas almas comuns, que transmitiu a essas almas excepcionais o calor de vida em que o gênio realiza as suas transfigurações maravilhosas.

Os romances de Jane Austen — guardadas as proporções — e as *Memórias de um Sargento de Milícias*. Os aspectos risonhos que a vida possa ter constituem também matéria de ficção. O que não se compreende não é o bom humor em literatura, e sim a convicção de que ela deve ser um sintoma do bom humor da sociedade.”

Mais tarde, entrevistado por Homero Senna, Afrânio ratificaria o argumento:

“Não tenho motivos para modificar minha definição de Literatura — re-truca sem pestanejar. A Literatura, ou as Belas-Artes puras, comparei-as ao sorriso da sociedade porque só nas épocas felizes a gente sorri. Nas de apreen-

são e tortura não há sorriso. O erro dos que, sem atentarem bem para ela, combateram e combatem minha definição está em que eles supõem que eu tenha dito ‘sorriso do homem’, quando o que eu escrevi foi ‘sorriso da sociedade’. Está claro que não poderia nunca dizer que a literatura é o sorriso do homem: primeiro porque esta, para mim, não existe, não passa de simples elo de uma cadeia infinita; e, segundo, porque não ignoro que toda grande obra é feita, como a gestação, na dor. Mas só um ambiente social tranqüilo e feliz permite o aparecimento de um livro notável. No tempo de Balzac, como havia abundância social, o autor de *Père Goriot* pôde dedicar-se a criar vida para gozo da sociedade. E só uma sociedade feliz aplaudiria Balzac. Das torturas de sua doença e de suas prisões na Sibéria, no cárcere e no hospital, Dostoievski, através de seus livros, saía de si para a sociedade que o admirava.”

E finalizando:

“Insisto que o equívoco está em imaginarem que eu tenha escrito que a Literatura é o sorriso do homem. Só um louco diria isto, pois, de acordo com semelhante conceito, apenas os soberanos, os ricos, os poderosos fariam Letras. E é sabido que estes, em geral, nada produzem que se aproveite. Uma raiz atormentada, no fundo da terra, desabrocha nas flores de um vergel. A arte é o sorriso da sociedade. Pouco importa que o artista, pessoalmente, sofra. ‘De minhas penas fiz canções aladas’, disse Henrique Heine, e a sociedade feliz, que o admirava, o aplaudiu. Agora, nem os ricos, os poderosos, os felizes conseguem realizar obra de arte, porque a sociedade sofredora não sorri... A literatura não pode vir da indiferença ou da preocupação.”

E em nova manifestação:

“As épocas de intensa produção literária foram os períodos de esperança, de tranqüilidade relativa, de abundância geral, que davam para o suntuário da Arte e

da Literatura. O tempo de Péricles, na Grécia; o de Augusto, em Roma; o Renascimento em toda a parte subcultura da Europa, com a imprensa, as navegações, a Reforma; o de Elisabeth, o de Luís XIV; o da Rainha Vitória... foram esses períodos, e a situação política e econômica do mundo os explica, literariamente. Quando sobreveio a ameaça macedônica; quando os bárbaros invadem o império, colaborando com os imperadores; quando há necessidade de repelir, também espiritualmente, a invasão muçulmana; quando a vitória, também, infiel aos velhos, trai o crepuscular Rei Sol; quando os Domínios começam a emancipar-se de Albion; quando o mundo pega fogo na mais espantosa das guerras... não há mais lugar para o suntuário, para a ficção, para a literatura pura... A literatura de agora é social, como foi a de Tácito, protestando; como foi a de Demóstenes, castigando; como a Escolástica, reensinando a crer e a pensar; como a do século XVIII, filósofo-enciclopédica, da *Aufklärung*; como a do começo do século XX, político-marxista... Oratória eleitoral, história tendenciosa, religião e conhecimento, divulgação científica, economia técnica... São valores imediatos... Estamos assistindo a um crepúsculo literário, a que se vai seguir ainda a noite. Desejamos curta noite de verão. Noite, porém, que se prolongará cheia apenas de preocupações pragmáticas, que tiram o sono, ou talvez traga algum sonho errante.”

Na crítica literária, Luciana Stegagno Picchio acha a “fórmula boa e sobretudo cômoda e pode ser acolhida, ainda que ampliada, porque jamais como então no primeiro vintênio do século no Brasil pré, durante e pós Grande Guerra soube a sociedade sorrir; e mesmo arremedar a própria imagem refletida no espaço mundano, ou franzir o cenho ante esta imagem reveladora de uma despreocupação imprudente mais do que impudente.”

Escrevendo mais tarde o livro *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*, Lúcia Miguel-Pereira deu a um dos capítulos o título de “Sorriso da Sociedade”, observando, a propósito do conceito:

“Historicamente, não se justifica a tese de Afrânio Peixoto: basta lembrar Cervantes prisioneiro de piratas, e Dostoiévski expiando na Si-

béria o crime de não se sujeitar ao absolutismo. E ainda menos se justificava em face da crítica literária, que tem visto o romance deixar cada vez mais de ser a narrativa de um caso para se tornar o estudo das condições de vida – no sentido mais amplo e dramático – do homem. Certo, ninguém negará que há também na obra literária um elemento de prazer, de deleite e até de repouso para o espírito; que um livro agradável, alegre, pode ser um grande livro.”

É curioso que em carta a Carlos Drummond de Andrade de 26 de julho de 1944 João Cabral aderiria ao conceito:

“Eu tenho a impressão que a solução mais geralmente indicada seria a compreensão da Literatura como ‘sorriso da sociedade’. Digo isso a você porque, estou certo, você não vai entendê-la como se eu achasse que a Literatura deva ser o agradável divertimento das chamadas camadas superiores da sociedade. Eu a uso no outro sentido, o de necessariamente a Literatura ser um veículo de alegria, saúde, não morbidez. Creio que a função mais importante da Literatura não é refletir a miséria que a gente está vendo e sim dar coragem a esses que se estão vendo na miséria.”

Em 1941 faleceu Silva Ramos, e alguns acadêmicos levantaram a candidatura do Presidente Getúlio Vargas. O Regimento exigia a apresentação de carta, o que seria impossível. Com a alteração, permitiu-se que dez acadêmicos pudessem propor um candidato. Na ata da eleição consta uma única abstenção, mas a crônica registra que quatro acadêmicos se abstiveram, entre eles Otávio Mangabeira, que era exilado, e Afrânio Peixoto, aposentado. Mas há indicação que teriam recebido punição como funcionários públicos Miguel Osório de Almeida e Hélio Lobo.

Depois da eleição de Getúlio Vargas, em 1941, Afrânio Peixoto deixou de comparecer com habitualidade às sessões, freqüentando a Biblioteca e o Arquivo. Se por acaso comparecia ao Plenário, tinha o cuidado de tirar da car-

teira um recorte de cartolina branca onde se achava escrita a palavra em caracteres gregos: Silêncio.

Definiu num dístico a sua vida e obra:

“Estudou e escreveu  
Nada mais lhe aconteceu.”

Sobre as críticas que lhe foram feitas por excessivo lusismo discorreu Afonso Pena Júnior:

“Na alma de Afrânio, dois antigos amores fundamentais: o amor a Portugal e o amor à Bahia, duas linhas convergentes em cujo vértice refulge o amor ao Brasil. Muito foi atacado, muito sofreu nos recessos do espírito, por conta desses dois amores. Seu amor a Portugal, Pátria de sua Pátria, significa apenas que ele amava o Brasil, mas não o Brasil do herbário ou museu, separado e esquecido de suas origens, e sim um Brasil sobre suas raízes, cada vez mais vivas e mais profundas. É por isto devoto de Portugal e dos jesuítas, raízes mestras da nossa cultura.”

Falecido em 12 de janeiro de 1947, João Neves da Fontoura falou no sepultamento, em nome da Academia. Grande orador, em brilhantes palavras traçou-lhe o perfil:

“Afrânio Peixoto, a Academia não te vem dizer adeus. Dos homens da tua linhagem mental ninguém se despede para sempre. Continuarás aqui dentro – pelo testemunho de teus livros, pela tua presença espiritual, pelos raios de luz que o teu engenho derramou sobre esta Casa.

De ti pode-se dizer, como o fez Machado de Assis ao pé da estátua de José de Alencar, corrigindo o desalento do autor de *O Guarani*: ‘nem tudo passa sobre a terra’.

[...]

Afrânio Peixoto, não é só a Academia que se cobre de luto com o teu desaparecimento; é toda a Literatura Brasileira; é a ciência médica, de que foste um dos mais consumados Mestres; é o Brasil e a língua que falam duas Pátrias irmãs.

Nesta Casa, no meio século de sua duração, foste um dos maiores, dos mais assíduos, dos mais amados e dos que mais amaram.

Se possuímos este palácio, dádiva generosa da França, a ela o devemos, mas também à tua tenacidade de negociador avisado. Um dia nos trouxeste o instrumento da liberalidade, a que somos perpetuamente agradecidos.

Durante longos anos não ocupaste uma cadeira. Dia por dia, escrevendo, falando, ensinando, aumentaste a substância dos títulos que a conquistaram; e a glória, que a tua pena ou a tua voz alcançaram, não a monopolizaste, como seria natural. Dividiste-a conosco; incorporaste-a ao patrimônio intelectual da Academia. Pertencias ao número daqueles que não embalsamam a fama à sombra dos primeiros louros, mas dão-lhe um esplendor crescente, adornando-a com novas flores e enriquecendo-a com novos frutos.

Nada escapou à curiosidade do teu espírito de privilegiado, que devassou com brilho inexcedível a Medicina, o Romance, a Poesia, a Crítica, a História, a Filosofia e os segredos da criação artística.

Contigo desaparece e ganha os contornos da imortalidade um dos líderes da geração predestinada, que emergiu das delícias do fim do século XIX e chegou quase à metade deste, sabendo conservar, entre o desequilíbrio da Revolução e da Guerra duas vezes desencadeada, o idealismo imarcescível da Bondade e da Beleza. Foste, talvez, a última expressão ardente e vigorosa do neo-romantismo brasileiro.

Sucumbes no ano em que vamos celebrar o centenário do nascimento de Castro Alves, patrono da tua Cadeira e patrono, sobretudo, do Brasil libertado da escravidão. Saberemos confundir, na mesma enternecida homenagem, o Poeta dos Escravos e aquele que melhor explicou e entendeu a sua glória condoreira.”

Concluo com uma nota pessoal.

No final da vida em 1944, três anos antes de sua morte, dedicou a jovem ginasiano, filho de um grande amigo, as *Obras Completas de Castro Alves*, com tocante dedicatória: “Alberto: Castro Alves mereceu a paixão de Euclides. Que eles lhe inspirem a paixão do Brasil ...”

Se pudéssemos resumir a vida de Afrânio Peixoto, poderíamos acrescentar que, além da paixão do Brasil, ele teve também a paixão da Academia.



# Oscar Dias Corrêa, o acadêmico, o ministro e o jurista

MURILO MELO FILHO

**N**ão é fácil escrever sobre os 84 anos de um homem tão completo como Oscar Dias Corrêa, consagrado nos três Poderes da República: no Legislativo, no Executivo e no Judiciário.

Começarei, então, escrevendo sobre o filho de Manoel Dias e de Maria da Fonseca, nascido no dia 1.º de fevereiro de 1921, em sua querida cidade de Itaúna, onde, aos 14 anos de idade, em 1935, já venciu um concurso de oratória, com discurso sobre “A Paz no Chaco”.

Ainda recentemente, ele era tão bairrista e tão ciumento com a sua cidade natal que costumava dizer o seguinte:

– Belo Horizonte está, agora, muito bem integrada na Região Metropolitana da Grande Itaúna.

Na juventude, foi o melhor seresteiro de sua cidade. E ele próprio recordava sempre:

– O namoro era tradicional. O rapaz levava dois anos para pegar na mão da moça. Pegar no braço só por descuido. E para outros “pegas”, era preciso, primeiro, casar.

Ocupante da  
Cadeira 20  
na Academia  
Brasileira de Letras.

Aquele triunfo no concurso de oratória já prenunciava o grande e incomparável orador que ele seria depois pela vida afora, com a vitória no Concurso Nacional de Monografias e no Concurso Nacional de Oratória, promovidos pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, mas antecipava igualmente o discípulo de Dante Alighieri, o pai da poesia italiana, o líder de Florença, o filósofo de *O Banquete*, o político de *A Monarquia* e sobretudo o autor da *Divina Comédia*, de *A Vida Nova* e de tantos outros sonetos amorosos, em homenagem à sua platinica paixão por Beatrice Portinari.

## ~ Aprendendo o italiano

Em 1940, com 19 anos, Oscar teve uma pleurisia, com infecção nos dois pulmões. Internou-se no Sanatório Belo Horizonte, durante três meses, após os quais recebeu alta e saiu curado, tendo aproveitado a internação para aprender italiano e ler as Obras Completas de Dante Alighieri.

A admiração pelo grande florentino levaria naturalmente o menino itau-nense a aproximar-se de Giacomino Leopardi e a saber de cor estrofes inteiras do Inferno, do Purgatório e do Paraíso dantianos, com 35 cantos em cada uma dessas três partes, onde Alighieri – nesta obra que é talvez a maior expressão do humanismo cristão medieval – descreve uma visão tida na Semana Santa, atravessa os nove círculos do Inferno e, no ápice da montanha, encontra Beatrice, que o conduz ao Paraíso.

Em 1944, depois do “Manifesto dos Mineiros”, um grupo de líderes mineiros resolveu solidarizar-se com José Américo de Almeida pela sua entrevista ao *Correio da Manhã*, que derrubou a censura à imprensa no Estado Novo. Pedro Aleixo procurou Oscar para pedir-lhe a assinatura nesse telegrama e ouviu dele a seguinte resposta:

– Dr. Pedro, vou assiná-lo, porque na prisão o senhor leva jeito de ser pelo menos um bom companheiro.

Recém-formado em Direito, Oscar abriu um escritório com Carlos Castelo Branco, em Belo Horizonte, na Av. Amazonas, situado justamente, por mera

coincidência, em cima da Casa do Chope. Certo dia, um possível cliente o consultou sobre qual era a especialidade do escritório, e Oscar respondeu:

– Meu amigo, quando você está começando a advogar, não tem esse luxo de especialidade. Tudo é clínica geral.

## ~ O combativo deputado

Escreverei em seguida sobre Oscar Dias Corrêa, o jovem e combativo deputado estadual da UDN, numa brava e violenta oposição ao então Governador Juscelino Kubitschek.

Certa tarde, chegou à Assembléia uma mensagem do Governador solicitando um empréstimo de 2 bilhões de cruzeiros, para construção de estradas.

A UDN resolveu obstruir a mensagem. Nessa obstrução, para ganhar tempo, Oscar lia na tribuna a *Arte de Furtar*, atribuída ao Padre Antônio Vieira, além de trechos da *Eneida*, de Virgílio; das *Epístolas*, de Horácio, e das *Catilinárias*, de Cícero. Até que, um dia, o orador bateu o seu próprio recorde: falou seis horas seguidas. E não ficou rouco.

## ~ O competente executivo

Devo escrever a seguir sobre Oscar, secretário do Governador Magalhães Pinto, que quis inicialmente nomeá-lo para a Segurança Pública:

– Você perdeu o juízo, Magalhães. Não aceito de jeito nenhum. O primeiro sujeito que aparecer morto na rua, vão dizer que fui eu quem mandou matá-lo.

Convidado para secretário de Educação, Oscar sugeriu ao governador:

– Bota aí, quinhentas escolas, logo no primeiro ano de governo.

– Você está louco, Oscar ?

– Estou louco, não, Magalhães. É que você não vai ganhar mesmo esta eleição. E papel aceita tudo. Então, bota aí: quinhentas escolas logo no primeiro ano de governo.

Aí começou a batalha dos quinhentos grupos escolares, com pré-moldados de ferro, quatro salas de aula para quarenta alunos em cada sala, num to-

tal de 160 alunos que, em três turmas diárias – manhã, tarde e noite –, se multiplicavam para 480 alunos em todos os quinhentos municípios mineiros. As prefeituras cediam as áreas, empresas e particulares doavam os terrenos, e a Secretaria de Educação construía os prédios, fornecia os móveis e nomeava as professoras. A verdade é que, no fim do primeiro ano, o secretário pôde procurar o governador e dizer-lhe:

– Eu não lhe disse, Magalhães? Olha aí as quinhentas escolas construídas e já em pleno funcionamento.

### ~ O parlamentar da “banda de música”

Falarei em seguida sobre Oscar, já deputado federal aqui no Rio, em 1956, com a sua “Banda de Música”, ao lado de Carlos Lacerda, Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Afonso Arinos, Prado Kelly e Odilon Braga, mais vigilante ainda no combate ao Presidente Juscelino.

Eles todos participaram talvez da mais brilhante fase da Democracia Brasileira – os dez anos entre 1950 e 1960 –, que eu testemunhei de perto, aqui no Palácio Tiradentes, com suas galerias repletas de manifestantes extasiados diante daquele exercício diário de grandes talentos oratórios.

Um clima de íntima confiança reinava então entre parlamentares e jornalistas, ali no plenário do Palácio Tiradentes. O Deputado Oscar Corrêa, em suas *Memórias Políticas*, relembra o seguinte:

– Carlos Castelo Branco e Murilo Melo Filho queriam apenas informações e frases. Um dia, eu pedi ao Murilo:

– Quando a frase for boa, você pode botar na minha boca. Quando ela for ruim, você bota na boca dos meus adversários.

### ~ O professor universitário

Comentarei agora o Oscar, Professor Catedrático de Economia Política e Emérito da Universidade do Rio de Janeiro, e que tinha com os estudantes um contato suave, mas rigoroso.

Certa vez, concedeu-lhes uma audiência e viu que, entre eles, havia duas moças. Estava sentado e se levantou:

– Perfeitamente, às ordens.

Aí um dos alunos se sentou.

Oscar disse:

– Levante-se. Se eu, que sou professor e diretor da Faculdade, me levantei, em respeito a duas senhoritas presentes, por que o senhor vai ficar sentado? Levante-se.

O estudante reagiu:

– Porque esse troço...

Aí não terminou a frase e foi interrompido por Oscar:

– Ou o senhor fala o nosso vernáculo direito, ou não teremos como nos entender.

## ~ O criterioso magistrado

Apresentarei agora o Oscar, ministro do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal, onde esteve durante sete anos, de 1982 a 1989, na sucessão de Clovis Ramalhete e na companhia de grandes magistrados, como Moreira Alves, Djaci Falcão, Rafael Mayer, Décio Miranda, Cordeiro Guerra e Célio Borja.

Numa mensagem, hoje mais atual do que nunca, dizia Oscar que

“um ministro do Supremo Tribunal Federal não deve depender de ninguém, porque tem de ser absolutamente livre e não pode estar sujeito a nenhuma outra peia, a não ser a peia da Constituição”.

E como se falasse agora aos ministros, seus sucessores, advertia Oscar:

– O Supremo não pode se meter em brigas, nem pode tomar partido, porque tem de ser sempre insuspeito para dar a decisão final.

## ~ O atuante ministro da Justiça

Sobre Oscar, já ministro da Justiça, em 1989, sabe-se que no seu discurso de posse fez apenas uma promessa: a de cumprir a lei.

Foi um escândalo danado. No dia seguinte, a manchete dos jornais era somente uma:

“O novo ministro da Justiça promete cumprir a lei.”

Oscar pensou consigo mesmo:

– Ou eu estou doido, ou muito doido deve estar todo mundo. Se eu dissesse que não ia cumprir a lei, ainda bem. Mas eu prometi justamente o contrário, isto é, que ia cumpri-la, e provoquei todo esse rebuliço.

Ficou horrorizado com o variegado elenco de problemas a cuidar, desde os direitos do consumidor, da mulher, da pessoa humana, dos penitenciários, do CADE, até as terras indígenas, a Polícia Federal, os passaportes, os refugiados e as fronteiras. Demitiu-se nove meses depois, divergindo da orientação econômico-financeira do seu colega, o então todo-poderoso Ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, espécie de clone do Guido Mantega de hoje.

## ~ O corajoso advogado

Poderia escrever ainda sobre Oscar advogado, mantendo a sua banca de advocacia como uma trincheira indômita e um *bunker* indormido na preservação do Direito e da Justiça, que foram sempre as duas grandes bandeiras de toda a sua vida, um advogado e um jurista na linha dos nossos confrades, os Acadêmicos Lúcio de Mendonça, Rodrigo Octavio, Rui Barbosa, João Luís Alves, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Lessa, Aníbal Freire, Pontes de Miranda, Cândido Motta, Clóvis Beviláqua, Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Raimundo Faoro.

Escreverei finalmente sobre o Oscar, escritor e autor de uma biografia sobre Manuel, o seu pai português, além de *Introdução Crítica à Economia Política*, *A Constituição de 1967*, *O STF, Corte Constitucional do Brasil*, *Constituição de 1988* e de várias outras obras jurídicas, de *Vultos e Perfis*, com estudos sobre a Inconfidência Mi-

neira, Tiradentes e o Visconde de Cairu, do romance *Brasília*, de um livro de contos *Quase contos*, de *Vozes de Minas*, de poemas, na companhia de Ives Gandra, Miguel Reale, Saulo Ramos e Geraldo Vidigal. Como tradutor, publicou *Meus Versos de Outros*, com traduções de Petrarca, Ariosto, da Vinci e Leopardi.

Mais recentemente, este seu último livro, *Viagem com Dante*, ao qual ele dava uma especial importância. Com apresentações dos Acadêmicos Antonio Carlos Secchin e Ivan Junqueira, foi lançado na Sala de Fundadores da Academia, já sem a sua presença, mas com a presença de sua mulher e sua família admiráveis. *Tribuna Acadêmica*, prefaciado pelo Acadêmico Alberto Venancio Filho, ele não chegou a ver impresso: foi lançado pela ABL depois de sua morte, com textos de várias conferências, necrológios e capítulos sobre os inconfidentes, sobre Menotti del Picchia, Rui, Emílio Moura, Abgar Renault, Prado Kelly, Inglês de Souza, Celso Cunha, Athayde, Otto Lara, Carlos Drummond, Caio Mário da Silva Pereira, Orozimbo Nonato, Vivaldi Moreira, Alcântara Machado, Carlos Chagas Filho, Roberto Marinho, Jorge Amado, Barbosa Lima, Brito Velho, Celso Furtado, Santa Rita Durão e Basílio da Gama.

## ~ Plural e multifacetado

Este foi o Oscar Dias Corrêa, um ser plural e multifacetado, sobre o qual traçamos este desprezioso esboço, para descrever aquele menino da cidade de Itaúna, que seria depois um dos poucos homens públicos deste País aprovado no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, na cátedra universitária e na advocacia liberal, deputado estadual em dois mandatos e deputado federal em três, secretário da Educação de Minas, ministro do Supremo, do T.S.E. e da Justiça, professor, educador e escritor, mas, sobretudo, nosso querido companheiro na Academia Brasileira de Letras, eleito no dia 6 de abril de 1989 para a Cadeira 28, que tem como Patrono Manuel Antônio de Almeida, como Fundador Inglês de Sousa, como antecessores Xavier Marques e Menotti del Picchia e na qual lhe sucedeu o atual ocupante, Acadêmico Domício Proença Filho.

Falecido na antevéspera do ano-novo, a 30 de dezembro de 2005, Oscar Corrêa está fazendo muita falta nesta ABL, porque era o proprietário de uma cultura suficientemente sólida para resolver os problemas de natureza regimental, estatutária ou jurídica, aos quais propunha sempre uma solução pertinente, correta e sensata.

Sua ausência já está sendo muito sentida, porque ele era um colega querido, que, ao longo dos dezesseis anos entre nós, desde 1989, deu provas cabais de um excelente companheirismo e de um convívio afável e carinhoso.

Durante todo esse tempo, ele foi também um farol, uma lanterna, uma Bíblia, uma bússola, um azimute e um norte a balizar, a vocalizar e a sinalizar os caminhos de toda esta nossa comum e atual geração de brasileiros, que dele tem motivos de muita honra e de justo orgulho.

# Joaquim Nabuco, acadêmico e diplomata

AFONSO ARINOS, FILHO

O fato de integrar a Academia Brasileira de Letras sempre representou uma distinção para os seus membros. Mas, conforme reconheceu Joaquim Nabuco, ao discursar traçando as intenções e os objetivos da entidade na sessão inaugural, a 20 de julho de 1897, os fundadores foram escolhidos sobretudo pelo privilégio da amizade, em que pese o valor indiscutível de alguns dentre eles.

Ocupante da  
Cadeira 17  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

“Nós, os primeiros” – afirmava o secretário-geral perpétuo e orador –, “seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta. E, nessas escolhas, cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só d’ora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do

---

Conferência proferida na ABL, em 23.3.2004.

sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós, de fato, constituímos apenas um primeiro eleitorado.”

A referência aos “poucos (...) eleitos pela Academia ainda incompleta” resulta, como é sabido, do fato de que os fundadores originais eram trinta, mas eles optaram por adotar o modelo da Academia Francesa, com os seus quarenta membros. E Nabuco assinalava:

“O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? Tinha a medida do prestígio, esse quê simbólico das grandes tradições (...): as proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico.”

Por esse motivo, o último remanescente dentre os primeiros acadêmicos, Carlos Magalhães de Azeredo, com quem convivi em Roma nos anos 50, quando o chamei fundador da Academia, corrigiu-me: “Fundador fundado.” E explicou por quê.

Assim, tanta honra trouxe a Academia a Joaquim Nabuco quanto este a ela. Pois o arauto da liberdade, o apóstolo da Abolição, o historiador imperial, o defensor incansável dos interesses nacionais no exterior, quando o governo republicano exigiu o seu concurso de monarquista convicto, devotou, até o fim (embora quase sempre afastado do Brasil em missões diplomáticas), interesse ativo e constante pela Academia Brasileira. Nabuco compôs, com Rio Branco e Rui Barbosa – ambos também acadêmicos –, a tríade simbólica das virtudes pátrias na fase de transição entre o Império e a República. Porém, sua glória imperecível estará sempre na coragem moral com que soube superpor aos interesses de classe e da família a solidariedade concreta, atuante e vigorosa com os oprimidos, humilhados e ofendidos.

Mas, naqueles tempos inaugurais de incertezas, de dificuldades financeiras e logísticas, Nabuco estava longe de prever que o destino da Academia Brasileira de Letras fosse um porto seguro. Para ele,

“a homens de Letras que se prestam a formar uma Academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta, como esta, a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre”.

Em conseqüência, julgava que o empenho para assegurar a continuidade da “cultura da língua e da literatura nacional”, obrigação primordial constante do artigo I.º dos nossos Estatutos, deveria prevalecer sobre o personalismo dos acadêmicos. A meta da entidade recém-criada seria, primordialmente, educativa. Assim,

“a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e deixemos o autor viver como toda gente; não o forcemos, querendo que se exceda a si mesmo, a refazer-se uma e mais vezes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir; repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só podem viver por essa cultura literária, que perdeu para ele toda a primazia. Não há, em nosso Grêmio, omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor”.

Para Joaquim Nabuco, sendo os acadêmicos livres de prosseguir ou suspender sua produção literária, muito mais o seriam, naturalmente, no tocante a uma pretensa unanimidade de opiniões ou de estilo acadêmico. Eles pode-

riam, até, mostrar-se unidos, mas necessariamente diversos. E a força da Academia se expressaria nesta aglutinação sem unidade, na união com diversidade.

“Já tivemos a Academia dos Felizes; não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte das coisas não nos entenderemos. Eu confio em que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da uniformidade acadêmica.”

Ele se apressa, contudo, em qualificar e circunscrever os limites de tais divergências:

“Para não podermos fazer nenhum mal, basta isso; para fazermos algum bem, é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos (...). A utilidade desta Companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro, em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de apreço mútuo. Porque (...) qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia (...)? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com a sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra.”

Condição primordial para a concretização desses ideais seria, segundo Nabuco, a independência política. Não alheamento da política, entendida como inserção do acadêmico na vida da *polis* nacional, mas como meta das atividades da Academia. Nesta, dizia ele,

“estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de

todas as grandes obras (...). A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem, em cada povo, a literatura toda de uma época, mas, para a política pertencer à literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu (...). Só assim não seríamos um parlamento.”

“A formação da Academia de Letras” – concluía o grande brasileiro – “é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio.”

A preocupação constante de Joaquim Nabuco pelo presente e o futuro da Academia evidencia-se, claramente, na correspondência com Machado de Assis e outros acadêmicos, estivesse ele no Brasil ou no exterior, em missões diplomáticas que o levaram à Inglaterra, à Itália e aos Estados Unidos. E, renovando-se as academias tanto em vida como através das mortes, era permanente o interesse que demonstrava pela sucessão dos companheiros desaparecidos. Via-se, neste caso, o secretário-geral freqüentemente sugerido, ou mesmo orientado, por seu amigo e mestre literário, o presidente da Casa.

Assim, ainda do Rio de Janeiro, Nabuco escreveu a Machado em fevereiro de 1899. Nesta carta, já se patenteiam a formação de facções e as manobras eleitorais, inevitáveis em todos os agrupamentos humanos, marcados pelas imperfeições do criado.

“Agora queira dizer-me como se vai formando em seu espírito a sucessão do Taunay na Academia... O Loreto disse-me anteontem que na *Revista*, aonde não vou há muito tempo, falava-se em Arinos e Assis Brasil. Eu disse-lhe que minha idéia era o Constâncio Alves. O Taunay era um dos nossos, e, se o substituimos por algum ausente, como qualquer daqueles, teríamos dado um golpe no pequeno grupo que se reúne e faz de Academia. De-

pois, ficaríamos sem recepção. O Arinos talvez viesse fazer o elogio... Eu, pela minha parte, que entre os dois votaria nele, porque o elogio do Taunay pelo Assis Brasil (...) podia ser uma peça forçada, confesso-lhe que não o vejo como o Constâncio; mas se V. não pensa que o Constâncio tem a melodia interior, a nota rara, que eu lhe descobro, submeto-me ao mestre. Com o voto do Dória, que me prometeu, e o meu, o Constâncio já tem dois. Se V. viesse, era o triângulo, e poderíamos até falsificar a eleição. Sério!”

No mesmo ano, entretanto, dar-se-ia uma guinada decisiva na vida de Joaquim Nabuco. Ele já recusara a Legação em Londres, que o Governo Provisório lhe havia oferecido tão logo proclamada a República. Sob a presidência de Prudente de Moraes, outra oportunidade não mereceu, de sua parte, melhor acolhida. Em 1899, contudo, o Brasil se aprestava a colocar sob arbitramento a pendência de limites com a Guiana Britânica. O Barão do Rio Branco tratava, então, do litígio com a França sobre a questão do Oiapoque como fronteira com a Guiana Francesa, cujo arbitramento fora entregue ao Conselho Federal Suíço. Ele conduziria a incumbência a bom termo em 1.º de dezembro de 1900, como já vencera a disputa do território de Palmas com a Argentina, arbitrada pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 6 de fevereiro de 1895. O Presidente Campos Sales convidou Nabuco para defender os interesses nacionais, e o monarquista histórico acedeu enfim, a 5 de março, em carta ao chanceler Olinto de Magalhães, após haver sugerido, entre outras alternativas, o nome de Rio Branco.

“Mas, dada a grande importância que reconheço ter a nova sentença que vamos disputar, e sendo legítima a solicitude de V. Ex.<sup>a</sup>, de amparar, do modo que lhe pareça mais seguro, a sorte dos territórios amazônicos em litígio, uma vez que, ouvidas todas as minhas reflexões, V. Ex.<sup>a</sup> continua considerando necessária minha colaboração, eu não posso menos que submeter-me. Para não fazê-lo *prima facie*, eu só poderia valer-me das minhas conhecidas idéias monárquicas. Tratando-se, sem embargo, de uma questão de caráter pura-

mente nacional, como é a reivindicação de território brasileiro contra pretensões estrangeiras, seria até faltar à tradição do passado que há anos procuro recolher e cultivar, que eu invocasse uma dissidência política, sobre a qual o próprio governo republicano teve o nobre desprendimento de elevar-se. Nessas condições, Sr. Ministro, não me resta senão pôr-me inteiramente às ordens de V. Ex.<sup>a</sup>, agradecendo-lhe, assim como ao presidente da República, a confiança que demonstra na minha lealdade para com o País.”

Havia, porém, uma condição. Joaquim Nabuco fora nomeado para cuidar do litígio sobre limites, ficando a Legação em Londres entregue ao ministro plenipotenciário Artur de Sousa Correia, com quem a Inglaterra ainda tentava um acordo direto. Assim, o monarquista por tradição defenderia uma causa nacional, mas sem colocar-se a serviço permanente da República. Mas ele já constatava, por outro lado, as dificuldades de que duas cabeças cuidassem da mesma questão, quando Correia, seu amigo íntimo, faleceu em março de 1900. Nabuco tentou, ainda, a solução complicada de ser acreditado como plenipotenciário em Missão Especial, e a Legação entregue a um encarregado de Negócios, ficando ambas, virtualmente, sob sua direção. Em dezembro, contudo, pressionado pelo governo e consciente da situação esdrúxula em que se encontrava o posto a ele confiado, aceitou a chefia efetiva da Legação. E foi o último ministro a entregar credenciais à rainha Vitória, idosa e enferma.

Até então, Nabuco viajava pela Europa e trabalhava onde melhor lhe aprouvesse. Assim, escreveu a Machado de Paris, em dezembro de 1899, sempre manifestando interesse por esta Casa, ao perguntar pela “nossa Academia” e a “nossa *Revista*”. E repreendeu o amigo. “V. não aparece em nenhuma, mas eu, se fosse ministro (não há nenhuma irreverência nisto), mandava-o ir a ambas, na expressão legal, debaixo de vara... do pálio.” Acrescentou ainda haver-lhe Magalhães de Azeredo escrito

“propondo um modo original de termos casa para a Academia, que era contribuir os acadêmicos com uma mensalidade para o aluguel. Res-

pondi-lhe que V. advogava de preferência o *jeton de présence*, que seguramente é menos *bourgeois* que o recibo do tesoureiro, e que nos pressupõe uma instituição de Estado.”

Seis meses depois, a carta do secretário-geral ao presidente da Academia seria bem mais severa. Ao escrever de Pougès, em junho de 1900, Nabuco exortava Machado:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e V. nos convidaram? Não, meu caro, reunam-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjurar o agoiro, é muito melhor. Trabalhe-mos todos vivos.”

A 8 de dezembro de 1900, o presidente Campos Sales sancionara a lei n.º 726, de iniciativa do deputado baiano Eduardo Ramos, autorizando o governo a instalar, de forma permanente, a Academia Brasileira de Letras, “para cultura e desenvolvimento da Literatura nacional”. Assim, Nabuco, já residente em Londres, podia escrever a Machado em 28 de janeiro de 1901:

“Dê-me notícias da nossa Academia. Felicito-o por ter conseguido a casa. V. lembra-se da minha proposta que as 40 Cadeiras tivessem insculpidos os nomes dos primeiros acadêmicos, que foram todos póstumos. Os chins enobrecem os antepassados, nós fizemos mais, porque os criamos...”

A Academia realizou uma sessão solene no dia 2 de junho, quando da inauguração da herma de Gonçalves Dias no Passeio Público. Naquele ensejo, Medeiros e Albuquerque referiu-se à Secretaria Geral, que assumira em lugar de Joaquim Nabuco, de cuja permanência em Londres não se podia prever o término.

“A substituição interina do nosso ilustre secretário-geral pôs-me na contingência de ocupar a atenção desta assembléia, lendo o relatório do movimento da Academia. Nunca a substituição me foi mais penosa. Não porque me doa o amor-próprio ferido, sentindo que todos hão de estar a evocar a bela figura eloqüente de Joaquim Nabuco e a fazer uma comparação, que só pode ser esmagadora. O amor-próprio desaparece neste momento. O que há apenas é, ao contrário, que eu reclamo para mim ser, nesta assembléia, quem mais sente a desproporção entre o substituído e o substituto, e, por um desdobramento cerebral, enquanto profiro estas palavras mal alinhadas, lembro o que seria aqui a voz eloqüente do dominador das multidões, que tanto soube outrora arrastar um povo inteiro à conquista da redenção para uma raça oprimida, como saberia, hoje, tornar-se persuasiva para nos falar da Arte e do Belo.”

Em novembro do mesmo ano, Joaquim Nabuco escreve a Machado de Assis defendendo o voto dos ausentes, ainda polêmico, e se precata contra possíveis fraudes:

“Como vai a nossa Academia? Eu realmente penso que aos ausentes devia ser dado o direito de voto. Era mais honroso para os eleitos reunir o maior número possível de votos. VV. estatuiriam o modo de enviar a nossa chapa, ou de poder alguém da Academia votar pelos ausentes. Não haveria perigo de ata falsa nem de fósforos. O procurador, ao votar, por exemplo, por mim, declararia que eu lhe escrevera (mostrando o documento) para votar por mim, nessa eleição, no candidato F. Talvez o voto dos ausentes devesse ser aberto e declarado. Quem são os candidatos às duas Cadeiras?”

Uma semana depois, ele volta a interpelar Machado:

“O Arinos escreveu-me que é candidato, e que os ausentes votam. Desde quando? Como? Quem são os seus candidatos? Muitas lembranças a todos

que em nossas letras se acolhem do seu lado e professam o lema: ‘Um só rebanho, um só pastor.’”

No mês seguinte, nova carta ao presidente, consequência da anterior:

“Aí vai o meu voto. Dou-o ao Afonso Arinos por diversos motivos, sendo um deles ser a vaga do Eduardo Prado. (*Arinos era casado com Antonieta, sobrinha de Eduardo Prado, filha do conselheiro Antônio Prado e irmã de Paulo Prado.*) Para a Cadeira do Francisco de Castro, eu votaria com prazer no Assis Brasil. Por que não se reuniram as eleições num só dia?”

Na mesma data, Nabuco informaria a Rodrigo Octavio:

“Recebi a circular e respondo mandando ao Machado a minha cédula. Infelizmente não podemos acompanhar o movimento e a cabala literária, que é a parte mais interessante das eleições acadêmicas. O nosso voto vai como que petrificado, e não pode acompanhar as flutuações do escrutínio. (...) Para a vaga de Eduardo Prado, eu não podia votar senão no Arinos, que nos dará dele um belo retrato, de que precisamos muito.”

Em seguida, expõe opinião, que foi sempre a sua, favorável a que, tal como a Francesa, a Academia Brasileira não se destinasse apenas a escritores, mas também abrigasse expoentes de outros quadrantes da vida nacional:

“V. sabe que eu penso dever a Academia ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária, para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grands seigneurs* de todos os partidos. Não devem ser muitos, mas alguns devemos ter, mesmo porque isso populariza as Letras.”

A carta seguinte, de janeiro de 1902, responde a sugestão feita por Machado de que Nabuco recebesse Afonso Arinos na Academia, missão que caberia, afinal, a Olavo Bilac, amigo fraterno do escritor mineiro:

“Estou às suas ordens para escrever a resposta ao discurso do Arinos, com algumas condições, porém. A primeira é que V. me dará tempo. A segunda que o Arinos me mandará o que o Eduardo escreveu; tenho tudo isso nos meus papéis e caixões, mas fora de mão. (...) A terceira é que o discurso do Arinos me seja remetido. Isso é óbvio, mas que depois dele corra o meu prazo, pelo menos de três meses. Aceitando V. e ele tudo isso, está tomado o compromisso. Para mim, trabalhos desses são uma distração necessária dos meus estudos da questão. No caso de ser o Assis Brasil candidato agora na vaga do Francisco de Castro, vote por mim nele. Esta é a minha cédula. Se for preciso, corte o nome acima, que vai por minha mão, e meta o retalho no envelope.”

E não esconde a nostalgia da ausência. “Quanta saudade me faz tudo isso! Não tenho outro desejo senão acabar o mais cedo possível a minha tarefa e recolher-me à Academia.”

Havia quase quatro anos que Nabuco se ocupava e preocupava-se com a delicada questão de fronteiras cuja defesa lhe fora confiada. Assim, a carta que dirigiu a Machado, de Pau, em fevereiro de 1903, cuida, sobretudo, das memórias que ia construindo, monumentos de erudição histórica, geográfica e cartográfica, de embasamento jurídico, solidez documental e lógica expositiva:

“Proximamente os exemplares da minha primeira *Memória* serão expedidos para o Ministério do Exterior. Irão primeiro os exemplares em francês, e mais tarde os exemplares em português. Desejo que V. tenha um destes; a coleção dos documentos, cinco volumes, segue com os exemplares da *Memória* em francês (...). Além disso, há um atlas. São, ao todo, oito volumes, formando, porém, duplicata, por causa da tradução. Veja se o Rio Branco o inscreve na lista para a *Memória* em português, da qual lhe mandarei 200 exemplares. (...) Eu mesmo ainda não escrevi ao Rio Branco sobre essas remessas, de maneira que lhe dou a primeira notícia. Sei que V. gosta delas. Inscreva-se, portanto, para a *Memória* em português. Deixe a *Memória* em francês e os documentos ser distribuídos à vontade da Chancelaria.”

E, referindo-se ao barão, manifesta apreço pelo grande ministro, ao admirar-lhe a atuação:

“Suponho que V. está em excelentes relações com o nosso homem. As notícias do Acre estão chegando boas, e vejo que ele, além de chanceler, se fez comandante-em-chefe.”

Em agosto, de Challes, Nabuco voltaria ao assunto, embora

“muito cansado. Desta vez, em 6 meses darei 6 vol. para juntar aos 8 da primeira *Memória*. Fico, assim, em 14. Em dezembro darei mais 2, 16. É um *record*, uma biblioteca de *in folio* em um ano. A *Memória* já está aí na Secretaria. Os meus amigos e os que se interessam pelo assunto devem recorrer ao Rio Branco.”

Mas não olvidava a Academia, encontrando tempo para evocar as eleições que nela transcorriam:

“Meu voto é pelo Jaceguai, caso ele se tenha apresentado. Se o Quintino se apresentar, será do Quintino, pela razão que dou na carta inclusa quanto aos da velha geração. Não creio que o Jaceguai se apresente contra o Quintino. Nesse caso V. explicaria a este o meu compromisso; a minha idéia sobre a representação da Marinha, que mesmo a ele não deve ceder o passo; a minha animação ao Mota (*Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai*) dizendo-lhe que, desde a fundação, eu pensei que homens como ele, Lafayette, Ferreira Viana, Ramiz Galvão, Capistrano e os outros que V. sabe deviam ser dos que têm a honra de ser presididos por Machado de Assis. (...) No caso de não haver candidatura Quintino nem Jaceguai, o meu voto será pelo Euclides da Cunha, a quem peço que então V. faça chegar a carta inclusa. Se o Jaceguai nos frequenta ainda, mostre-lhe o que digo dele nessa carta ao Euclides.”

Enquanto isso, disputava-se a questão do Pirara, para definir os limites entre o Brasil e a então Guiana Britânica. Em sua memória sobre *O Direito do Brasil*, Joaquim Nabuco demonstrou claramente a posse e o domínio brasileiros sobre os rios Amazonas, Negro e Branco. A área em litígio era parte da bacia do Rio Branco. O Tratado de Arbitramento, firmado entre o Brasil e a Inglaterra a 6 de novembro de 1901, a delimitara. Nesta zona, o Rupununi, principal afluente do Essequibo, hoje corre por inteiro em território da Guiana, embora os primeiros exploradores ingleses não o atravessassem sem autorização portuguesa. O Tacutu define, agora, a fronteira do Brasil com a Guiana. O Rio Branco nasce da sua confluência com o Uraricoera, e vem a constituir, com o Negro e o Amazonas, nosso principal sistema fluvial. Um dos seus tributários traz ao Tacutu as águas do rio Pirara, chave do vale do Amazonas e única via de comunicação entre as bacias amazônica e do Essequibo.

No Congresso de Utrecht, em 1713/14, o representante britânico, Lord Bolingbroke, já dizia, a propósito do Amazonas, que “nem os franceses, nem os ingleses, nem qualquer outra nação (exceto Portugal e Espanha) deve ter uma entrada aberta para esse país”. A ocupação do grande rio pelos portugueses se estendera, desde o século XVII, para além da confluência do Rio Negro, de que o Branco é afluente. A posse dos três cursos d’água por parte de Portugal, e, depois, do Brasil, nunca fora disputada até 1838, quando o explorador Schomburgk, alemão naturalizado inglês, viajou para a região, enviado pela *Royal Geographical Society*. Em suas primeiras memórias, ele chegara a reconhecer os limites reivindicados pelo Brasil, ao referir-se ao Rupununi como “linha de fronteira da Guiana Britânica”. Assim, Nabuco podia afirmar na memória final, entregue em Roma a 25 de fevereiro de 1904: “O Brasil sustenta que a Inglaterra não tem nenhum direito de atravessar o Rupununi e estabelecer-se na bacia do Amazonas.”

O fatal equívoco brasileiro foi haver aceitado, como árbitro, o rei da Itália. Pois, se a argumentação histórica e jurídica de Joaquim Nabuco não podia ser contestada, outras, bem diversas, eram as motivações do monarca, baseadas em interesses a barganhar com a Inglaterra na África e no Mediterrâneo. Incorreto

de caráter, Vítor Manuel III – que se dobraria pusilânime, por duas décadas, a todas as exigências, vontades e caprichos do ditador Benito Mussolini, para atraí-lo logo o viu decaído do poder de outrora – não hesitou em exorbitar das atribuições a ele conferidas pelo Tratado de Arbitramento, que o levariam a resolver juridicamente a pendência. Declarando-se impossibilitado de fazê-lo, dividiu o território entre os estados litigantes, quando a própria Inglaterra já havia oferecido ao Brasil, que a declinará por injusta, solução mais favorável para nós: dois terços da zona disputada, e acabou recebendo três quintos.

De fato, um alto funcionário do *Foreign Office* apresentara a Nabuco verbalmente, em agosto de 1900, uma linha divisória que não atribuía a qualquer dos contendores supremacia sobre o Rio Pirara, o qual passaria a servir de fronteira. Fronteira esta quase toda fluvial, terminando no Rupununi. Mas Joaquim Nabuco, cômico dos nossos direitos sobre toda a extensão do território contestado, descartou a proposta, que nos deixava com 22.930 quilômetros quadrados, restando à Inglaterra 10.270. Porém, como o Brasil a rejeitara, a Inglaterra retirou-a, sem apresentá-la oficialmente. E Nabuco, com escrúpulo talvez excessivo, não a levou ao conhecimento do árbitro. O rei acabou por conferir 13.570 quilômetros quadrados ao Brasil e 19.630 aos britânicos. Em benefício destes últimos sobretudo, conforme palavras do representante brasileiro à esposa, Vítor Manuel abriu “o rombo através do qual a Inglaterra penetrou na bacia do Amazonas, depois de ter impedido a França de fazê-lo”.

O diplomata e acadêmico Carlos Magalhães de Azeredo servia, então, em Roma, na Legação junto ao Vaticano, e seguia os trâmites da questão, embora sem dela participar. Eis o testemunho que deixou em seu *Diário*, ainda inédito, quando se conheceu o laudo arbitral, datado de 6 de junho de 1904:

“Foi dada esta manhã a sentença, e é-nos contrária. Quero dizer, recebemos do território contestado não só muito menos do que pedimos, mas um pouco menos até do que a própria Inglaterra nos oferecia confidencialmente para trancar a questão; ora, todos sabem que a Inglaterra não costuma ofe-

recer senão aquilo que sabe muito bem não ser seu... Quanto à sentença em si própria, dizem os meus amigos da Missão que é um monstro jurídico, contraditório, e não arbitral mas arbitrária, e que, se o tratado feito com a Inglaterra não nos obrigasse a aceitá-la incondicionalmente, poderíamos protestar e impugnar-lhe os fundamentos. Eles conhecem a questão, estudaram-na cinco anos, e entre nós, brasileiros, não têm por que dissimular a verdade; se, de fato, a razão não estivesse da nossa parte, longe de ser uma agravante isso para a nossa contrariedade, seria um consolo. Eu conheço o assunto apenas vagamente, mas não é preciso ser forte nele para reconhecer que o laudo de Vítor Manuel III está longe de ser uma produção brilhante; em resumo, ele declara que, depois de ler as memórias e os documentos apresentados por ambas as partes (uns 25 volumes!), continua a ignorar a quem aquele território pertence; e que, não podendo dividi-lo ao meio (!), adota uma linha geográfica que lhe parece a mais eqüitativa e natural para resolver a questão. Verdadeiramente, parece que o jovem monarca, ao menos por vaidade, poderia mostrar um pouco mais de talento. Se ele não sabia a quem pertencia o território, devia, antes de pronunciar o seu extravagante laudo, chamar a Inglaterra e o Brasil para ver se obtinha um acordo. Pedia-se-lhe uma sentença jurídica, não uma sentença de Salomão; ele excedeu as suas atribuições. Além disso, pela primeira vez é invocado, em um laudo arbitral, um argumento extremamente perigoso, sobretudo para os países fracos; e é que a intenção de exercer a soberania não basta para contar a mesma soberania como incontestável, mas que é precisa a ocupação efetiva do território; (...) a verdade é, porém, que as nações fortes não provam essas cousas por argumentos jurídicos, mas pela autoridade das armas; de modo que só às débeis a inovação pode fazer mal. Que a sentença do rei seja especialmente política, isto é, que se tenha inspirado em motivos de interesse inteiramente estranhos aos elementos históricos e jurídicos da questão, não posso pô-lo em dúvida. Vítor Manuel III é árbitro, também, em outra questão semelhante, entre a Inglaterra e Portugal; dizem que, desejando ele favorecer o rei D. Carlos, que é seu primo-irmão, e não podendo declarar-se

duas vezes contra a Inglaterra, favoreceu-a agora, sacrificando o Brasil. Será assim? Não sei. Mas, seja como for, o laudo é sinceramente considerado injusto por pessoas esclarecidas, que estudaram cabalmente o assunto. (...) Essa conseqüência de desmoralizar o princípio em si é o que mais me preocupa diante do laudo do rei; a decisão deste tem, no mais, uma importância secundária. Perder uma questão desta ordem não representa para um governo desastre nenhum, derrota nenhuma; quando se recorre ao arbitramento, admite-se a dúvida sobre os próprios direitos, e deve-se admitir, portanto, a possibilidade de os ver anulados; de resto, o Brasil é grande demais para sentir, agora, a perda de uns tantos mil quilômetros quadrados completamente desertos, e parece que a situação garantida pelo laudo aos ingleses não oferece estrategicamente perigo algum para nós; não será pelas cascatas do Tacutu que eles penetrarão no Amazonas...”

Azeredo prosseguiu, pouco depois:

“Chegam continuamente telegramas do Brasil para Nabuco; o povo brasileiro tem-se portado admiravelmente nessa ocasião (...). Não só o governo, mas o Congresso, a imprensa inteira, inúmeras corporações de toda a espécie, enfim, todos os órgãos da opinião pública porfiam em louvar e exaltar o nosso eminente compatriota. O povo brasileiro foi sempre magnânimo, e, portanto, era natural que, mais cedo ou mais tarde, reconhecesse os serviços extraordinários do Nabuco, independentes do seu resultado (...). O Nabuco se comove com todas essas manifestações de afeto, mas está sempre triste, e eu entendo isso. Afinal, como quer que seja, não é o triunfo, que ele esperava, e a que se sentia com direito. O seu trabalho de cinco anos foi hercúleo, e ele não pode reconhecer, sem pesar, que foi inútil, acrescentando a melancolia humana e filosófica de ver que, com ele, a causa da razão foi vencida. Na sua idade (*Joaquim Nabuco tinha, então, 54 anos*), essa Missão Especial é, talvez (*Deus queira que não*), o último grande ato da vida pública, que conheceu tantas vitórias, e não representa uma vitória... Eu, de resto, nas mi-

nhas conversas de todos os dias com ele, tenho combatido energicamente essa impressão dolorosa, mostrando-lhe que ela é, como de fato eu a considero, fruto da preponderância exagerada e usurpadora do momento atual, no seu espírito, sobre o conjunto harmônico da sua vida. Esta questão de limites é transitória e secundária, mesmo na história pessoal do Nabuco; ele é e será sempre, na alma e na memória da pátria, o apóstolo triunfante do abolicionismo; essa é a sua grandeza imortal, que ninguém lhe pode tirar, essa é a soberania moral que faz dele não só um dos mais gloriosos filhos do Brasil, mas um dos mais belos e puros tipos da humanidade no século XIX.”

Da Academia, não podia faltar, nem demorou, vinda em junho, a palavra confortadora de Machado de Assis:

“Aqui esperávamos, desde muito, a solução do árbitro. Conhecíamos a capacidade e a força do nosso advogado, a sua tenacidade e grande cultura, o amor certo e provado a este País. Tudo isso foi agora empregado, e o trabalho, que vale por si, como a glória de o haver feito e perfeito, não perdeu nem perde uma linha do que lhe custou e enobrecerá a todos. Esta foi a manifestação da imprensa e dos homens, políticos e outros.”

Sob pressão das circunstâncias e afazeres, só em outubro Nabuco responderia, sensibilizado com as palavras do amigo, e já, em parte, apaziguado quanto ao desfecho da pendência:

“Há tempos, recebi a sua boa carta sobre a sentença, carta verdadeiramente primorosa, e uma das que mais vezes hei de reler, quando tiver tempo para voltar ao passado e viver a vida das recordações. (...) Não estou certo de que não teríamos perdido tudo sem o esforço que fiz para coligir e deduzir a nossa prova, e, por isso, me vou desvanecendo de ter reivindicado a melhor parte, para nós, da divisão feita pelo árbitro. Não foi uma partida vencida,

foi uma partida empatada, e isto, quando o outro jogador era a Inglaterra, é, por certo, meia vitória.”

Anos depois, Rui Barbosa escreveria a Joaquim Nabuco:

“Ultimamente, (...) fui levado a abrir as tuas *Memórias* sobre a questão da Guiana, (...) ferrei-me a elas e as li todas. Tal a magia da superioridade com que as redigiste. Acabei (...) cheio de admiração. As qualidades que ali desenvolveste, de crítica, de argumentação, de lógica, de bom senso, de clareza, de tino e de amenidade, elegância, brilho, com um fôlego de encher todos aqueles volumes, sem fastio ou vulgaridade, em matéria tão seca, tediosa e longa, fazem desse trabalho teu porventura a mais notável expressão do teu talento. (...) Conviria (...) atrair a distraída curiosidade e chamar a atenção dos estudiosos a esse episódio pouco animador nas iniquidades da justiça internacional.”

Após a morte de Nabuco, a viúva testemunharia que esta carta constituía a última grande alegria da sua vida.

Em 1932, Afonso Arinos visitou, na Suíça, Guglielmo Ferrero, por recomendação de Magalhães de Azeredo, velho amigo de ambos. Ferrero, que ali se refugiava da perseguição política de Mussolini, foi membro correspondente desta Academia, onde fizera uma série de conferências em 1907. Num ensaio sobre *A Diplomacia Americana e o Brasil nos Últimos 75 Anos*, Arinos conta que,

“na minha juventude, (...) em Genebra, tive a honra de freqüentar a casa do ilustre professor italiano Guglielmo Ferrero, então exilado na Suíça. E de Ferrero ouvi que os estudos feitos pelos técnicos italianos reconheciam o direito do Brasil, mas que o rei mandara alterar as conclusões do laudo, para consentir em assiná-lo”.

Confirmava-se, assim, a colusão de interesses entre as monarquias britânica e italiana, em detrimento do Brasil.

A resposta de Nabuco a Machado mostrou, por outro lado, sensível melhora no estado de espírito do nosso ilustre representante injustiçado, que nela já se entretinha com o próximo pleito na Academia:

“E a nova eleição? Não falo da eleição do futuro presidente (*da República*), da qual parece já se estar tratando aí, mas da eleição do novo acadêmico. O Bandeira escreveu-me, e eu teria prazer em dar-lhe o meu voto, mas o meu voto é seu, V. aí é quem vota por mim. Eu pensei que o Jaceguai desta vez se apresentaria. Ele, porém, achou mais fácil passar Humaitá do que as baterias encobertas do nosso reduto. Quais são essas baterias? A do Garnier lhe daria uma salva de... quantos tiros? Onde estão as outras? Eu nada sei, mas, se ele for candidato, meu voto é dele, pela razão que fui eu quem lhe sugeriu o ano passado a idéia. V. terá uma carta minha dizendo que ele não se apresentaria contra o Quintino. Não sei por que o Quintino não foi membro fundador. (...) Se entretanto ele se apresentar, julgo melhor esperar outra vaga para a combinação e eleger dois ao mesmo tempo. Eu acho bom dilatar sempre o prazo das eleições, porque, no intervalo, ou morre algum dos candidatos mais difíceis de preterir, ou há outra vaga. A minha teoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos; é preciso, agora, graduar o acesso. Os novos podem esperar, ganham em esperar, entrarão, depois, por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma *côterie*. A Marinha não está representada no nosso Grêmio, nem o Exército, nem o Clero, nem as Artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as Letras. E as grandes individualidades também. (...) Com o Jaceguai entrava a glória para a Academia. É verdade que ele nenhuma afinidade tinha com o Martins Júnior, mas a Cadeira ainda está vaga – é a Cadeira de Taunay, e patrono Otaviano, e desses dois o Jaceguai seria o substituto indicado por eles mesmos. Nas minhas cartas, V. achará o compromisso que tomei para a eleição do Assis Brasil. Não sei se este será candidato.

Não o será sem o seu concurso, V., então, decida por mim, sem prejuízo do Jaceguai. Em uma palavra, V. é o guarda da minha consciência literária, ausente do prélio como me acho.”

Mas, antes de terminar, Nabuco não contém um último suspiro de incomformidade contra a baixeza de que ele e o Brasil foram vítimas por parte do rei da Itália. “V. compreenderá agora por que tardei tanto em responder-lhe, era-me preciso escrever uma nova *Memória*, e tenho horror, hoje, às *Memórias*.”

Em abril de 1905, Nabuco enviou, de Londres, a Graça Aranha, para ser ofertado a Machado de Assis em sessão acadêmica, um ramo do carvalho sob cuja fronde se assentava Tasso, por ele colhido em Roma, e hoje preservado entre as relíquias desta Academia.

A luta que mantivera contra as pretensões descabidas da Inglaterra abalou bastante, por outro lado, a devoção sempre mostrada por Joaquim Nabuco à cultura inglesa e às instituições britânicas. É de se notar, ademais, que sua admiração pelos Estados Unidos vinha de longe. Rio Branco, convidado para o Itamarati por Rodrigues Alves, chegara a sugerir, em seu lugar, a indicação de Nabuco ao presidente-eleito, mas este insistiu em nomear o barão. Quando o grande chanceler o informou de que aceitara o cargo, Nabuco respondeu-lhe, em setembro de 1902:

“Como lhe disse, sou um forte monroísta, e, por isso, grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, V. deveria, talvez, em fazer-me seu colaborador naquela política.”

Foi, assim, com prazer, em janeiro de 1905, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para a primeira Embaixada que o Brasil abria no mundo, em Washington, mantendo-se as demais chefias de missão em nível de legação.

Das Montanhas Brancas, onde Nabuco descansava, veio sua primeira carta dos Estados Unidos para Machado de Assis, em julho. Sempre atento às elei-

ções acadêmicas, graceja com as hesitações de Jaceguai e condena a formação de grupelhos internos na Academia:

“O meu voto para a vaga do Patrocínio é para o Jaceguai. Acho que ele deve apresentar-se. Não compreendo que ele, que não teve medo de passar Humaitá, o tenha de atravessar a praia da Lapa (*rumo ao prédio do Silogeu, onde então se alojava a Academia, no local em que hoje se encontra o Instituto Histórico*). Se ele não for candidato e o Artur Orlando o for, votarei neste. Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir, como essas, recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados, e fechados. Devemos torná-la nacional.”

No mês de outubro, o embaixador informaria a Magalhães de Azeredo, em Roma, que mandara, “pelo telégrafo, o (...) voto em favor do Mário de Alencar. Pago assim a minha dívida, ou antes, expio a minha falta para com o pai”, José de Alencar, cuja obra Nabuco criticara severamente na mocidade.

Em 1906, Joaquim Nabuco presidiria, no Rio de Janeiro, a 3ª Conferência Pan-Americana, à qual conseguiu trazer o secretário de Estado Elihu Root. Era a primeira vez em que um chefe da diplomacia americana se deslocava dos Estados Unidos. A pedido de Nabuco, Rio Branco obtivera do presidente Rodrigues Alves dar o nome de Palácio Monroe ao pavilhão onde se efetuava a Conferência. De regresso ao seu posto diplomático, o nosso embaixador em Washington, sem o saber, despedia-se para sempre do Brasil.

Datada de março de 1907, nova carta de Nabuco a Machado, vinda da capital americana, mantinha a preferência pelos mesmos candidatos anteriores às eleições acadêmicas:

“O meu voto é pelo Dr. Artur Orlando, se ele for o único candidato, e, tendo competidores, ainda é dele, exceto se os competidores forem o Assis Brasil e o Jaceguai, que têm compromisso meu anterior em cartas escritas a V. mesmo. Não me deixe o Dr. Orlando naufragar sem uma combinação que

lhe garanta a eleição para a futura vaga. Um homem como ele pode ser vencido numa eleição acadêmica, não pode, porém, ser derrotado sem pesar para os eleitores. A nossa balança é de pesar ouro somente. Ele mesmo, estou certo, não se aborreceria de ser segunda escolha em competição com o Dr. Assis Brasil, que já teve uma (ou duas?) *non réus sites*. Eu desejava-lhe, entretanto, uma vaga que lhe permitisse falar de Pernambuco largamente, mas teria que escolher entre mim e o Oliveira Lima, e nenhum dos dois ele podia preferir ao outro. Em todo caso, alguém mais da filosofia que o Dória. Mas é odioso esperar vagas determinadas.”

Em 27 de maio, Nabuco reiterava:

“Como, para a vaga do Barão de Loreto, só concorreu o Dr. Artur Orlando, o meu voto, prometido a ele sob condição de não ser o Jaceguai nem o Assis Brasil candidato, é dele *ipso facto*. Sob a mesma condição, dou o meu voto na eleição para a vaga do Dr. Teixeira de Melo ao Paulo Barreto. Concorrendo ou o Jaceguai ou o Assis Brasil, o meu voto será do que concorrer. Concorrendo os dois, do Jaceguai. Terei sido quem o animou a apresentar-se, e tenho sempre sustentado que a Marinha falta na nossa Academia (assim como o Exército [...]), por isso votarei no Jaceguai, por mais que me custe não poder dar também o meu voto ao meu colega Assis Brasil. Queira V. votar por mim de acordo com estas instruções.”

No ano seguinte, em fevereiro, Nabuco explicaria a Machado o alcance dos sentimentos que o inclinavam a favor dos Estados Unidos na política internacional:

“Muito prazer tive com a simpatia mútua entre o nosso povo e os americanos. A Haia ia-nos fazendo perder de vista a nossa única política possível. Eu, em diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e o da realidade. É que um indivíduo pode sempre fugir à desonra e ao cativo, e

mas as nações não se podem matar como ele. Alguns milhares morrerão em combate, mas a totalidade passa sob o jugo. As maiores nações procuram, hoje, garantir-se por meio de alianças; como podem as nações indefesas contar somente consigo? E, desde que o nosso único apoio possível é este, por que não fazemos tudo para que ele não nos venha a faltar? Essa é a minha intuição, e tive, por isso, o maior prazer com esse renascimento da simpatia entre as duas nações por ocasião da visita da esquadra americana.”

Esta não fora sempre, todavia, sua visão dos Estados Unidos. Em fevereiro de 1899, escrevendo, do Rio, a Carlos Magalhães de Azeredo, Nabuco dizia-lhe estar entre os

“convencidos de que a nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a Nicarágua; que nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington”.

Numa carta a Machado de Assis, enviada em junho de 1907, Joaquim Nabuco já reconhecia que a saúde começava a faltar-lhe (ele faleceria cerca de um ano e meio mais tarde, no princípio de 1910, aos 60 anos; e Machado, em setembro de 1908, aos 69):

“Mando-lhe duas coleções dos discursos que andei ultimamente proferindo, uma para a nossa Academia. V. verá, com prazer, que me tornei um propagandista, aqui, dos *Lusíadas*. (...) Vou receber, este ano, o grau de doutor em Letras por Yale, e a Universidade de Chicago convidou-me para pronunciar o discurso oficial no encerramento do ano letivo, ou no dia da colação dos graus, o que é uma grande honra. V. vê que estou fazendo render, aqui, as poucas forças que me restam. Também comprometi-me a pronunciar, para o ano, o discurso oficial em um dos grandes dias da Universidade de Wisconsin, e já me anunciaram o convite de outra universidade. Estou

muito contente, pelo Brasil, com todas essas honras, que são principalmente feitas ao país.”

A derradeira mensagem de Joaquim Nabuco ao presidente da Academia, enviada de Hamilton, Massachusetts, a 3 de setembro de 1908 (26 dias antes da morte de Machado), dava conta de sua impressão sobre o *Memorial de Aires*, último romance do amigo, que acabara de enviar-lho:

“Quanto ao seu livro, li-o letra por letra, com verdadeira delícia, por ser mais um retrato de V. mesmo, dos seus gostos, da sua maneira de tomar a vida e de considerar tudo. É um livro que dá saudade de V., mas também que a mata. E que frescura de espírito!”

Na véspera da morte de Machado de Assis, Nabuco escrevera, em 28 de setembro de 1908, a Graça Aranha:

“O estado do Machado causa-me verdadeira consternação. Como passaremos sem ele? (...) Deus lhe dê um declínio curto e um fim suave, se ele começou a entrar na decadência. Mas também a quanta ternura, a quanto carinho de nossa parte essa não obriga!”

Três dias depois, em carta ao cunhado, Hilário de Gouveia, ele reconhecia que

“a morte do Machado de Assis empobreceu-nos muito. Não temos outro espírito como aquele. Perco também um amigo. (...) Mas, no estado de isolamento em que se achava, e com aquela doença, foi uma bondade de Deus levá-lo, deixá-lo descansar”.

No mês seguinte, Nabuco enviou a Magalhães de Azeredo

“o nosso abraço de pêsames um ao outro pela perda do nosso querido Machado de Assis. Que afeição paternal ele lhe tinha! Eu sou muito contrário a

estátuas. Estão-se tornando de uma banalidade (...) revoltante, como os nossos antigos títulos. A verdadeira veneração se provaria pela compra da casa onde ele viveu tantos anos. Mas era preciso que ele fosse outra coisa, e não um simples poeta, para se poder levantar dinheiro para tanto. Assim é a vida. A verdadeira glória é pobre.”

Em setembro de 1909, Joaquim Nabuco se queixava da saúde a Azeredo:

“Há meses não estou bem. Cheguei fatigado e exausto ao cimo da vida. Eu não fui feito para velho, e estou envelhecendo, não por minha conta, mas por conta dos que me querem o mais tempo possível neste mundo, por mais diferente que eu vá ficando de mim mesmo. É uma combinação de doenças que me cerca por todos os lados, um verdadeiro círculo vicioso. Ontem o médico veio despedir-se, e disse-me que eu estava outro, muito melhor do que cheguei. É preciso acreditá-lo, mas, por mim mesmo, eu não o afirmaria.”

Foi, entretanto, em missiva anterior a Machado, escrita em agosto de 1908, que Nabuco anteviu o próprio fim:

“Muito lhe agradeço suas boas palavras sobre minhas conferências de Yale. A 28 de agosto, devo estar em Chicago, já lhe disse. Aqui, levo uma vida de peregrino, de universidade em universidade. Mas que saudades da nossa Academia e da *Revista*, de que ela nasceu! É uma grande privação viver longe dos amigos, em terra estranha, como estrangeiro. Sobretudo acabar assim. Mas espero voltar ainda antes da noite.”

Joaquim Nabuco não regressaria ao Brasil antes da noite. A “Indesejada das gentes” o levou em 17 de janeiro de 1910. Ele pudera, contudo, visualizar à distância, plenamente realizados, o fulgor da própria mocidade, o brilho da madurez, o exemplo que sua vida gloriosa daria, sempre, aos jovens brasileiros. Contemplava-os desde a velhice, ao mesmo tempo precoce e olímpica. Mas, como lembrou André Gide, o fato de ser vista do poente não torna a aurora menos bela.



*Eduardo Prado*

# Eduardo Prado: Duas visões

## EDUARDO PRADO E A POLÊMICA DO IBERISMO E DO AMERICANISMO

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Ocupante da  
Cadeira 5  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

*“Salvo algumas exceções, pode-se dizer que os formados nos Estados Unidos são, na concorrência brasileira, os que menos sabem e os que menos preparo têm. [...] se eles pudessem transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos, que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons water closets.” Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, p. 104-105.*

**É** extraordinária a história dos Prados. Estabelecidos em São Paulo desde o século XVIII, expandiram seu poder e influência no século XIX sob a liderança do terceiro Antônio Prado, o Barão de Iguape. O filho do barão, Martinho Prado, teve papel decisivo nessa expansão ao orientar os negócios da família para o cultivo do café. Seu filho, Martinho Junior, continuou a obra do pai, tor-

nando-se pioneiro na exploração do novo oeste paulista, onde a família montou imensas fazendas de 14 mil alqueires e mais de 2 milhões de pés de café. A riqueza própria e alianças matrimoniais estratégicas com outras famílias importantes de São Paulo e também de fora da província, como os Mellos Francos, de Minas Gerais, renderam aos Prados posição de grande preeminência social na província, com transbordamentos para o cenário nacional.

Uma das características marcantes dos Prados foi não terem restringido sua influência ao campo da economia, da sociedade e da política. Distinguiram-se também, e muito, no terreno cultural e intelectual. Na cultura, ficou famoso o salão de Dona Veridiana Prado, e é conhecido o apoio que Paulo Prado deu ao movimento modernista de São Paulo. No mundo intelectual, três Prados são com frequência incluídos em listas de intérpretes do Brasil, número altíssimo para uma só família. São eles Eduardo Prado, seu sobrinho, Paulo Prado, e o sobrinho-neto, Caio Prado Jr. Eduardo e Caio Prado Jr. foram incluídos neste ciclo de palestras sobre intérpretes do Brasil organizado pela Academia Brasileira de Letras. As obras consideradas fundadoras de interpretações do Brasil são *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, publicada em 1893, o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, publicada em 1928, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., de 1942.<sup>1</sup>

Um traço comum aos Prados, marca de seu comportamento e de sua produção intelectual, é a grande independência de opinião, a coragem de ir contra a corrente, a heterodoxia. Na vida social, o melhor exemplo dessa coragem de enfrentar preconceitos foi dado por Veridiana Prado, mãe de Eduardo. Casada aos 13 anos com o tio, Martinho Prado, ocupando posição de preeminência na vida social de São Paulo, não hesitou em se separar do marido. Mais que se separar, assumiu a direção dos negócios da família, tornou-se uma verdadeira matriarca e fez de sua casa um importante salão social e literário. Foi anfitriã de D. Pedro II em 1887.

---

<sup>1</sup>Na mais recente seleção de intérpretes, organizada por Silvano Santiago, publicada pela Nova Aguilar, estão presentes *Retrato do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Exemplo ainda mais radical de rebeldia social foi dado por Eleutério Prado, primo de Eduardo. Aborrecido com o veto da família a um casamento desejado, Eleutério passou a viver abertamente com duas cozinheiras negras. O fato lhe valeu o apelido preconceituoso de “negreiro”. Tradição oral da família, colhida por Darrel Levi, conta que, quando Antônio Prado levou o primeiro time brasileiro de futebol para jogar na França, um primo francês que assistia ao jogo lhe perguntou, apontando um jogador: “Quem é aquele macaco?”. “Não é macaco, meu caro, é seu primo”, retrucou Antônio Prado. O “meu caro” entra aí como contribuição minha ao caso.<sup>2</sup>

No campo político, o melhor exemplo de rebeldia no século XIX foi o de Martinico Prado, irmão de Eduardo. Os Prados tinham sido estreitamente ligados à Monarquia e à Casa Imperial desde o Primeiro Reinado. Uma prova do apreço em que eram tidos foi a concessão do título de Barão do Iguape feita por D. Pedro II ao terceiro Antônio Prado em 1848. Embora parte dessa tradição, Martinico não hesitou em aderir à República desde os bancos escolares. Aderiu também à maçonaria, mas ser maçom na época não era indicador de rebeldia. Estava tão convencido dos valores republicanos que adotou métodos muito liberais no governo de sua casa, formada pela mulher e doze filhos. Acabou perdendo o controle de sua pequena república doméstica, desestabilizada pela rebeldia dos jovens republicanos. Recorreu, então, aos serviços de uma preceptora alemã que residia no Rio de Janeiro. Ina von Binzer enfrentou com valentia os endiabrados republicanos a quem o pai, para exibir suas convicções políticas, dera nomes romanos. A filha mais velha (a única bem comportada) era Lavínia. Vinham a seguir Caio Graco, Plínio, Cornélia, Corina, Cássio, Fábio, Cícero, etc. Fraülein von Binzer teve grande dificuldade em controlar seus romanos, como os chamava, sobretudo Caius Gracchus e Plinius, que se engalfinhavam com frequência. Em uma das brigas, Caius jogou Plinius pela janela. Subvertendo a História antiga, os bárbaros romanos brasileiros derro-

---

<sup>2</sup> Darrel Erville Levi. *The Prados of São Paulo: an Elite Brazilian Family in a Changing Society, 1840-1930*. Tese de doutoramento, Universidade de Yale, 1974, p. 131.

taram a civilizada germânica, e Ina perdeu o emprego. Para sorte sua, a mágoa foi compensada pela descoberta de um amor inglês. A Martinico só restou confinar os filhos em internatos.<sup>3</sup> Um de seus netos, Caio Prado Jr., continuou sua tradição política de rebeldia, aderindo ao Partido Comunista na década de 1930.

A política introduziu muitas divergências na família, sobretudo após a proclamação da República, quando Eduardo e Martinico deixaram de se falar e houve desentendimento até mesmo entre Eduardo e Antônio, o irmão mais velho que também era monarquista. Embora tais conflitos não se transferissem para o âmbito dos negócios, são testemunho do alto grau de independência pessoal dos Prados.

Eduardo não foi exceção no capítulo da rebeldia. O fato de ser o irmão mais novo, nascido vinte anos depois do primogênito, pode ter reforçado, como sugere Darrel Levi, sua independência pessoal, espírito crítico, inquietação intelectual. Eça de Queirós, amigo íntimo de longa convivência, apontava a curiosidade como sua principal característica. Como caçula, não caía sobre suas costas a responsabilidade pelo destino da família e pela continuidade da tradição. As manifestações de sua independência foram constantes em todas as fases de sua curta vida de 41 anos, iniciada em 1860.

O período de formação de Eduardo Prado, basicamente o que vai do final da Guerra da Tríplice Aliança até a proclamação da República, foi marcado por profunda renovação intelectual e política. Na Filosofia, abandonou-se o ecletismo em favor do Positivismo, do Evolucionismo, do Materialismo. Na Política, o Republicanismo criava forças, embalado pela publicação do manifesto de 1870. Na religião, a aliança da Igreja e do Estado era abalada pela prisão dos bispos e pelo crescimento do anticlericalismo. As faculdades de Direito, Medicina e Engenharia tornaram-se os principais centros de agitação das novas idéias.

---

<sup>3</sup> Ver Ina Von Binzer. *Os Meus Romanos: Alegrias e Tristezas de uma Educadora Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.<sup>a</sup> ed. 1980.

Eduardo Prado ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1875 e terminou o curso em 1881. Em ambiente dominado pelo Liberalismo e pelo Republicanismo, decidiu lutar contra a corrente e criar, com o apoio de alguns colegas, um jornal monarquista conservador, *O Constitucional*. Ao sair da Faculdade, desinteressou-se aparentemente de disputas políticas e ideológicas. Tornou-se um *bon vivant*, opção muito facilitada pela riqueza da família. Mesmo aí, no entanto, não faltou pequena rebeldia, agora familiar. Suas andanças serviam também para adiar o casamento com uma prima, que dona Veridiana insistia em lhe impor. Fez longas viagens pelo mundo, de que resultaram dois livros de observações. Não gostou dos Estados Unidos e acabou fixando residência em Paris, onde teve uma *garçonnière* na rua Casimir Périer e montou um luxuoso apartamento na Rue de Rivoli. O apartamento tornou-se ponto de encontro de brasileiros ilustres de passagem pela cidade. Olavo Bilac, um dos convivas, na resposta a Afonso Arinos quando da posse deste na ABL, deixou descrição pitoresca desses encontros marcados por intenso falatório em meio a fumaramda tão densa que tornava o ar irrespirável.<sup>4</sup>

A proclamação da República interrompeu inesperadamente os folguedos parisienses. O jovial, sociável e meio *blasé* Eduardo Prado foi tomado de indignação cívica. De Portugal, onde se encontrava, escreveu seis cartas contundentes contra o novo governo, sob o pseudônimo de Frederico de S. As cartas foram inicialmente publicadas na *Revista de Portugal* e logo depois em volume intitulado *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Os *Fastos* são magnífico exemplo de panfleto político, escritos com paixão, em estilo irônico, cortante, demolidor. Demonstram que o Monarquismo de Eduardo Prado dos tempos dos bancos escolares representava mais do que simples vontade de ser do contra. Havia nele convicções profundas sobre Política, História e Cultura. Na República, atacou, sobretudo, sua origem militar, que rebaixava o Brasil ao nível dos pronunciamentos hispano-americanos, e sua natureza ditatorial. Acusou-a de suprimir uma liberdade que fora garantida no Brasil pela Monarquia durante 67

---

<sup>4</sup> ABL. *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro, 2005, tomo I, p. 166-67.

anos, de promover o rompimento brusco de uma longa tradição histórica e cultural, de adotar a tola crença na fraternidade americana, expressa esta última no desastrado acordo assinado por Quintino Bocaiúva com o governo argentino. Ao final do texto, Frederico de S. se autodefine apropriadamente como alguém que “aborreceu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania”.

Nos anos seguintes, Eduardo Prado continuou a batalha contra o novo regime ao lado de outros monarquistas, transformados no que Maria de Lourdes Janotti chamou de os subversivos da República.<sup>5</sup> Em plena revolta da Armada contra Floriano Peixoto, ao final de 1893, escreveu em sua fazenda do Brejão o segundo libelo contra a República, *A Ilusão Americana*. Publicado em São Paulo, todos os exemplares postos a venda foram comprados imediatamente. No mesmo dia, a polícia proibiu o livro e no dia seguinte recolheu o resto da edição. Nada melhor do que as palavras do próprio autor para descrever o ato do confisco. Elas são uma excelente amostra do estilo mordaz de Eduardo Prado:

“[...] compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou pela oficina e mandou ajuntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram os livros para a repartição da polícia”.<sup>6</sup>

Na seqüência dos acontecimentos, Eduardo Prado teve que fugir do país para evitar os cárceres do Marechal Floriano Peixoto. A fuga obrigou-o a fazer longa viagem a cavalo até a Bahia. Uma segunda edição do livro foi publicada em Paris em 1895, pela Armand Colin.

É, sobretudo, por *A Ilusão Americana* que Eduardo Prado entra na lista de intérpretes do Brasil. Sobre esse livro concentrarei minha análise. Sua recepção tem sido muito diversificada, como aponta corretamente Sérgio Paulo Rouanet. A esquerda fez dele um precursor do antiamericanismo e da teoria do im-

---

<sup>5</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>6</sup> *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 109.

perialismo. A direita viu nele uma antecipação da *Action Française* de Charles Maurras. Outras interpretações, como a do próprio Rouanet, vêem Eduardo Prado como representante de uma modernidade conservadora. Este é o caso, por exemplo, do mais recente trabalho que conheço, uma tese de doutoramento do padre Mark Hillary Hansen, que define o autor de *A Ilusão* como um rebelde Whig, monarquista e progressista, ao estilo dos liberais ingleses.<sup>7</sup> Leituras distintas e recepção diferenciada atestam a natureza polissêmica do texto. Tal polissemia é exatamente o que lhe confere a qualidade de clássico. É por isso que *A Ilusão Americana*, panfleto político escrito no calor da hora, não envelheceu e ainda figura nas listas de textos fundadores.

*A Ilusão Americana* é uma crítica contundente à onda de imitação dos Estados Unidos que se viu reforçada no Brasil após a proclamação da República. É preciso distinguir no texto uma dimensão política e outra cultural. Pelo lado político, ele contém uma análise fria e realista das relações internacionais. Mostra que a fraternidade entre as repúblicas americanas é uma mentira. O autor combate, sobretudo, a idéia de uma suposta fraternidade entre Estados Unidos e Brasil, ou melhor, a idéia de uma postura fraternal dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Sua frase inicial não deixa margem a qualquer dúvida:

“Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônia.” (p. II).

Com argumentação devastadora, apoiada em abundante exemplificação, demonstra a ausência de qualquer generosidade no comportamento dos norte-americanos em relação ao Brasil e aos outros países do continente. Referindo-se especificamente ao período republicano, argumenta que os tratados assinados em Washington pelo ministro brasileiro Salvador de Mendonça em

---

<sup>7</sup> Ver nesta edição, Sérgio Paulo Rouanet. “Eduardo Prado e a Modernidade”, e Mark Hillary Hansen. “Eduardo Prado, Liberal Monarchist and Catholic Nationalist: a Whig rebel in Brazil’s old Republic”. Tese de doutoramento, Universidade de Columbia, 2002.

nada beneficiavam o Brasil, e cita observação ofensiva ao país, feita pelo Almirante Benham, o mesmo que comandou a intervenção norte-americana durante a revolta da Armada. Benham teria dito em homenagem que lhe prestaram que a amizade do Brasil se baseava em respeito e “um pequeno toque de algo mais”. As gargalhadas da platéia revelaram o sentido do “algo mais”: o medo e a subserviência (p.63).

Essa dimensão política foi a responsável pela apropriação de Eduardo Prado como precursor das idéias e posturas antiamericanas e das críticas ao imperialismo ianque. Ela deve fazer do livro leitura popular hoje no Ministério das Relações Exteriores. Mas o que gostaria de salientar aqui é a dimensão cultural da análise de Eduardo Prado. Sua crítica pode ser lida como sendo feita sobretudo ao Brasil pela mania de copiar os norte-americanos. Mas por que não os copiar se os considera a raça mais enérgica da espécie humana, construtora de uma nação forte e poderosa? A razão estaria em características culturais da sociedade.

“A civilização norte-americana – diz ele – pode vislumbrar as naturezas inferiores que não passam da concepção materialista da vida. A civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral. O verdadeiro termômetro da civilização de um povo é o respeito que ele tem pela vida humana e pela liberdade.”

E resume: “O espírito americano é um espírito de violência” (p.101-102). Os americanos teriam pouco respeito pela vida humana, como o atestam a pena de morte e os linchamentos. Os imigrantes sulistas que vieram para o Brasil trouxeram para cá sua ferocidade no trato dos escravos e a prática dos linchamentos.

Dois outros traços que marcariam a civilização norte-americana seriam a plutocracia e a corrupção. Uma economia capitalista plutocrática, uma sociedade violenta, uma política corrupta, eis a imagem que Eduardo Prado transmite dos Estados Unidos. É isso que não quer ver copiado no Brasil. Boa parte

de sua crítica à República tem a ver exatamente com os traços norte-americanos que ela exhibe, sobretudo a violência e o materialismo. Pelo lado cultural, os Estados Unidos não teriam feito contribuição alguma a nosso país, nem mesmo por seus viajantes. Entre esses últimos, as únicas exceções teriam sido os geólogos Frederick Hart e Orville Derby. Derby era amigo de Eduardo Prado.

Mas em que seria diferente o Brasil, que valores haveria a preservar da contaminação ianque? Eduardo Prado não se estende sobre este ponto. Mas afirma que dos Estados Unidos estamos separados “não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo” (p. II).

Mais especificamente, argumenta que, se o espírito americano é de violência,

“o espírito latino, transmitido aos brasileiros mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade” (p. 102).

Em outro texto, escrito em 1896, coloca a questão em termos mais amplos e dramáticos: o problema da América seria o da convivência dos povos latinos e anglo-saxônios, correndo os primeiros o risco de perderem suas línguas e suas pátrias para os últimos, que se consideram destinados à dominação universal.<sup>8</sup>

A dimensão cultural da análise foi a que mais contribuiu para o caráter fundador do livro, pois possibilitou sua leitura dentro do debate sobre a questão de nossa identidade cultural como nação, um debate que nos persegue desde sempre. O tema já fora levantado, dez anos antes da publicação de *A Ilusão*, por Aníbal Falcão. Eduardo Prado não cita esse autor, talvez por não ter pretendi-

---

<sup>8</sup> Eduardo Prado. *Collectâneas*, vol. II, p. 162, 173.

do escrever texto erudito, talvez por não o conhecer, talvez por detestar os positivistas. Em *Fórmula da Civilização Brasileira*, Falcão desenvolve as concepções comteanas sobre a natureza das civilizações, aplicando-as ao Brasil. Segundo ele, a fórmula da civilização brasileira seria

“o prolongamento americano da civilização ibérica, a que cada vez mais se assimilam, até a reunificação total, os índios e os negros importados, ou os seus descendentes”.<sup>9</sup>

O momento crucial de nossa história teria sido, segundo Falcão, não fosse ele um pernambucano, a derrota e expulsão dos holandeses. Chocavam-se na luta contra os flamengos mais que dois países ou dois impérios. Batiam-se duas civilizações, a ibérica católica e a batava protestante. De um lado, a preocupação com o coletivo, o moral, o poético, a centralização; de outro, o individualismo, a razão, a ação, a dispersão democrática. Os Estados Unidos, segundo Falcão, eram parte da civilização protestante e herdeiros de seus vícios. O país, diz ele,

“[...] cada vez mais degenera de pátria americana em uma verdadeira e imensa sociedade de mercadores, sem passado, sem futuro, e com uma religião característica: o culto do Dólar” (p. 131-32).

Partindo de pontos de vista distintos, Aníbal Falcão e Eduardo Prado aproximam-se na identificação das diferenças entre as duas civilizações. O positivista Falcão valoriza até mesmo a contribuição do Catolicismo e da Monarquia para configurar a superioridade da civilização ibérica. Era radical a ponto de ver como ameaça a nossa civilização a entrada de imigrantes europeus, sobretudo os de crença protestante. Miscigenando suas raças, incorporando índios e negros, o Brasil prefiguraria a reunificação final da espécie humana. Stefan Zweig assinaria embaixo.

---

<sup>9</sup> Aníbal Falcão. *Fórmula da Civilização Brasileira*, Rio, 1933, p. 89.

A preocupação com o choque entre as duas civilizações não se limitava ao Brasil. A expansão norte-americana e as intervenções nos países do continente começavam a turvar a admiração que os latino-americanos sempre tiveram pela pujança econômica do vizinho do Norte. A guerra hispano-americana de 1898, da qual resultara a incorporação de Cuba e Porto Rico ao domínio norte-americano, e a conquista das Filipinas, no mesmo ano, foram marcos importantes na reavaliação da imagem dos Estados Unidos. Outros pensadores latino-americanos, na mesma linha de Eduardo Prado, começaram a temer pela sobrevivência de seus países e culturas. Nesse contexto, as raízes ibéricas, antes menosprezadas, passaram a ser revistas como fator positivo de identidade.

Em 1900, foi publicado no Uruguai um livro que se tornou a mais conhecida exposição das diferenças entre a civilização ibérica e a norte-americana. Trata-se de *Ariel*, de autoria de José Henrique Rodó.<sup>10</sup> Inspirando-se em personagens da peça *A Tempestade*, de Shakespeare, Rodó apresentou o mago Próspero, Duque de Milão, como um sábio professor falando a seus discípulos. Fez de Ariel, o gênio alado, uma alegoria da nobreza do espírito e um modelo para os jovens. Usou Calibã, o escravo bárbaro e repugnante, para simbolizar a preocupação exclusiva com necessidades materiais, o antimodelo.

Rodó, aparentemente, não conhecia a obra de Eduardo Prado. Se a conhecia, não a citou. Mas, como o brasileiro, atacou o que chamou de “nordomania”, o entusiasmo acrítico pelos Estados Unidos que estaria varrendo a América Latina. Anteviu o espectro de uma América deslatinizada por vontade própria. Contra essa conquista moral, propôs a defesa dos valores de nossa tradição cultural, étnica e histórica. A civilização norte-americana baseava-se, segundo ele, no trabalho, na liberdade, na iniciativa. Mas sua única finalidade era a busca do bem-estar material. Nos Estados Unidos, o êxito material era um fim em si mesmo, não havia ideal de futuro. O utilitarismo reduzia a força do direito, esvaziava a virtude cívica, desencorajava a alta cultura, a busca do belo e do verdadeiro. Na política, gerava a mediocridade, a venalidade, a corrupção. Na sociedade,

---

<sup>10</sup> José Henrique Rodó. *Ariel*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

produzia o reino da plutocracia. O americanismo, enfim, definido pelo próprio Rodó, seria a soma do utilitarismo visto como destino humano e da igualdade na mediocridade, tomada como norma de medida social (p.69).

Rodó admitia a existência de características admiráveis na civilização norte-americana e admirava suas conquistas materiais. Mas, ao se resumir à vontade e à utilidade, essa civilização não podia ser modelo para a América Latina. Não se devia desnaturalizar o caráter dos povos. A América precisava manter a dualidade original de sua Constituição, dois pólos que se opunham mas não se excluía e poderiam eventualmente fundir-se em futuro distante. Ao modelo utilitário Rodó contrapunha os ideais de Ariel, que se baseariam no império da razão e do sentimento, na generosidade, no desinteresse, na espiritualidade, nos valores culturais. Ao predomínio dos interesses materiais sobrepunha a hegemonia dos interesses da alma, dos direitos do espírito. E sonhava com o dia em que a realidade permitisse pensar que a Cordilheira dos Andes fora talhada para ser o pedestal definitivo da estátua de Ariel.

Mas a herança ibérica estava ameaçada na América Latina pela imigração e, sobretudo, seguindo aqui as pegadas de Renan, pelo avanço da democracia niveladora e destruidora das hierarquias naturais. A vida do espírito seria incompatível com um igualitarismo radical. A democracia seria, na expressão de Renan, a entronização de Calibã. Em conferência feita em 1935, Francisco Campos usaria também a metáfora de Calibã para indicar a tumultuosa entrada das massas na política, perturbando a tranquilidade da democracia liberal. Vale a pena citá-lo pela beleza literária da frase:

“[...] a própria democracia começa a perceber os traços terríveis da Górgona multitudinária e a distinguir, intervindo na ária composta para o delicado registo de voz de Ariel, o baixo profundo de Calibã entoando o canto de sua libertação das geenas históricas do ostracismo político”.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Francisco Campos. *A política e as Características Espirituais do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

Mas, se para Rodó as massas ameaçavam os valores da elite, para Francisco Campos elas anunciavam a vinda do César carismático. Eram outros tempos.

A caracterização dos contrastes entre as duas Américas não é muito diferente em Rodó, Eduardo Prado e Aníbal Falcão. Os três opõem os valores morais, espirituais e estéticos que predominariam na América Latina, graças à tradição ibérica, ao utilitarismo, materialismo e empirismo norte-americanos, de origem protestante. Em favor dos três, diga-se que não aderiram às visões racistas dominantes na época. Esse era, de fato, um traço comum aos pensadores conservadores do período. Neles, como fica também claro no conhecido *Porque me Ufano do Meu País*, do Conde Afonso Celso, publicado em 1901, a valorização do passado incluía quase sempre uma visão positiva da herança étnica.

Mas havia diferenças entre Eduardo Prado e Rodó, na forma e no conteúdo. Quanto à forma, o segundo produziu um ensaio, não um panfleto. Daí o caráter mais elaborado de seu tratamento do tema. No conteúdo, Eduardo Prado leva vantagem na medida em que escapou à visão inconfundivelmente elitista e conservadora de Rodó. O paulista não tinha receio do povo e chegou a ver no caboclo o símbolo de nossa raça. Mas a diferença mais importante é que a visão do uruguaio da identidade latino-americana era essencialista e naturalizante, enquanto que a de Eduardo Prado era mais histórica, com as vantagens que serão apontadas à frente.

O tema da identidade ibérica confrontada com a anglo-saxônica foi retomado com força em nossos dias no debate sobre iberismo e americanismo. É a melhor prova da atualidade de *A Ilusão Americana*, que pode ser considerada uma defesa do iberismo. Para evitar mal-entendidos, anoto que, no discurso que proferiu ao substituir Eduardo Prado na Academia Brasileira de Letras, Afonso Arinos atribuiu a seu antecessor uma posição que chamou de americanista, e que seria partilhada por Rio Branco e Mauá. Mas uma leitura cuidadosa do texto mostra que Eduardo Prado foi americanista “segurando-se ao ro-

---

<sup>12</sup> ABL. *Discursos Acadêmicos*, p.143-45.

chedo da nossa história”, defendendo suas melhores expressões ibéricas, a Monarquia e a Igreja.<sup>12</sup> Isto quer dizer que o que Afonso Arinos chamou de americanismo de Eduardo Prado está mais próximo do que hoje se chama de iberismo. Nos termos do debate atual, americanismo refere-se exclusivamente à civilização norte-americana.

O texto mais influente na discussão recente, na realidade o que reinaugurou o debate, foi, sem dúvida, o do norte-americano Richard M. Morse. Escrito em 1981, *O Espelho de Próspero* retoma o título de outro livro de Rodó, publicado em 1909.<sup>13</sup> Mas altera o simbolismo dos personagens de Shakespeare. Próspero não é mais o sábio benevolente, mas os prósperos Estados Unidos. Seu espelho, isto é, sua imagem invertida, é a América Latina. Outra importante diferença é que, pela primeira vez, a comparação entre as duas tradições culturais é feita por um anglo-saxão que vê a civilização ibérica como superior à sua própria.

*O Espelho de Próspero* é um ensaio criativo, erudito e provocador. Demonstrando grande conhecimento da história intelectual ocidental, Morse busca demonstrar que a Ibéria não é o atraso do Ocidente, mas, para usar uma expressão perfeita de José Guilherme Merquior, é o Outro Ocidente, derrotado mas não eliminado. Argumenta que teria havido duas opções de modernidade no Ocidente, uma elaborada pela Espanha no século XVI, outra pela Inglaterra no século XVII. A opção espanhola, fruto de um Estado precocemente organizado, às voltas com a fundação de um novo mundo, foi buscar suas raízes no Tomismo. Daí resultou uma concepção de sociedade baseada numa visão comunitária e arquitetônica, na defesa de um Estado forte, posto que inclusivo, civilizador e responsável pela promoção da justiça e do bem comum. Em outros termos, poderíamos chamar essa opção de moderna, mas não de burguesa.

A Inglaterra, por seu lado, e por extensão todo o mundo anglo-saxão, fez sua escolha um século mais tarde, sob o impacto das revoluções protestante, científica, comercial e política. Dessa opção, cujo principal formulador seria

---

<sup>13</sup> Richard M. Morse. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

John Locke, resultou uma visão individualista, contratualista e desencantada da sociedade, com ênfase na liberdade, na defesa dos direitos individuais, na competição e no utilitarismo. O mundo daí derivado é regido pela concorrência, pelo conflito, pelo desencantamento, pelo utilitarismo. Seria a modernidade tipicamente burguesa. Morse não faz segredo de sua própria opção. Na linha dos filósofos frankfurteanos, detecta uma série de patologias nesse mundo individualista e utilitário e imagina a possibilidade de que a tradição ibérica possa oferecer alternativas mais humanas.

*O Espelho de Próspero*, como era de esperar, provocou grande debate, salientando-se as críticas duras de Simon Schwartzman e as mais amigáveis de José Guilherme Merquior.<sup>14</sup> Não posso analisar aqui o debate ou produzir minha própria crítica, o que já foi feito em outro lugar.<sup>15</sup> Meu propósito é mostrar a persistência da problemática enfrentada em *A Ilusão Americana*. Morse não cita Eduardo Prado, mas, tivesse conhecimento de sua obra quando escreveu *O Espelho*, certamente a convocaria para seu lado do debate. A defesa que Eduardo Prado faz da civilização luso-brasileira como sendo mais humana, mais cordial, embasada num catolicismo incluyente, numa monarquia paternalista, tolerante e defensora da liberdade é perfeitamente compatível com o iberismo defendido por Morse.

O debate, que é também um embate entre iberismo e americanismo no Brasil, tem, aliás, uma história bem mais longa. A admiração pelos Estados Unidos, com a conseqüente rejeição da herança ibérica, está presente desde a Inconfidência Mineira. Ela adquiriu características de *nordomania* durante o Segundo Reinado, na obra de Tavares Bastos. Os republicanos a utilizaram

---

<sup>14</sup> Ver Simon Schwartzman. "O espelho de Morse". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 22 (1988) e José Guilherme Merquior. "O Outro Ocidente". *Presença*, n.º 15 (abril, 1990). Ver também a resposta de Morse a Schwartzman. "A miopia de Schwartzman", *Novos Estudos Cebrap*, n.º 24 (julho, 1989) e a tréplica de Schwartzman. "O gato de Cortázar". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 25 (1989). Numa perspectiva mais ampla, ver o estudo de Luiz Werneck Vianna. *A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1997.

<sup>15</sup> Ver José Murilo de Carvalho. "Richard Morse e a América Latina: ser ou não ser". In Antonio Candido et alii. *Um Americano Intranquilo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 47-57.

como arma de propaganda desde o manifesto de 1870, em que se afirmava ser a Monarquia incompatível com os interesses dos estados americanos. “Somos da América, dizia o manifesto, e queremos ser americanos”. De algum modo, podemos ler muitas discussões políticas havidas entre nós desde o governo Collor como um confronto entre as duas visões de mundo. É quase ocioso falar na atual *nordofobia* da política externa. Estão em jogo nesse embate concepções de sociedade, de Estado, de valores sociais e políticos retratáveis às formulações de Morse e, mais remotamente, às Aníbal Falcão e Eduardo Prado.

Termino fazendo um comentário teórico que me leva de volta a Eduardo Prado. As discussões sobre identidades nacionais em geral, e sobre a brasileira em particular, parecem-me pouco produtivas quando adotam posturas naturalizantes e essencialistas, quando supõem que tais identidades são atributos fixos e imutáveis de determinadas comunidades. Uma das dificuldades do conceito de iberismo de Morse está na suposição de que uma identidade formada no século XVI possa persistir, e fora da matriz, até o final do século XX. Seguramente, poderíamos falar da longa duração cultural, mas a própria condição de subordinação econômica e cultural das ex-colônias, mesmo após a independência, nos leva a sermos cautelosos nesse campo e darmos mais atenção ao peso da História. Identidades, nesse caso, como nação na concepção de Renan, seriam produtos em constante elaboração, e não algo congelável em determinados momentos, ou mesmo em definições rígidas.

Após duras batalhas contra o novo regime, Eduardo Prado começou a se voltar mais para o estudo da História, contando para isso com a inestimável orientação de Capistrano de Abreu e do Barão do Rio Branco. Ao morrer prematuramente aos 41 anos, vitimado pela mesma febre amarela que levava seu irmão Caio, já achara tempo para produzir um estudo sobre “O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil” e outro sobre o padre Manoel de Moraes. O primeiro foi lido na Faculdade de Direito de São Paulo em 1896, como a segunda conferência preparatória do tricentenário da morte de Anchieta. Em discurso no Instituto Histórico e Geográfico de

São Paulo, pronunciado em 1889, fez o elogio da história e do estudo do passado, como tarefa patriótica.

Em *A Ilusão Americana* não se estende na descrição das características da civilização brasileira ao contrastá-la com a norte-americana. Mas nas críticas à República feitas nos *Fastos* fica claro que sua concepção de identidade nacional está ligada estreitamente à história, a instituições, valores e ações que se foram desenvolvendo ao longo do tempo e marcaram nosso ser nacional. Ela tem a ver com a Monarquia, com o Catolicismo, com a conquista e defesa do território, com a preservação da liberdade, com a abolição da escravidão feita de maneira incruenta, com a tolerância, com o civilismo, com o progresso na ordem. É irrelevante, para o ponto que tento demonstrar, discutir se tudo isso correspondia ou não à verdade. O que importa é que Eduardo Prado sugere uma visão não essencialista da identidade brasileira, isto é, uma visão de identidade em permanente construção. Sua reação à República se devia mais à ruptura brusca que o novo regime pretendia fazer com um patrimônio que se construía lentamente do que a uma rejeição da mudança.

Como bom conservador, Eduardo Prado sabia que promessas de mudanças radicais freqüentemente produzem decepções e frustrações, quando não retrocessos. Mais uma indicação de sua atualidade.

# EDUARDO PRADO E A MODERNIDADE

SERGIO PAULO ROUANET

Ocupante da  
Cadeira I3  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

Os grandes homens são freqüentemente vítimas dos seus adversários e, mais ainda, dos seus admiradores. Foi o triste destino de um dos maiores amigos de Eduardo Prado, Eça de Queirós, e do próprio Eduardo Prado.

Eça de Queirós teve contra si a implacável hostilidade de todos os conservadores, que não lhe perdoavam nem as *Farpas*, dirigida contra a pasmaceira cultural e política de Portugal, nem *O Crime do Padre Amaro*, dirigido contra certas frações do clero, nem *Os Maias*, em que não poupou sua própria geração, nem os artigos em que se batia contra a patriotice oficial, representada, entre outros, por Pinheiro Chagas.

Mas ele sempre soube lidar com seus críticos. Foram seus admiradores póstumos que quase o derrubaram.

Minha geração ainda lia Eça, mas era difícil manter nosso entusiasmo quando nos defrontávamos com os adeptos mais fervorosos do romancista. Eram senhores pelo menos septuagenários, em geral desembargadores aposentados, que citavam nas horas menos oportunas trechos inteiros de *A Cidade e as Serras*. Eram contra o palavrão no teatro, diziam que a crise do Brasil era de caráter, votavam na UDN e usavam expressões como *data venia* e “salvo melhor juízo”. Quando veio o golpe militar, muitos contribuíram com suas luzes

jurídicas para a redação dos atos institucionais. Conheci um deles, um velho embaixador, que me confessou que, diante da iminência do advento do comunismo no Brasil, no tempo de João Goulart, e do fato para ele inevitável de que seria internado num campo de concentração, tinha mobilizado suas relações para que fosse enviado, ao menos, para um campo mais civilizado, onde pudesse, junto com outros embaixadores, jogar xadrez e ler Eça de Queirós.

Como é possível que o escritor mais subversivo de sua geração tenha gerado adeptos tão bem-pensantes?

Como se sabe, não é raro que os grandes criadores produzam tipos que saem da obra, encarnando-se em figuras de carne e osso. Todo parisiense encontra diariamente no metrô ou no restaurante o perfumista César Birotteau, o médico Bianchon ou o arrivista Rastignac. Em Londres, damos cotoveladas em Mr. Micawber, em Mr. Pickwick e em outras criações de Dickens. Eu próprio já fiz várias viagens de ponte aérea sentado entre Gabriela e Dona Flor. Pois bem, algo de semelhante se passou com Eça de Queirós. Alguns dos seus personagens adquiriram vida e podem ser vistos no Chiado e na Rua do Ouvidor, mas por uma fatalidade não são nunca os personagens modernos, como Jacinto e João da Ega, e sim os personagens arcaicos, como o Conde de Gouvarinho e o Conselheiro Acácio. Isso não seria tão grave, se não fossem justamente esses senhores os que mais admiram Eça de Queirós. São eles que compõem o campo dos queirosianos de hoje. Podem apostar que numa roda de pessoas que citam Eça de Queirós haverá pelo menos um velho magistrado com cara do Conde de Abranhos e um velho diplomata com o pigarro daquele ministro da Finlândia, que dizia sempre: “É grave, excessivamente grave.” O resultado é que gostar de Eça, hoje em dia, é quase um acacianismo. Só há uma solução: um contragolpe que o liberte dos personagens arcaicos que se apoderaram dele, permitindo que os personagens modernos possam assumir a hegemonia.

*Mutatis mutandis*, essas reflexões se aplicam ao grande amigo de Eça, Eduardo Prado. Também ele despertou iras entre os contemporâneos, que o acusaram de falta de patriotismo por ter falado mal no exterior do regime político brasileiro, depois da proclamação da República. E também ele teve o privilé-

gio dúbio de ser elogiado pelas pessoas erradas, com base em dois mal-entendidos opostos.

Há um mal-entendido de esquerda, que, partindo de sua crítica aos Estados Unidos em *A Ilusão Americana*, vê em Eduardo Prado uma espécie de precursor do antiamericanismo atual. Há traços dessa interpretação no prefácio da edição de 1958, da Brasiliense. Ainda que sem perceber a significação do imperialismo norte-americano como etapa no desenvolvimento do Capitalismo, Eduardo Prado teria detectado em toda a sua brutalidade a tendência dos Estados Unidos à dominação mundial. Atribuiu a uma nação o que na verdade faz parte da lógica de um sistema social, e nisso consistiu seu erro. Apesar disso, foi “profeta sem saber.” Seu livro

“vale pela denúncia que faz dos métodos norte-americanos, no fundo inerentes à finalidade de lucro que move a economia capitalista, a qual encontrou possivelmente na América do Norte as condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento. Hoje os que se insurgem contra a dominação econômica dos Estados Unidos encontram em Eduardo Prado um aliado”.<sup>1</sup>

Mas há também um mal-entendido de direita, que parte do Monarquismo e do Catolicismo de Eduardo Prado para ver nele um pioneiro dos movimentos extremistas que se aglutinariam na França em torno de Maurras e da Ação Francesa. Insuperável, nessa linha, é o Sr. Sebastião Pagano.<sup>2</sup> Para Pagano, Eduardo Prado era um tradicionalista rígido, que, desgostoso com o ceticismo e a falta de princípios morais e religiosos dos intelectuais europeus, chegara à conclusão de que somente a aliança do trono e do altar poderia salvar o Brasil. Sem dúvida, Eduardo Prado fora filho do seu tempo e não pudera vislumbrar toda a verdade. Em vez de defender a Monarquia autêntica, a Monarquia autoritária, sem qualquer compromisso com o Liberalismo e o Parlamentarismo,

---

<sup>1</sup> Eduardo Prado, *A Ilusão Americana* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1958) p. 3.

<sup>2</sup> Sebastião Pagano, *Eduardo Prado e sua Época* (São Paulo: Editora Cetro, s.d.).

ele defendera a Monarquia tal como ela existia ultimamente no Brasil, contaminada pelas mazelas do século, as mesmas que Pio IX com toda razão havia condenado no *Syllabus*. Foi a culpada indulgência com essas forças dissolventes, combinada com a ação de uma sociedade secreta, a maçonaria, que precipitou o fim do Império. Mas Eduardo Prado era de tão boa cepa paulista, vinha de uma família tão limpidamente aristocrática, tivera o privilégio, graças à sua veneranda mãe D. Viridiana, de uma educação católica tão sólida, que conseguiu superar as limitações do seu tempo, acedendo aos princípios eternos que estão na base da verdadeira moral e da verdadeira política. Nisso teve um mérito especial, porque precisou livrar-se da influência dos seus mestres franceses, como o sutil heresiarca Renan, professor de ceticismo, e dos seus amigos portugueses, entre os quais Eça de Queirós, autor de um romance pornográfico, *A Relíquia*, que para cúmulo do desrespeito se passava na terra de Nosso Senhor. É verdade que no final de sua vida Eça de Queirós se reconciliou com sua pátria e com a religião, resultado que Pagano não hesita em atribuir à ação seráfica de Eduardo Prado. Sim, apesar de um certo diletantismo no início de sua vida, Eduardo Prado despertou, com a catástrofe da queda do Império, para a consciência de suas responsabilidades religiosas e políticas, dedicou o resto de sua curta vida a uma causa nobilíssima, a restauração da Monarquia, e teve uma morte santa, aos 41 anos, pronunciando palavras edificantes.

Positivamente, Pagano é um personagem de Eça de Queirós. Que personagem? Se é verdade que Eduardo Prado foi um *alter ego* de Fradique Mendes, o civilizadíssimo filho espiritual do romancista português, basta procurar na *Correspondência de Fradique Mendes* uma figura que se assemelhe a Pagano. Logo encontramos essa figura: é Pacheco, homem de imenso talento, sem o qual Portugal não seria o que é entre as nações. Pacheco falava pouco, mas quando saía do seu fecundo silêncio era para dizer coisas que aterravam a oposição e enchiam de veneração as bancadas governistas. Uma vez aparteceu um padre zarolho que discursava sobre a liberdade. De pé, com o dedo espetado, Pacheco afirmou, num tom que traía a segurança do pensar e o saber íntimo: “Ao lado da liberdade devia sempre coexistir a autoridade!” Reconhecemos na fra-

se de Pacheco uma idéia cara a Pagano. A semelhança é tão grande que podemos imaginar que um dia seja publicado um livro de Pacheco julgando Fradique Mendes, como Pagano publicou um livro julgando Eduardo Prado. Podem ter certeza de que em seu livro Pacheco provaria que, apesar das aparências, Fradique era um católico ultramontano e legitimista. O estilo de Pacheco seria tão decoroso quanto o de Pagano. Como Pagano, Sua Excelência usaria adjetivos irreprensíveis: todos os homens seriam ínclitos ou preclaros, todas as mulheres, sobretudo quando mães, seriam virtuosas ou venerandas, e o patriotismo, sobretudo quando se tratasse de patriotismo paulista, seria sempre ou acrisolado ou acendrado.

Em suma, para as duas orientações, Eduardo Prado se aproximou da verdade, mas não a alcançou plenamente. Para a esquerda, ele bateu às portas do Marxismo, mas não entrou, por não conhecer a teoria leninista do Imperialismo. Para a direita, ele bateu às portas da TFP, mas não entrou, por não ter aderido aos princípios teocráticos de Joseph de Maistre e Bonald.

Voltamos ao ponto de partida: é preciso salvar os grandes homens dos seus admiradores. Pior que matar por ódio é matar por excesso de amor. “*For all men kill the thing they love*”, escreveu Oscar Wilde. “*The brave man does it with a sword; the coward with a kiss.*” É preciso proteger Eça contra a solenidade conselheiral dos seus adeptos de hoje. E é preciso proteger Eduardo Prado contra os dois fundamentalismos rivais: ele não é nem um protoleninista nem um profascista. O que era ele, então? A meu ver, Eduardo Prado pode ser descrito como produto e agente da modernidade, em sua vertente aristocrático-conservadora.

Podemos ver a modernidade como fato e como ideal. Em sua forma factual, não há melhor descrição que a de Max Weber. Para ele, como se sabe, a modernidade é o produto de processos cumulativos de racionalização que se deram no Ocidente a partir do século XVII. A modernidade teve uma dimensão econômica, política e cultural. A modernidade econômica implica a livre mobilidade dos fatores de produção, o trabalho assalariado, a adoção de técnicas racionais de contabilidade e de gestão, o progresso técnico. A modernidade política implica a substituição da autoridade descentralizada,

típica do feudalismo, pelo estado central, dotado de um sistema tributário eficaz, de um exército permanente, do monopólio da violência, de uma administração burocrática racional. A modernidade cultural implica a secularização das visões do mundo tradicionais (*Entzauberung*) e sua diferenciação em esferas de valor (*Wertsphären*), até então embutidas na religião: a ciência, a moral, o Direito e a Arte. Todos esses processos de modernização desde o início tiveram uma tendência expansionista, centrífuga. Em sua vocação mais autêntica, a modernidade é dinâmica, tende sempre a ultrapassar os espaços meramente locais em direção a territórios cada vez mais amplos, cada vez mais universais.

Sobre essa modernidade factual, constrói-se uma modernidade ideal. A maior flexibilidade dos agentes, exigida pelos imperativos da racionalidade moderna, transforma-se num ideal de autonomia: autonomia econômica, política, cultural. O lado expansivo da modernidade, sua tendência a romper todas as barreiras locais e a ocupar espaços cada vez mais vastos, transforma-se num ideal de universalidade.

Em grande parte do século XIX, coube à burguesia, principal artífice e beneficiária da modernidade factual, realizar o ideal da modernidade, em suas diferentes articulações. Acreditou ter concretizado a autonomia econômica, emancipando os agentes de produção de todos os entraves corporativos e de todos os vínculos de subordinação feudal; a autonomia política, implantando nos principais países do mundo regimes liberais e democráticos; e a autonomia cultural, autorizando o livre exame, abolindo a censura e fomentando a instrução pública. E pretendia-se universalista em sua ideologia do *free trade*, que alegadamente levaria a prosperidade ao mundo inteiro, além de todas as fronteiras nacionais e culturais.

Esse programa modernizador foi contestado por tendências antimodernas, que pretendiam refugiar-se numa Arcádia pré-capitalista, baseada em formas medievais de organização econômica, política e cultural, bem longe do tufão universalista que vinha da Ilustração e da Revolução Francesa. E foi contestado por duas variedades de tendências pró-modernas, o Socialismo e o que po-

deríamos chamar o Conservadorismo esclarecido. Ambas aceitavam os valores da modernidade, mas criticavam o modo de sua realização pela burguesia.

Para os socialistas, a autonomia burguesa nada mais era que a autonomia para a classe burguesa, quando o que se desejava era uma autonomia para todos, substantiva e não meramente formal; e o universalismo burguês não era um verdadeiro internacionalismo, e sim a máscara do cosmopolitismo do capital.

Para os conservadores esclarecidos, não se tratava tampouco de contestar os valores modernos, mas de dar-lhes novos conteúdos, recorrendo a certos elementos da ordem estamental-aristocrática. A autonomia econômica foi redefinida de modo a combinar a crença entusiástica no progresso técnico com uma nova ênfase na responsabilidade social dos proprietários. A autonomia política foi redefinida de modo a compatibilizar todas as conquistas liberais de 1789 com as exigências da ordem e da hierarquia social. A autonomia cultural foi redefinida de modo a harmonizar a liberdade intelectual dos liberais – o *sapere aude* kantiano – com o respeito à tradição e à religião. Enfim, o universalismo foi redefinido de modo a permitir a coexistência da idéia da humanidade única com a revalorização das particularidades culturais e nacionais.

É nessa última corrente que devemos situar Eduardo Prado, ao qual se aplicam todas as características do modernismo conservador.

Primeiro, ele era inequivocamente favorável à modernidade econômica, entendida como um sistema voltado para a produção racional de mercadorias e para a constante incorporação do progresso técnico ao processo produtivo. Ele próprio pertencente a uma família que enriquecera com a produção do café e sua comercialização no exterior nunca deixou em suas viagens de combinar o turismo com os contatos de negócios e de informar-se sobre os últimos aperfeiçoamentos da ciência da Agronomia. Em sua viagem à Indonésia, esse suposto diletante dedica menos tempo à descrição dos antigos templos budistas que a relatos minuciosos sobre a cafeicultura em Java. Em dezenas de páginas implacáveis, somos informados, quer o desejemos ou não, de que as plantações do distrito de Malang são subdivididas em trechos com 400.000 pés, que rendem em média 600 quilos cada, de que os planta-

dores pagam cinco guilders por uma certa quantidade e de que não há impostos de transmissão. Não somos poupados de nenhum detalhe sobre as moléstias que afligem os cafezais. E que volúpia na descrição das máquinas de secar café! Mas ele nos alerta: o secador Van Mannen é muito simples, mas necessita de muito cuidado. E não pense o leitor que as máquinas podem fazer tudo. Para que o café adquira uma bela cor, que lhe dê valor no mercado, é preciso que acabe de secar lentamente ao sol.

Em geral, Prado se interessa mais pelas máquinas que pelos processos tradicionais. Não é por acaso que ele serviu de modelo para outro personagem moderníssimo de Eça de Queirós, Jacinto de Tormes. Em seu palacete da Avenida dos Campos Elíseos, 202, Jacinto tem ao alcance da mão o saber técnico de toda a humanidade, em aparelhos complicados que lhe dão acesso instantâneo a todas as notícias, a todas as áreas da cultura, a toda a gama das atividades humanas. Era um pouco assim no domicílio parisiense de Eduardo Prado, na Rue de Rivoli. Às vezes essa *high tec* pregava peças a Eduardo, como pregara a Jacinto, no famoso episódio do elevador enguiçado. Ao que parece, esse episódio teria sido inspirado numa cena real, ocorrida na Rue de Rivoli. Mas em geral as forças da natureza submetiam-se com docilidade ao capricho desse grão-senhor da civilização científico-tecnológica, e isso não somente em Paris, mas no próprio reduto rural de Eduardo Prado, na fazenda do Brejão. Havia ali um laboratório, construído especialmente para ele por um sábio russo chamado Coulon, local de alta periculosidade, onde Eduardo realizava experiências sobre tudo, com sérios riscos de explosão. Sua cozinha e sua copa tinham duas dúzias de máquinas diversas, e um dos seus divertimentos era mostrá-las aos caipiras.<sup>3</sup>

Esse culto da modernidade econômica era acompanhado por uma grande preocupação com a chamada “questão social”. Daí a importância de minorar a miséria das massas proletárias. Mas esse sentimento genuíno de responsabili-

---

<sup>3</sup> Afonso Arinos, *Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, em “Discursos acadêmicos”,* Tomo I, 1897-1919.

dade social é evidentemente inseparável da crença numa solução vinda de cima, inspirada pelo papa ou pelo imperador da Alemanha. Não era o Capitalismo em si que devia ser combatido, e sim o Capitalismo egoísta, predatório, tal como praticado, por exemplo, pelos banqueiros judeus. Nada mais típico da época que a união do anticapitalismo moralizante com o anti-semitismo.

“Hoje, os opressores são os burgueses que confiscaram em seu proveito todas as chamadas conquistas da revolução de 1789. O capitalismo semita ou não semita goza hoje de privilégios reais e efetivos muito mais vexatórios que os privilégios antigos da nobreza e do clero... Na vida moderna o capital cresce por si mesmo, cada vez mais se avoluma, e é fora de dúvida que a fatalidade faz com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres... O Papa e o Imperador, com a compreensão superior que lhes dá a fé nos seus destinos, estão vendo que novos tempos de renovação social se aproximam, e que é preciso, na imensa Bastilha em que a burguesia revolucionária encarcerou o proletariado, rasgar uma janela para o azul.”<sup>4</sup>

Como empresário, Eduardo Prado punha em prática essa variedade conservadora de modernidade econômica. Era um entusiasta da máquina e um tradicionalista em matéria de relações de trabalho. A escravidão tinha sido um mal, mas felizmente tinha sido abolida, por mérito da Monarquia, e sem derramamento de sangue, como nos Estados Unidos. O novo sistema de trabalho assalariado tinha se instalado sem sobressaltos e sem qualquer ruptura com o sistema patriarcal que desde sempre existira. Graças a esse sistema, as relações entre patrões e empregados eram doces, sem autoritarismo por parte do dono, sem subserviência por parte dos caboclos, com compadrios freqüentes temperando a rigidez das hierarquias, com um grande sentimento de responsabilidade na cúpula, com respeito na base, e com muitas rezas e novenas congregando patrões e criados numa comum reverência diante daquele Deus perante o qual todos são iguais.

---

<sup>4</sup> Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, op. cit., p. 133-135.

Segundo, Eduardo Prado era um apologista incondicional da modernidade política, entendida como sistema de governo baseado na liberdade e no respeito aos direitos constitucionais. Em grande parte é o que está na origem de sua oposição à República. Os *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, publicados na *Revista de Portugal* sob o pseudônimo de Frederico de S., não deixam dúvida a respeito. O novo regime é odioso por ser liberticida. A República aboliu todas as instituições representativas. Confiscou a liberdade dos cidadãos. O poder civil curvou-se diante dos quartéis.

“Hoje, no Brasil, não há tribunais, não há leis que protejam o indivíduo contra a violência quando ela vem do governo. O cidadão é preso, deportado, sujeito a todas as agressões oficiais, sem ter recurso nenhum contra elas. O poder armado dos soldados e dos marinheiros não tem outro limite além da sua vontade.”<sup>5</sup>

A Monarquia, ao contrário, tinha assegurado completa liberdade de expressão e garantido a hegemonia do poder civil. Se a modernidade política significa o respeito aos direitos humanos, não há dúvida de que progressista era Eduardo Prado, e retrógrados os republicanos. Ao atacar a ditadura de Floriano, assim como o Positivismo, que tinha se transformado numa virtual religião de Estado, Eduardo Prado estava falando em nome da modernidade política, contra os reacionários fardados que, empunhando o evangelho de um novo fundamentalismo, estavam dando as costas ao ideal do estado leigo e liberal.

Ao mesmo tempo, é mais que provável que o Monarquismo de Eduardo Prado tivesse também outras motivações. O Império não era apenas uma instituição destinada a viabilizar o governo liberal, era também um dique contra ameaças que vinham de baixo, da grande massa de escravos e ex-escravos e dos numerosos contingentes de imigrantes que tinham trazido de sua Europa natal perigosas idéias anarquistas ou socialistas. A República parecia menos apta a

---

<sup>5</sup> Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, “Revista de Portugal”, 1890, p. 28.

garantir a estabilidade social que a Monarquia, cujo regime parlamentar permitiria canalizar e tornar inofensivos os ressentimentos mais ameaçadores. Modernismo, sim, com toda uma perspectiva de melhoramentos para a população inteira, mas modernismo conservador. Era o Império que melhor permitiria conciliar as exigências gêmeas da ordem e do progresso, que a República tinha inscrito retoricamente em sua bandeira, mas que não tinha condições de satisfazer devido às características anárquicas dessa forma de governo.

Terceiro, Eduardo Prado aderiu sem reservas à modernidade cultural, entendida como crença no valor da ciência e da instrução, como forma de emancipar-se da tutela de uma religião repressiva. Intelectual supremamente afinado com o que havia de mais atual na cultura moderna, nunca renunciou à sua admiração por filósofos abominados pelos tradicionalistas, como Renan. Nunca se insurgiu contra a palavra de ordem da Ilustração, o *sapere aude* kantiano. Eduardo Prado acreditava na importância da tradição, mas queria estudá-la como historiador, para testar sua aplicabilidade ao presente, e não recebê-la cegamente como um repertório de valores imutáveis. Era religioso, mas seu Catolicismo nada tinha de teocrático. Não se opunha ao regime do padroado, em vigor no Brasil mesmo antes da Independência, pelo qual cabia ao Estado dar a última palavra em matéria de nomeações e benefícios eclesiásticos. Estava plenamente consciente do papel negativo muitas vezes desempenhado pela Igreja na vida nacional.

Foi o que o levou a criticar em termos quase incendiários o clero chileno. Ele é o “sustentador, o guarda de preconceitos oligárquicos... De fato, o poder civil do clero é enorme; seus meios de despotismo não são os do clero de outros países; ele é oligarquia, ele é mesmo o sustentáculo da oligarquia leiga, de que é o diretor”. Até o trabalho assistencial da Igreja chilena tinha para Prado um ranço oligárquico. Visitando um colégio religioso, ouviu do diretor que as crianças pobres eram separadas das outras, e por isso seu padroeiro era um santo proletário, São Pedro Damiano. Pergunta de Eduardo Prado: “Por que não escolheram Jesus Cristo, que era filho de carpinteiro?”<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Eduardo Prado, *Viagens* (São Paulo: Escola tipográfica salesiana, 1902) vol.II, p. 152-154.

Dito isto, não há dúvida de que, qualquer que fosse a sinceridade de suas convicções católicas, Eduardo Prado via na Igreja em grande parte um baluarte da tradição, contra as forças que pretendiam renegar séculos de História. É o que fica muito claro na sua bela conferência a propósito do tricentenário do Padre Antonio Vieira:

“Na pessoa de Anchieta glorificamos nossa História e os feitos dos nossos maiores; os irmãos podem dissentir entre si, mas todos têm o sentimento comum da veneração pelos pais. E este sentimento revela-se entre os povos pelo amor à língua nacional, aos costumes, às tradições, por toda essa riqueza que é patrimônio de uma nação... Vive ali simples, rude e enérgico na sua calma o descendente do mameluco e do índio, que hoje tem teto, tem família e tem Deus, porque os jesuítas civilizaram seus avós.”<sup>7</sup>

Sua concepção de História vai na mesma direção. Em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico, pronunciado alguns dias antes de sua morte, disse palavras que não seriam renegadas pelos discípulos mais conservadores da Escola Histórica alemã: “O mal de muitas almas brasileiras é se acharem desprezadas do passado e desenraizadas da terra. Somos um povo cada dia mais desnacionalizado, e esta casa é uma grande escola de Nacionalismo.”<sup>8</sup>

Quarto, o universalismo de Eduardo Prado é real, vindo da convicção moderna (e cristã, diga-se de passagem) de que a humanidade não pode mais ser concebida, como no mundo antigo, em termos meramente municipais, nacionais ou imperiais. Eduardo Prado foi um grande viajante, percorrendo a terra como um cidadão percorre o bulevar. Foi um *flâneur*, no sentido de Walter Benjamin: essa figura alegórica da modernidade que passeia na cidade através da multidão, observando os passantes, farejando o passado, antecipando o fu-

---

<sup>7</sup> Eduardo Prado, *Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Novo Mundo*, em “Coletâneas” (São Paulo: Escola tipográfica salesiana, 1900) vol. IV, p. 96-97.

<sup>8</sup> Eduardo Prado, em “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico”, tomo LXIV, 1901, p. 239.

turo e descobrindo rastros no asfalto como um pele-vermelha na savana. Para Benjamin, sem o *flâneur* não teria havido a modernidade. Eduardo Prado foi um *flâneur* do mundo, a serviço de uma modernidade ampliada, que não se limitava à Rue de Rivoli, seu elegante endereço parisiense. Eça de Queirós compreendeu bem a força-motriz desse nomadismo: a curiosidade, atributo típico do *flâneur*, ou do *globe-trotter*, como diz Eça. Para o romancista, Prado

“foi um viajante do tipo pensativo de Anacarsis...Viajou vastamente, viajou intensamente: não como vagabundo, mas como filósofo, para quem o mundo constitui aquele livro que louva Descartes, o mais proveitoso de folhear, ainda que o mais dificultoso de compreender...Toda a Europa, a Arábia, a Palestina, o Egito, a Índia, a Austrália, as duas Américas, as Ilhas do Pacífico, terras fortemente estudadas, finamente assimiladas – lhe penetraram no espírito para sempre”.<sup>9</sup>

Sua curiosidade não era ociosa, era a curiosidade do sábio, que quer conhecer imparcialmente todos os povos da terra, e do homem de sentimento, que deseja compreender todos os homens, para a todos amar. Por isso não há nenhum eurocentrismo nele. Todas as culturas merecem ser conhecidas e amadas.

“De todas as sociedades em que mergulhou recebeu um ensino inestimável, o mais fecundo e o mais puro, o ensino de que todo este largo mundo é uma pequena cidade, a verdadeira cidade entrevista por Epitecto, onde a diversidade dos hábitos esconde a identidade das almas.”<sup>10</sup>

Eça tem razão. Quem percorrer os dois volumes das *Viagens*, em que Eduardo Prado conta suas peregrinações por todos os continentes, não encontrará traços marcantes de xenofobia ou intolerância étnica. Apesar de sua anglofilia,

---

<sup>9</sup> Eça de Queirós, *Eduardo Prado*, artigo introdutório a “Coletâneas”, de Eduardo Prado (São Paulo: Escola tipográfica salesiana, 1904) vol. I, p.x.

<sup>10</sup> Eça de Queirós, *ibidem*, p. xii e xiii.

são as viajantes inglesas que Prado ridiculariza, não as mulheres nativas. Os ingleses é que são insulares, tendendo a desprezar os outros povos, mas “o calor de Malta desfaz a rigidez orgulhosa dos colarinhos, sob o sol que dissipa os preconceitos”.<sup>11</sup> Entre esses preconceitos está a tão falada indolência meridional, a inaptidão do homem dos climas quentes para o trabalho. Por que países como Portugal e Espanha são mais atrasados hoje que as nações do Norte? Não por uma pretensa inferioridade da raça, mas porque viveram durante séculos à custa de suas colônias, desabitando-se assim do trabalho produtivo, e porque seu povo foi explorado pelo Absolutismo do rei, que extenuou a península com suas imposições e proibições, e pela tirania da Inquisição, que a imobilizou pelo terror.

Mas há também em Eduardo Prado uma nova ênfase nas particularidades étnicas e nacionais. Do ponto de vista étnico, essa ênfase se aproxima perigosamente do anti-semitismo. Eça diz com todas as letras que Prado era anti-semita, e isso não para seguir o modismo francês de detestar o judeus simplesmente porque eles representam o moderno capital financeiro, e sim a partir de raízes peninsulares autênticas, que remontavam à Idade Média, para a qual os judeus não deveriam nunca ter saído do gueto. Há decerto muito exagero nisso. Por uma vez, Pagano merece mais crédito que Eça de Queirós. Para Pagano, não era por nenhum ressentimento gótico que Eduardo Prado não gostava dos judeus, nem por acreditar que eles tivessem qualquer predestinação biológica para a usura, e sim porque encarnavam em sua forma mais visível a civilização do dinheiro, que aquele milionário abominava. O inimigo era o materialismo, do qual o judeu era um dos acólitos, e não o judeu em si, e a prova é que Eduardo Prado odiava também os norte-americanos, pela mesma razão. Talvez não houvesse realmente racismo em Eduardo Prado, no sentido técnico. Não encontrei nele nenhum vestígio das fantasias raciais que estavam em moda na ciência européia e reapareceriam de modo tão grotesco em alguns dos principais intérpretes do Brasil. O Judaísmo para ele era mais um conceito

---

<sup>11</sup> Eduardo Prado, *Viagens*, Vol. I, p. 65.

cultural que biológico. Por exemplo, encontrou muitos judeus na Austrália, mas parece ter ficado mais chocado com o fato de que fossem de língua alemã que com o fato de serem judeus. “É incrível”, concluiu ele, “o incremento que toma em todo o mundo o alemão. Na Austrália, como em toda a parte, parece querer dominar. Que será da civilização latina?”<sup>12</sup> Eça de Queirós foi um *dreyfusard* incondicional, e como familiar da casa do escritor, em Paris, é bastante improvável que Eduardo Prado tivesse simpatia pelo campo oposto. Seja como for, parece certo que ele não escapou ao vírus que contaminaria tantos intelectuais europeus do seu tempo, inclusive no próprio movimento socialista, e que não pouparia sequer um escritor da estatura de um Paul Valéry, que foi contra a revisão do processo de Dreyfus.

Em todo caso, não foi na aversão aos judeus, e sim na exaltação do patriotismo, que o lado particularista de Eduardo Prado se manifestou mais claramente. Em seu artigo sobre Eça de Queirós, lamentou que o escritor e sua geração de “vencidos da vida” tivessem sucumbido à mania de ver o mundo e a si próprios segundo uma ótica francesa. Era uma geração que se emocionava com a queda de um ministério na França do segundo Império, e não sabia o nome dos homens que governavam Portugal. Chorava com a perda de Alsácia e da Lorena e não se importava com o declínio do seu império colonial, centenas de vezes maior que as duas províncias anexadas pela Alemanha. Por entorpecimento da fibra patriótica, Portugal dava o exemplo de um fenômeno talvez único, o de um povo que se desnacionalizava. Felizmente, com a derrota de 1870 a França se desprestigiou e deixou de ser um modelo oferecido à emulação universal. Foi um grande bem para Portugal. Como as afinidades com a Inglaterra se limitavam às relações comerciais e como o alemão era um idioma desconhecido, os portugueses ficaram sem ter quem imitar e foram forçados a voltar-se para si mesmos, para a redescoberta do seu passado, para a construção de uma cultura própria. Mas também no resto do mundo os tempos tinham mudado.

---

<sup>12</sup> Eduardo Prado, *Viagens*, Vol. II, p. 260.

“Em toda a Europa houve uma revivescência intensa do Nacionalismo. O cosmopolitismo sonhado desfez-se como os sonhos; a voz de Victor Hugo, já isolada, calou-se na morte, já cansada de pregar uma federação dos povos que ninguém mais queria e ninguém mais compreendia... A época era da autonomia de cada povo. Grande ou pequena, pobre ou rica, cada nação aspirava a viver por si.”<sup>13</sup>

Fiel sismógrafo do seu século, Eça de Queirós tinha acompanhado e vivido toda essa trajetória, do cosmopolitismo hugolátrico de antes à redescoberta do sentimento nacional. Agora se interessava pelas coisas pátrias, pela cozinha lusa autêntica, por obras bem portuguesas, crônicas, sermões, vidas de santos, livros de mística. Nisso, como em tantas outras coisas, Eduardo Prado revelou-se um fino observador e até um bom profeta. A “conversão” de Eça ao Patriotismo foi confirmada, como se sabe, com *A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramirez*, livros póstumos que só foram publicados anos depois da data em que Prado escrevia seu artigo (1897).

A dar crédito ao próprio Eça de Queirós, Eduardo Prado nunca tinha conhecido essa ambivalência. Sempre fora patriota. “Nele, esse amor patriótico nunca sofreu diminuição nem degeneração, bem sólido, bem alto, rijamente cimentado nas profundidades mesmas do ser... Ele permanece o puro e forte patriota, que traz sempre da pátria consigo não só o espírito, mas a imagem.”<sup>14</sup>

Talvez seja por isso que foi a Eduardo Prado que Fradique Mendes confiou suas idéias sobre a lamentável desnacionalização que se implantara no Brasil desde a Independência. Como Prado, segundo se diz, era o modelo sobre o qual Eça construiu a figura de Fradique, esse depoimento tem um valor especial, porque era um fantasma conversando com seu próprio corpo. Pois bem, em carta datada de 1888, escreve Fradique:

---

<sup>13</sup> Eduardo Prado, *Eça de Queirós*, em “Coletâneas”, Vol. I, p. 316-323.

<sup>14</sup> Eça de Queirós, *Eduardo Prado*, op. cit., p. xxii-xxiii.

“Nos começos do século XIX... os brasileiros, livres dos seus dois males de mocidade, o ouro e o regime colonial, tiveram um momento de única e maravilhosa promessa... Os brasileiros podiam nesse dia radiante fundar a civilização especial que lhes apetecesse... O que eu queria é que o Brasil... se instalasse em seus vastos campos e... que lhe fossem nascendo... com viçosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada a dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa. O que eu queria... era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo paquete e arrumados à pressa... Apenas as naus do senhor D. João VI se tinham sumido nas névoas atlânticas, os brasileiros, senhores do Brasil... romperam a copiar tumultuariamente a nossa civilização européia, no que ela tinha de mais vistoso e copiável... Bem cedo, do velho e generoso Brasil, nada restou – nem sequer brasileiros, porque só havia doutores... doutores com uma espada, comandando soldados; doutores com uma carteira, fundando bancos; doutores com uma sonda, capitaneando navios; doutores com um apito, dirigindo a policia... doutores sem coisa nenhuma, governando o estado... São esses doutores, brasileiros de nacionalidade, mas não de nacionalismo, que cada dia mais desnacionalizam o Brasil, lhe matam a originalidade nativa, com a teima doutoral de moralmente e materialmente o enfardelarem numa fatiota européia feita de francesismo, com remendos de vago inglesismo e de vago germanismo.”<sup>15</sup>

Sabe-se que a condenação das idéias importadas é dos temas mais antigos e mais indestrutíveis da cultura brasileira. Ele começou com os românticos, lamentando o vezo brasileiro de ignorar a natureza tropical; continuou com Silvío Romero, que considerou Machado de Assis inautêntico por copiar o humorismo inglês; prosseguiu com Euclides da Cunha, para quem o consumo

---

<sup>15</sup> Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Carta XVIII, a Eduardo Prado, em Eça de Queirós, “Obras”, (Porto: Lello e Irmãos) vol. II.)

dos modelos europeus só fazia reforçar as características mórbidas dos mestiços neurastênicos do litoral; teve seu apogeu no Modernismo de 1922, para o qual uma das principais tarefas da inteligência brasileira era reafirmar o matriarcado de Pindorama, contra uma Europa anêmica que sem nós não teria sequer sua pobre Declaração dos Direitos do Homem; teve seu prolongamento no movimento regionalista de Gilberto Freyre, substituindo “as roupas feitas... para gelos que não existem aqui – por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa”; retomou sua carreira no Estado Novo, quando Azevedo Amaral e Chico Campos quiseram substituir a Democracia e outras idéias européias por um autoritarismo com raízes fundas na História brasileira; adquiriu um novo fôlego com o ISEB, que, combinando Sartre e Husserl, pretendia “reduzir” as idéias estrangeiras, fazendo-as passar pelo crivo da realidade nacional; ressurgiu em 1964 com uma clarinada patriótica e um uniforme verde-oliva novo em folha, quando os militares afirmaram que a doutrina dos direitos humanos era uma invenção exótica, estranha à vocação cristã e ordeira do povo brasileiro; trocou a farda por uma roupa caipira depois da redemocratização, quando se transformou na ideologia da broa de milho; e continua hoje, cada vez mais robusto, severo e tutelar, como o Arcanjo na porta do Éden, guardando nossa cultura, de espada em riste, contra as agressões desfiguradoras que vêm de fora.

Recebendo a carta de Fradique, Eduardo Prado poderia ter estranhado o paradoxo de uma lição de brasilidade dada pelo personagem português de um escritor português, o que o obrigaria a ser nacional por sugestão do exterior e a condenar a importação de idéias européias através de uma idéia européia. Mas isso não aconteceu. Em sua lusofilia, Prado não considerava os portugueses estrangeiros. Além disso, a darmos crédito aos artigos que Eduardo Prado e Eça de Queirós escreveram um sobre o outro, Prado não precisava receber lições de ninguém em matéria de autenticidade nacional. Em seu artigo sobre Eça, Prado critica severamente o amigo português por ter sido um copista da França, e, em seu artigo sobre Prado, Eça atesta *urbi et orbi* que o amigo brasileiro jamais havia cometido esse pecado. Assim, a carta de Fradique deve ser lida como a

reafirmação de idéias que os dois escritores partilhavam, no final do século, superada a fase antinacional de Eça.

É esse Nacionalismo cultural que explica o anti-americanismo de Eduardo Prado. Ele não é anti-americano por reflexos anticapitalistas, como afirmam seus leitores de esquerda, nem por acreditar que o culto de Mammon estava superando o culto de Deus, como pensavam seus leitores de direita, e sim em nome da originalidade nacional, ameaçada pela influência da cultura americana. Com isso, Prado se insere na interminável série dos intelectuais brasileiros que tinham se insurgido contra os modelos importados. Prado o faz em nome da idéia de Taine de que cada povo é produto de uma conjunção específica e intransferível de meio, raça e História, e indiretamente a partir do conceito herderiano de *Volksgeist*, adotado pela França depois da derrota de 1870, segundo o qual cada nação tem um repertório próprio de valores, que não podem ser transplantados para outras nações. Para Eduardo Prado, “as sociedades devem ser regidas por leis saídas da sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural... Os legisladores latino-americanos... gloriam-se de copiar as leis de outros países... O Brasil, mais feliz, instintivamente obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com sua própria substância, depois de já estarem lentamente assimilados e incorporados à sua vida os elementos exteriores que ela naturalmente tiver absorvido.” É por isso que a República e o Presidencialismo norte-americano não nos convêm: não fazem parte de nossa “própria substância.” Mas não seriam a Monarquia e o Liberalismo também plantas exóticas, transplantadas da Inglaterra? Não. A Monarquia nos vinha da história medieval portuguesa, enquanto o constitucionalismo nos vinha da tradição das Cortes e dos governos municipais durante o período colonial. Por isso, “as idéias liberais do século, consagradas nas instituições coevas da Independência, acharam uma base histórica em que se firmaram. E isto deu ao Brasil setenta anos de liberdade”.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, op. cit., p. 45-46.

Até que ponto o lado universal e o particularista de Eduardo Prado se harmonizaram? Para a sabedoria convencional, uma coisa não exclui a outra: o verdadeiro patriotismo não precisa ser chauvinista. Mas nem sempre essa coexistência é tão simples. Em casos extremos, a dualidade pode dar origem ao que Mário de Andrade, por analogia com a doença de Chagas, chamou sarcasticamente de “doença de Nabuco”. Era uma alusão a um trecho célebre de *Minha Formação*.

“Estamos... condenados à mais terrível das instabilidades, e é isso o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... Não são os prazeres do rastaquerismo, como se crismou em Paris a vida elegante dos milionários da Sul-América; a explicação é mais delicada e mais profunda. É a atração de afinidades esquecidas, mas não apagadas, que estão em todos nós, da nossa comum origem européia. A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação, européia.”

O que chama atenção nessa passagem admirável é que nossa mentalidade é definida por uma dupla negação, pela intersecção de duas ausências: na Europa, faltam-nos a natureza e a emoção, no Brasil, faltam-nos a História e o pensamento. Nabuco descreve a experiência de um desterro permanente. Mas um século depois, na era da globalização, talvez se possa negar essa negação dupla, e preencher com uma dupla presença o vazio das duas ausências. Nesse caso, não teremos mais o expatriado, mas o cidadão de dois mundos, não mais um *déraciné*, no sentido de Barrès, mas um homem descentrado, com uma identidade nômade, sempre aberta, sempre se fazendo, sempre se refazendo, sempre disposto a relativizar todas as suas certezas culturais por sua capacidade de *role-taking*, de assumir incessantemente o ponto de vista do Outro.

Nesse caso, a “doença de Nabuco” talvez deixasse de ser um mal. No avesso dessa patologia, estaria o protótipo de um novo padrão de normalidade, de um novo perfil de saúde psíquica, baseado na divisão, e não na afirmação compulsiva de uma identidade única.

Essa subjetividade cindida seria o correlato interno de uma nova modernidade, cuja tendência expansiva não mais precisaria ser coibida pela moldura excessivamente estreita dos estados nacionais. Nesse âmbito planetário, a modernidade econômica passaria a significar o direito de todos os homens e mulheres de alcançarem patamares adequados de bem-estar material, a modernidade política significaria o direito de autodeterminação de todos os habitantes da Terra, no âmbito de uma democracia mundial, e a modernidade cultural se traduziria no direito de todos à produção de cultura e no acesso de todos à cultura de todos os povos.

O exilado dessa nova modernidade não será mais o diletante de classe alta, mas o trabalhador emigrado, ou o funcionário transnacional, que estão em casa em todos os países do universo. O viajante dessa modernidade global não será mais um *globe trotter* rico, como Fradique Mendes, mas talvez se pareça com o naturalista europeu do século passado, que vinha estudar as nascentes do Rio Amazonas ou descobrir no Orenoco novas espécies de pássaros. Somente serão viagens nas duas direções. Teremos Humboldts cearenses que atravessarão o Atlântico para botanizar em Londres e Lévi-Strausses cariocas que explicarão às culturas primitivas que habitam à margem do Sena seus mitos e suas regras de parentesco.

A nova modernidade não será niveladora. Graças às regras de convívio estabelecidas pela Democracia mundial, ela permitirá a coexistência não-conflitiva de todas as particularidades. Nisso, a *civitas* universal se parecerá um pouco com o Brasil, país que não é tanto multicultural como transcultural, em que todas as raças e etnias se mesclam, em que a Europa se mulatiza, em que uma Santa da Ásia Menor, Santa Bárbara, se transforma em uma figura de terreiro, Iansã, e em que Maria Padilha, amante de D. Pedro, o Cruel, de Castilha, ro-dopia todas as noites na Bahia, sob o nome de Pomba Gira.

Eduardo Prado foi entre nós a expressão máxima de uma certa modernidade, a que se baseia na mistura prudente, num quadro nacional, de elementos novos e tradicionais. Mas de algum modo tenho a impressão de que estava, também, nos umbrais de uma nova modernidade, que mantinha viva a tensão entre o universal e o particular, em vez de procurar sacrificar um pólo ao outro, seja num sentido cosmopolita, seja num sentido chauvinista. Talvez ele não visse com maus olhos o conceito de Democracia mundial, que, graças aos mecanismos que ela oferece para que todos os participantes façam valer suas aspirações, poderia, como sua querida Monarquia, temperar o progresso técnico com a justiça social, a liberdade política com o sentimento de responsabilidade e a emancipação cultural com o respeito à tradição.



## Presença de José Lins do Rego

ALEXEI BUENO

**S**e o regionalismo nordestino, após o advento do Modernismo, teve uma de suas vertentes principais na descrição da cultura do açúcar – a partir de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, em 1928 –, o apogeu da transfiguração estética dessa ambiência foi aquele construído por José Lins do Rego em seus primeiros romances, e depois na sua obra-síntese, *Fogo Morto*, de 1943. Era como se, no momento final de sua existência de quase quatro séculos, prestes a ser superada por novos meios de produção, a velha civilização dos engenhos e dos bangüês viesse encarnar-se na alma de um de seus filhos, que a imortalizaria de maneira definitiva. Podemos dizer, portanto, que numerosas gerações de seus ascendentes adquiriram a sua última e definitiva palavra, a sua voz e o seu testemunho derradeiro, através do brilhante espírito fabulador do autor de *Menino de Engenho*. E não apenas as gerações dos senhores, oriundas de umas tantas conhecidas famílias pernambucanas e paraibanas inextricavelmente misturadas através dos séculos, mas também as anônimas multidões

Alexei Bueno é poeta e ensaísta. Autor de *As escadas da torre* (1984), *Poemas gregos* (1985), *Lucernário* (1993), *A via estreita* (1995), *Poemas reunidos* (1998) entre outros.

dos trabalhadores, servos, empregados ou meeiros desse mesmo complexo econômico e humano.

Se uma tradição regionalista muito importante anteceder a geração de José Lins do Rego – e basta lembrar, a seu respeito, os nomes do Visconde de Taunay, Manuel de Oliveira Paiva, Domingos Olímpio, Simões Lopes Neto, Afonso Arinos, até um Hugo de Carvalho Ramos e um Monteiro Lobato –, se um outro regionalismo surgiria depois, alcançando o titanismo universalista de um Guimarães Rosa e se disseminando em nomes como os de José Cândido de Carvalho, Mário Palmério, Herberto Sales, Ariano Suassuna ou Osman Lins, o romance nordestino de 1930 mantém a sua firme centralidade na nossa história literária, com o autor de *Moleque Ricardo* e seus contemporâneos de floração, um Graciliano Ramos, uma Rachel de Queiroz, um Jorge Amado, todos plenamente vivos na alma brasileira.

Romancista não só da região do açúcar como também do sertão semi-árido, não só rural como urbano, além de admirável ensaísta, José Lins do Rego enriqueceu a prosa de ficção brasileira com um inesquecível tesouro de personagens plenos de vida, entre os quais talvez se destaque o imortal Coronel Vitorino Carneiro da Cunha, o quixotesco Vitorino Papa-Rabo de *Fogo Morto*, sua incontestável obra-prima. Há quase cinquenta anos, no dia 12 de dezembro de 1957, o Brasil perdia esse que foi um dos seus maiores romancistas e intérpretes, com apenas 56 anos de idade, o grande Zé Lins, cuja presença evocamos e homenageamos com esta exposição.

# Japão/Brasil

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

**E**les vinham de longe. Do Oriente distante. Para ajudar um país jovem a seguir plantando café, sua fonte de riqueza. Ao fundo, um acordo. Bom para ambos: o Brasil carecia de mão-de-obra, o Japão vivia grave crise demográfica. No acordo, de um lado estava Tibiriçá, presidente da província de São Paulo, do outro, Mizuno, tido como pai da imigração japonesa.

No mar, o navio carregado dos medos e das expectativas de 165 famílias pioneiras. O destino: o porto de Santos, os cafezais e o futuro. O Kasato Maru, nave da esperança, lança âncora nas águas novas e tranqüilas. Era junho. O dia 18, o ano 1908. Estamos próximos da data centenária, que coincide com os tempos comemorativos dos cem anos da morte de Machado de Assis.

Era o começo de uma presença que se ampliaria ao longo dos anos e que plantaria no nosso País muito mais que sementes e mudas de café. Plantaria matizes e matrizes relevantes na terra pródiga da cultura brasileira em processo.

Ocupante da  
Cadeira 26  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

E vieram outros e outros mais. Alimentadas de sonho, 3.434 famílias, 14.483 pessoas, nos primeiros sete anos que se seguiram. E logo, com a explosão da Primeira Guerra Mundial, a grande presença que trará, de 1917 a 1940, cerca de 164 mil filhos do Sol Nascente às terras brasileiras, em especial sediados em São Paulo. Na motivação, alentadora, pois que eram pobres, na sua maioria, o sonho da riqueza e da felicidade. Logo fraturado: árduo se apresentava o percurso, que envolveu ainda sofrências, preconceitos e obstáculos em meio ao verde cafeeiro, no calor das plantações de borracha da Amazônia, na ardência da pimenta paraense.

Nuclear, a presença na comunidade bandeirante. Brasil, brasis. E, se recordo o passado, é para situá-lo como alicerce da construção.

O imigrante japonês, como a gente do meu Nordeste, é antes de tudo forte. E se, de início, buscou proteger-se no abrigo de um isolamento comunitário, logo cedeu ao desabusado jeito brasileiro de ser. Abrasileirou-se. Sem perda das raízes, como atesta, entre outros, o bairro paulista da Liberdade, com essa designação tão brasileiroamente significativa, que deságua em traços culturais marcadamente miscigenados.

As tentativas iniciais de isolamento, mobilizadas sobretudo pela intenção de retornar à terra natal, acabaram por não resistir à vocação mestiça do Brasil. E multiplicaram-se os casamentos interétnicos. E veio o desejo dos descendentes de assumirem a cidadania brasileira. E veio, avassaladora, até por absolutamente necessária, a utilização da língua portuguesa do Brasil. A tal ponto que, na atualidade, apenas 10% dos integrantes da segunda e da terceira geração de imigrantes japoneses sabem falar a língua de seus pais. E mais: perto de 30% nasceram de casamentos de japoneses e não-japoneses, brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis. Não quero desconsiderar o fato de que nas cidades do norte do Paraná não é incomum os letreiros comerciais bilíngües. E hoje, integram a comunidade brasileira um milhão e meio de japoneses e descendentes. É obvio que 80% se encontram em terras bandeirantes, a maioria na capital. Lá está, no senso de 1988. É um dado interessante: noventa por cento da presença japonesa entre nós vive em áreas urbanas.

No processo de presença comunitária, é marcante a presença da cultura japonesa incorporada.

Eles nos ensinaram a degustar comidinhas de raro prazer e delicadeza, que se acrescentaram à nossa culinária; a comer peixe cru. E com o uso aprimorado do *hashi*, aqueles dois pauzinhos que manejamos, alguns de nós sabe Deus como! Além de ampliarem as dimensões de inúmeros produtos agrícolas, que cresceram em volume e substância por força dos seus saberes. São, afinal, mais de trinta incursões nesses espaços, que envolvem, além do café, algodão, arroz, verduras, legumes, aves, frutas e especiarias. Tudo ficou maior com os japoneses.

Eles nos ensinaram técnicas milenares de aliviar nossos sofrimentos físicos com massagens especiais, com as agulhas de acupuntura. E mesmo nossas agruras espirituais encontram guarida e suavização em procedimentos religiosos que atraíram o culto de muitos. Estou pensando na Igreja Messiânica, Seicho-no-ie e na Perfect Liberty, só para citar três exemplos. Agrada-nos a beleza dos arranjos florais, é flagrante a influência da pintura nipônica em vários de nossos artistas plásticos. Não esquecendo o quanto se enlaçou a nipo-brasilidade na arquitetura. Livros, jornais e revistas nos aproximam de aspectos da cultura do Japão. Entre os jovens, ao lado da tradicional presença de desenhos animados vem-se destacando o cultivo acentuado dos quadrinhos japoneses contemporâneos, os mangás, e há a adesão ao *fashion* dos penteados com escova japonesa. Acrescenta-se o convívio com a gente japonesa, que nos ensina, a cada dia, a cultivar paciência, tenacidade, quase o estoicismo.

Pelos céus, sem medo e com muita expectativa, os rumos do desenvolvimento e do progresso vêm, há algum tempo, invertendo o fluxo do intercâmbio. Os dekasseguis constituem a terceira maior comunidade de imigrantes, no Japão. Só perde para as de chineses e coreanos. Com eles, o futebol chegou ao Japão com gosto e se fez gostoso para os nativos. Futebol – atente-se – de gin-ga brasileira.

E tudo começou com a esperança. Dasquelas 165 famílias pioneiras embarcadas no Kasato Maru, no porto de Kobe, em 28 de abril de 1908, cujos pés

pisaram as terras brasileiras, a bagagem da alma carregada de cultura antiga e de experiência. Plantaram, vivenciaram, colheram. Ao longo de 100 anos, agora se completando. E integraram com os seus descendentes a nossa gente do Brasil. É nissei no comando das Forças Armadas, é nissei com índice de excelência na Medicina – nomeadamente nos planos da Cardiologia e da Oftalmologia. É nissei no Parlamento. Também relevante é ver crianças dos grotões agrestinos do Nordeste a tocar violino pelo método Suzuki, em belos momentos de interação do instrumento refinado com a rabeca rural, em arranjos musicais encantadores, exemplifico, da competência do maestro Cussy de Almeida e sua música armorial. E o que dizer do cinema brasileiro com direção de nisseis à Tisuka?

Temos, inclusive, na Academia Brasileira, um Sócio-Correspondente japonês, o escritor Daisaku Ikeda, ocupante da Cadeira 14. Os Acadêmicos têm exercitado técnicas da poética japonesa e são muitos os ensaios de nossos confrades sobre temas ligados àquele país. Por exemplo: Oliveira Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Marcos Almir Madeira, Helio Jaguaribe, Arnaldo Niskier, Herberto Sales, Cláudio de Sousa, Celso Furtado, Aluísio Azevedo, Luís Guimarães Jr. e Guilherme de Almeida.

Refiro-me ainda ao popular sistema de ensino Kumon, à tecnologia da nossa televisão, como criações do gênio japonês por nós absorvidas.

Congratulando-se com a comunidade japonesa do Brasil, a Academia Brasileira de Letras, em recente sessão especial, associou-se prazerosa às comemorações do centenário da chegada da gente do Japão às nossas terras.

# Álvares de Azevedo

LYGIA FAGUNDES TELLES

**C**asa do Estudante, Rio de Janeiro. Naquela tarde azul lá fui falar sobre os jovens poetas românticos com os nomes gravados no pórtico da nossa Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves. Arrebatados pelo famoso Anjo das Asas Escuras, não completaram o curso porque morreram antes, eles e outros poetas maiores e menores do Romantismo: Álvares de Azevedo tinha apenas 21 anos, Fagundes Varela mal chegara aos 33 e Castro Alves, 24 anos.

O poeta Carlos Drummond de Andrade assistiu à conferência e, quando foi me cumprimentar, anunciou com um sorriso: batizara a Escola Romântica, era a Escola de Morrer Cedo.

Na Europa do século XIX o descabelado Romantismo já estava cansando. Esgotada a taça do intimismo lírico, a tendência era fazer uma pausa na avaliação dos exageros da intuição e da fantasia. Lord Byron e Goethe, Leopardi e Shelley, Victor Hugo como tantos outros já davam sinais de enfado. Mas nestas lonjuras a revolução estava

Ocupante da  
Cadeira I6  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

apenas começando, e, com a força das lavas de um vulcão, as correntes estrangeiras começaram a se infiltrar na nossa raça e no nosso meio.

A garoenta cidade de São Paulo tinha pouco mais de 20 mil habitantes. O casario com austeras rótulas nas janelas baixas e telhados enegrecidos. O trânsito escasso, uma beata de mantilha negra em direção à igreja e um pai de família com o relógio preso à corrente no bolso do colete, voltando da farmácia com as últimas novidades da Corte. Um escravo conduzindo o burrico com cestos no lombo. Os sapos coaxando no vale do Anhangabaú. Nas noites escuras acendiam-se os lampiões, mas se a noite estava clara a cidade era iluminada pela luz do luar. Raras as reuniões com as mocinhas tocando piano. Às vezes, um baile na Sociedade Concórdia, mas animado mesmo era o Largo de São Francisco no período da manhã, quando os alunos se reuniam nas redondezas e no pátio da escola, o famoso pátio com as arcadas daquele convento franciscano. Saíram os frades com suas sotainas e entraram os acadêmicos com as longas capas pretas.

Excitadíssimos os nossos poetas com aquela liberdade do Romantismo e, entre eles, o jovem que mais focalizei naquela tarde, Manoel Antonio Álvares de Azevedo, o Maneco, como era chamado pela família. Conhecia várias línguas, morou em repúblicas, antros de perdição, assim se referia a elas a sociedade local. Mas na opinião de alguns biógrafos o poeta não teria participado dessa vida boêmia: era recatado, contemplativo. Estudava e lia com sofreguidão, mas costumava se recolher cedo para escrever seus poemas à luz das velas. Na cabeceira, além da *Bíblia*, livros de Shakespeare e Byron, que escreveu num transe: “Para que um homem se torne poeta, é preciso que esteja apaixonado ou desgraçado. Eu sou as duas coisas juntas!”. Infeliz o jovem byroniano parecia ser, mas apaixonado?... Segundo o testemunho dos poucos amigos, não tinha namorada visível nem invisível, tratava as mocinhas burguesas com aquela bem-humorada ironia, mas admirava realmente o herói dos charutos e do vinho:

Meu herói é um moço preguiçoso  
Que viveu e bebia porventura

Como vós, meu leitor... se era formoso  
Ao certo não o sei. Em mesa impura  
Esgotara com lábio fervoroso  
Como vós e como eu a taça escura.  
Era pálido sim... mas não d'estudo:  
No mais... era um devasso e disse tudo!

A realidade e a fantasia. Na *Lira dos Vinte Anos* o paulista Álvares de Azevedo falou muito nesse vinho e no charuto, mas quem realmente se esbaldou no vício foi o fluminense Fagundes Varela, que teria sofrido a influência do seu satanismo. Assim se descreve o destemperado Fagundes Varela:

Perdoa o leitor se até agora  
Nada lhe tenha dito a meu respeito  
Quando se passa esta história eu era moço  
E estudava a ciência do Direito.

Pode ser que livros não abrisse  
Que não votasse amor à sábia casta  
Mas tinha o nome inscrito entre os alunos  
Na Escola de São Paulo e é o quanto basta.

O terceiro nome gravado no pórtico da escola, Antonio Frederico de Castro Alves. O nosso Maneco cantou tanto as musas, mas quem as conheceu de fato foi o baiano Cecéu, sobre o qual escreveu Antonio Candido: “A grande e fecundante paixão por Eugênia Câmara (até que enfim uma mulher de carne e osso, localizada e datada, após as construções da imaginação adolescente) percorreu-o como corrente elétrica”.

Depois que perdeu a amada vieram outras se revezando em torno do baiano elegante e aclamado nos teatros e nas praças. Porém, com sinais evidentes da tuberculose, ele ia mudando o nome das musas, mas pensava ainda na atriz portuguesa:

Boa-noite, Maria! Eu vou-me embora.  
A lua na janela bate em cheio.  
Boa-noite, Maria! É tarde... é tarde...  
Não me apertes assim contra teu seio.

Voltando ao nosso Maneco, é bom lembrar que ele escreveu sobre mulheres, sim, mas estavam todas dormindo. Ou mortas.

Não acordes tão cedo!  
Enquanto dormes  
Eu posso dar-te beijos em segredo...  
Mas, quando nos teus olhos raia a vida,  
Não ouse te fitar...  
Eu tenho medo!

Quer dizer então que o poeta cheio de ardências era virgem? “Virgensíssimo!”, escreveu Mário de Andrade. Medo do amor sexual, o mesmo medo de Casimiro de Abreu, o poeta de Barra de São João (Estado do Rio) que escreveu sobre a saudade da “aurora da minha vida”, um amante da Natureza que faz lembrar a poesia de Gonçalves Dias, “de quem herdou não só a sensibilidade, mas também as agruras do exílio”, como escreveu Ronald de Carvalho. O poeta dos pressentimentos morreu com 23 anos.

Os pressentimentos e a fatalidade. Escrevendo e lendo aquela barbaridade que Álvares de Azevedo leu (só 20 anos!), como ele teria tempo e forças para as famosas noitadas? A solução era posar de desregrado, devasso, fazendo uma poesia fiel ao clima da geração. Nas orgias inglesas, Lord Byron bebia num crânio transformado em taça com alguns ornamentos de ouro. Pois os seus discípulos paulistanos, segundo a tradição acadêmica, iam beber vinho num crânio desencavado lá no próprio cemitério iluminado à noite pelas tochas. O nosso poeta escrevia sobre essas cerimônias satânicas, mas, na realidade, de acordo com a versão, antes de dormir tomava um copo de leite.

Outra versão que corria: o poeta era um sonso, posava de bem-comportado, mas quando morava com o avô, o Dr. Silveira da Mota, ao anoitecer pulava a janela do sobrado e enrolado na capa preta lá ia embuçado para a Taverna do Corvo. Ou para os prostíbulos da Rua da Palha, hoje Rua 7 de Abril. Quando voltava para casa, uma mucama-cúmplice abria depressa o portão de ferro para o pálido moço das olheiras negras.

E agora?!... Na terceira versão o estudante-poeta não era nem casto nem desregrado, mas um simples *voyeur* que sentia prazer apenas em olhar, olhar, olhar... Prazer tão excitante quanto o de participar realmente da coisa, tudo leva a crer que só assistir transmite o mesmo gozo com o cansaço no final, ah! os pálidos jovens do vago n'alma com os devaneios e as vidências.

Quero lembrar agora o diálogo do poeta com o seu fantasma preferido, tanta aflição e tanta dúvida:

Cavaleiro das armas escuras,  
Onde vais pelas trevas impuras  
Com a espada sangrenta na mão?  
Por que brilham teus olhos ardentes  
E gemidos nos lábios frementes  
Vertem fogo do teu coração?

Só no final o fantasma responde ao poeta:

Sou o sonho de tua esperança,  
Tua febre que nunca descansa,  
O delírio que te há de matar!

Ano de 1852. Álvares de Azevedo tinha passado para o quinto ano do curso e estava de férias com a família na Capital Federal, aquele Rio de Janeiro que ele amava tanto; não gostava de São Paulo, “terra de formigas e de caipiras”, conforme se queixava nas cartas para a mãe. Repentinamente

sentiu-se mal e atribuiu as dores a uma queda quando cavalgava nos ermos da paulicéia. Foi operado, tumor na fossa ilíaca. Falou-se em tuberculose, em pulmões afetados, o Mal do Século, como se dizia na época. Muitos deles tinham aquele palor e aquela dor, mas foi nítido o diagnóstico após a operação que sofreu sem anestesia e sem gemido. E lembro agora que, após o acidente com o tiro de espingarda, Castro Alves teve o pé amputado. Operação sem gemido e sem anestesia: “Corta-o, doutor, assim terei menos matéria que o resto da humanidade.”

Os moços das capas pretas e a antiga lição greco-romana do estoicismo, ah! essa Escola de Morrer Cedo. O último poema e os presságios. Álvares de Azevedo pede à mãe que saia do quarto, quer poupá-la. Aperta a mão do pai:

Se eu morresse amanhã, viria ao menos  
Fechar meus olhos minha triste irmã  
Minha mãe de saudades morreria  
Se eu morresse amanhã!

Ele tinha às vezes acessos de humor, mas um humor irônico. Talvez achasse graça ao saber que hoje o busto em sua homenagem erguido na Praça da República tem a cabeça de Fagundes Varela. Equívoco de quem encomendou a homenagem e trocou as cabeças? Pois lá está a cabeça de Fagundes Varela com o famoso verso do Maneco: “Foi poeta, sonhou e amou na vida.”

O leitor é o meu cúmplice, isso já foi dito em outra ocasião. Recorrendo ao estilo romântico, convido agora esse leitor a descansar na mão direita a fronte pensativa e refletir sobre essas versões em torno da vida do poeta: vamos, leitor, vosso julgamento será definitivo.

# A cultura na ABL: Uma visão parcial

ARNALDO NISKIER

**R**ecebi da diretoria tarefa quase impossível: resumir, numa palestra, o que tem sido a cultura na Academia Brasileira de Letras. São 110 anos servindo ao Brasil, editando o Vocabulário Ortográfico, o Dicionário e tantas outras obras que marcam a presença da Casa de Machado de Assis, na sua obrigação maior que é a defesa da língua portuguesa.

A escolha foi sofrida. Como deixar de fora Olavo Bilac, Coelho Neto, Guimarães Rosa, Adonias Filho, Carlos Chagas Filho e Laudelino Freire, por exemplo, com suas respectivas contribuições? Faço desde logo a promessa de voltar ao assunto, para que não me pese na consciência o que não é um esquecimento. Foram selecionados 16 imortais, aos quais rendo minhas homenagens, desta vez.



Ocupante da  
Cadeira 18  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

---

Palestra proferida na ABL, em 24 de julho de 2007.

De pobre menino mestiço do Morro do Livramento, bisneto de escravo alforriado, à presidência da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis foi uma criação de si mesmo. E com sua talentosa presença no quadro da cultura brasileira, acabou realizando um modelo de homem de letras. Tudo começou quando, em 16 de janeiro de 1855, a *Marmota Fluminense*, jornal literário daqueles meados do século XIX, acessível a principiantes e desconhecidos, sem distinção de méritos ou de classes, publicou seu primeiro poema, chamado “A Palmeira”. Embora o título sugerisse outra coisa, era a confissão de um amor adolescente não correspondido – ele tinha 16 anos – marcando os primeiros passos da sua carreira literária, antes mesmo de firmar-se no jornalismo por intermédio dos contos e crônicas que precederam seus célebres nove romances.

Diante dos quais já se disse que, de certa forma, através de alguns de seus muitos personagens, ele demonstrava profundos conhecimentos da alma humana. Segundo o Dr. José Leme Lopes, por exemplo, Machado de Assis foi um verdadeiro psicanalista, que inclusive antecipou alguns estudos médicos posteriores. Assim, ao tratar do ciúme em *Dom Casmurro* e do delírio de Brás Cubas, se lastimando (“Estou sonhando, decerto, ou se é verdade que enlouqueci, tu não passas de uma concepção de alienado, isto é, uma coisa vã que a razão ausente não pode reger nem palpar”) e usando de anomalias como a loucura de Quincas Borba e personalidades como a do Fortunato, de *A Causa Secreta*, Machado teria chegado perto de estabelecer, em forma de ficção, uma teoria ontológica da loucura. Isso sem falar de *O Alienista*, em que o Dr. Simão Bacamarte começa a recolher os doentes no hospício da vila de Itaguaí e acaba concluindo que a loucura, objeto de seus estudos, era uma ilha perdida no oceano da razão. “Mas começo a suspeitar de que se trata de um continente!” – diria depois.

Tudo faz crer que a influência da epilepsia numa pessoa de inteligência superior, como Machado, levou-o a meditar sobre a inconstância e a fragilidade do equilíbrio mental. Assim, muitas das suas grandes criações foram marcadas pelo adoecer psíquico, as fronteiras entre a razão e a nebulosidade, as zonas de

incompreensão entre os homens, os estados de equilíbrio dos enfermos e de insensatez dos saudáveis. A alienação humana está em suas histórias. Ele disse-cou a alma do brasileiro que viveu no Rio de Janeiro durante o Império. Nada mais humano, portanto, universal. E é isso que faz com que, um século e meio depois, os textos daquele que é considerado como um dos maiores ficcionistas clássicos brasileiros permaneçam atuais.

“Há uma nova leitura de Machado de Assis, iluminada pelas angústias dos nossos dias – disse Antonio Candido – porque ele fala também para o homem de hoje, aqui e agora, como Kafka ou Joyce.”

Em 1904, viúvo, depois de 35 anos de matrimônio com Carolina Augusta Xavier de Novais, presença fundamental, paixão definitiva, que no dizer de Rui Barbosa “o levara à família, que seu amor converteu em santuário”. E em memória de quem, dois anos depois, já considerado como um dos pontos mais altos da Literatura Brasileira, Machado de Assis voltaria à poesia das primeiras letras, dedicando a ela seu mais famoso e amoroso soneto, chamado “A Carolina”:

“Querida, ao pé do leito derradeiro/ em que descansas dessa longa vida, /  
Aqui venho e virei, pobre querida,/ trazer-te o coração de companheiro./  
Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro/ que, a despeito de toda a humana lida, /  
fez a nossa existência apetecida/ e num recanto pôs o mundo inteiro. /  
Trago-te flores, restos arrancados/ da terra que nos viu passar unidos / e  
ora mortos nos deixa e separados./ Que eu, se tenho nos olhos malferidos/  
pensamentos de vida formulados,/ são pensamentos idos e vividos.”

Com o apoio dela, Joaquim Maria Machado de Assis tinha construído uma das obras mais universais da nossa Literatura. Autodidata, seu invejável talento tinha enriquecido a vida daquele menino pobre e escrito sua biografia. Dele foi a glória que fica, eleva, honra e consola.

Quem quisesse falar de Machado de Assis depois da biografia escrita em 1981 por Raimundo Magalhães Júnior estaria condenado a repetir o que já

havia no livro. Jornalista, contista, cronista, teatrólogo, tradutor e poeta bissexto (seus primeiros versos levavam o título de *Impróprio para Menores*), Magalhães Júnior também organizou, fez o prefácio e publicou parte da obra de Machado: *Contos e Crônicas*, *Contos Esparsos*, *Contos Esquecidos*, *Contos Recolhidos*, *Contos Avulsos*, *Contos sem Data* e *Diálogos e Reflexões de um Relojoeiro*, entre outros. Além disso e da autoria de mais de trinta textos para teatro, ao lado de antologias e dicionários, ele tinha se incumbido das biografias e ensaios biográficos de Artur Azevedo, Álvares de Azevedo, Augusto dos Anjos, Cruz e Souza, Casimiro de Abreu, Rui Barbosa, Raimundo Correia, João do Rio, José do Patrocínio, José de Alencar, Martins Pena e Olavo Bilac. Os caminhos cruzados entre a Literatura, o Jornalismo e a História constituíram o legado emblemático de Magalhães Júnior (que neste 2007 estaria fazendo cem anos de idade).



Este 2007 marca também o “Ano Barbosa Lima Sobrinho”, homenagem que a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação presta a quem foi o precursor do estudo científico da mídia no Brasil. Jornalista, político, humanista, jurista, mas, acima de tudo, nacionalista, ele escreveu mais de 120 livros, num dos quais, *Presença de Alberto Torres*, mostrava as idéias fundamentais daquele pensador, bem de acordo com as suas.

“Não tenho nada contra capitais que venham para ajudar o nosso desenvolvimento e fiquem aqui, criando raízes e produzindo riquezas” – declarava Barbosa Lima. “Mas o conceito de globalização hoje difundido baseia-se no nacionalismo das nações hegemônicas, que estão apenas defendendo seus interesses e os interesses de suas empresas globalizadas, ávidas de lucros além-fronteiras. Ou então dos investidores internacionais do mercado financeiro, essa nuvem de gafanhotos que vêm buscar dividendos de nossos juros altos e, quando se sentem inseguros, migram para outras paragens em busca de lucros maiores e de menores riscos.”

Ele achava que, como nação independente, deveríamos defender nossa economia, nosso mercado, nossa produção, nossos trabalhadores, nosso povo. “Os que agem dessa forma são nacionalistas, os outros não.”



Quando Alceu Amoroso Lima nasceu, no dia 11 de dezembro de 1893, em uma casa da Rua Cosme Velho n.º 2, Machado de Assis tinha 54 anos e morava no n.º 18 da mesma rua. Naquele velho Rio de Janeiro em tempo de transição do Império para a Primeira República, os vizinhos eram poucos, ainda se olhavam, respeitosamente, e alguns até davam bons-dias. O bom-dia de Machado para a meninada da vizinhança era dizer uma pequena quadrinha humorística que alguns decoravam e depois repetiam. Criança curiosa, o pequeno Alceu recitava uma ou outra para retribuir o bom-dia daquele vizinho famoso, de cuja obra, anos mais tarde, se tornaria um dos mais altos intérpretes.

Ao perceber seu amor pelas Letras (e seu ódio à Matemática), juntou-se ao poeta Ronald de Carvalho e lançou a revista *A Epocha*, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde ele se formou em Direito. Como advogado, estagiou no escritório de um tio de Manuel Bandeira. Logo iniciava sua carreira literária e, quase paralelamente, protagonizava um rumoroso processo de conversão – ou reconversão – ao catolicismo, iniciado em 1923 e terminado em 1928. “Ponto final de uma fase de um jovem cheio de idéias evolucionistas” – admitia ele. Depois de escrever vários livros tratando de problemas sociais, jurídicos, políticos, econômicos, psicológicos e pedagógicos, além de memórias, foi nomeado adido ao Ministério das Relações Exteriores. Pouco mais de um ano depois, abandonaria a carreira diplomática para substituir o pai, o comendador Manuel José Amoroso Lima, na presidência da Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, patrimônio da família, posto que iria ocupar até 1937, quando passou a dedicar-se exclusivamente ao magistério.

Muito antes, porém, recém-casado com uma irmã do escritor Otávio de Faria, Alceu tinha sido convidado por um amigo para ser crítico literário de O

*Jornal*. Foi assim que o então ex-industrial passou a falar de livros, assinando-se Tristão de Athayde, seu *alter ego* literário (pseudônimo que, aliás, ele pensava ser inédito, até descobrir um conquistador português a caminho de outras Índias, com o mesmo nome). E assim cumpriu ele essa função, durante 25 anos, ali e em vários outros lugares, inclusive tendo sido um dos defensores das conseqüências da revolução modernista na Semana de 22. Foi mais ensaísta do que crítico. Até 1945, depois de exercer o que Otto Maria Carpeaux chamou de “incomensurável influência nas letras brasileiras”

Sem filiar-se a qualquer partido, exerceu constante atividade política. É dele a conclusão de que no Brasil grande parte da capacidade criadora e realizadora do povo é desperdiçada, simplesmente porque o acesso à escola está vedado à maior parte da população. “Os bancos escolares e a Universidade em particular – a frase é dele – são privilégio dos economicamente favorecidos, que assim se eternizam no poder.” Para Alceu, o mundo tinha mudado de cara, desde a morte do Papa João XXIII. “A angústia nuclear sucedeu às luzes da esperança. Felizmente, consola-nos saber que a Humanidade se agita, mas a Providência é que a conduz.”

Em ardente sintonia com a arte de viver, desde jovem se destacou na área do pensamento, da Literatura, da cultura em geral, sem perder o contato com as transformações da sociedade brasileira e as mudanças do mundo. Em uma de suas últimas declarações, ele diria em entrevista à revista *Manchete*:

“Sinto a necessidade de uma reforma moral para que o homem retome o poder de si mesmo. Resolver os problemas do mundo sem recorrer à sabedoria acima da ciência é perda de tempo. O terrorismo no fim do século XX é o desapontamento com os progressos materiais que minha geração pensou serem definitivos. Se não entendermos que estes anos nos revelaram os males da existência de uma civilização sem Deus, fatalmente não teremos como fugir de uma terceira guerra mundial, que será o holocausto coletivo do mundo.”

Considerado o intelectual mais representativo da América Latina (e catalogado por alguns como “católico de esquerda”), era portador de um imprevisível, inesperado e peculiar bom humor. Por exemplo, quando traçou, a pedido de João Condé, um auto-retrato biográfico publicado nos “Arquivos Implacáveis” da revista *O Cruzeiro*:

“Amei – Tive filhos, netos, bisnetos – Rezei – Atravessei a nado da Urca ao Morro da Viúva – Já tive pior memória e melhor vista que hoje – Estudei e ensinei na Sorbonne e fui professor nos Estados Unidos, onde aprendi a ajudar minha mulher nos serviços domésticos – Conversei 10 horas seguidas com Maritain – Já gostei de andar a pé – Não gosto de ouvir rádio – Escrevi a lápis – Não fumei – Sempre usei gravata preta – Pequei – Tive remorsos – Nunca estive em escola primária, depois fui um aluno medíocre e detestei meus tempos de ginásio – Atravessei os Andes a cavalo – Dirigi automóvel de Quebec, no Canadá, até a capital do México, mas hesitei durante dois meses antes de guiar no Rio de Janeiro – Nunca conversei com meu barbeiro – Desde os três anos, tenho horror a roupa apertada – De tudo quanto tenho escrito, só reli com prazer a evocação da casa onde nasci – E só tenho uma certeza na vida: morrerei quando Deus quiser.”

Deus quis no dia 14 de agosto de 1983, aos noventa anos de idade. Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, deixou uma consistente obra de mais de setenta livros, mas resumia-se em uma frase: “Passei a vida desarmado, física e intelectualmente, odiando apenas o ódio e guerreando apenas a guerra.” Ficava dele uma impressão permanente de eterna juventude. E de muita coragem, porque foi uma das raras vozes da grande imprensa a falar de tristezas, mortes e iniquidades durante o longo período de exceção política dos anos 60/70. Porque ele foi um homem que realmente viveu sua época. “Minha geração foi apolítica, ou melhor, foi antipolítica” – sintetizava. Alceu foi uma referência cultural e política deste país. “Não tenho uma formação política, tenho uma formação de princípios” – definia-se. E porque – como chegaram a dizer – a decência daquele homem era simplesmente avassaladora.

“Ninguém exerceu em nosso país uma tão ampla militância intelectual quanto ele” – dizia Josué Montello. “Um espírito exemplarmente combativo, um dos condutores do Brasil mental, um guia, um chefe, um missionário, mesmo quando assumia posições abertamente polêmicas” – concluía Montello, este professor, romancista, cronista, ensaísta, orador, historiador, teatrólogo e memorialista, autor de mais de cem títulos, entre os quais o mais importante foi *Os Tambores de São Luís*. Partindo da morte de dois homens – um negro com uma facada nas costas e um branco abatido a pauladas em um bar –, esse romance histórico escrito em 1975 por Josué Montello cruzava duas linhas narrativas que se fundiam em perfeita harmonia, através de numerosos personagens, políticos, clérigos, aristocratas e tipos populares, que movimentavam o interesse crescente do enredo que abrangia um largo período da vida brasileira, entre 1838 e 1915. Ao fundo, o som dos tambores rituais vindos da casa das negras-minas, cheios de nostalgia, de revolta, mas também de júbilo, dos antigos escravos.



Afonso Arinos de Melo Franco foi o que Alceu Amoroso Lima definiu como a mais fecunda vocação a unir Política e Letras no Brasil. Autor de mais de cinquenta livros, da Política à Economia, da Crítica à Poesia (uma de suas grandes alegrias era a opinião do crítico literário Antonio Candido, que considerava o seu *A Alma do Tempo* tão importante quanto *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco), historiador (em *Um Estadista da República* e *Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo*), deputado federal, senador (um exemplo do analista experiente e isento da vida pública), ministro, embaixador do Brasil na ONU, orador (os discursos dele ajudaram a derrubar Vargas em 1954), advogado, professor de Direito, cientista social, erudito.

Amante de tudo que o cercava, curioso, febril de tudo o que via, Arinos, um aristocrata – no melhor sentido do termo, pela elevação espiritual, e também no jeito de viver, de ser, de sentir, de morar e de escrever –, confes-

sadamente nunca viu o Brasil senão através da cultura – no seu sentido sociológico de “herança social” – e jamais usou seus vastos conhecimentos senão com reservada simplicidade e modéstia. Sobretudo, um aristocrata despido de preconceitos, autor da lei contra a discriminação racial, de 3 de julho de 1951, que leva seu nome, a Lei Afonso Arinos. “A inteligência dele era luminosa” – dizia Rachel de Queiroz. “As discussões terminavam quando ele falava algumas palavras. Eram como gotas de uma reação química. Clareavam tudo.”

De sua longa lista de trabalhos, um deles, *Amor a Roma*, de 1982, é uma declaração de amor àquela que Arinos chamava de “rainha das cidades”, que ele conheceu e aprendeu a admirar aos dezenove anos. “Uma meditação afetiva sobre a capital italiana” – como ele mesmo definiu. Uma longa gestação literária ao longo da produtiva vida desse brilhante intelectual de cultura mais seleta. Um verdadeiro poema em que Arinos soube misturar elementos culturais universais com uma profunda acuidade perceptiva – como achou a Crítica. Na contemplação menos das coisas do que do tempo, é um preito à Cidade Eterna, dos céares, de Augusto, de Virgílio e de Horácio, de Calígula e de Nero, dos cardeais e dos papas, tantas vezes ocupada, arrasada, pelos gauleses, pelos bárbaros, pelos alemães e franceses no Renascimento, pelos nazistas no século passado, mas que não cede nunca, porque, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, “sua grandeza é inconquistável”.

E que levou Pedro Nava a dedicar-lhe um “Palíndromo do Amigo”, assim:

Amor, Roma/ Amor a Roma/ Amor, aroma/ Amor a Roma.



Foi no colo de um intelectual mestre em descrever brasilidades, chamado Afonso Arinos (tio de Afonso Arinos de Melo Franco), que Alceu Amoroso Lima, ainda menino, tinha ouvido fascinantes histórias do sertão. Homem de horizontes largos, dividido entre Paracatu e Paris, o velho Afonso Arinos ti-

na falecido em 1916, em Barcelona. Pois foi por influência dele que Alceu leu *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, obra maior que deflagraria um processo cultural capaz de nos dar a maioria literária.

Lançado em 1902 e escrito numa linguagem “agreste como um cipó” – na expressão de um crítico –, o livro focalizava o sertanejo, um tipo de brasileiro até então ignorado pelos seus irmãos do litoral, em sua maioria sofisticados, europeizados. Na tapeçaria lingüística de *Os Sertões*, um estilo em permanente estado de ignição, no qual o autor depositava a carga de tensão da história:

“Não lhes avaliavam o número. Os cerros mais altos, bojando em esporões sobre a várzea, figuravam-se desertos. Batia-os de chapa o sol ofuscante e ardente; viam-se-lhes os mínimos acidentes da estrutura; podiam-se-lhes contar um a um os grandes blocos, que por ali se espalham.”

Paisagem, ação, emoção. Uma epopéia sertaneja em um livro-protesto.

“Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os revezes, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota [...] ecoavam largos dias, monótonos, pelos ermos, por onde passavam as lentas procissões propiciatórias, as ladainhas tristes [...] rebrilhavam longas noites nas chapadas, per vagantes as velas dos penitentes...”

Naquelas palavras nada comuns, na virilidade de suas frases, Euclides da Cunha depositava toda sua força expressiva:

“Em breve, céleres, arrebatadas pelo vento, enoveladas em rolos de fumo cindidos de labaredas, rolando pelas quebradas e transpondo-as, circulando todas as encostas, avassalando todos os topos dos morros, repentinamente acesos num relampaguear de crateras súbitas, crepitavam as queimadas, inextinguíveis, derramando-se por muitas léguas em roda.”

Um texto de reflexão, de estudo, de revolta.

“Pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiavam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes numa trama vibrátil de centelhas ... e animam-se os ares numa palpitação de asas céleres ruflando ...”

Na verdade, a preferência pela palavra inusitada, de extração rara, em *Os Sertões*, mostrava alguém de gosto exigente e estilo precioso. Entretanto – segundo Nereu Corrêa, estudioso da obra de Euclides da Cunha –, não era apenas o vocabulário que nos fornecia o atestado de seus escritos como um clássico da palavra brasileira. Era a trama do drama relatado. Era o clima de epopéia que o texto sugeria. Foi o nível cultural que a obra alcançou.



Pois assim como *Os Sertões*, outro livro lançado exatamente no mesmo ano de 1902 é considerado também emblemático e semiótico: *Canaã*, a obra mais significativa de Graça Aranha. Escrito em estilo simbolista e com tendências de análise social, contando como era a vida em uma colônia de imigrantes europeus no Espírito Santo, no começo do século passado, a história girava em torno de dois personagens principais, Milkau e Lentz, que tinham modos opostos de ver o mundo, um achando que estava na “terra prometida” (Canaã), e o outro, inadaptado à realidade brasileira, racista e preconceituoso, acreditando na superioridade da raça ariana sobre os mestiços, considerados por ele como fracos e indolentes.

Homem com espírito de vanguarda, Graça Aranha participou mais tarde da Semana de 22, proferindo uma conferência no Teatro Municipal de São Paulo intitulada “A emoção estética na Arte Moderna”, abrindo uma fase agitada nos círculos literários da época. E em sessão memorável desta Casa, discutindo sobre o tema “O espírito moderno”, em 19 de junho de 1924, ele rompeu com a Academia Brasileira de Letras (segundo suas próprias palavras, “sem o menor ressentimento pessoal”). Mas merecendo o seguinte comentário

de Coelho Neto: “O brasileirismo dele é de inspiração européia, copiado daquilo que ele viu durante sua carreira diplomática.”

Enquadrando-se no período chamado de “pré-modernismo”, Graça Aranha passou a ser considerado como um dos principais motivadores do movimento renovador da nossa Literatura.



“No sertão não se tem como/ não viver sempre enlutado/ lá o luto não é de vestir/ é de nascer, com luto nato./Sobe de dentro, tinge a pele/ de um fosco fulo: é quase raça/ luto levado toda a vida/ e que a vida empoeira e desgasta.”

Usando uma expressão poética com valor às vezes simbólico, que denunciava a crítica que pretendia fazer, João Cabral de Melo Neto rompia com o lirismo, abordando a realidade geográfica, humana e existencial do Nordeste. Um poeta voltado para a temática social, abordando aquelas vidas severinas.

“E mesmo o urubu que ali exerce/ negro tão puro noutras praças/ quando no sertão, usa batina/ negra-fouveiro, pardavasca.”

Nada a ver com seu primeiro livro, *Pedra do Sono*, onde o que ele pretendeu foi, confessadamente, “compor um buquê de imagens a cada poema”. Logo João Cabral rejeitaria toda poesia nascida de inspiração, assumindo a objetividade diante do ato de escrever. “O poema – dizia ele – deve resultar de uma atitude racionalista, objetiva, diante da realidade concreta, uma atitude de quem controla as emoções”. Tanto que seus quase quinze livros são marcados por um extremo cuidado formal (onde se pode perceber, algumas vezes, até um questionamento quanto à validade do próprio ato de escrever).

Um poema-narrativo subintitulado “Auto de Natal pernambucano”, chamado *Morte e Vida Severina*, de 1956, é seu trabalho estelar, tendo sido adaptado para o palco com muito sucesso.

“O meu nome é Severino,/ não tenho outro de pia./ Como há muitos Severinos,/ que é santo de romaria,/ deram então de me chamar/ Severino de Maria;/ como há muitos Severinos/ com mães chamadas Maria,/ fiquei sendo o da Maria/ do finado Zacarias./ [...] Vejamos: é o Severino/ da Maria do Zacarias,/ lá da serra da Costela,/ limites da Paraíba.”

Expressão poética anti-lírica, síntese talvez do espírito da obra inteira de João Cabral de Melo Neto.

“[...] Somos muitos Severinos/ iguais em tudo na vida:/ na mesma cabeça grande/ que a custo é que se equilibra,/ no mesmo ventre crescido/ sobre as mesmas pernas finas,/ e iguais também no sangue/ que usamos tem pouca tinta./ E se somos Severinos/ iguais em tudo na vida,/ morremos de morte igual,/ mesma morte severina [...]”



A mesma vida — e morte —, não sertaneja, mas severina, que Marques Rebelo pintou em *Marafa*, imenso mural da metrópole individual e coletiva, pessoal e anônima que era o Rio de Janeiro por volta dos anos 30.

“Mendigos estendem as mãos imundas mostrando chagas, andrajos e deformidades, mendigas dão maminhas mirradas a esqueletos de crianças. Inválidos, cegos, aleijados, suspeitas caras de leprosos.”

Uma crônica, só que do tamanho que um livro exige. Uma atitude meio zombeteira, mas piedosa. Ali, Marques Rebelo dava continuidade à tradição dos mestres admiráveis da novela urbana, da vida pobre, monótona, sempre difícil de quase toda gente, de muitos de todos nós.

“Há mendigos nas soleiras, no portão dos cemitérios, nos degraus das igrejas, à porta dos restaurantes, dormindo no sopé das estátuas e nos bancos

das praças. Há tantos mendigos e falsos mendigos como há pardais. E há a Comissão de Turismo convidando o mundo, com maus cartazes, para conhecer as belezas naturais da capital maravilhosa.”

No meio de seus flagrantes, suas histórias irônicas e ao mesmo tempo entrecidas, transparecia uma funda simpatia de Marques Rebelo pelos humildes e desajustados. Era mais um romancista da mesma estirpe de um Machado de Assis e de um Lima Barreto, falando da vida como ela era.



Embora mais político, orador, jurisconsulto, parecerista, crítico e jornalista de combate do que literato, Rui Barbosa deixou uma extensa obra escrita que inclui as *Cartas de Inglaterra*, o discurso a Anatole France e a despedida a Machado de Assis, além de uma produção jornalística – mesmo a de cunho político – acentuadamente literária. Afinal, a partir da Independência, o Brasil aceitara tacitamente o Jornalismo como uma expressiva manifestação da cultura literária. A imprensa preenchia algumas tendências de então: nacionalista pelo menos nas aparências, às vezes populista e demagógica, quase sempre irreverente em alegorias e levemente humorística nas charges. De certa forma, a retórica dissimulando a essência. Daí a glória de Rui na época e o quase desconhecimento de Machado, contemporâneos que, aliás, se admiraram mutuamente. Por intermédio do Jornalismo, Rui ganhara a fama, verdadeira adoração, que em certos casos chegava ao delírio (síntese exponencial daquilo que o brasileiro gostaria de ser e não era, um dia a “Águia de Haia” teve seu carro desatrelado pelos populares e ele carregado em festa pelas ruas).

Não faltaram contradições, tantas vezes assinaladas, em sua movimentada vida. Anticlerical convicto, contrário à ingerência da Igreja nos assuntos de Estado, insurgiu-se, baseado em princípios positivistas, contra a vacina obrigatória por considerá-la um atentado à inviolabilidade da pessoa humana. Pregou a Abolição da Escravatura e contribuiu para a queda do Império. Foi o

principal e quase único autor da Constituição de 1891. Deputado em duas legislaturas, três vezes candidato derrotado à Presidência da República. E entre poesias, discursos e pareceres parlamentares, além de trabalhos diversos, é autor de duas históricas propostas apresentadas ao Parlamento, uma em 1882, de reforma dos ensinos secundário e superior, outra, em 1883, de reforma do ensino primário e de várias instituições complementares de instrução pública. Rejeitadas, ambas.

Se Rui Barbosa não é considerado “literato” por alguns, foi sempre de inegável destaque sua presença no quadro da cultura deste país. E, entre seus textos mais importantes, destaca-se o que foi intitulado “Oração aos Moços”, seu discurso como paraninfo dos bacharéis da turma de 1921 da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo:

“Pesai bem que vos ides consagrar à lei num país onde ela absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis as que põem e dispõem, as que mandam e desmandam em tudo, num país onde não há lei, não há moral, política ou juridicamente falando. E justiça atrasada não é justiça.”

Era, entre muitas, uma de suas mais belas peças oratórias. Entretanto, foi lida no dia 29 de março de 1921 por Reinaldo Porchat e não por ele, pois a doença que levaria Rui à morte, no ano seguinte, já o impedia de fazê-lo:

“Tenho o consolo de haver dado a meu país tudo o que me estava ao alcance, a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável com que desde os bancos acadêmicos o servi e o tenho servido até hoje. Preguei, demonstrei, honrei a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. Estudante ainda sou. Nada mais.”

Às vezes pomposo, quase barroco, mas, no fundo, sempre direto, objetivo:

“Se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites de sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho. O trabalho não é o castigo, é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom, tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo, tudo o que se assenta no trabalho é útil.”

Um libelo. Um apelo embutido em um texto de valor literário, portanto cultural:

“Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra a síntese de todos os mandamentos. Não desertar da Justiça, nem cortejá-la, não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio destes contra aqueles. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade ou a imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares nem à das perigosas, quando justas.”

Era uma oração não só aos moços e não só aos bacharéis. Era a todos nós, de sempre, e não só daqueles dias do século passado:

“Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos impérios já saciados quanto dos ansiosos por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas e, oferecida como está, incauta, ingênua, inerme a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.”



O *Quinze* era o nome do romance que Rachel de Queiroz escreveu aos 18 anos, contando a história de Conceição, Vicente, Chico Bento, Cordulina, Mãe Inácia e outros personagens, deixando sua marca na nossa Literatura e entrando com eles, com todo vigor, no grupo daqueles que o espírito endiabrado e crítico, anarquista e sarcástico de Oswald de Andrade tinha qualificado de “os búfalos do Nordeste”, que, segundo ele, “invadiram a Semana de Arte Moderna com a seca como temática”.

Acabou “musa” de Manuel Bandeira, que tinha participado da Semana de 22 indiretamente, com suas rimas toantes de “Os Sapos” lidas por Ronald de Carvalho e elogiadas por Mário de Andrade, que o chamava de “São João Batista do Modernismo”. Um Manuel Bandeira já bem longe do parnasiano e simbolista de *A Cinza das Horas*, seus primeiros versos. Agora ele era um poeta do Modernismo brasileiro em louvação:

“Louvo o Padre, louvo o filho/ o Espírito Santo louvo./ Louvo Rachel, minha amiga/ nata e flor do nosso povo/ .../ ninguém tão Brasil quanto ela,/ brasílica, brasiliense/ brasiliana, brasileira/ .../ louvo Rachel e, louvada uma vez,/ louvo-a de novo/ .../ louvo o seu romance ‘O Quinze’/ e os outros três/ .../ louvo seu teatro: Lampião/ e a nossa Beata Maria./ Mas chega de louvação/ porque por mais que louvemos/ nunca a louvaremos bem./ Em nome do Pai, do filho/ e do Espírito Santo, amém.”

Bandeira jogava livremente com as palavras, a costura vinha depois, com uma fina linha de ceticismo. “*O sol tão claro lá fora/ o sol tão claro, Esmeralda/ e em minbalma, anoitecendo.*” Descartava, para sempre, o lirismo bem-comportado. E foi-se embora para Pasárgada, que lá era amigo do rei.



Se *O Quinze* foi importante na vida de Rachel de Queiroz, “os quinze” foram marcantes na vida de um adolescente chamado Jorge Amado: os quinze

anos. Foi a idade em que tudo começou para ele, escrevendo uma novela em parceria com Dias da Costa e Edson Carneiro chamada *Lenira*, precursora das suas Gabrielas, Donas Flores, Tietas do Agreste e Terezas Batistas cansadas de guerra, que um dia se libertaram dos grilhões de papel dos livros e se espalharam em som e imagem por outros meios de comunicação, rádio, teatro, cinema e televisão. Nessa transposição da palavra lida para a palavra dita, ele se fez pioneiro e, espiando o mundo pelo buraco da fechadura, abriu alguns caminhos da nossa moderna Literatura, também inovando, desbravando.

De Jorge Amado já disseram que foi o único habitante deste planeta que conseguiu acreditar, com a mesma sinceridade, em Marx e em Menininha do Gantois. Uma mistura de pai-de-santo e pajé que contava histórias para a taba global, uma obra caudalosa, cheia de cheiros e quente de pecados, com um elenco de mulatas cadeirudas e cobiçadas, xangôs, iemanjás, saveiros, cabarés e velórios, turcos fesceninos, duendes e salafrários, povo e polícia, marinheiros mentirosos, doutores de borla e capelo, capitães de longo curso, quituteiras e babalaôs povoando suas noites enfeitadas, seus terreiros de suor e milagres. Um leque aberto diante dos delitos da carne e da alma, mostrando algumas molecagens da vida.



“Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas”. Esse era Afrânio Coutinho, professor, ensaísta, crítico literário. Apesar de inicialmente contestada, uma obra de mais de 30 livros que representam um marco no pensamento crítico brasileiro (entre os quais *A Tradição Afortunada*, Prêmio Nacional do Livro). Abrindo uma militância pela renovação da crítica entre nós, tornando-a matéria de fundo metodológico e afastando a improvisação então reinante na sua época, seus ensaios provocaram uma reformulação da atividade literária. Afrânio Coutinho tinha introduzido a “crítica formalista” entre nós, proporcionando, em conseqüência, uma nova compreensão das letras nacionais.



Apesar de toda a sua gigantesca dedicação às atividades literárias, Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde foi autor de poucas obras ficcionais. Além de *Histórias Amargas*, livro de contos de 1921, cinco livros de ensaios, entre os quais *Epístola aos Contemporâneos*, de 1967, e três livros de crônicas, entre os quais *Conversas na Barbearia Sol*, de 1971. Mas talvez não haja ninguém que tenha escrito mais do que ele, no Brasil, inclusive o seu *Vana Verba*.

“Não me interessa publicar livros” – argumentava. “Como jornalista, fiz literatura”. Um de seus maiores orgulhos era o de ter sido o mais antigo articulista e editorialista deste país, trabalhando no *Jornal do Commercio*. “Sou jornalista e quero continuar sendo intérprete do meu tempo e profeta do futuro de minha terra”. Para Austregésilo de Athayde, o ato mais importante de sua vida foi ter escrito a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

“Jamais escrevi uma linha que não expressasse as minhas convicções democráticas. Sou incapaz de ser a favor ou contra esse ou aquele homem, sou a favor ou contra as idéias, os pontos de vista. Na verdade, o que almejo mesmo é a preservação da unidade nacional e o bem-estar do povo brasileiro.”



Esses foram os primeiros homenageados.

Espero ter a chance de elaborar o “Cultura na ABL – II”, para enriquecer a coleção de grandes nomes da cultura brasileira que passaram pela Casa de Machado de Assis.



# Contos

MOACYR SCLIAR

## TREM FANTASMA

Afinal se confirmou: era leucemia mesmo a doença de Matias, e a mãe dele mandou me chamar. Chorando, disse-me que o maior desejo de Matias sempre fora passear de Trem Fantasma; ela queria satisfazê-lo agora, e contava comigo. Matias tinha nove anos. Eu, dez. Cocei a cabeça.

Não se poderia levá-lo ao parque onde funcionava o Trem Fantasma. Teríamos de fazer uma improvisação na própria casa, um antigo palacete nos Moinhos de Vento, de móveis escuros e cortinas de veludo cor de vinho. A mãe de Matias deu-me dinheiro; fui ao parque e andei de Trem Fantasma. Várias vezes. E escrevi tudo num papel, tal como escrevo agora. Fiz também um esquema. De posse destes dados, organizamos o Trem Fantasma.

A sessão teve lugar a 3 de julho de 1956, às 21 horas. O minuano assobiava entre as árvores, mas a casa estava silenciosa. Acordamos o Matias. Tremia de frio. A mãe o envolveu em cobertores. Com todo o cuidado colocamo-lo num carrinho de bebê. Cabia bem, tão mir-

Ocupante da  
Cadeira 31  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

rado estava. Levei-o até o vestibulo da entrada e ali ficamos, sobre o piso de mármore, à espera.

As luzes se apagaram. Era o sinal. Empurrando o carrinho, precipitei-me a toda velocidade pelo longo corredor. A porta do salão se abriu; entrei por ela. Ali estava a mãe de Matias, disfarçada de bruxa (grossa maquilagem vermelha. Olhos pintados, arregalados. Vestes negras. Sobre o ombro, uma coruja empalhada. Invocava deuses malignos).

Dei duas voltas pelo salão, perseguido pela mulher. Matias gritava de susto e de prazer. Voltei ao corredor.

Outra porta se abriu – a do banheiro, um velho banheiro com vasos de samambaia e torneiras de bronze polido. Suspenso do chuveiro estava o pai de Matias, enforcado, língua de fora, rosto arroxeadado. Saindo dali entrei num quarto de dormir onde estava o irmão de Matias, como esqueleto (sobre o tórax magro, costelas pintadas com tintas fosforescentes; nas mãos, uma corrente enferrujada). Já o gabinete nos revelou as duas irmãs de Matias, apunhaladas (facas enterradas nos peitos; rostos lambuzados de sangue de galinha. Uma estertorava).

Assim era o Trem Fantasma, em 1956.

Matias estava exausto. O irmão tirou-o do carrinho e, com todo o cuidado, colocou-o na cama.

Os pais choravam baixinho. A mãe quis me dar dinheiro. Não aceitei. Corri para casa.

Matias morreu algumas semanas depois. Não me lembro de ter andado de Trem Fantasma desde então.

## A ORELHA DE VAN GOGH

Estávamos, como de costume, à beira da ruína. Meu pai, dono de um pequeno armazém, devia a um de seus fornecedores importante quantia. E não tinha como pagar.

Mas, se lhe faltava dinheiro, sobrava-lhe imaginação... Era um homem culto, inteligente, além de alegre. Não concluíra os estudos; o destino o confinara no modesto estabelecimento de secos e molhados, onde ele, entre paios e lingüiças, resistia bravamente aos embates da existência. Os fregueses gostavam dele, entre outras razões porque vendia fiado e não cobrava nunca. Com os fornecedores, porém, a situação era diferente. Esses enérgicos senhores queriam seu dinheiro. O homem a quem meu pai devia no momento era conhecido como um credor particularmente implacável.

Outro se desesperaria. Outro pensaria em fugir, em se suicidar até. Não meu pai. Otimista como sempre, estava certo de que daria um jeito. Esse homem deve ter seu ponto fraco, dizia, e por aí o pegamos. Perguntando daqui e dali, descobriu algo promissor. O credor, que na aparência era um homem rude e insensível, tinha uma paixão secreta por Van Gogh. Sua casa estava cheia de reproduções das obras do grande pintor. E tinha assistido pelo menos meia dúzia de vezes ao filme de Kirk Douglas sobre a trágica vida do artista. Meu pai retirou na biblioteca um livro sobre Van Gogh e passou o fim de semana mergulhado na leitura. Ao cair da tarde de domingo, a porta de seu quarto se abriu e ele surgiu, triunfante: – Achei!

Levou-me para um canto – eu, aos doze anos, era seu confidente e cúmplice – e sussurrou, os olhos brilhando: – A orelha de Van Gogh. A orelha nos salvará.

O que é que vocês estão cochichando aí, perguntou minha mãe, que tinha escassa tolerância para com o que chamava de maluquices do marido. Nada, nada, respondeu meu pai, e para mim, baixinho, depois te explico. Depois me explicou. O caso era que o Van Gogh, num acesso de loucura, cortara a orelha e a enviara à sua amada. A partir disso meu pai tinha elaborado um plano: procuraria o credor e diria que recebera como herança de seu bisavô, amante da

mulher por quem Van Gogh se apaixonara, a orelha mumificada do pintor. Ofereceria tal relíquia em troca do perdão da dívida e de um crédito adicional.

– Que dizes?

Minha mãe tinha razão: ele vivia em um outro mundo, um mundo de ilusões. Contudo, o fato de a idéia ser absurda não me parecia o maior problema; afinal, a nossa situação era tão difícil que qualquer coisa deveria ser tentada. A questão, contudo, era outra: – E a orelha?

– A orelha? – olhou-me espantado, como se aquilo não lhe tivesse ocorrido. Sim, eu disse, a orelha do Van Gogh, onde é que se arranja essa coisa. Ah, ele disse, quanto a isso não há problema, a gente consegue uma no necrotério. O servente é meu amigo, faz tudo por mim.

No dia seguinte, saiu cedo. Voltou ao meio-dia, radiante, trazendo consigo um embrulho que desenrolou cuidadosamente. Era um frasco com formol, contendo uma coisa escura, de formato indefinido. A orelha de Van Gogh, anunciou, triunfante.

E quem diria que não era? Mas, por via das dúvidas, ele colocou no vidro um rótulo: Van Gogh – orelha.

À tarde, fomos à casa do credor. Esperei fora, enquanto meu pai entrava. Cinco minutos depois voltou, desconcertado, furioso mesmo: o homem não apenas recusara a proposta, como arrebatara o frasco de meu pai e o jogara pela janela.

– Falta de respeito!

Tive de concordar, embora tal desfecho me parecesse até certo ponto inevitável. Fomos caminhando pela rua tranqüila, meu pai resmungando sempre: falta de respeito, falta de respeito. De repente parou, olhou-me fixo:

– Era a direita ou a esquerda?

– O quê? – perguntei, sem entender.

– A orelha que o Van Gogh cortou. Era a direita ou a esquerda?

– Não sei – eu disse, já irritado com aquela história. Foi você quem leu o livro. Você é quem deve saber.

– Mas não sei – disse ele, desconsolado. Confesso que não sei.

Ficamos um instante em silêncio. Uma dúvida me assaltou naquele momento, uma dúvida que eu não ousava formular, porque sabia que a resposta poderia ser o fim da minha infância. Mas:

– E a do vidro? – perguntei. Era a direita ou a esquerda?

Mirou-me, aparvalhado.

– Sabe que não sei? – murmurou numa voz fraca, rouca. Não sei.

E prosseguimos, rumo à nossa casa. Se a gente olhar bem uma orelha – qualquer orelha, seja ela de Van Gogh ou não –, verá que seu desenho se assemelha ao de um labirinto. Nesse labirinto eu estava perdido. E nunca mais sairia dele.



*© A. Boncavalis deas*

# A Língua Portuguesa na concepção dos fundadores da ABL

EVANILDO BECHARA

**N**o ano de seu nascimento – 1897 – faz-se mister uma pesquisa que venha trazer à luz do dia que idéias tinham da língua portuguesa os fundadores da ABL, uma vez que desde o surgimento das modernas academias se estabelecia estreito vínculo entre o idioma e os propósitos das instituições do gênero.

No caso da ABL, o primeiro passo da pesquisa põe-nos diante de uma questão gramatical, de um procedimento de concordância nominal, aparentemente trivial e inocente, mas que, com a sua correta solução, se desdobrará um rosário de intenções comunicativas que porá a nu toda uma orientação programática dos fundadores da Casa de Machado de Assis, quando assim redigiram a parte inicial do art. 1.º dos Estatutos:

“A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional (...)”

Se estamos no caminho da boa interpretação desse artigo inicial, é de toda importância ressaltar a extrema inteligência que norteou os redatores dos Estatutos na concepção do programa superior da

Ocupante da  
Cadeira 33  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

novel instituição ao fixar-lhe a finalidade da “cultura da língua e da literatura nacional”.

A primeira impressão do analista é que a expressão “língua e literatura nacional” exemplifica a possibilidade da norma gramatical segundo a qual o adjetivo *nacional*, aparentemente referido aos dois substantivos *língua* e *literatura*, está a concordar por atração com o último elemento da série, isto é, com *literatura*, em vez de ficar no plural, para concordar com a totalidade dos termos da série: “a cultura da língua e da literatura *nacionais*”.

Se assim supõe o analista, deixou escapar um mundo de intenções que se esconde e justifica o emprego consciente e exclusivo do singular, aplicado tão-somente a *literatura*, e não a *língua*: “a cultura da língua e da literatura NACIONAL”.

Para penetrarmos o segredo dessa admirável opção gramatical, rica de tantos propósitos subjacentes, convidamos os caros ouvintes e leitores a acompanhar as razões que sustentam o emprego do singular no artigo dos Estatutos.

Todos sabemos – e os nossos fundadores não nos subtraíram essa fonte inspiradora – que a Academia Francesa lhes ministrou régua e compasso para seus objetivos e propósitos como instituição acadêmica de Letras no Brasil. No discurso de inauguração, Machado de Assis assim se pronunciou:

“A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos movimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso.”

O modelo acadêmico francês inspirou nos nossos fundadores muito mais do que aspectos organizacionais; inspirou-lhes também o sadio princípio de que a instituição há de ter, em matéria de língua, como lembrara havia muito José Veríssimo, a missão de “acompanhar o uso; o público, compreendendo os escritores, é que faz as reformas. Ela se limitou sempre a dar-lhes ou negar-lhes, conforme as julga boas ou más, a consagração da sua autoridade”.

Lembra ainda o mesmo acadêmico, na 3.<sup>a</sup> série dos *Estudos da Literatura Brasileira*, a ação desenvolvida pelo Cenáculo francês no que se refere ao registro da língua em uso, “não – como diz a Academia – no uso que começa, mas no uso geralmente aceito”.

É oportuno vermos essa afirmação ratificada ressoar nas palavras de Machado de Assis, no substancioso artigo publicado em 1873, sobre o instinto de nacionalidade da Literatura Brasileira e a questão da língua:

“Há, portanto, certos modos de dizer locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma.”

Desta forma, entenderam os nossos fundadores em 1897 que o papel que cabe à Academia, pelo modelo que lhe ministra a instituição francesa, é emprestar o prestígio de sua autoridade ao que considera bom uso que os escritores brasileiros fizeram e fazem da rica herança lingüística que os portugueses lhes legaram. Aliás, esta é a firme convicção dos escritores mais representativos do período anterior a 1897. Em carta datada de 1857, longa e programática, a Pedro Nunes Leal, Gonçalves Dias chega a duas conclusões que agora nos cabe reproduzir, dentre outras de que nos valeremos no decorrer desta exposição:

“2.<sup>a</sup> Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua.

3.<sup>a</sup> Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miséria grande não saber usar das riquezas que herdamos.”

Joaquim Nabuco repetiria, na essência, as mesmas idéias exaradas no art. I.<sup>o</sup> dos Estatutos e na carta de Gonçalves Dias, ao proferir o discurso de posse como Secretário-Geral, na sessão inaugural desta Academia, aos 20 de julho de 1897:

“(...) devemos reconhecer que eles [os portugueses] são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é o instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós; a Literatura, essa, tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. A formação da Academia é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio.”

Por estas afirmações do Secretário-Geral, que refletem medidos e contados os propósitos dos fundadores durante as “salutares e íntimas confabulações da sala de redação da *Revista Brasileira*”, conforme palavras do Relatório de Rodrigo Octavio, temos condições de afirmar que, no art. 1.º do Estatuto, a palavra *língua* se refere à *língua portuguesa* e a palavra *literatura* se aplica à *literatura brasileira* e que, portanto, só a esta pertence o adjetivo *nacional*. Não se trata de um caso de concordância atrativa, mas de uma firme idéia dos fundadores da Casa de Machado de Assis de que a língua dos brasileiros é a língua portuguesa, rica herança com que iriam plasmar o gênio nacional da Literatura Brasileira.

Firmavam com isto os fundadores que a Academia Brasileira não teria como propósito, como a italiana, buscar o *farelo* para separar o joio do trigo, nem como divisa da agremiação teria uma peneira, segundo idéia da Academia della Crusca, em Florença, em 1582. Não seria uma academia da língua, tal quais a francesa, de 1635, a espanhola, de 1713, e a portuguesa, de 1779. Destas diferindo neste particular, não figurou nos Estatutos a elaboração de um Dicionário

rio da língua, como aquelas realizaram, e de Gramática, como efetivaram a espanhola, em 1771, e a francesa só em 1932.

Não estar estruturada a exercer no Brasil do último quartel do século XIX as funções de uma academia da língua justifica a aparente incongruência de não incorporar ao seu quadro figuras proeminentes dos estudos lingüísticos e filológicos dessa época. O fato é ainda mais para notar, porque 1897 estava muito perto do movimento renovador do ensino de línguas dos preparatórios, máxime da vernácula, graças à reforma de Fausto Barreto, em 1887, dez anos antes, para atender à solicitação do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório. Maximino Maciel, ilustre representante do grupo de escol que à época se aplicava aos estudos gramaticais, assim nos aponta as excelências dessa reforma:

“O que foi este programa, a influência que exerceu, o efeito que produziu pela orientação que paleava, desviando o álveo do curso das línguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos dos docentes, é mister assegurarmo-lo: assinalou nova época na docência das línguas e, quanto à vernácula, a emancipava das retrógradas doutrinas dos autores portugueses que espousávamos.” [Maciel, 1922]

Por esta característica, não buscou para o seio da instituição nenhum dos expoentes dessa reforma para cujo programa se escreveram, a partir de 1887, as melhores gramáticas, que ainda hoje se lêem com proveito. É bem verdade que à Academia foram chamados grandes sabedores do idioma – como Silva Ramos, Carlos de Laet, José Veríssimo, Rui Barbosa, Taunay, mas que para lá foram lembrados como poetas, literatos, jornalistas ou publicistas, jamais como gramáticos ou filólogos. O mesmo João Ribeiro, gramático e artista, primeiro acadêmico eleito, foi lembrado por José Veríssimo, que o recebeu em 1898, mais como artista do que como gramático.

Recebendo a língua portuguesa como patrimônio herdado, não supunham nossos escritores que o idioma aqui se mantivesse inalterado, a repetir os usos dos quinhentistas e seiscentistas. Todos tinham presente que esse patrimônio

haveria de sofrer alterações e se enriqueceria com as novidades de que os brasileiros passariam a necessitar. Na já referida *Carta* de Gonçalves Dias, quarenta anos antes de 1897, o mavioso cantor dos nossos índios declararia em primeiro lugar:

“1.<sup>a</sup> A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português.

4.<sup>a</sup> Mas que, nem só pode haver salvação fora do *Evangelho de S. Luís*, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas. E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuiá* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que a não achem tão bonita.”

O *Evangelho de S. Luís* a que se referia Gonçalves Dias é o conjunto de lições, quase sempre desprovidas de valor, sobre pureza da língua portuguesa, do Frei Francisco de S. Luís, o Cardeal Saraiva, membro da Academia das Ciências de Lisboa, que viveu de 1766 a 1845.

A arraigada concepção que nutriam nossos fundadores sobre a língua portuguesa como veículo da Literatura Brasileira impediu a onda nacionalista dos numerosos intelectuais que não só apontavam para as diferenças lingüísticas entre a língua portuguesa e o falar dos brasileiros, mas defendiam a tese de que a independência política de 1822 estava a exigir nossa independência idiomática. O rastilho dessa proposta a florada na lista, pequena e imperfeita, de diferenças apontadas pelo Visconde de Pedra Branca (Domingos Jorge de Barros), entre 1824 e 1825, contaminou intelectuais do porte de Macedo Soares, Salomé Queiroga e Paranhos da Silva. Macedo Soares chega a proclamar, no seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1875-1888): “Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal.”

O nosso José de Alencar, que tem sido muitas vezes apontado como defensor de uma *língua brasileira*, soube pairar no espaço do bom-senso entre o exagero servil ao classicismo lusitano e a consciência de dotar a língua literária do

Brasil às exigências de um novo estilo. Conhecedor da tradição lusitana e dotado de informações hauridas nos bons lingüistas da época (Whitney e Max Müller, entre outros), sabia fazer distinções entre língua falada e língua escrita, interpretava corretamente a aceitação de neologismos, galicismos e outros estrangeirismos exigidos por uma sociedade nascente.

Leia-se este pequeno trecho doutrinário que poderia ser assinado por qualquer bom lingüista de hoje, integrante do Pós-escrito de *Diva*, em 1865:

“A escola ferrenha, que já vai em debandada, mas há cerca de vinte anos tão grande cruzada fez em prol do *classicismo*, que pretende que atualmente, meado do século XIX, discorramos naquela mesma frase singela da adolescência da língua, quando a educavam os bons escritores dos séculos XV e XVI (...).

A língua literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta de idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.”

Dadas as naturais e comprovadas diferenças que se vinham manifestando entre o português da antiga metrópole e o português do Brasil, entraria nas tarefas da novel instituição o levantamento ordenado que viria a constituir o *Dicionário de Brasileirismos*, previsto como ocupação da comissão de Lexicografia, cedo referida no Regimento. Tais subsídios iriam se juntar aos trabalhos dos que se consagravam na outra banda do Atlântico ao estudo da língua portuguesa, como proclamava Joaquim Nabuco no discurso inaugural. Assim, com a colaboração dos brasileiros, tais estudos e investigações ajudariam a compor uma visão mais alargada dos usos idiomáticos e os argumentos que melhor pudessem compreender e analisar a unidade e a diversidade lingüística nos dois países independentes.

O movimento nacionalista em favor da língua dos brasileiros promoveu, no seio da Academia, em 1907, um sistema de ortografia simplificada que rompia violentamente com a tradição escrita. O repúdio de acadêmicos, e do público em geral, somado às críticas dos especialistas, acabou por enterrar a proposta iconoclasta.

Nos dias de hoje, ampliados os horizontes da língua portuguesa pelas exigências de uma sociedade moderna e atuante, as novas gerações de acadêmicos continuam fiéis aos princípios gerais emanados dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897.

## ~ Bibliografia

- ALENCAR, José de. “Pós-escrito de *Diva*”. In: *Obras Completas*, vol. I, 399-402. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1965.
- ASSIS, Machado de. “Literatura Brasileira – Instinto de nacionalidade”. In: *Crítica* (Coleção feita por Mario de Alencar), 7-28. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s/d [1910].
- DIAS, Antônio Gonçalves. “Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal”. [1857]. In: Pinto (1978:33-38).
- MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*, 8.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.
- NABUCO, Joaquim. Discurso pronunciado na sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897, na qualidade de Secretário-Geral. In: *Discursos Acadêmicos*, Tomo I, s-I4. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2005.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil. Textos Críticos e Teóricos*. I – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história. Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto. Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira. São Paulo, EDUSP, 1978.
- VERÍSSIMO, José. “A questão ortográfica”. In: *Estudos de Literatura Brasileira*. 3.<sup>a</sup> série 99-112 [1904]. São Paulo, Ed. Itatiaia Limitada – EDUSP, 1977.

# Da sombra da morte à luz da poesia: poeta do pensamento

FREDERICO GOMES

**T**.S. Eliot declarou certa vez, cremos que numa entrevista, que o poeta perde o potencial criativo decorrida mais da metade da sua vida, quando lhe restariam apenas três escolhas – rebaixar-se literariamente, repetir-se ou parar de escrever. Trata-se, sem dúvida, de uma generalização equivocada, embora rara, do pensamento eliotiano, pois a leitura de *O Outro Lado* (Editora Record, 2007), sétimo volume de poemas de Ivan Junqueira, produzidos entre 1998 e 2006, desmente-o expressamente nesses quarenta anos de poesia publicada. Após a consagração crítica do premiado *A Sagração dos Ossos* (Editora Civilização Brasileira, 1994), o que percebemos nesse livro mais recente é o modo como o talento do poeta brasileiro vai, de livro para livro e retomando os mesmos temas, adquirindo mais forças para atingir cumes mais elevados. Fato este sintetizado, com argúcia, nas palavras de Antonio Carlos Secchin na quarta capa: “... este livro confirma, em dimensão su-

Poeta e  
jornalista.

perlativa, o patamar a que se alça a poesia de Ivan Junqueira, tanto no irretocável domínio técnico do verso, exemplificado na soberba utilização da rima toante, quanto na elaboração de um denso e doído juízo sobre a existência, núcleo do estro meditativo de sua lírica.”

De fato, deparamo-nos, aqui, com o mais alto índice desse patamar assinalado por Secchin, não só relativo à produção do poeta, mas a tudo o que se fez e se faz na poesia brasileira. E pensamos, então, em nomes que constituem o cânone dessa atividade entre nós. E mais: em todos que escrevem, falam e pensam em língua portuguesa. Isso porque nessa admirável reunião de poemas não se percebe a mínima fissura em sua construção formal, um lapso de pensamento.

Poeta de sólida formação cultural, Ivan Junqueira nos doa, generosamente, com a sua poesia, todo o conhecimento que o distingue e singulariza, usando-o para a vida e não por mera erudição. A nós, leitores, cabe sorver, linha por linha de cada poema, as múltiplas fontes que o abastecem. Para ficarmos apenas nas fontes gregas e latinas, citemos alguns fragmentos de verso dos seguintes poemas: em “Prólogo”, “... as pedras/ me ensinaram que o critério/ do que em tudo permanece / nunca está nelas, inertes,/ mas nas águas que se mexem...” e “... onde tudo era água e correnteza...”, de “O testemunho” – após os primeiros versos de ressonância heraclitiana, o segundo verso nos remete ao que teria dito Tales de Mileto: “Todas as coisas são feitas de água”; em “O assassino”, estes versos: “... A lição de Plínio/ que se segue às de Horácio e Ovídio,/ cujo estro se embebe em Virgílio...”, “...ou, bem antes, nos sofistas,/ em Parmênides e Crítias,/ em Heráclito e Anaxímenes...” , etc.

Fazendo um paralelo entre a linguagem poética e a linguagem pictórica, notamos que, se Picasso transitava com facilidade por diversos estilos, indo de uma linguagem para outra, sem que nunca deixássemos de reconhecê-lo em sua singularidade de artista, é em Cézanne que detectamos semelhanças da poesia de Ivan Junqueira com a pintura. A obsessão do pintor francês em esgotar todas as possibilidades de apreensão plástica de seus temas – simbolizados, sobretudo, pelas telas que retratam La Montagne de Sainte-Victoire

(que, diz a anedota, foi a única coisa que ele realmente pintou durante toda a vida, mesmo quando pintava um rosto ou um corpo feminino) – é a mesma que move o poeta de *O Outro Lado* em sua apreensão metafísica da morte. A morte é a sua Montagne de Sainte-Victoire, a sua obsessão mais notável, seja afirmando-a ou recusando-a. Porém, ao atingir, na poesia, o momento extremo da oposição vida-morte, o poeta o faz de maneira afirmativa, ora afirmando os sentidos da vida no sentido da morte (a infância, o amor, a arte), ora afirmando o sentido da morte nos sentidos da vida (a vanidade, o absurdo, o sem-sentido). Dupla afirmação que, em última análise, somente a poesia de alta fatura consegue realizar. Ou, melhor ainda, conforme as exatas palavras de Eduardo Portella finalizando as orelhas do livro: “O poeta Ivan Junqueira parece mobilizar, com um sentido e todos os sentidos, a sua elegia à vida e o seu hino à morte. Superiormente”.

Lembremos, contudo, que Jorge Luis Borges já nos alertou, numa palestra sobre a poesia, que “se a sentimos imediatamente, por que diluí-la em outras palavras que, sem dúvida, serão mais fracas que nossos sentimentos?”. Sendo assim, tudo o que dissemos nos parágrafos anteriores pode ser melhor esclarecido com as palavras do próprio poeta. Ouçamo-lo, pois, em “O testemunho”:

Estes poemas dão o testemunho  
do sangue que de mim se vai embora.  
Não são apenas o banal rascunho

de um texto escrito a esmo ou que se arvora  
em ser o que não é, pois o que o anima  
se opõe ao que depressa se evapora

com a música inútil de uma rima.

[...]

Deste último poema do livro retornemos ao primeiro, justamente intitulado “Prólogo”, pois, se no primeiro ele nos falava sobre todos os poemas que enfeixa o volume, agora nos fala dele próprio, do poeta:

Eu sou apenas um poeta  
a quem Deus deu voz e verso.  
Na infância, quando fui relva,  
sentia os pés dos efecos  
a calcar-me as frágeis vértebras  
e colhia das donzelas  
o frêmito que, venéreo,  
era um augúrio da queda.

Depois, quando fui cipreste,  
vi como o vento, em seus dédalos,  
cingia-me a áspera testa  
e tangia-me as idéias  
que nos ramos, vãs quimeras,  
pousavam como uma névoa,  
úmidas ainda das trevas  
e do abismo de que vieram.

Quando fui córrego, as pedras  
me ensinaram que o critério  
do que em tudo permanece  
nunca está nelas, inertes,  
mas nas águas que se mexem  
com vário e distinto aspecto,  
de modo que não repetem  
o que antes foi (e era breve).

[...]

E assim fui sendo esse leque  
de coisas fluidas e inquietas,  
jamais levianas, bem certo,  
mas antes, em seu trajeto,  
vertentes as mais diversas  
de uma só e única célula:  
a da matriz que não é  
senão seu próprio reverso.

[...]

O poeta, ao mostrar-se, como vimos, consciente de que o é, faz ecoar em nossa memória as palavras de Hofmannstal, quando este afirmava que o núcleo da essência do poeta é precisamente ele se saber poeta. O que observamos aqui e que observaremos em todos os poemas do livro é que Ivan Junqueira circula por um espaço temporal bem mais distendido que o dos modismos literários, pois também percebemos ecoando, quase em silêncio, nessas transfigurações imagéticas das vidas anteriores do poeta, os versos de Empédocles que dizem: “Eu fui donzela, eu fui um ramo, eu fui um cervo e fui um mudo peixe que surge no mar.”

É sabido o cuidado e o respeito que o autor dedica à tradição da cultura ocidental, o que, como não poderia deixar de ocorrer, é bastante visível em sua obra poética e ensaística. Nesse sentido, mais para o final do livro, no poema intitulado, não sem certa ironia, “O novo”, ele tece ácidos comentários aos modismos literários, demonstrando-nos desse modo que o novo é o que sempre fica, aquém e além de quaisquer novidades. Ei-lo:

Eis o novo (e seus livores):  
algo efêmero que escoo  
e não pede de teu olho  
senão que o deguste em folha,

pois seu tempo dura pouco,  
talvez menos que o do vôo  
da mariposa no fogo.

[...]

O novo grita na proa,  
mas se esquece de que há popa,  
astrolábios, velas rotas,  
trirremes ébrias ao sopro  
dos ventos do mar vinhoso,  
onde Ulisses, no retorno,  
viu porcos, ciclopes e ogros.

[...]

Mas, enfim, existe o novo.  
Só que ninguém o apregoa  
nem lhe canta inúteis loas  
ou nênias de mau agouro.  
É que ele nunca está morto:  
esplende no Horto de Giotto  
ou nas Fábulas de Esopo.

[...]

não a luz de um sol furioso,  
mas a que arde desde a noite  
em que alguém disse: “Lenora!”

É importante lembrarmo-nos de que, apesar de sua obstinada referência à morte, ao nada e ao sem-sentido da vida, surgem na obra do poeta breves mas refinados interlúdios amorosos que o domínio do ritmo, da melodia e da ima-

gem torna dignos de constarem de qualquer seleção que se publique visando ao tema, em língua portuguesa ou não. Sabemos, entretanto, que o amor, mesmo quando o poeta não o refira de modo direto, amiúde e indiretamente serve de contraponto à recusa da morte em seus poemas. Mas que o leitor mergulhe de cabeça neste majestoso soneto “São duas ou três coisas” e constate a plenitude amorosa de que vimos falando e que o inunda:

Eu te amo tanto que não pode o peito  
conter dentro de si amor tão vasto.  
E te amo há tanto que do amor me basto,  
sem fêmea alguma que arda no meu leito  
ou lembrança que ali sirva de pasto  
às larvas de um desejo satisfeito  
e que, farto de si, seja perfeito,  
como perfeito é o vértice onde o engasto.  
Eu te amo desde aquele agudo instante  
em que tudo se faz irreal e eterno,  
pouco importa se o céu ou o duro inferno,  
posto que um nunca do outro está distante.  
E assim é porque a mim tocou-me a sina  
deste amor que me cega e me ilumina.

A maior parte dos poemas que constituem *O Outro Lado* pode ser considerada, sem hesitação, antológica (e ontológica) por seu altíssimo nível técnico e existencial, além de ser o que de melhor se tem produzido entre nós – sobretudo os longos “O rio”, “A história” e “O testemunho” (Ivan Junqueira nunca foi adepto dos poemas curtos, geralmente descuidados) –, o que nos obriga, infelizmente, a transcrevê-los em fragmentos. Dos três citados acima optamos por essas passagens da esplêndida viagem pelo passado e presente da História que é “O rio” (pode-se falar de viagem ao futuro, pois o poeta nos fala também daquele rio heraclítico “que está vindo a ser, mas que não é ainda”):

Ó rios de minha vida:  
os que cruzei sem ter visto  
e os que fluem, com mais tinta,  
no pélago das retinas  
de quem agora os recria!

Não vi o Eufrates e o Tigre,  
ou o esfíngico Nilo,  
esse que corre por Biblos  
e se derrama em estrias  
às bordas de Alexandria.

E não vi, no Middle East,  
o irascível Mississipi,  
de que T. S. Eliot disse  
ser um deus castanho e altivo,  
cuja cadência se ouvia

nos verdes quintais de abril,  
no aroma das uvas híbridas,  
no berçário dos meninos  
e no óleo das lamparinas  
que o duro inverno aqueciam.

De mãos dadas a esse ritmo,  
vi o Tâmisia poluído  
na Londres dos anos vinte;  
vi-lhe as garrafas vazias  
e as migalhas de comida,

um rato a esconder-se, esquivo,  
em meio às ervas daninhas.  
E ouvi também, mais longínquo,  
o riso que, ressequido,  
do turvo rio se erguia.

[...]

E o que dizer desse rio  
que em dois hemisférios cinde  
a rendilhada Paris?  
O que dizer desse cisne  
que Baudelaire viu um dia,

tão ridículo e sublime,  
a sujar as plumas límpidas  
nas lajes do Sena esguio,  
onde, entre náuseos detritos,  
ia, aos tombos, se ferindo?

Sobre o Arno, o grave e humilde  
Ponte Vecchio se equilibra.  
Ali, Dante viu Beatriz,  
mas nele o amor que cintila  
é o de Francesca da Rimini.

[...]

Ó Tejo, ó tágides minhas!  
Ó Camões sôbolos rios  
que por Babilônia singram  
e sangram todo o lirismo  
de que vive e morre a língua!

Ó rio que viu Ulisses  
fundar a velha Olisipo,  
que depois Lisboa vira,  
muito embora não o digam  
a *Odisséia* e a *líada*!

[...]

Falo, enfim, daquele rio  
de cujas águas alígeras  
ninguém sai igual a si  
ou àquilo que está vindo  
a ser, mas não é ainda.

Tudo se move. Esta é a sina  
de todos, este o castigo  
que nos coube, como a Sísifo:  
o de sermos o princípio  
e o fim, na mesma medida.

Por isso louvei os rios  
que não começam nem findam  
e que estão sempre fugindo  
dessa fraude que os quer hirtos  
como alguém que já não vive.

Há muitos outros poemas no livro que merecem registro: por exemplo, os metalingüísticos “A mão que escreve” e “Elogio de Plínio”, juntamente com os belíssimos “A ilha” e “O outro lado”. Encerraremos esse comentário publicando o poema intitulado “O mesmo: o terceiro”, magistral autodefinição desse poeta do pensamento que é Ivan Junqueira, que nos leva, com seus poemas, da sombra da morte à luz da poesia. E, portanto, da beleza. Ei-lo:

O que escrevi foi sempre o mesmo  
poema, e os mesmos são os dedos  
que nele enrolam o novelo  
dos muitos eus em destempero  
que ali convivem e se odeiam  
à sombra de um só parentesco.

E há mais: um duplo que me espreita  
do fundo ambíguo de um espelho,  
e que a tal ponto me é avesso  
que não sei mais se me conheço  
nele ou em mim, que sou a perda  
dos dois e de ambos o arremedo.

Mas afinal somos um mesmo,  
tal como o fogo e a labareda  
ou um do outro o igual modelo,  
rebentos de uma única cepa,  
que dá um vinho quase azedo,  
impróprio à goela até dos bêbados.

Só que com ele não me ajeto  
nem o convido para a mesa,  
onde, alheio a todo esse enredo  
e olhando-o apenas de esquelha,  
me esqueço dele e de mim mesmo  
na sóbria embriaguez de um terceiro.

Resta a nós, leitores, torcer e aguardar o próximo livro desse poeta que, no auge da sua criatividade, desce aos abismos, a um só tempo assombrosos e belos, da existência.



MORTE DE VIRIATO.

# Os três sepulcros de Viriato e a sua ressurreição

JOAQUIM DE MONTEZUMA DE CARVALHO

**N**um remoto dia de verão de 1949 fui de passeio com a minha namorada e sua tia conhecer Avô, vila antiquíssima – daí o seu nome? – a mergulhar os pés no Rio Alva. Então, apontaram-me a casa onde viveu e morreu um aventureiro de seiscentos, o poeta Brás Garcia de Mascarenhas (Avô, 1596 – id, 1656), o autor de *Viriato Trágico*, largo poema épico saturado de ênfase e clamor, só muito mais tarde publicado após a morte do autor, um beirão venerado (1699).

Escritor, crítico,  
ensaísta e colunista  
português.

Eu preparara-me e levava no bolso as oitavas XIII e XIV do Canto I para as reler à vista de Avô e dar solenidade ao farnel de companhia. E li as oitavas:

XIII

Dezoito lustros de anos pelejando,  
Toda a potência bélica romana  
Não pode, já perdendo, já ganhando,  
Acabar de render a lusitana,

Quando do centro (que ditoso!) quando  
Da Beira (ó Beira em tudo soberana!)  
Viriato empunhou (ventura estranha!)  
O cajado, que foi ceptro d' Hespanha.

#### XIV

A fama, que em seu templo o engrandece,  
Pai e mãe negam a filho tão altivo,  
E com razão porque de ambos carece  
Quem de suas obras foi filho adoptivo:  
Não lhe nega a nação, porque merece  
Ser colocada em seu eterno arquivo:  
Todo foi português no esforço e manha,  
Sem ter mistura de nação estranha.

Estas duas oitavas, sonoras como tubas, estavam num sepulcro porque continham dois disparates tão solenes como as tubas da fama. Só mais tarde refleti. Ler e comparar é o remédio. Crescer é emendar.

O primeiro disparate é afirmar que o cajado (o bordão ou arrimo dos pastores) foi ceptro de Espanha. Brás Garcia de Mascarenhas terá escrito *scetra* e não *sceptro* (na forma atual, *cetra* e *ceptro*). A *cetra* (do latim *cetra*) era o antigo “escudo” coberto de coiro (igualmente usado por Dom Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, quem não usou escudo metálico). O *ceptro* (do latim *scpetru*) era o bastão de comando.

Ora Viriato, mais do que o estratega de retaguarda a quem lhe bastará o “bastão”, era o soldado principal, era o lutador e para a luta armado ia de um “escudo” feito de boa madeira e guarnecido de coiro impenetrável às espadeiradas.

Os generais é que são gente de bastão, mas não lutam. Viriato, felizmente, não foi o vulgar general dos tempos modernos. O seu escudo (a *cetra*) é que foi o bastão de Espanha, a força de resistência contra as legiões imperiais romanas. Com o cajado pouco ou nada faria. O que Brás Garcia de Mascarenhas quis di-

zer é que aquele pastor Viriato, invocando apenas o “cajado”, foi por antonomásia o “escudo” da Espanha (a antonomásia é aquela figura pela qual se toma um nome comum por um nome próprio ou vice-versa).

Um bastão em mãos menos fortes não tem tanto poder e coragem. A tipografia, em 1699, e sem que o autor pudesse abrir a boca, pois falecera em 1656, é que terá tido o descuido, até porque a palavra cetra pouco significava ou nada em tempos de “escudos”... metálicos!

Mas o outro disparate é um cravo no madeiro e está tão profundamente pregado na consciência do nosso país monárquico e republicano que não sabemos como desprezá-lo por causa dos milhentos olhos que não querem ver e pensar. Os historiadores – exceção feita ao magnífico Américo Castro (1885-1972) – andam pela Ibéria, dum lado e de outro, a cantarolar os mesmos atávicos equívocos e se chamam espanhóis aos resistentes de Covadonga (Pelayo, 718 da era cristã), por cá continuamos a chamar português a... Viriato!

E Brás Garcia de Mascarenhas foi na onda como tantos e sublinhou o máximo: “(Viriato) todo foi português no esforço e manha,/sem ter mistura de nação estranha.”

Até se fica com esta impressão inculcada: não fora Viriato tão português na pureza de seu sangue e o valor não o teria afastado do dócil e bucólico pastoreio pelos montes Hermínios! Isto é, tinha de ser português para resistir por dezoito anos, de 136 a 154 a.C, às tropas romanas!

O disparate em Espanha, no caso de Covadonga, ainda tem algo a seu favor porque se dá em anos da era cristã, e a religião não gosta de purificar águas históricas, mete tudo no mesmo açude concentracionário. Mas o caso Viriato é sem desculpabilização. O seu caso dá-se na Proto-História e antes da era cristã (Cristo não nascera sequer!). Não existe sequer tapete mágico...

Pergunte-se: que religião tinha Viriato? Se os próprios romanos desembarcados na Ibéria e a palmilhá-la em busca de minérios, vinhos, trigo e sardinha salgada (o petróleo e o gás de então para o Bush de Roma, em turno) ainda eram aquelas multidões de tão escasso transcendentalismo (Platão, o grego, já existia, uma pequeníssima camada romana o conhecia, a soldadesca tinha o

panteão superlotado para escolher, como numa confeitaria, o seu ídolo/deus do melhor agrado)?

Consultando-se o sábio José Leite de Vasconcelos (1858-1941), sobretudo a sua obra *Religiões de Lusitânia*, te perderás como noutro panteão decorativo. Eu, pelo menos, perdi-me nesse museu (panteão significa museu de deuses) de figurinhas balbuciantes... Pobre Viriato se houve de escolher, habituado que estava ao relento do luar e ao estrelato brilhante dos céus, a grande catedral cósmica! Quero-o sem escolha e diante dos céus! Que as religiões terão começado pelo pastoreio...

Sobretudo pelo disparate de Brás Garcia de Mascarenhas – chamar português a Viriato – é que este está no sepulcro irredento das suas oitavas rimas. Bastava chamá-lo “lusitano” para acertar na essência desta palavra que não tem a ver com o sentido dado pelos estudos de Mestre André de Resende, da não menos Mestra Doutora Carolina Michaelis de Vasconcelos e do Mestre, vivo ainda, o excelente Doutor Américo da Costa Ramalho. Lendo papéis muito, muito antigos, tive a sorte – um dia o espelharei num texto – de saber o que significa lusitano, significa apenas (e para o caso Viriato tão bem se lhe ajusta) esforçado no combate, homem que não dá tréguas na luta, homem de suprema coragem. Camões andou por lá perto deste enigma, vigente todavia, quando na “Ode a D. Manuel de Portugal” objetivou:

O rudo canto meu que ressuscita  
As horas sepultadas  
E as palmas já passadas  
Dos belicosos nossos Lusitanos...

mas ignorando ainda que a palavra “lusitano”, numa outra raiz sua, não perscrutada por Resende, Carolina e Ramalho, é o próprio “belicoso” (guerreiro, bravo, inclinado à guerra). Os papéis velhos têm muita virtude...

Para libertar Viriato deste sepulcro, há que forjar um espanto: como é possível apontá-lo como “português” se Portugal só viria a nascer a 5 de 1143

com um D. Afonso Henriques mandatário obediente da Ordem de Cister (é a Igreja que prepara Afonso Henriques para as tarefas da “Reconquista”)? É a França, sem o problema das castas religiosas, quem quer limpar a Ibéria de mazelas orientais como o judaísmo e o muçulmanismo por temer que a “praga” ultrapasse os higiênicos Pirinéus! A Ibéria não era chão de confrontos...

O poeta Fernando Pessoa (1888-1935) deve ter sentido este problema ao meditar e inspirar-se para o seu poema a Viriato, precavido da entrega imediata e romântica a Brás Garcia de Mascarenhas. Todavia o seu belo poema “Viriato”, que faz parte dos “Castelos”, a segunda parte de “Brasão” do livro *Mensagem*, de 1934, e que acaba, no derradeiro verso, com “É a hora!” (e a hora não foi para Pessoa, pela desconsideração “patriota” de um segundo prémio que nem no Regulamento do Concurso estava à vista... quem leia o regulamento não pode desculpar Ferros e outras ferrugens do palavreado hipócrita), tal poema se nutre ainda de erro transversal. Pessoa não diz que Viriato é português, mas é como se o tivesse dito às claras. Pessoa utilizou a palavra “raça” e tal como Brás Garcia de Mascarenhas identificou Portugal com Viriato e viu em Viriato o Portugal a amanhecer... Há uma outra claridade que Avô não vislumbrou, mas o resultado é igual. No dia em que Fernando Pessoa escreveu o poema – a 22 de janeiro de 1934 –, não era Tejo a passar por Lisboa, era o Rio Alva a navegar pelo estuário numa quase comunhão de sentidos:

### VIRIATO

Se a alma que sente e faz conhece  
Só porque lembra o que esqueceu,  
Vivemos, raça, porque houvesse  
Memória em nós do instinto teu.

Nação porque reencarnaste,  
Povo porque ressuscitou,  
Ou tu, ou o de que eras a haste –  
Assim se Portugal formou.

Teu ser é como aquela fria  
Luz que precede a madrugada,  
E é já o ir a haver o dia  
Na antemanhã, confuso nada.

Depois, “raça”, “nação” e “povo”, substantivos que Fernando Pessoa aplica, dão um sentido exclusivamente “nacionalista” (a hora era a do Estado Novo para um Portugal Novo, e Pessoa sempre desejou altura a Portugal, apesar de Salazar ser para ele a conjugação ridícula de “sal” e de “azar”) ao poema e não um sentido patriótico.

A pátria é algo superior ao engendro nação (a pátria onde se nasce pode até então não ser nação), é algo que paira acima do que as nações exigem para o ser, pois eu posso não pisar o solo da nação, posso viver a mil léguas e não ouvir a língua sequer, mas a pátria vence dentro de mim e dá o que a nação não dá, o vero sentimento de tribo e de origem peculiares. É o triunfo do invisível.

As oitavas de Brás Garcia de Mascarenhas e o poema de Fernando Pessoa não são poemas patrióticos, mas apenas poemas nacionalistas... em busca de fundamento para dar força e restauro à... nação! São polidos poemas... políticos!

Já se pensou o que significa o “judeu errante”, sempre, sempre errante? É isto mesmo: o judeu sem nação mas com pátria, “dentro de si”! O elo à terra onde se nasceu, a pátria, o “pater” latino, o pai, é o fundamental.

Vivo a trezentos metros de uma viva lição em pedra e escultura a ensinar às pessoas distraídas – nem sequer olham e a dez metros é a passagem dos autocarros da linha I2! – o que é a pátria... oh não, o que é a “mátria”! São as monumentais esculturas da imensa arte de Teixeira Lopes (Vila Nova de Gaia, 1860-1942) a formar um grupo, uma mãe com a bandeira numa mão e a outra a segurar um dos filhotes, um dos vários que a rodeiam com ar feliz.

Este acampamento escultório assenta no topo da principal porta de armas do Estado-Maior do Exército, sendo uma das entradas para o Museu Militar e o Arquivo Militar. Qual a lição deste altar de pedra silenciosa e expressiva? Que a pátria, oh não, preferível dizer “mátria”, é o útero onde nós nascemos, é

a mãe farta como Artémis, a deusa mãe de Éfeso, na antiga Anatólia, hoje Turquia, e cidade onde terá morrido Maria, mãe de Jesus Cristo, aos cuidados do Apóstolo João (filho de Éfeso e o único ao lado da cruz onde expirara Jesus...). Teixeira Lopes ampliou os seios para a filharada. Artémis era corpo de mil seios. Em Maria, igualmente, o leite da vida em paz e dádivas permanentes. Mãe em latim diz-se *mater*, e é desta raiz a iridescente palavra “mátria”. Teixeira Lopes acertou e explica a todos os militares – os Viriatos de hoje – que Viriato foi também uma criança a agarrar as pregas das saias de sua mãe e que arribou a homem por ter mãe e teve coragem e inteligência para contrariar os violadores da terra de sua mãe, a sua mátria à vista, com ovelhas e oliveiras, aquela soldadesca despachada de Roma para quebrar a paz das planícies e das montanhas, com todo o ar da maldade nas ventas e a arrogância assassina da águia negra nos pendões, como se águias houvera tão-só nos Alpes Apeninos e não também pelos montes Hermínios (as Gardunhas, etc.) com outros férteis Abruzos...

Viriato apenas significa essa raiz. O resto que se diga pertence à romântica e histórica conjectura. E ao significar aquela inquebrantável raiz, significa resistência.

E eis que Viriato está hoje rodeado de mil apetências que lhe diminuíram a resistência ao alienígena. Enfiaram o seu esqueleto na era global das intercomunicações de toda a espécie, quebraram-lhe os ossos com os circulantes mercados comuns, dissolveram as fronteiras e chamam às novas comunidades sem Viriato de espaço Cheng (nome asiático, coisa cómica).

Outros dirão que Viriato, apesar das globalidades a criar um figurino figurão, significa o escudo de defesa da “identidade” e esta é até necessária à globalidade para a não conversão plural em mera vulgaridade e indiscrição.

Viriato saltou dos sepulcros para ter essa voz; não estará a identidade da pátria a ser veramente ameaçada e destruída pelas legiões de novos romanos disfarçados nos políticos mercadores das planificadas uniões, pactos e constituições?

Ele, Viriato, acordou daqueles dois sepulcros, sacudiu o qualificativo português e nacionalista, ficou com o cajado da mera pátria (o lugar onde nasceu).

Ainda não sabe responder se o ruído que aí vem é para mal ou para bem. Os seus olhos estão esbugalhados e os ouvidos cheios de pó milenário. Ele precisa de mais algum tempo a decidir-se se volta ou não para o sepulcro.

E onde este sepulcro, o terceiro do título deste meu texto?

Este é o verdadeiro e, infâmia das infâmias, ignorado pelos que estão em Portugal (o “estar em” sobrepujou o “ser de”). Pode questionar-se muita coisa, mas pelo menos é o único com tal atribuição... Pergunto ao leitor pio: sabia da existência deste sepulcro? E o pio leitor, nos noventa e nove por cento responderá: não, não o sabia! E, por sua vez, o leitor, fortalecido pela arguta razão, perguntará: como é possível existir o sepulcro de um Viriato, homem antes da era cristã, sabendo-se tão pouco como os antigos da pátria terra sepultavam seus mortos (se postos numa fogueira, se dispostos a ser devorados pelos animais, etc.) que ainda hoje os galegos do norte igualmente não sabem responder por que junto aos castros nada relacionado com... funerais e sepulcros!

Eu estava há dias na Biblioteca do Exército a consultar o *Diário da República* e o livro *A General View of the State of Portugal*, do britânico James Murphy, na edição original (London, 1798). A dois metros de mim estava o Luis Miguel de Almeida, filho de Viseu e amante de sua terra como poucos, e o Carlos de Oliveira, que há poucos meses dissertava sobre Viriato. Estes dois militares andam à volta com a continuação dos livros já publicados sobre as vidas dos generais portugueses.

Em Viseu há uma estátua de Viriato, o que muito se respeita apesar de pôr todos a sonhar e fazer perguntas...

Eu lia James Murphy, dei com a folha 131-132, espantei-me com o que lera, jamais o lera aí, e voltando-me para o Almeida, o filho de Viseu, inquiri-o:

– O Almeida sabe onde está o sepulcro de Viriato?

E o Almeida estranhou e retorquiu: “Mas há sepulcro de Viriato?”

Há, adverti-o e mostrei-lhe a passagem do livro de Murphy que aqui reproduzo tal e qual:

*In the territory of Belas, near Lifbon, was found, in the reign of John III a fstone cheft, containing a fword and the remains of the famous Viriatus, as appeared by the following infcription, which was carved on the lid of it:*

*HIC JACET VIRIATUS  
LUSITANUS DUX.*

*A perfon of the name of Machado, who discovered this antiquity, offered the fword for fale, but finding his countrymen placed no value it, he gave it to a friend of his in the ifland of Madeira, where it was loft.*

O espanto foi grande! Como era possível estar o sepulcro de Viriato em Belas, um arrabalde Sintra e quase apenas só conhecido por aí ter o Palácio dos Condes de Pombeiro, deixado cair em crescente ruína?

Fui a outros livros e nada de sepulcro de Viriato na vizinha Belas. Mas tive sorte (quem não cansa sempre alcança, a divisa do ex-libris de Mestre Aquilino Beirão)! A p. 372 referente a Belas pôde alargar o saber sobre o enunciado por Murphy ao consultar *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal (1.<sup>a</sup> edição, vol. 2.º, Lisboa, 1873). Afinal, o sepulcro andava relacionado com o espaço daquele ido palácio....

Eis o que Pinho Leal, sem mencionar Murphy, nos informa:

“João de Barros, na sua *Descrição do Minho*, afirma que vira em Belas, na quinta que fora da Infanta D. Brites, mãe do rei D. Manuel, e de depois de Pedro Machado (hoje do Sr. Marquez de Bellas) a sepultura do immortal Viriato, com a seguinte inscrição, que já mal se podia ler: *Hic jacet Viriatus Lusitanorum Dux*, e que dentro da sepultura se achara uma espada com letras ininteligíveis.

O sumptuoso palácio e formosíssima quinta do sr. Marquez de Belas e Conde de Pombeiro é uma das mais belas e ricas vivendas de Portugal. Está situado o palácio no vasto recinto da vila.”

Pinho Leal não o diz, mas este João de Barros não é o preclaro cronista das Décadas da Índia, etc. e que viveu entre 1496-1570, tendo nascido em Viseu e outra glória da cidade.

É o Doutor João de Barros que se pensa ter nascido em Braga, ignorando-se o ano, e se julga ter falecido aí por 1553, o que o torna coetâneo do homónimo das Décadas da Ásia.

Não encontrei na Biblioteca dos Paulistas, de Lisboa, a *Descrição do Minho*, livro inexistente aí ou noutra qualquer lugar. O que Pinho Leal terá lido foi o manuscrito do Doutor João de Barros (com a cota A-6-2 dos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa), o *Livro das Antiguidades e Cousas Notáveis de antre Douro e Minho*, alforge de trinta e dois abundantes capítulos e que tem a data de 1549. Pinho Leal terá resumido este manuscrito para *Descrição do Minho*.

Tudo indica que o Doutor João de Barros era um homem sério. Pensou em seguir a vida religiosa. Se disse e escreveu que vira em Belas a sepultura e a lápide referentes a Viriato (um Viriato aí jazente e que fora o capitão-chefe dos lusitanos), é mesmo para acreditar.

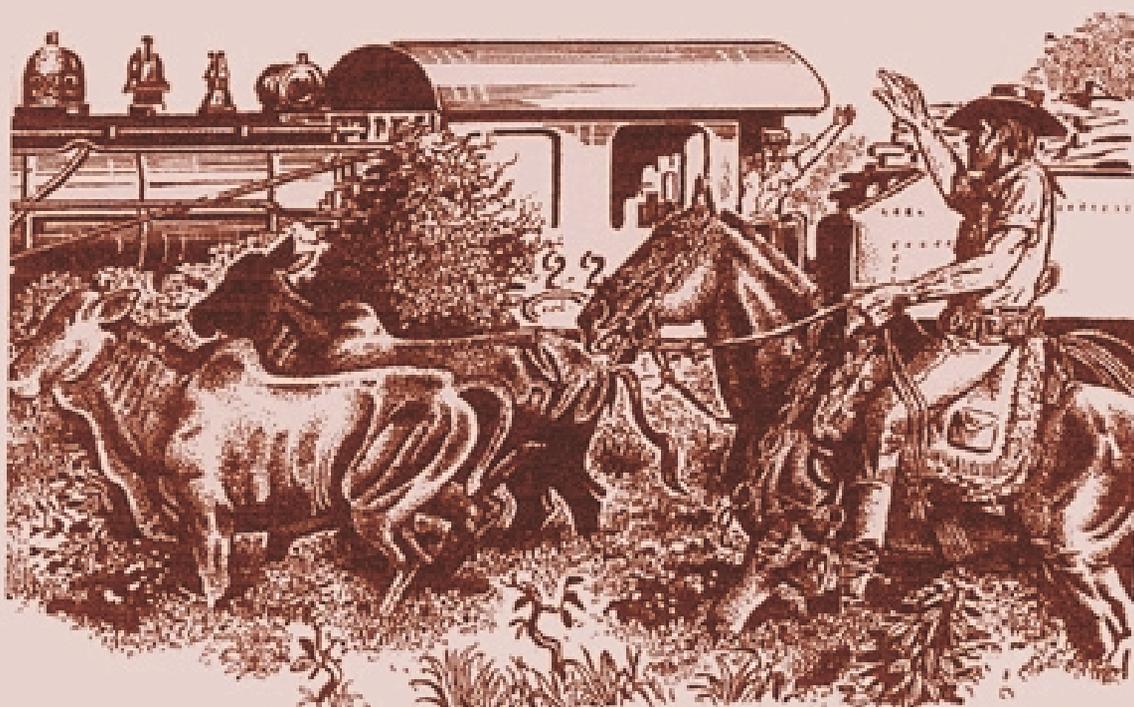
Acredito mesmo que tenha havido tal pedra com tal inscrição (em João de Barros na epigrafia de *Hic jacet Viriatus Lusitanorum Dux*; em Murphy, *Hic jacet Viriatus Lusitanus Dux*, no primeiro caso, comandante-chefe dos lusitanos, no segundo caso, comandante-chefe lusitano).

Nunca fui a Belas e nunca me confrontei com o arruinado Palácio dos Condes de Pombeiro. Mas conheci há anos uma funcionária do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus cuja mãe tinha o costado dos Pombeiros. Falou-me que o palácio era uma derrocada e lhe dava muita tristeza, até porque não vivia longe daqueles idos lugares gloriosos. Por isso mesmo não quis ir ao sítio, porque me angustio com a ruína das próprias coisas, vítimas das injúrias do tempo...

Mas, agora, depois do encontro com Murphy e de saber o que João de Barros escreveu e Pinho Leal propalou, sinto algo diferente e lanço a questão: onde está tal pedra tumular? Estará n'algum museu público ou particular? Desapareceu de todo? Poderá ser achada no Palácio dos Pombeiros entre o nefasto entulho? Volatilizou-se.

Só sei dizer que depois deste texto publicado enviarei como recado ao cuidado do Diretor ou Directora do Instituto Português do Património... Liber-

ta-me-ei dos sepulcros. Talvez que a pátria esteja a sofrer o derradeiro abalo e mutação, e nem sequer interessem letras numa pedra à dimensão de um corpo. Talvez que o espaço Cheng – oh, que nome tão macaísta! – venha a ser “pátria” para ninguém. Os séculos rolarão. As pedras angulosas tornar-se-ão redondos seixos, uniformes e iguais. Então surgirá um qualquer Viriato da global informática a dar ordens universais via fax, via e-mail, um Viriato sem pátria, sem resistência, sem o tal cajado da identidade “inalienável”... Mas nesse, então, Viriato não será o Viriato, símbolo da própria ipseidade. E as sepulturas serão todas iguais.



# Do berrante ao apito

☞ CAUSO DE TODA UMA NOITE DE PROSA...

FRANCISCO MARINS

**A**manhã mal clareara na vila.  
 – Nhô Lazo Gerardo já chegô do Mato Grosso! – gritou o moço Caiara, anunciando a boa nova, depois de bater à porta de uma casa de tábuas.

Nhô Quim, o dono, alto, espadaúdo, veio atender, manqui-tolando.

– Não diga que veio, tão cedo? – Com a comitiva? interrogou, satisfeito.

– A peonada tá mais morta que viva e a tropa estropiada...

– Pudera... com esse estirão de duas mil léguas!

– *Pra mais* que isso...

– Então vou ligeirinho ver o compadre.

– Trouxe boiada manteúda daqueles confins de mundo!

– E, na certa, já entregou pro dono, nhô Macário, lá no alto da serra... na fazenda de criame e engorda!

– Mecê conhece bem nhô Lazo, que só bota o pé em casa despois de cumprido o trato.

Autor de livros  
 infanto-juvenis.  
 Ex-Presidente da  
 Câmara Brasileira  
 do Livro e  
 membro da  
 Academia Paulista  
 de Letras.

– Quase meio ano fora, andando atrás de casco de boi pantaneiro não é mole, é?

– *Pra mais...* que isso!

– Escutei que veio tocando mil cabeças!

– *Pra mais...* ! E eu tenho muita zanga, de nunca terem me levado em pelo menos uma dessas viagens.

Nhô Quim ajeitou a camisa grossa, mal saída das calças e respondeu ao peão.

– Diga pro compadre que, de noitinha, chego lá com a patroa, pra gente prosear sobre a viagem e ouvir os causos. Vá lá também... se puder.

– Não dá certo. A mulher tá “esperando”... preciso campear logo nhá Minervina pra ajuda – senão o moleque num põe a cara no mundo. Ela tá na “hora” e “gorda”, demais...

– Dá tudo certo...! Todo dia nasce criança. Vá em paz e que Deus ajude!

– Ontem ela pediu a benção do Paulino.

– É... o “nosso” ceguinho ajuda quem precisa, com oração... e “enxerga” mais longe e pra dentro do peito, dos que têm “zóio” bom.

– É que ele “adivinha”, com a luz lá de cima. E apontou para o céu.

Caiara saiu a passos largos pra dar o aviso! Nho Quim entrou em casa e disse à mulher:

– A gente vai, na boca da noite, ali na casa do compadre, pra ouvir dos acontecidos da viagem no Mato Grosso.

– É... acompanho, faço gosto, mas mecês dois quando encangam só proseiam de boiada, comitiva, guieiro, burrama e não têm mais tropa...

– E sobre o que mais houvera de sê... desde piquira tô só na lida do gado. Não conheço outra coisa e fora do lombo de matungo não sô gente... Desta vez vancê sabe, não deu pra mim mais o compadre ir na viagem, pra mor da mardita dor na perna, que responde na cacunda!

– É, marido, os “janeiro” tão passano, e aqui na vila não vejo futuro nem pra mecê nem pros filhos! Eles já querem bater asas, sair do ninho, espisar o mundo aí de fora que cresce, como fermento de pão... Aqui ficam na modorra.

– Pra quê se queixa assim? Por acaso eu ando na madorna? Falta alguma coisa pras “crianças”? – retrucou irritado.

– Não é isso... Cada vez que toco nesse assunto mecê vira onça acuada. Lá fora tem muitos caminhos...

– E também encruzilhadas, buraqueiras, bossorocas...

– Ta vendo? Mecê já está na zanga! Só penso no “bem-bom” dos nossos.

– Reconheço... mas eu, moço feito, nunca me apartei dos “velhos”, até que eles morreram.

– Foram outros tempos, marido.



Na boca da noite, como prometido, o casal foi a bater à porta de nhô Lazo e de nhá Biela, onde foram recebidos pela cachorrada em guaiú, que só se acalmou aos ralhos do dono. Saudados com alegria, os chegantes indagaram da saúde e também nominaram cada um dos filhos, ausentes.

– Mecê tá mais magro e queimado de sol! – comentou nhô Quim, ao abraçar o amigo.

– E também meio quebrado, de bunda esfolada por esse tempão no arreo – “desembestou” o outro. Tinha dia que quase desanimava, com os contratemplos. Parecia que não chegava mais nos pousos. Pouco capim pro gado na beira dos caminhos, reses de pernas quebradas que precisei matar, outras pegando erva-de-rato nos bocados de catingueiro, logo estufando que nem balão e empanzinado, sem poder soltar os ventos da pança e logo caindo morto na primeira bebida d’água de corgo... Mecê sabe de tudo isso... tão bem quanto eu, pois fez tantas viagens como essa..

Eles mal chegavam e já enveredavam pelas conversas.

– É, compadre – respondeu nhô Quim –, desta vez não fui mais mecê, ando meio jururu. Só Deus sabe...

– Pinche pra longe a inhaca ruim, cisque pra-trás que nem galinha e vá em frente. Mecê ainda vai pro Mato Grosso comigo, pra trazer boiada erada, ancuda, boa pra “gancho de açougue”, com pouco tempo de pasto aí na serra.

- Quem sabe? Se a dor na perna... e na cacunda...
- Não desanime.
- Da próxima vez a comitiva é de arromba, só tem “cobra criada”. E é este, “seu” Nhô Lazo que vai de ponteiro.
- Quem mais?
- O Lauro Branco, o Quim Totó, o Zé Rocha, o Moacir Fabiano, o Zico Alemão, o Lazinho Marins, o Dão. É pra trazer três mil bois!
- Boiada que não acaba mais... Tenho saudade dessa companheirada de tantas viagens!
- Mas a ida, antes animada, começa com um bruto enrosco! Depois eu conto, compadre... é assunto sério!
- Vire essa boca pra lá! Pra mor de quê?
- Pra mor do trem de fogo! Conte nos dedos da mão e do pé quantos meses é a demora da viagem por terra e quanto a máquina engole na distância!
- Nhô Quim coçou a cabeça.
- Nesse ponto leva vantagem, mesmo!

Na sala da frente da residência rústica, de tábuas, iluminada por um lampião de querosene, os dois casais se acomodaram. A dona da casa e a visitante, mais para os fundos, próximo ao fogão de lenha aceso, e os maridos à frente em cadeiras largas, de apoio de braço, encosto de couro. Onde o único admitido ali, da matilha de seis, era o cão Timbó, já esticado num couro de boi, feito tapete, gozando de seu privilégio de preferido do patrão, por acompanhá-lo em todas as viagens, como companheiro inseparável.

Ao centro da sala, peça de ferro com brasas, pois a noite começava a esfriar, e, em cima, bule de café. Do lado, prato de ágata com torresmos pururucas e farinha de milho.

A conversa iniciada antes logo se reanimou, pois nhô Lazo mal se continha pra contar, tim-tim por tim-tim, os acontecidos, e nhô Quim, sequioso de ouvir, perguntou:

– E como foi a saída do gado, lá da fazenda do Embiruçu do São Carlos, em Maracaju?

– Daquele jeito que mecê sabe, bagualada que nunca entrou em mangueira e que o dono nem sabia quanto era, deu muita canseira. Alguns bois o Timbó teve que agarrar pro focinho ou tarracar nas oreias, até que pegassem rumo.

– É... o seu cachorro pra isso não tem outro.

– Os bois sinuelos também ajudaram na saída e, quando alguma rês refugava, teimando, o meu peão Gibóia peleava ou trazia na cincha. Alguns vaqueanos do vendedor serviram de ponteiros e, depois de uma légua, na ajuda, voltaram!

– Ouvindo isso parece que vejo tudo de novo. A festa e alegria da peonada no começo de viagem...

– Aconteceu muito tropeço pra frente. Certo dia caiu tempestade de trovão e corisco riscando o céu, estralejando de meter medo... e a gente ainda tinha estirão comprido pela frente, antes de chegar no pouso, depois do Rio das Corujas.

– Conheço o lugar. Não é riozinho de meio dúzia de braças, não. E tem fundura!

– É mais perigoso que os de corredeiras e espraçados.

– E “bufava” de cheio, devido às chuvas na cabeceira. Quêdê a margem? A água engolira os barrancos. E ali uma desgraça...

– Que foi?

– Mecê nem acredita: numa forquilha de árvore estava um homem pendurado, se agarrando pelos galhos, cai não cai. Pros lados só restos de paus fincados e paredes de casa de barro. O rio engolira sua tapera! O infeliz nem se animou quando viu os ponteiros da nossa tropa, estava “entregue”, vencido pela desgraça.

– Na certa vivia escoteiro, sozinho!

– Espere, compadre. Nem tanto. Tinha companhia...

– Como assim?

– Segurava no braço um cachorrinho cotó e ainda tratou de agarrar, de um galho da árvore, um macaquinho... os dois quase morrendo de fome. Um não gania mais, outro mal guinchava. O homem, desanimado, já se entregara de vez. Pra ele tanto fazia receber a nossa ajuda ou ficar lá, até morrer.

– O Zeca Pedro jogou o laço pra ele se agarrar... Mas não deu no comprimento. Doze braças de couro não deram pra laçada chegar na árvore e nem o homem parecia com força pra vir no arrasto. Podia cair e se afogar.

– O certo era levar a montaria até ele – disse nhô Quim.

– Foi o jeito. O Alírio montado no burro Pachola e puxando a mula ruana foi a mal e mal até a árvore. Então o desgraçado empacou. Só ia se também levasse o cachorro e o macaco. Alírio teve que dar um jeito, amarrando a custo os dois no arreiro. Quando chegaram no terreno seco, estavam tão fracos que nem tiveram coragem de comer a carne de sol e a farinha da nossa matula.

– E o macaco?

– Por sorte, no antigo quintal da casinha, não invadido pelas águas, havia um pomar, que foi bom pra eles e pra gente também. Tinha lá uns pés de laranja e banana.

– E a passagem do rio?

– Foi ruim... tinha peixe de dente travado, pronto pra lanhar o couro dos bois...

– É... verdade... e se o sangue escorre da rês e tinge a água, ajuntam as malditas piranhas em cardume, que mordem a barriga, as pernas, o saco dos bois... – comentou nhô Quim.

– Uma desgranha mesmo. Me socorri, então, do modo antigo do boiadeiro na travessia de rios.

– Jogando vervuia na água?

– Não, compadre, a gene não tinha bangada de mutum nem de outra ave, foi “boi de piranha” mesmo! Não tive outro jeito. Com muito dó, peguei um magruço, que mal se arrastava e logo ia cair e ficar no caminho pra comida de corvo, e atirei o coitado na água. Foi desgraça pra ele e festa pra piranhada. E, enquanto as carneiras iam rio abaixo, lanhando a carcaça, atropelamos ligeiro a boiada, pra travessia do rio...

– E demorou muito a passagem?

– Um tempão... tanto boi, magote mais magote, das centenas de cabeças... e ainda perdi outros, que rodaram com a correnteza, sem força pra chegar do

outro lado, onde o barranco era alto... Arrastados, rio abaixo, no redemoinho, quase uma dúzia...

– *Pra mais* que isso... ia dizer o Caiara, se estivesse aqui.

Os dois riram, lembrando-se das respostas do peão, que viraram cacoete, sempre a repetir “*pra mais*”.

– Na certa algum boi se salvou do afogamento, enroscando-se em algum tronco de árvore, braços lá pra baixo...

– Sorte deles que alongaram e assim escaparam do açougue...

– Pode ser que viraram comida de onças...

– Do Rio das Corujas pra frente a gente não teve mais tropeço, a não ser quando, numa grotá, de noite, uma “*pintada*” quebrou o pescoço de um garrote e bardeou a presa pra longe.

– Faz parte! O bicho onça também tem de dar comida pros filhotes.

– Mas não às custas das nossas reses.



As duas comadres, desinteressadas das conversas “de homem”, tinham ido pra cozinha e, no fogo de lenha, estouraram, na panela de ferro, umas pipocas e coaram mais café para o bule da sala.

– Tá bem gostoso o seu “*moka*” – comentou o visitante.

– É do nosso cafezinho crioulo, aqui da Prata.

E os dois recomeçaram a falar de bois e da viagem de Mato Grosso até a Cuesta. Mais tarde Lazinho gritou pra mulher:

– Traga paçoca de pilão pro cumpadre!

– É da boa, aquela com a farinha de milho do Zico Alemão? – perguntou nhô Quim.

– Da verdadeira... Quem trouxe foi nhô Nica – disse a mulher.

– Antes assim, que não agüento mais o charque curtido no suor de cavalo com a farinha azeda dos pousos! Mas era o que havia pra comer!

– E a maleita?

- Tava brava, dando até nas árvores!  
Nha Zabé veio pra sala, abrindo a boca de sono, e reclamou:  
– Marido, não aguento mais... mecê ainda fica?..  
Quim se ajeitou na cadeira, indeciso.  
– Tá cedo, compadre – atalhou nhô Lazo. – A gente tem ainda muita eitada de prosa.  
– Se mecê insiste, por mim...  
E virando-se pra mulher:  
– Se vancê quer ir pra casa eu ainda fico.  
– Então vou, tem lua clareando. Comadre Biela também está com sono...  
Nhá Zabé, de saída, comentou com a comadre:  
– Eles pensam que ainda são moços! E relembrando até parece que os “janeiros” não pesam nos ombros.  
– É verdade, comadre. Pra mim, entretanto, alguma coisa me diz que o meu Lazo nunca mais vai pro Mato Grosso... atrás de boiada.



Nesse momento as duas ouviram, vindo dos longes, som prolongado que atravessava a noite – era apito de locomotiva a vencer, fogosa, a planura dos campos e as distâncias...

Os dois maridos emudeceram, respiração suspensa.

– Pra mim, compadre, preferia ouvir o som do berrante, chorado no descampado, puxando os bois...

– Muito mais gostoso!

Nhá Zabé saiu pra rua, deserta, que a casa dela era logo na esquina. Seu cachorro, na espera, deitado junto a um tronco velho, abanou o rabo e acompanhou a patroa.

Os dois compadres voltaram a se acomodar nas cadeiras, pernas espichadas, e a sorver mais canecos de café e a trincar nos dentes torresmos pururucas, com farinha de milho. Ficaram por minutos calados. Aquele apito vindo da noite parecia feri-los como uma zagaia atirada em onça no covil.

– Se fosse do berrante não “machucava” tanto a gente...

– Deixe pra lá...

E voltando às conversas:

– É mesmo boa a boiada que veio? – perguntou nhô Quim.

– Comprida e ancuda. Logo estufa no capim catingueiro, no colonião e até no favorito, que é mais fraco. Só não engorda na barba-de-bode.

– Igualada na cor e no tamanho? Quanto tempo ainda demora pro “gancho”? – perguntava nhô Quim.

– Nhô Macário, que fez a apartação no rodeio, escolheu, escolheu, boi a boi, mas nem tudo saiu como ele queria. Pela pelagem escolheu: barroso, araçá, bocalvo, almarado, brasino, lombardo, nambiju...

– Uma colcha de retalhos?

– Outra parte escolhida foi pelos chifres: cabanos, com pontas voltadas pra baixo, outros biscos...

– Um chifre pra arriba outro pra baixo?...

– É... outros brocos...

– De aspas pequenas, enrugadas, que nem casco de tartaruga.

– Vejo que vancé bem conhece a boiada pelos cornos... os chamados cubetos e os cornalão, estes com meia braça de compridos.

– Desses bois chifrudos eu gosto e metem medo pelo tamanho das guampas.

– Pra tudo tem gosto! Quando a gente já passava por Campos Novos, São Pedro do Turvo e Figueira Brava, o gado já afinava de bucho. Os pastos eram só de capim favorito e a gente tava com medo de ervas ruins – mio-mio e erva-de-rato, no meio das reboleiras de trapoeraba.

– Isso é desgraça. Comer um ramo e beber água – morte na certa!

A conversa mudava de rumo:

– Eu é que tô morrendo de saudade, montar de novo, seguir com a tropa. Mas esta minha perna não me dá coragem, depois daquele tombo; do burro re-domão – disse nhô Quim.

– Sorte é que mecê escapou, não quebrou a espinha nem ficou aleijado.

– Meu anjo da guarda pôs a mão em baixo, na hora certa.

– Nossa dupla, pra puxar boiada, não tinha parelha.  
– Infelizmente, compadre, sinto nhô Macário meio desanimado em trazer bois tocados.

– É... o apito já chegou também no ouvido dele!

As horas rodavam e eles ouviram os galos amiudarem. A voz de nhô Lazo já não era tão forte. Pigarreava. Num dado momento nhô Quim cochilou, soltando pequeno ronco. Mas logo despertou, esfregando os olhos. Sentiu um cheiro ruim.

– Passa fora, Timbó – ralhou nhô Lazo com o cachorro, que “faqueava-o-bode”, como eles chamavam aos peidos.

Houve um silêncio na sala, e as batidas do relógio de bola da parede já soavam perdidas, pois eles já nem ouviam, menos ainda latidos de cães e o rincho de um animal.

Nhô Quim logo mais, como se desse conta do adiantado da hora, levantou-se, ajeitou a capa boiadeira nas costas, espreguiçou com ruído, arranhou a garganta pra chamar a atenção do compadre, que ressonava.

– Bem... acho que vou indo... a gente já proseou um pouco.

– É cedo ainda...

– Cedo mesmo, mas de outro dia. Mecê viu que a madrugada clareia?

Galos continuavam a cantar.

– Nem acredito que amanhece...

Nhô Quim saiu manquitolando, a pigarrear. Cuspiu, sentindo a boca amarga.

Na ruazinha um vulto caminhava em sua direção. Reconheceu o Caiara, que cumprimentou e disse:

– Tô indo buscar aí no pastinho de nhô Chico Ferrari as vacas de leite e a tropa de sela.

– Ande logo, quero tomar um canecão de leite com açúcar mascavo e café. Tô com uma baita fome. Caramba. Já é de dia?...

O outro não respondeu.

– Quem duvida que eu e o compadre anoitecemos e amanhecemos só falando de bois? Quantas horas de prosa fiada! – murmurou, balançando a cabeça.

– *Pra mais* que isso – respondeu Caiara. E ia se afastar quando Nhô Quim indagou:

– E a mulher que tava “esperando” ... já aconteceu? Veio o “bacorinho” macho, que vance tanto queria?

– Nasceram, patrão! Fui campear Nhá Minervina. Ela apareceu ligeirinho lá em casa, quase nem precisara de parteira...

Nhô Quim estranhou a resposta e pensou ter ouvido mal.

– Como assim? É menino ou menina?

– Dois machinhos, patrão. Vieram de cambulhada, espertinhos, e mamam que nem bezerrinho novo...

– Gêmeos, então?

– E já têm nome... se me dá licença, um chama Quinzinho e o outro Laziinho, lembrando mecê e nhô Lazo.

– Tá certo, da minha parte concordo. Que Deus ajude. E agora eu é que digo – não foi um só!

– *Pra mais...* – logo atalhou o Caiara, com o seu cacoete.

O peão ia saindo quando lhe perguntou:

– Nhô Macário não veio tratar da nova viagem da nossa gente pro Mato Grosso, quando vancê vai de “ponteiro”?!

Caiara balançou a cabeça meio desconsolado. Já sabia de tudo, mas não queria dizer nem pra Nhô Quim nem pra Nhô Lazo que a peonada da serra não ia mais buscar boiada naqueles mundos tão distantes, por meses e meses de caminhada. Nhô Macário tinha outro jeito de trazer o gado do Mato Grosso.

Parou, ajustou o chapéu, e então os dois ouviram à distância um apito prolongado, que nem lembrava o som do berrante.

Caiara estava feliz, na manhã de muito sol. Era pai de cria. Dupla.



# Corporações e confrarias

DE LIVREIROS EM PORTUGAL E  
 ESPANHA DESDE OS REIS CATÓLICOS  
 A D. JOSÉ I DE PORTUGAL  
 (BREVE APONTAMENTOS)

FERNANDO GUEDES

**P**ara falar das instituições que, em Portugal e na Espanha, durante mais de quatro séculos acompanharam o livro no seu fluir histórico e na sua evolução, devo começar por referir as primeiras medidas oficiais, de que temos conhecimento, que a ele se referem.

O mais remoto documento português é uma carta do Rei D. Afonso V, datada de janeiro de 1481, passada a favor de três franceses residentes na cidade de Lisboa, e na qual se diz que, considerando o rei que é vantajoso para os seus reinos haver neles muitos livros, ficam aqueles mercadores isentos de quaisquer direitos sobre os que tiverem ou trouxerem de fora e venderem na cidade ou em qualquer outro local.

Quanto a Espanha, é no arquivo do Ayuntamiento de Múrcia que se conserva o primeiro documento oficial sobre a actividade de livreiros.

Poeta e historiador português, membro da Academia das Ciências de Lisboa. Suas últimas obras: *O Livro como Tema* (2001), *T. S. Eliot: The Waste Land e Depois* (2003) e *As Quatro Estações* (poemas, 2004).

ros, aliás semelhante ao do rei português. Trata-se de uma carta assinada pelos Reis Católicos em Sevilha, a 25 de dezembro de 1477, a favor de um Teodorico Alemão, impressor e livreiro, a quem se isenta do pagamento de uma série de impostos, porque as suas actividades “redundavam em honra e vitalidade dos nossos reinos e dos seus naturais”.

Contudo, quer este documento, quer o português, não têm, nenhum deles, carácter geral de protecção, antes são mercês atribuídas isoladamente a alguns mercadores. O que tem já carácter geral de protecção real, mediante a isenção de alguns impostos, é a lei promulgada por Fernando e Isabel nas Cortes de Toledo de 1480 para todos os livros que fossem importados nos seus reinos, bem como a carta de D. Manuel I de Portugal, de 10 de janeiro de 1511, exactamente no mesmo sentido. Antes, em 1508, o mesmo rei, a Jacob Cromberger, impressor em Sevilha e em Lisboa, e a todos os outros impressores de livros que em Portugal residissem ou viessem a residir, concedia as mesmas “graças, privilégios, liberdades e honras” que tivessem os cavaleiros da casa real, desde que fossem limpos de sangue, sem suspeita de qualquer heresia, nem tivessem incorrido em crime de lesa-majestade.

A razão destas precauções finais explicava-a o rei que se destinavam a impedir que nos seus reinos se semeassem “algumas heresias por meio de livros” que neles se imprimissem. Já em 1502, a 8 de julho, os Reis Católicos tinham assinado uma Pragmática pela qual severamente se ordenava “que nenhum livreiro, nem impressor de moldes, nem mercador” tivesse a ousadia de imprimir ou fazer imprimir, a partir daquela data, “nenhum livro de nenhuma Faculdade ou leitura, ou obra que seja pequena ou grande, em latim ou em vernáculo” sem que primeiramente tenha obtido licença real para o fazer.

Os receios manifestados por estas decisões dos reis de Portugal e de Espanha vinham, afinal, na sequência dos avisos e recomendações que sucessivos Papas faziam desde 1487, quando Inocêncio VIII publica a carta *Contra Impressores Librorum Reprobatorum* e, depois, Alexandre VI a bula *Inter Multiples*, em 1501, recomendando o estabelecimento da censura aos bispos de Colónia, Mainz, Trier e Magdburgo.

Cerca de 50 anos antes, também D. Afonso V de Portugal, a 18 de agosto de 1451, expedira um alvará a todos os “corregedores, juizes e justiças dos nossos reinos”, no qual se declarava ter sido decidido em conselho mandar queimar, por falsos e heréticos, os livros de John Huss e de Wiclef que fossem achados no reino, livros manuscritos ainda, pois por essa ocasião ensaiava Gutemberg as primeiras espécies da sua descoberta, a qual só chegaria a Espanha já entrada a década de 70 e a Portugal dez ou quinze anos mais tarde.

Ainda vinham longe os dias em que, pela imprensa, se iriam divulgar velozmente as *Noventa e Cinco Teses* de Lutero, levando Roma a implantar a censura eclesiástica em todas as dioceses que lhe obedeciam.

Desta amostra documental se verifica como nos remotos dias do século XV a atitude do Poder em relação ao livro oscilava já entre protecção e repressão, posição que se iria manter pelos séculos fora.

Sabe-se que nos reinos de Espanha se produziu no século XII um extraordinário renascimento da vida económica e industrial, o qual teve como consequência natural o acentuar de um espírito corporativo entre os que exerciam o mesmo “ofício”. O Foro de Escalona, outorgado por Afonso VII em 1130, parece indicar que esse espírito já estava a dar alguns frutos no plano da agremiação, pois proíbe expressamente os mesterais de se darem a si próprios quaisquer foros ou leis.

Entremos, porém, no tema que escolhemos.

Pela mesma época vai-se acentuando a divisão dos municípios em *collationes* ou paróquias onde se inicia uma acção caritativa que vai conduzir em breve ao surgimento das confrarias, provavelmente primeiro as meras confrarias de devoção, ou pias, e só posteriormente, como veremos, de mesteres. O Prof. Antonio Rumeu de Armas tratou este tema com grande profundidade e desenvolvimento numa sua obra de 1944 que indicarei na bibliografia.

Em Portugal as notícias que temos são um pouco mais tardias. O Prof. Marcello Caetano menciona a existência, em 1297, de uma confraria dos homens bons de Beja e logo outra, a da Conceição de Sintra, em 1346. “Nenhu-

ma destas confrarias é de mesterais. Mas nos documentos mais antigos sobre mesteres” o Doutor Marcello Caetano supõe encontrar

“indícios da prática de uma confraternidade do género da que vimos aí regulada. Tudo faz crer que cedo as afinidades naturais da profissão levaram os oficiais a firmar entre si um sólido pacto de assistência mútua e defesa comum”.

E teria sido desse “pacto tácito” que teriam nascido as primeiras autoridades corporativas.

Esta opinião do mestre português, expressa em 1942, é claramente partilhada pelo Prof. Rumeu de Armas ao reflectir, quanto a Espanha do século XII e até anterior, sobre

“a existência de *ofícios* com vida desenvolvida e próspera; a tendência para uma união ou agremiação por espírito de corpo e para defesa dos interesses comuns; os desejos de irmandade e união que se reflectem primeiro na *collatio* como célula paroquial e mais fortemente na *confraria*, expressão, a um tempo, do religioso e do beneficente (...); e por último a tendência a que os *ofícios* se agrupem em determinados bairros ou ruas”.

Provavelmente não será muito arrojado pensar que da conjugação de todos estes factores tenha surgido a confraria gremial, ou de *ofício*.

A compilação feita, por encargo do Rei de França Luis IX (São Luis) pelo preboste de Paris Etienne Boileau, no *Livre des Métiers*, haveria de correr a Europa inteira a influenciar, pelo menos, as cortes mais aparentadas com a de França, na constituição e organização das corporações de mesteres.

Em Espanha, os vários reinos foram diferentemente influenciados. Segundo o Marquês de Lozoya, o figurino gremial, proposto por Boileau, vai encontrar-se, logo nos séculos XII e XIII, em Barcelona e em Valência, onde o trabalho se encontra organizado de maneira exactamente idêntica à da Eu-

ropa transpirenaica. E não só a organização do trabalho é absolutamente europeia como também o é a enorme diversidade de grêmios existentes. É certo que o seu autêntico desenvolvimento só se dará algumas dezenas de anos mais tarde, verdadeiramente nos séculos XIV e XV. Os ofícios organizados auxiliavam as autoridades das cidades na inspecção de mercados e oficinas, em troca do que o governo municipal os reconhecia, lhes atribuía algumas funções de tipo económico e inclusivamente aceitava os regulamentos e práticas que por eles iam sendo adoptados. Na verdade, os primeiros regimentos, ou ordenações, não passavam de simples disposições municipais muito concretas. Haverá que esperar pelo século XVI para que surja a ordenação gremial clássica, que já era essencialmente um privilégio, uma prerrogativa, uma concessão que o Estado fazia à corporação no terreno social, económico e até político.

Da primitiva espontaneidade gremial e da sua proliferação resultou que não houvesse uma estrutura unitária, nem sequer numa mesma cidade, como se poderia verificar no caso de Barcelona. A própria nomenclatura do pessoal dirigente, os actos e festividades dos vários grêmios variam profundamente, correspondendo, por vezes, a características próprias, institucionais ou sociais.

Mas, enquanto as coisas se passam deste modo na região levantina, em Castela os grêmios ou não existem ainda ou, se existem, são perseguidos pelos reis.

Durante a Idade Média é o próprio povo quem pede aos soberanos que proíbam as associações de mesteiros. A 2.<sup>a</sup> lei do título VII da quinta *Partida* de Afonso X é bem clara: o rei proíbe essas formas de agremiação porque os artesãos unem-se com o fim de impedir que trabalhem os que não pertençam à sua associação e só ensinam o ofício àqueles que eles querem, o que vai contra a liberdade de que todos devem desfrutar. Quer isto dizer que a noção medieval de liberdade em Castela é antagónica do espírito gremial: enquanto este defende a hierarquização dentro do ofício e a sua exclusividade, o povo contesta-as, e os reis acedem às petições dos populares.

A crescer esta antipatia popular juntava-se ainda uma outra razão a dificultar a constituição de grêmios em Castela: em cada cidade havia, verdadeira-

mente, três cidades: a cristã, a moura e a judia, e nas três havia trabalhadores mesterais, que não podiam conviver na mesma associação. Só quando, no tempo dos Reis Católicos, se obrigou à conversão ou expulsão de judeus e mouros, é que a agremiação se tornou possível, e o grémio castelhano nasce exactamente durante o reinado daqueles soberanos. Ainda segundo o Marquês de Lozoya, houve uma notável excepção a este quadro acontecido em Segóvia, na Confraria de Santo Eloi, integrada por mouros e cristãos, mas onde houve a precaução de dispensar aqueles dos compromissos religiosos.

A crise económica profunda que assolou a Europa nos séculos XIV e XV provocou naturalmente um movimento de defesa nas incipientes associações de mesteres e é dessa situação que vai surgir a peça principal da organização, o *exame* e a inerente criação da *obra de mestria*, indispensáveis, desde então, para a qualificação de *mestre* mas, simultaneamente, uma forma incontornável de limitar o número de artesãos e de assegurar trabalho permanente aos já instalados no grémio.

E resta, para já, chamar a atenção para um facto extremamente importante e ao qual, de leve, me referi no começo.

De uma maneira geral, a forma mais remota de associação é a Confraria, de início apenas com intuitos religiosos e beneficentes e cuja existência está comprovada desde o século XII. É também, como vimos, no século XII que, nos reinos do Levante, os ofícios começam a surgir com alguma regulamentação, à sombra dos Foros municipais. Ora, é da conjugação da Confraria e do Ofício que vai nascer a Confraria-gremial, ou seja, aquela instituição que já não tem simplesmente um objectivo religioso e beneficente, mas a estes iniciais agrega agora um intuito económico. De Confraria-gremial a Grémio foi um passo, no momento em que as próprias autoridades lhe atribuíram jurisdição própria sobre os seus agremiados, aos quais permitiram que regulassem e vigiassem o funcionamento do ofício, realizassem os exames de mestria, etc., sem nunca, porém, deixarem de estar sujeitos às obrigações religiosas, beneficentes e de apoio mútuo que a Confraria original lhes impunha. Em terras de Espanha, parece que a Confraria-Grémio mais antiga terá sido a dos Tendeiros de S. Miguel de Tróia, anterior a 1151.

Diferente, menos “européia”, foi a criação das corporações de mesteres em Portugal.

Marcello Caetano aventa a hipótese de o associativismo mais remoto ter surgido em torno dos hospitais. Contudo, os documentos escasseiam para sustentar definitivamente esta ou outra qualquer tese.

É, de facto, provável que, antes de se organizarem corporativamente, com objectivos económicos e de defesa e promoção da profissão, os de um mesmo ofício (ou conjunto de ofícios) se tenham reunido para constituir uma confraria ou para fundar um hospital.

A confraria<sup>1</sup>, ligada a um ou a vários ofícios mecânicos, designada por Domingos Maurício confraria corporativa para a distinguir da religiosa ou da simplesmente leiga, regia-se pelo compromisso, livremente aceito por todos os confrades, e tinha os seus próprios órgãos administrativos, nalguns casos independentes da fiscalização eclesiástica. “Instituíam-se junto de uma capela, cujo orago era o patrono da agremiação que se erigia no interior de um grande templo ou em edifício próprio”. A prática da caridade e o auxílio mútuo constituíam as suas características essenciais, bem como a promoção da paz e da concórdia entre os confrades e a defesa da pureza da fé. Num compromisso do século XIV de uma confraria de leigos (a da Conceição, de Sintra), estipula-se que os confrades se reuniam anualmente para comer um jantar, comprometiam-se a aceitar a mediação da confraria quando entre si disputassem, a assistir com alimentos aos que empobrecessem, a visitar os doentes, a velar o corpo dos que morressem, a acompanhá-los à sepultura e a sufragar-lhes a alma mandando celebrar missas. De uma maneira geral, tais obrigações se mantiveram com o correr dos anos para todos os géneros de confrarias.

Em 1269 há notícia de uma confraria em Guimarães, de sapateiros e alfaiaites; em 1297 D. Afonso III concedeu autorização aos mercadores e a outros homens bons de Beja para se constituírem em confraria, e Lúcio de Azevedo refere uma outra, também de mercadores, activa no reinado de D. Dinis; por

---

<sup>1</sup> Conf. Fernando Guedes, *Os Livreiros em Portugal*, 2.ª edição 2005, Lisboa.

toda a orla marítima se fundaram confrarias de mareantes, sendo que a do Bom Jesus, em Viana do Castelo, parece remontar ao século XIV.

O hospital medieval era um misto de hospital, hospício e albergaria, onde “se acolhiam asilados permanentes, doentes e aleijados, e se albergavam pobres de pedir, romeiros, viajantes e gentes que vinham da província à capital”.

Em Lisboa, mais de uma dezena de hospitais, administrados por ofícios, foram incorporados no Hospital Real de Todos-os-Santos, fundado em 1492. Em Leiria há notícia de um hospital dos tecelões e outro dos ferreiros e caldeireiros; os sapateiros mantiveram um em Torres Vedras, e no Porto existiram o de Santa Catarina, dos anzoleiros; o do Espírito Santo, dos marinheiros e pilotos; o de S. Crispim e S. Crispiano, dos sapateiros, ao qual foi anexado o dos palmeiros; o de S. João Baptista, da Confraria de Nossa Senhora da Silva, dos ferreiros “de cima”, e o de S. Tiago, dos ferreiros “de baixo”. Estes dois, juntamente com o de Santa Catarina, fundiram-se num só, da invocação de S. Nicolau. O de S. Crispim já existia em 1398, e os restantes têm existência provada no século XV.

Terá sido a confraria a forma primitiva de associação de um mesmo ofício (ou conjunto de ofícios afins) ou a primeira manifestação do associativismo dos mesteiros revelou-se na fundação de hospitais, como sustenta Marcello Caetano? É certo que vários dos hospitais administrados por ofícios tinham na sua designação a invocação de um padroeiro (em Lisboa: Hospital de Santa Maria, dos alfaiates; de Santa Maria dos Francos, dos hortelões e almuinheiros; de S. Jorge, dos armeiros, barbeiros e caldeireiros; de S. Vicente do Corvo, dos carpinteiros da Ribeira; de Santa Maria dos Mártires, dos peliteiros; do espírito Santo, dos pescadores de Alfama); o que não sabemos, na grande maioria dos casos, é se esse padroeiro o era também da confraria criada pelo ofício. No caso do Hospital de Santa Maria das Mercês, dos carpinteiros, correiros, odreiros e pedreiros de Lisboa, sabemos que existia a confraria da mesma invocação e ligada ao mesmo conjunto de ofícios. Todavia, os borzegueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros, curadores e curtidores, igualmente de Lisboa, sustentavam o Hospital de S. Vicente, aí reuniam o seu *cabido*, mas a sua con-

fraria, que no século XVI se formou, teve S. Crispim por orago. E, numa representação dos ourives de Lisboa a D. Afonso V, de 25 de julho de 1457, pede-se-lhe que permita a eleição de um dos seus “confrades de hospital” para exercer determinadas funções relacionadas com a profissão.

Um outro documento, da chancelaria de D. João II, ao ordenar que os mestres elejam os Vinte e Quatro “em seus espytais”, parece indiciar, primeiro, que, em geral, os ofícios embandeirados tinham o seu hospital; segundo, que esses hospitais eram, por via de regra, a “sede” dos ofícios, tradição que se manterá com o Hospital Real de Todos-os-Santos, que os anexou: aí foram reservadas salas para as reuniões da Casa dos Vinte e Quatro e aí se guardaram os seus arquivos, que lamentavelmente de todo desapareceram com o incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755.

Não há, nestes documentos, quer no dos ourives, quer no régio, menção a confrarias; todavia, é importante agora transcrever um passo do notável “Regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos”, do Rei D. Manuel:

“Pelo ajuntamento que por virtude da Bula do santo padre se fez de todos os hospitais desta Cidade, se hão-de cumprir neste dito nosso Hospital todas as obrigações deles, assim de missas como de camas e mercearias, e todas as ‘outras esmolas’ que neles se faziam e ‘a que são obrigados por virtude dos compromissos deles’, e assim de ‘algumas Capelas’, que por virtude da dita Bula aqui se mudaram e anexaram dos quais compromissos. Nós mandamos fazer um compromisso no qual são escritos e declarados todos os hospitais que a este nosso hospital se ajuntaram; e assim ‘Capelas e os compromissos e obrigações de cada um’ para segundo eles se satisfazer e cumprir o que em cada um hospital e capela se fazia e era obrigado a fazer, segundo a possibilidade de suas rendas”.

Perante este texto, não parece imprudência aventar que alguns hospitais, que no de Todos-os-Santos se juntaram, traziam consigo as confrarias dos ofícios que os sustentavam, confrarias essas ligadas a capelas, como era de uso, e

que, pelos seus “compromissos”, traziam certas obrigações para o novo hospital. E não parece que a palavra compromisso tivesse sido empregada por D. Manuel no sentido comum de obrigação, até porque o rei em certo ponto utiliza ambas – compromissos e obrigações – e, mais, ele próprio manda redigir um “compromisso” onde se declaram os nomes dos hospitais anexados, as capelas e os compromissos, e as obrigações de cada um.

Também António Cruz entende que certos hospitais medievais do Porto tinham sido fundados e eram mantidos por confrarias de mesterais e

“denotam, pela sua antiguidade, que estes (os mesterais) vieram a constituir-se em irmandades, para a manutenção do culto do padroeiro respectivo e a prática da caridade, muito antes de agrupados sob a mesma bandeira com o propósito de defender interesses de classe”.

E dá como exemplos o hospital sustentado pela Confraria de S. Crispim e S. Crispiano, de sapateiros, surradores e tamanqueiros, já activo antes de 1398, e os dois sustentados pelos ferreiros, um mantido pela Confraria de Nossa Senhora da Silva, e o outro pelos “ferreiros de baixo”, os quais se uniram em cerca de 1451. Será assim de admitir que, sendo as confrarias de mesterais e os hospitais dos ofícios duas realidades da vida social dos nossos séculos XIV e XV, ambos terão coexistido, em certo número de casos, na vida de um mesmo mester ou ofício, nuns casos com a precedência daquelas sobre estes, noutros casos o contrário.

Quando é que cada profissão passou a formar “uma unidade orgânica, regida por leis próprias aplicadas por autoridades também próprias sob a fiscalização e superintendência das autoridades municipais?” Provavelmente em datas muito distintas de ofício para ofício e, mais, de concelho para concelho. Sabemos que essas “leis próprias” foram muito tardiamente codificadas. O mais antigo “regimento” lisboeta de que Marcello Caetano dá notícia é de 1489 e regulamenta o ofício de sapateiro e afins. Reuniram-se os membros desta corporação (borzeigueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros e curtidores) no

Hospital de S. Vicente, e é aí que decidem “escrever as resoluções até então tomadas a fim de pedir a confirmação régia e a cominação de uma pena pecuniária para punir as transgressões”. Não há qualquer referência a *regimento* anterior, mas percebe-se que os ofícios tinham as suas normas, o seu direito consuetudinário, que se ia transmitindo de geração em geração. E ante a provável pouca complexidade da vida urbana no Portugal dos séculos XIV e XV, e o mais que provável reduzido número de oficiais e mestres de cada ofício, não se faria notar grandemente a ausência de normas escritas que a todos obrigassem. Terão sido, segundo Marcello Caetano, os Descobrimentos que influenciaram decisivamente este estado de coisas, com o afluxo de provincianos a Lisboa, e levaram a que, a partir de meados do século XVI, vários “regimentos” comesçassem a ser aprovados pela Câmara de Lisboa, como cumpria (para além de uma aprovação régia que parece nunca ou raramente ter sido dada), e a que, em cerca de 1570, a mesma Câmara tivesse encarregado Duarte Nunes de Leão de compilar, redigir ou reformar os regimentos de todos os ofícios mecânicos, que depois se registaram no *Livro dos Regimentos dos Ofícios Mecânicos da Mui Excelente e Sempre Leal Cidade de Lisboa*, após aprovação em 24 de janeiro de 1572. Assim se pretendia obviar aos “muitos inconvenientes que se seguiam de muitos oficiais mecânicos desta Cidade não terem regimentos até agora por que se governassem”, conforme se diz na acta da reunião da vereação desse dia.

Contudo, se só na segunda metade de Quinhentos se reduziram a escrito, ou se reformaram, as normas que regiam os ofícios, as corporações, como se disse, vinham já exercendo de há muito a sua acção. A sua organização em Lisboa data seguramente do século XIV, pois que D. João I, ainda Mestre de Avis, instituiu em 1383 a Casa dos Vinte e Quatro ao determinar, segundo Fernão Lopes, “que viinte e quatro homees, dous de cada mester, tevessem carrego de estar na Camara, pera toda cousa que sse ouvesse de hordenar por boom rregimento e serviço de Meestre, fosse com seu acordo delles”. Um outro autor aventura que, “não sendo crível que a esse tempo houvesse em Lisboa somente doze ofícios ou profissões”, a expressão *mester*, usada pelo cronista, se deveria entender aplicável a *bandeira* ou *ofício embandeirado*. Que se deva ou não pressupor tal apuro de organização (para o

qual só no século XVI temos documentos que o atestem), é indiscutível que os ofícios tinham então de possuir um grau de organização que lhes permitisse, pelo menos, eleger os dois que haviam de ir à Câmara.

Entre fins do século XIV e meados do século XVI a organização dos mesteres evoluiu grandemente: ofícios foram surgindo de novo e outros foram definindo e desaparecendo, o que tudo deu em resultado uma enorme confusão na Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, onde os “homens” já eram vinte e sete quando D. João III foi solicitado a intervir. O monarca, por carta régia de 1539, meteu de novo ordem na Casa, reorganizou os *ofícios embandeirados* e determinou quantos representantes cada um deles daria. Tão bem ou tão mal o Piedoso decidiu que, apesar de, com o decorrer do tempo, as discórdias, os abusos e o próprio desinteresse dos mesteres terem prejudicado, de quando em quando, o funcionamento da Casa, em 1771 se tornou necessário proceder a nova reorganização das *bandeiras*, determinando-se agora não só quantos representantes cada uma daria para a Casa dos Vinte e Quatro, mas também a periodicidade com que cada ofício elegeria o seu delegado.

Mas, se em Lisboa a organização dos mesteres atingiu, como vemos, elevado grau de complexidade, outras terras do País, nomeadamente o Porto e Coimbra, organizaram também com algum pormenor os seus oficiais mecânicos.

No Porto, a Casa dos Vinte e Quatro só foi formalmente instituída no dia 1.º de janeiro de 1518, mas, cento e cinquenta anos antes, a 10 de julho de 1368, fizeram-se representar na sessão da Câmara os curtidores, os ourives, os seleiros, os armeiros, os alfaiates e os sapateiros, e alguns mesterais assistem à reunião camarária de 9 de julho de 1392, entre “grã peça doutros homes boôs”. Em 1412 foi determinado que, para a aprovação das “taxas” de cada ofício, fosse chamada “huma pessoa de cada hum mester (...) e com seu acordo sseiam feitas dando lhes ganhos aguissados”. As referências aos mesteres e à sua organização vão-se tornando cada vez mais frequentes com o decorrer do século XV, até que em 1475 a acta da reunião da Câmara de 28 de agosto refere “os dos mesteres que ssõ hordenados para vyrem aa rrolaçõ”, nomeadamente dois representantes de cada um dos ofícios – mercadores, ourives, marinheiros,

ros, cordoeiros, sapateiros, alfaiates, tanoeiros, barbeiros, bainheiros, ferreiros, picheleiros e albardeiros —, e em 14 de julho de 1479 são mencionados os procuradores dos mesteres entre os magistrados e homens bons do Conselho, comparecendo às vereações em número de seis. Entretanto, a primeira referência documental à regulamentação da actividade dos mesteres no Porto é de 1390.

A Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra terá nascido de um pedido dos procuradores da cidade nas Cortes de 1459. A presença na Câmara era assegurada por dois procuradores dos vinte e quatro mas, nos começos do século XVI, já todos os da Casa pretendiam votar em qualquer decisão camarária, o que levou o Rei D. Manuel a definir claramente (e a claramente limitar) os poderes dos mesteres nessa cidade.

Era esse exorbitar de poderes, pelo qual os mesteres iam tentando assenho-rear-se de uma fatia importante da governação das cidades, que terá já estado na origem do protesto dos representantes dos Concelhos nas Cortes de Évora de 1481-1482, que referimos atrás, contra a presença activa dos oficiais mecânicos nas sessões das vereações. Segundo aqueles, não se devia consentir “que os que não sabem nem governar a si mesmos sejam postos a reger e governar o bem comum (...) porque é conhecida cousa que os populares não conhecem que cousa é politica nem sabem que cousa é honra, nem quando deve a honra preceder o proveito”.

É conhecida a resposta de D. João II declarando que só em Lisboa eles podiam votar (reminiscências da crise de 1383-1385), tolhendo assim as pretensões dos mesteres em relação aos governos das cidades. Mas não definitivamente, porque D. Manuel, em resposta a queixas dos vereadores e oficiais de Coimbra, a propósito da posição, que consideravam abusiva, que os mesteres aí vinham adoptando, teve de emitir uma provisão, em 1509, para repor as coisas no seu correcto lugar.

Envolvidos em todos estes problemas deverão ter andado os livreiros, embora não se encontrem referências concretas a seu respeito. Contudo, se D. João III, em 1539, ao reorganizar a Casa dos Vinte e Quatro, menciona este

ofício como anexo na bandeira de Arcanjo S. Miguel; se as mais antigas instruções, de Lisboa, do Porto, de Coimbra, sobre a organização da procissão do Corpo de Deus, sempre se lhes referem; se o seu regimento se encontra entre o número dos que foram compilados, redigidos ou reformados por Duarte Nunes de Leão em 1572; se finalmente administram a sua confraria em pleno século XVI, como veremos a seguir, deverá ficar fora de qualquer dúvida a antiguidade da profissão como ofício mecânico corporativamente organizado.

Notar-se-ão agora, depois do que fica dito, as diferenças fundamentais, ou melhor, a diferença fundamental entre a organização dos mesteres em Portugal e nos reinos de Espanha.

Os grémios, ou corporações, poderão ter, nos dois países, origens mais ou menos comuns, nas confrarias ou, principalmente em Portugal, nos hospitais medievais. Mas, enquanto em Espanha a associação de interesse económico – o grémio – permanece ligada à de interesse beneficente e religioso – a confraria –, em Portugal a separação entre as duas instituições é clara e total, com a corporação regendo-se pelo seu “regimento” e a confraria pelo seu “compromisso”, ainda que os membros de uma e de outra fossem, ao menos parcialmente, as mesmas pessoas. E acontecia ainda que os de um único “ofício” podiam dividir-se por mais de uma irmandade, dependendo inclusivamente das ruas onde tinham as suas tendas. Os algibebes de Lisboa, por exemplo, sustentavam nos meados do século XVIII a irmandade de S. Sebastião, na igreja da Madalena, e uma de Santa Catarina, na igreja de s. Julião, acrescentando-se-lhes, mais tarde, a irmandade de Nossa Senhora das Candeias, que era também dos alfaiates.

O que importa reter daqui é que em Portugal, contrariamente ao que se passava nos reinos de Espanha, o “temporal” e o “espiritual”, se em alguma época andaram juntos, cedo se separaram, com cada uma das instituições prosseguindo os seus próprios objectivos. O caso dos livreiros (que trataremos seguidamente) é bem elucidativo de quanto fica dito.

Do ofício de livreiro conhece-se, em Lisboa, o primeiro regimento em 1572, o que não significa que o mester só se tenha organizado nessa data. Pelo

contrário, a sua organização não só é anterior, em Lisboa, a 1539 (carta de D. João III, já citada) como é anterior a 1517, data do documento de Coimbra que primeiro o refere como ofício. Em Lisboa foi sempre um dos anexos da bandeira do Arcanjo São Miguel, juntamente com, entre outros, sombreireiros (cabeça), canteiros, sirgueiros de chapéus e agulhas, luveiros e penteeiros.

Convém, neste ponto, explicar o que é a *bandeira*. Marcello Caetano, com a sua clareza habitual, escreveu em 1942:

“É geralmente admitido que a designação de bandeira dada a uma corporação resulta de esta se individualizar nos actos públicos pelo estandarte que lhe fora permitido usar. (...) A bandeira era o sinal que agrupava os mesteiros ao intervirem na vida da Cidade. (...) É ao agregado de profissões (...) representado por um só estandarte que (...) se chamará *bandeira*.”

A organização dos mesteres em Lisboa parece ter sido bastante mais complexa do que nas restantes terras do País, nomeadamente no Porto e em Coimbra. As *bandeiras*, como instituições autónomas, com organização e, até, “regimento” próprio, supomos que só tenham existido em Lisboa. É certo que António Cruz, no seu utilíssimo trabalho *Os Mesteres do Porto* (já citado), refere-se às bandeiras como se elas tivessem existido no Porto com as mesmas características que tiveram em Lisboa, mas da própria leitura da sua obra se conclui negativamente. A *bandeira*, instituição agrupando um conjunto de ofícios, nem sempre, ou raramente, relacionados entre si, é uma instituição puramente lisboeta.

A introdução do Regimento (...) da bandeyra do Arcanjo S. Miguel, datado de 1770, é bastante esclarecedora quanto aos seus fins:

“forão os Senhores Reys, que felizmente tem Reynado neste imperio de Portugal sempre inclinados a favorecerem esta parte da Republica, constituindo huma Caza de vinte e quatro, pela qual Se deregissem os Mestres dos Officios a conseguir os prevelegios, com que forão Servidos Conducuralos.

Meresendo ao Regio Cuidado do Senhor Rey Dom João 3.º no anno de mil quinhentos e trinta e nove estabelecer huma Ley pela qual debaixo do titulo de Bandeiras regular todos os officios para por estes serem chamados a dita Caza. E para que a mesma regulação não deixe de Sortir aquelle effeito que a Real Intenção naquelle tempo, e Se tem conservado the ao prezente, se faz preciso que as mesmas Bandeyras tenham forma pela qual Se possam deregir os Mestres que houverem de ocupar os Cargos, que se fazem precisos para a conservação daquelles, e para o adiantamento destes. E como a Bandeyra do Arcanjo São Miguel Seja huma das Contempladas na mesma regulação, Supplicou o Juiz desta ao Supremo Senado da camara lhe desse Regimento, pela qual pudessem os Officios de que a mesma Bandeyra Se compoem regular-se para evitar dezordens que Sempre Se fizerão odiozas”.

O “regimento” da bandeira do Arcanjo S. Miguel (que a esta introdução se segue) começa por especificar os membros de que se comporá a *Mesa*. Dois juizes, um escrivão geral, dois mordomos e doze eleitos, os quais ficam sendo procuradores dos seus officios no ano em que servirem. A seguir, identificam-se os officios que fazem parte da bandeira, as respectivas precedências e a ordem pela qual um deles fornecerá juiz, escrivão e mordomo à bandeira.

Um longo capítulo é dedicado a regular, pormenorizadamente, as eleições para cada cargo, e o último artigo desse capítulo determina que os eleitos devem ser “sujeitos muito tementes a Deus, de boa capacidade, costumes e idade competente: saberão bem ler e escrever e não terão suas mulheres vendendo em lugares públicos nem ainda em lojas ou tendas, e serão indispensavelmente irmãos da Irmandade do Arcanjo São Miguel, e na mesma terão servido”.

Os capítulos seguintes descrevem com pormenor as obrigações dos juizes (quando e por que motivos devem convocar reuniões da mesa, quando e o que devem comunicar aos juizes dos officios, a sua sujeição absoluta às determinações do Supremo Senado e às da Casa dos Vinte e Quatro e indica-se como condição essencial para poder ser eleito ter sido deputado na dita casa), do escrivão (o qual deve ter a precisa inteligência e solicitude para executar pronta e

cabalmente as determinações dos juizes), dos mordomos (aos quais, além de se exigir solicitude no desempenho dos seus cargos, se entrega “a guarda, o cuidado de bom trato da bandeira ou estandarte do Arcanjo São Miguel para servir funções processionais”) e, finalmente, dos eleitos, escolhidos de entre os mestres de cada ofício, os quais “em todos os negócios que se lhes propuserem, (...) devem advertir que são meros procuradores dos seus ofícios” e, consequentemente, não devem votar contra os interesses daqueles de onde provêm. O último artigo do capítulo que se lhes refere determina que

“não poderão ser eleitos da bandeira sem que primeiro tenham servido alguns dos lugares principais na *Mesa do Espiritual*, a saber juiz, escrivão, procurador ou tesoureiro, para o que apresentarão na *Mesa* da bandeira um atestado da dita *Mesa do Espiritual* de como lá serviram.”

Esta *Mesa do Espiritual* é a irmandade a que todos tinham de pertencer. Seria, porém, a irmandade da bandeira ou a do ofício? Aqui parece ser a do ofício, pois um artigo posterior, já no último capítulo, especifica que “para os lugares de *eleitos* da Mesa da bandeira só poderão ser propostos e admitidos aqueles que tiverem servido os lugares de juiz ou escrivão do seu respectivo ofício e servido algum dos lugares da Mesa da mesma Irmandade”.

A Mesa da bandeira tinha de acompanhar todas as procissões da cidade em que se incorporasse o Supremo Senado da Câmara, sob pena de multa aos faltosos, e assistir a todas as reuniões, de Mesa, de Junta ou Conferência. Os mordomos no ano seguinte ao do seu mandato na bandeira iriam ser deputados à Casa dos Vinte e Quatro.

Finalmente, quanto a despesas, se e

“quando o Cofre não chegar, se devem fazer rateadamente pelos ofícios, a saber: o ofício que é Cabeça pagará duas partes de seis em que dividirá a quantia pedida, e o resto em igual parte pelos mais ofícios – e eles não poderão fazer o mesmo rateio senão pelos Mestres examinados e de nenhuma sorte pelos oficiais jornaleiros”.

Porto e Coimbra não tiveram uma organização tão apurada. A este respeito, as determinações em Lisboa, Porto e Coimbra quanto à participação na procissão do Corpo de Deus são bem esclarecedoras.

A celebração do *Corpus Christi* constituiu sempre em Portugal, talvez desde o reinado de D. Afonso III, um dos momentos mais altos do ano litúrgico. Na procissão, que começou a realizar-se no século XV, incorporava-se em Lisboa o próprio monarca e os príncipes, que seguravam as varas do púlpito, e, em todo o país, a nobreza, autoridades municipais, cidadãos e oficiais mecânicos, sem qualquer exceção. Muitos privilégios, de mercadores e mesteiros, especificam que isentavam de todas as obrigações para com a cidade *excepto* da participação nas festas solenes, nomeadamente na procissão do Corpo de Deus.

Para Lisboa, uma disposição do Senado da Câmara de 1771 regulou rigorosamente “a ordem com que devem, impreterivelmente, seguir os lugares das bandeiras nas procissões públicas da cidade”. A bandeira de S. Miguel era a terceira, depois das bandeiras de Santo Antão, a segunda, e de S. José, a primeira.

Quanto ao Porto, o melhor documento sobre aquele grande acontecimento cidadão é o *Acordo e Regimento que Fizeram os Oficiais da Câmara da Cidade do Porto para a Procissão de Corpus Christi com Parecer do Doutor António Cabral, Chanceler da Relação, e do Bispo da Dita Cidade Conforme às Provisões de S. Majestade*, datado de 16 de setembro de 1621. Aí se descreve, pormenorizadamente, a participação de todos e cada um na procissão. Citemos o passo que importa para aqui:

“20 – Ittem os pecheiros, latoeiros, caldeiros, agulheiros, ataqueiros, com suas tochas hirão os orifices. E pintores com suas tochas.

21 – Ittem ira a nao de São Pedro com a vandeira da confraria que acompanharão os mestres, pilotos. E mareantes de miragaya com suas tochas: a nao se pintara e Reformara cada anno”.

E, a 9 de março, um acórdão da Câmara determina que “os barqueiros e os homens que vendem bacalao (...) dem hua folia, ou dança quoyal elles mais qui-

zerem (...); E assim mais irão os liueiros que também ficarão de fora com suas tochas diante dos orifeses”.

Os livreiros no Porto, portanto, entravam na procissão atrás dos ataqueiros e antes dos ourives. Em Coimbra, o regimento dos começos do século XVI coloca-os à frente dos mesmos ataqueiros, mas atrás dos pintores: “os cerieiros são obrigados a fazer Santa Maria ‘dasnjha he jochym’ tudo bem deito e ‘co-regido’ e sua bandeira rica e hão-de ir após os correeiros e nisto entram os pintores e os livreiros”.

Não há, nem num caso nem no outro, qualquer referência a uma organização superior à do ofício, embora alguns autores se refiram a ofícios *em-bandeirados* e até a *bandeiras*, mas sem oferecer qualquer prova nem sequer indício de que tivessem, de facto, existido em Coimbra. Aliás, não se consegue descortinar muito bem, nem em Pinto Loureiro nem em António Cruz, como se efectuavam realmente, em Coimbra e no Porto, as eleições para a Casa dos Vinte e Quatro.

Tratemos, porém, agora mais especificamente do ofício de livreiro e dos *Regimentos* que o regeram durante cerca de duzentos e cinquenta anos.

O primeiro é, como já se disse, o que foi redigido ou reformulado por Duarte Nunes de Leão em 1572, e governava os livreiros em Lisboa. Do Porto e de Coimbra não chegaram até nós regimentos escritos deste ofício, mas, baseando-nos naquelas profissões para as quais há regimentos no Porto e em Lisboa, não será aventuroso admitir que, se existiram textos em Coimbra, no Porto e eventualmente noutros lugares, eles não difeririam substancialmente do de Lisboa, pois isso é o que se comprova pelos existentes nessas outras profissões.

Em 1733 os juizes do ofício propuseram ao Senado um novo regimento, pois o primitivo, ainda que

“fosse conveniente para tempos tão antigos, já hoje se acha quase de todo inútil, não só pela antiguidade das palavras, que por desusadas não é fácil a sua percepção, mas juntamente por serem as suas condenações muito limitadas para estes tempos”.

Na verdade, o novo regimento pouco ou nada inova, mais se limitando a mudar algum vocabulário e actualizar as coimas, exactamente como os juízes diziam na sua petição.

Os pontos relevantes de ambos os textos são os que se referem às eleições dos juízes, dos examinadores e do escrivão do ofício; os que determinam, com todo o pormenor, o regime e o conteúdo dos exames e o tempo do estágio que devia decorrer entre o termo da aprendizagem e a apresentação a exame; os que regulamentam a “visitação” que os juízes deveriam fazer a todas as tendas ou lojas, para verificarem se as obras que estavam à venda eram de boa qualidade e impecáveis; e, finalmente, os que obrigam o livreiro a consertar qualquer livro que, depois de encadernado, se mostrasse defeituoso.

O regimento de 1733 presta uma atenção especial aos estrangeiros, o que não acontecia, tão notoriamente, no de 1572. Se já no antigo regimento se dizia que “nenhuma pessoa assim natural como estrangeira” que quiser pôr loja só o poderia fazer depois de examinado, agora, no novo, determina-se “que, se algum estrangeiro” o quiser fazer “ou usar do dito ofício”, “o não poderá fazer sem primeiro trabalhar ao menos um ano em loja de oficial examinado para ver se procede bem e faz obra conveniente por que mereça ser admitido a exame”.

O capítulo 22.º do novo regimento é particularmente importante, pois determina que “toda a pessoa assim natural como estrangeira que mandar vir, ou trazer de fora, partidas de livros” não os pode vender senão por junto e jamais ‘pelo miudo’”, e “todo o mercador, ou seja natural ou seja estrangeiro, que o contrário fizer” sofrerá a pena de trinta dias de cadeia e pagará vinte cruzados de multa, o que vem confirmar determinação idêntica que os livreiros tinham obtido do Senado em 1671, por *acrescentamento* ao seu primitivo regimento.

Temos assim que, se os *mestres* do ofício regulam com severidade o acto de *examinação*, de modo a salvaguardar a dignidade do ofício, e, pela *visitação* ou *correição*, criam os mecanismos que asseguram a permanente qualidade das obras saídas das lojas dos livreiros, não menos os mesmos mestres se defendem da concorrência dos que estão fora do grémio que eles regem e governam; ilegalizam-na e condenam os que tentem prevaricar a pesadas penas pecuniárias e de cadeia.

Por poucos anos, porém, o *statu quo* de séculos se irá manter. A *tempestade* pombalina que se avizinha irá derrubar os muros mais sólidos, e a Junta do Comércio, criada pelo marquês, vai desencadear situações novas perante as quais os velhos ofícios serão impotentes.

Da obrigatoriedade da *visitação*, imposta geralmente pelo regimento dos ofícios, decorreu, certamente, a necessidade dos *arruamentos*, quer dizer, a imposição de as lojas de um dado ofício se situarem todas na mesma rua ou nas suas imediações, embora, em teoria, o arruamento também se destinasse a facilitar aos possíveis clientes a procura de um determinado produto.

Em Lisboa foi onde a prática do arruamento mais se enraizou. Coimbra não conheceu o sistema, e no Porto, e em outras cidades, só levemente ele foi aplicado.

No que se refere aos livreiros, só em Lisboa, de facto, se dá fé da existência, desde a segunda metade do século XVII, de uma Rua dos Livreiros, situada junto “dos Apóstolos”, ou seja, nas proximidades do Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, actualmente Hospital de S. José. Luís Pastor de Macedo diz que o nome oficial dessa serventia era Rua Direita do Colégio, a qual, passado o terramoto, foi denominada Rua do Arco da Graça, designação que hoje se mantém. Todavia, em 1801, o *Roteiro dos Correios* ainda a designava por Rua dos Livreiros.

A localização desta rua devia ter uma forte relação com a existência próxima do colégio jesuíta, intenso foco de ensino e cultura, “o mais importante de Lisboa durante dois séculos”. Independentemente, porém, da existência da “sua” rua, os livreiros sempre se dispersaram um pouco por toda a cidade. No século XVI vemos Cristóvão Rodrigues de Oliveira referir os livreiros da Rua Moca, e em 1657 um alvará real, referente a aquisições de edições inteiras “sem se dar parte das compras aos juizes do dito ofício de livreiro”, foi notificado pelo escrivão aos mestres “da Rua Direita” junto ao “Colégio dos Apóstolos”, aos da Rua Moca, “aos da Portagem, Mizericórdia e Arco de ferro”. Após o terramoto de 1755, Pombal determinou que a Rua da Rainha se destinasse aos ourives da prata (daí a sua designação de Rua da Prata) e aos livreiros. Todavia, em 1777 só de dois livreiros temos notícia que aí se tivessem instalado, enquanto

sabemos da existência de lojas na Carreira dos Cavalos, Poço Novo, Cais de Santarém, Alfândega do Tabaco, Rua das Gaiivotas, Rua Direita da Mouraria, Calçada de Santo André, Travessa do Secretário, Rua da Betesga, Rua Direita do Calhariz, Rua Nova d'El-Rei (actualmente Rua da Conceição), Rua dos Cavaleiros, Rua do Arco da Graça (a antiga dos Livreiros), Necessidades, Rua Direita de S. José, Praça do Comércio, Travessa da Boa Hora, Rua da Condessa, Rua Larga de S. Roque, Rua Direita do Loreto e Rua das Portas de Santa Catarina. Claramente um pouco por toda a cidade.

Se no que se refere a arruamentos os livreiros não terão sido muito cumpridores, também no que diz respeito a *taxas* a prática foi de certo modo especial. Dir-se-á que um dos mais comuns *slogans* da União Internacional de Editores – *books are different* – se aplica desde sempre.

A taxaço de bens e serviços, ou seja, a fixaço de preços e salários vem dos tempos mais remotos. As mais antigas taxas de que há notícia são de Coimbra, em 1145. Posteriormente, uma lei de D. Afonso III, de 26 de dezembro de 1253, regula os preços de géneros, artefactos e salários para toda a região de Entre Minho e Douro. É, porém, nos alvares do século XV, e no Porto, que nos surgem as primeiras intervenções dos mesteres na elaboração das taxas. António Cruz refere, com abundância de pormenores, os casos dos sapateiros (1401) e dos ourives (1402), até surgirem em 1413 as primeiras “hordinhaço” referentes a um conjunto de ofícios – sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, tecedeiras e “carafates”, tudo ordenado de modo a que “com sseu acordo sseiam feitas dando lhes ganho aguissados de guissa que elles ajam galardom de sseus trabalhos. E os outros ajam essas cousas por jquall estimaço”. D. João II, nas cortes de Évora de 1481-82, determina também que se dê “aos ofeciaes gaanho arzeoado nomeadamente por terço ou quarto segundo bem parecer segundo a vallia das cousas”.

“Com seu acordo” é a expressão fundamental a reter do texto portuense. Efectivamente, embora as taxas fossem aplicadas pelos Senados das Câmaras, eram discutidas e acordadas com os mesteres. Assim se verifica dos exemplos quatrocentistas adiantados por António Cruz, assim se verifica

nos vários casos apresentados por F.P. Langhens, dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Pinto Loureiro escreve, abonando-se em Virgílio Correia, que “as taxas faziam em regra parte do regimento de cada ofício”. A nossa leitura dos regimentos não nos leva à mesma conclusão, pois as mais das vezes a “taxa” que eles referem é a que se há-de pagar ao juiz, ou seja, os seus honorários pelo exercício do cargo, e apenas encontramos taxas de bens e serviços em três ou quatro regimentos (taberneiros, picheiros, adeleiros...); outros dois mandam vender pelas “taxas da cidade”, e o próprio “Livro segundo das posturas gerais para os oficiais mecânicos” que, no dizer de Virgílio Correia, “engloba as disposições administrativas gerais que regiam os ofícios”, não as menciona.

De qualquer modo, o que importa reter é que as taxas eram fixadas pelo Senado ouvidos os mestres interessados, “com sseu acordo”, e eram de aplicação geral. As de Lisboa de 1611 cobriam uma multiplicidade de bens e ofícios, mas entre tantos não se incluíam os livreiros, nem temos conhecimento de que alguma vez se lhes tivesse aplicado uma taxa geral. Na verdade, os livros são diferentes.

A primeira conclusão que se pode tirar do exame dos documentos é que a taxa era aplicada nos livros caso a caso.

A segunda conclusão é que nem todos os livros eram taxados. Principalmente no século XVI, talvez porque o livro impresso fosse um produto comercial recente, os livros taxados são uma minoria o entre os que sobreviveram até aos nossos dias. Numa escolha aleatória, por nós levada a efeito, de cerca de cinquenta livros impressos em Portugal nesse século ( $\pm 5\%$  da colecção da Biblioteca Nacional) verifica-se que 52,5% foram beneficiados com privilégio, mas destes apenas 30% estão taxados e mais um contém a indicação “vende-se por... reaes” sem a menção do valor. Apenas encontramos nessa amostra um caso de livro não privilegiado no qual a licença para “correr” determina que “tornará à mesa para se taxar e sem isso não correrá”; mas não tornou.

Parece, pois, que, de início, só, ou quase só, tinham o preço fixado os livros que beneficiavam de privilégio (e desses, nem todos). Dir-se-ia que, como es-

tes não sofreriam qualquer tipo de concorrência, justificavam maiores cautelas quanto ao preço; os restantes, como teriam de se aguentar no livre jogo concorrencial, não exigiam esses cuidados por parte da autoridade. À medida que os anos e as décadas vão correndo, a situação modifica-se. Se examinarmos livros dos séculos XVII e XVIII, colhemos já uma idéia diferente; aí, os livros taxados são muito mais numerosos, sejam eles privilegiados ou não.

No caso dos livros privilegiados, a taxa ou era fixada no próprio alvará de privilégio ou este frequentemente determinava que

“tamto que os ditos livros forem impresidos se trara a hum dëlles aa mesa do despacho dos desembargadores do paço para lhe poerem o preço por que cada hum deve ser vendido, e doutra maneira se não poderão vemder (...) o qual se imprimeraa no principio ou no fim de cada hum dos ditos livros”.

E é por isso que encontramos hoje livros com a inscrição impressa “taxado... reis em papel”, mencionando-se manuscrita a quantia ou... não se mencionando mesmo. E também acontecem, com alguma frequência, casos em que o alvará manda indicar na obra o preço de venda e este não vem, afinal, mencionado. Um desses casos é a própria primeira edição de *Os Lusíadas*.

Por que motivo há alvarás de privilégio que desde logo taxam a obra e outros remetem para decisão posterior do Desembargo do Paço, quando lhe for presente o livro impresso, é mais um mistério que não pudemos decifrar. Uma hipótese seria a de o candidato ao privilégio, na sua petição, fornecer, por vezes, indicações que permitissem desde logo estabelecer a taxa. Se essas petições se conservassem, fácil seria comprovar, ou não, a veracidade desta hipótese, mas elas eram feitas em folha solta de papel e o alvará era passado nas costas dessas folhas, só este se registando depois na chancelaria real.

Num caso, porém, conhecemos a petição:

“o alvará de privilégio passado a favor de Gonçalo Fernandes Trancoso para a sua *Regra Geral pera Aprender a Tirar pola Mão as Festas Mudaveis (etc.)* trans-

creve a petição do autor, o qual justifica o pedido pela ‘necessidade de fazer alguns debuxos de novo, pelos quais se mostra a sua arte, e para ajuda dos gastos da impressão’.”

Não dá outras indicações, mas a obra é-lhe taxada, logo no alvará, em 60 réis. Trata-se, todavia, de uma reedição, pelo que não era difícil atribuir-lhe preço com base na edição anterior.

Uma outra peculiaridade se deve ainda notar. A taxa, quando era fixada, aplicava-se simplesmente ao livro “em papel”, quer dizer, como saía do impressor, e não depois de encadernado. Claro que a encadernação poderia ser modesta ou luxuosa, e o seu preço teria de variar conseqüentemente. O estranho da questão é não se encontrar, nem nos regimentos dos livreiros nem nas taxas da cidade, qualquer referência a preços de encadernações.

Como “em papel” os livros não podiam ser vendidos “pelo miudo”, mas só “em partidas” aos mestres livreiros que os haviam de encadernar, o preço indicado deveria ser o líquido que o livreiro pagaria, não se justificando pensar que este, de regra, beneficiasse de qualquer desconto.

A par com os livreiros examinados, mestres ou oficiais do seu “ofício”, há que ter em conta a existência de uma classe à parte, desde cedo integrada por estrangeiros, atraídos a Portugal pelos privilégios que os reis portugueses iam concedendo aos naturais de várias nações. Refiro-me ao mercador de livros, que se tem de analisar para distinguir do livreiro.

Logo em 1530 nos surge a edição de um *Tractado da Pratica Darismatica* (etc.), impressa em Lisboa por Germão Galhardo “a costa de João Fernandez mercador de libros”; em 1539, na cidade de Braga, foi impresso por Pedro da Rocha um *Sacramental* à custa de “Johã Beltã mercador de libros he Pero gõe mercador”; e ao longo de todo o século XVI nos vão aparecendo edições promovidas por mercadores de livros, havendo ainda a notar o caso de um Francisco Peres que, em 1598, se diz livreiro e mercador de livros, numa edição, que custeava, do *Galateo Español*, embora no mesmo ano, na portada da *Primeira Parte del Thesoro de Divina Poesia* (etc.), obra igualmente publicada à sua custa, se declare simplesmente mercador de livros.

Ora, a primeira distinção a fazer será a de que, enquanto o livreiro era um oficial mecânico, o mercador não o era, situando-se, na escala social, acima daquele; além disso, teria, em princípio, maior poder económico, não obstante a opinião de João Brandão, em 1552, de que os livreiros de Lisboa eram todos ricos. O mercador não estava sujeito às mesmas obrigações que aquele, podia invocar privilégios que lhe tivessem sido concedidos, individual ou colectivamente, o que o mesteiral não podia fazer, e pagava as suas licenças enquanto o oficial mecânico estava delas isento para vender os produtos do seu ofício.

A distinção principal, contudo, deveria centrar-se no próprio negócio de cada um. O livreiro venderia, encadernados por si a retalho (ou “por miudo” como então se dizia), os livros que adquiria ao impressor (nacional ou estrangeiro) ou ao mercador. Este, ou porque encomendara (ou adquiria, total ou parcialmente) uma edição ao impressor, ou porque importava de países estrangeiros em larga quantidade, só deveria praticar o chamado comércio por junto. Se tudo se processasse correctamente, teríamos assim que, independentemente da forma como adquiriam os livros, na venda o livreiro praticava fundamentalmente o comércio de retalho, e o mercador só deveria negociar por grosso.

Na prática dos séculos, contudo, as coisas não se passavam tão clara e pacificamente, pelo que em 1671 foi necessária uma providência do Senado de Lisboa determinando “que toda pessoa, assim natural como estrangeira, que mandar vir ou trazer de fora partidas de livros de nenhuma maneira os venderá, por si nem por outrem em sua casa, assim encadernados como em papel, e só os poderá vender por junto ou por partidas, e não pelo miudo”.

Apesar das determinações em contrário, porém, os abusos dos mercadores continuaram e, em 1722, os juízes e oficiais do ofício de livreiro tiveram de pedir formalmente a D. João V providências no sentido de impedir essa concorrência. Acontecera que um certo mercador – João Barbosa Machado – obtivera do Desembargo do Paço provimento de um agravo que para aquele tribunal fizera de uma decisão do Senado da Câmara: contrariamente ao disposto no regimento do ofício de livreiro de 1572, com o aditamento de 1671, o De-

sembargo declarava “ser lícito o negociar e mandar vir livros de fora do reino para nele os vender (...) não só por partidas mas também pelo miúdo”.

Contra esta decisão do Desembargo do Paço os livreiros recorreram para o rei, que manda ouvir o Senado. Este apoia a posição dos peticionários, “em atenção à utilidade pública, em razão de que, vendendo-se os livros pelo miúdo, sem ser por oficiais examinados, se acham ao depois truncados e faltos de folhas, e por esta razão se achava disposto pelo regimento que se não vendessem com a proibição de que dependia, e nem se proibia o comércio, por ser lícito a todos mandarem vir livros e os venderem por partidas”. E os vereadores concluíram que fosse Sua Majestade “servido haver por bem confirmar o regimento dos suplicantes para que nenhuma pessoa que não for examinada no officio do livreiro não possa vender livros alguns pelo miúdo, havendo por de nenhum efeito a sentença que se proferiu no desembargo do paço”.

Mas não só os mercadores de livros se atravessavam num negócio que os oficiais livreiros tinham por exclusivamente seu; os próprios cegos, da Irmandade do Menino Jesus, causavam igualmente preocupações pelas vendas que faziam de porta em porta. Finalmente, a criação da Junta do Comércio pelo Marquês de Pombal, no reinado seguinte, veio lançar, em geral, alguma nova confusão no exercício das profissões reguladas por regimentos de officios mecânicos, e certamente também entre os livreiros. Bastaria ver como proliferaram, pelos meados do século XVIII, os mercadores de livros de nacionalidade francesa, com as suas lojas bem fornecidas e os seus catálogos bem recheados.

A extinção das corporações dos officios mecânicos, com o advento do liberalismo em 1834, seria a machadada final num sistema que vigorara durante mais de três séculos.

Voltando a Espanha, é o momento de analisarmos de perto as antigas ordenações de uma associação de livreiros do Levante peninsular, a Confraria dos Livreiros de Saragossa, fundada, como se diz na portada do livro, “na Igreja do Senhor Santiago da presente cidade de Saragossa, sob invocação e patrocínio do Bem aventurado e glorioso Doutor da Igreja São Jerónimo”.

Datam estas ordenações do ano de 1573, mas do texto de abertura, da responsabilidade dos “jurados da cidade”, se conclui que a organização do ofício é anterior àquela data, embora só então se codificassem as suas leis internas e formas regimentais, as quais se iniciam com estas palavras:

“Em Nome de Nosso Senhor Deus todo poderoso e da sempre Virgem Santa Maria e São Pedro e São Paulo e San Jerónimo. Seguem-se as ordenações e Irmandade dos Livreiros da Cidade de Saragossa, as quais queremos e mandamos sejam inviolavelmente guardadas pela forma e maneira seguinte.”

Os primeiros capítulos destas ordenações quinhentistas tratam exclusivamente dos aspectos religiosos da Confraria: de como se deve festejar São Jerónimo, a missa de vésperas, a solene missa do dia do patrono, a 30 de setembro, e os restantes festejos desse dia, bem como, a 1 de outubro, a *Missa de Requiem*, “pelas almas dos fiéis defuntos confrades da dita confraria” e as outras cerimónias que se hão-de realizar nesse dia, “como se costuma fazer em outras confrarias da presente cidade de Saragossa”.

Terminada a missa e as cerimónias prescritas para esse dia, determina-se que então se juntem todos os confrades “em capítulo geral”, na presença do notário da confraria, para proceder à eleição anual dos dirigentes — dois mordomos (um do cofre e outro de bolsa, sendo que este será o que fora mordomo de cofre no ano anterior), dois visitantes (que serão também conselheiros dos mordomos, contadores e examinadores).

Quinze dias passados, o mordomo de bolsa tem a obrigação estrita de apresentar as contas do ano anterior, sob pena de pesada multa. E se das contas se verificasse que se havia gasto mais do que fora recebido, esse mordomo de bolsa, que no ano anterior, como mordomo do cofre, fora responsável pelos gastos, pagaria a diferença do seu próprio bolso, ali mesmo, na presença dos oficiais e de notário.

É só no capítulo II.º que se iniciam as ordenações de carácter profissional, as quais se vão estender por dezessete capítulos.

Tudo quanto dissesse respeito à profissão naquele longínquo século XVI ficou aqui rigorosamente regulamentado. Desde logo, a proibição de ter loja aberta sem ser mestre examinado – e para o ser, para poder submeter-se a exame, tinha de ter obrigatoriamente passado cinco anos como aprendiz, sempre com o mesmo mestre.

As provas do exame são detalhadamente descritas, inclusivamente a obrigação que impedia sobre o examinando de oferecer uma refeição a todos os que assistissem ao seu exame, além de ter de pagar 100 soldos como propina de entrada na Confraria, importância que, em 1600, subiu para 260 soldos.

E as ordenações espalham-se ainda em muitas outras determinações, referentes a livros defeituosos ou roubados, às obrigações dos aprendizes, às penas a aplicar ao mestre que tirar um oficial de outro mestre, à visitação mensal das oficinas para verificar e aprovar ou rejeitar a qualidade dos trabalhos que se estejam a realizar, às regalias concedidas aos filhos de mestres defuntos, etc.

Estas ordenações de 1573 foram acrescentadas em 1600 e de novo em 1679, em ambas as ocasiões sempre no sentido de segurar o monopólio que os confrades detinham da venda dos livros encadernados. Os mercadores estrangeiros são particularmente visados, pois logo em 1600 são proibidos de vender qualquer livro sem ser na presença de um visitador que verifique a qualidade das obras e em 1679 generaliza-se a qualquer um que não seja examinado (salvo algumas exceções que são detalhadamente descritas), e proíbe-se totalmente a venda ambulante, seja a nacionais, seja a estrangeiros.

Um outro caso interessante de associação de livreiros é o da Irmandade de S. Jerónimo de Madrid, dos Mercadores de Livros, cujas primeiras ordenações datam de 1611. Aqui, porém, teríamos que falar mais de uma confraria de piedade que de uma confraria-gremial, como a de Saragoça ou a de Barcelona, a mais antiga de todas.

Os dezessete artigos de que consta o documento inicial especificam, de modo um tanto desordenado, as obrigações económicas e religiosas dos irmãos, o modo de celebrar os enterros destes ou dos seus parentes próximos, as festividades em honra do patrono, o sistema de eleição para os cargos da direc-

ção e a competência de cada um. Apenas num capítulo se expressa a proibição de entrada na irmandade a quem não for livreiro e, embora o tentassem por mais de uma vez, nunca os irmãos madrilenos de S. Jerónimo conseguiram controlar o estabelecimento de livreiros na corte de Madrid, nem fixar regras para o exame de mestria, nem quaisquer outros regulamentos mais ou menos monopolistas. A vizinhança da Corte nunca lhes facilitou tal tarefa, numa tradição que, como vimos atrás, já vinha de tempos antigos.

O sistema português foi, assim, mais próximo do de Castela do que dos de Aragão, Navarra e Catalunha.

A par da corporação dos livreiros, a reger-se pelo seu regimento desde 1572, reformado em 1733, registe-se a existência em Lisboa de uma Confraria fundada em 1460 sob a invocação de Santa Catarina do Monte Sinai e que, por desejo da Rainha D. Catarina, é entregue aos livreiros em 1567.

O primeiro século de existência desta Confraria anda envolto em denso mistério que aqui se torna ocioso descrever em pormenor. Basta saber-se que terá sido fundada na segunda metade do século XV por um infante D. Pedro, primo do Rei D. Afonso V, juntamente com vários fidalgos, bacharéis e seis mercatores ingleses residentes em Lisboa. Um século passado, a rainha, a pedido do seu confessor e livreiro privilegiado, Salvador Martel, manda erigir uma igreja dedicada àquela santa e mártir e entrega-a aos livreiros “como ministros da sabedoria de que tão dotada foi a bem-aventurada Santa Catarina e por os ditos livreiros não terem outra confraria do seu ofício em que se ocupar como os mais oficiais da dita cidade”, como se diz no preâmbulo do compromisso de 1567.

Assim se terá passado de uma confraria leiga a uma de oficiais mecânicos, embora com algumas particularidades que a individualizam. A mais significativa é a determinação de que os livreiros elegessem para esta irmandade “outros tantos nobres e fidalgos quantos eles fossem ou ao menos até número de vinte e dois”. E mais se determina que, dos vários cargos da administração da Confraria, o tesoureiro e um dos mordomos teriam de ser obrigatoriamente livreiros, enquanto o juiz, o escrivão e o outro mordomo seriam recrutados entre os fidalgos e nobres.

O primeiro juiz fidalgo da reformada irmandade foi Simão Guedes, do Conselho do Rei, veador e procurador da Rainha D. Catarina. Foi ele quem mandou celebrar a primeira missa na nova igreja.

A Simão Guedes irão suceder, até ao confrangedor declínio da irmandade em meados do século XIX, nomes grandes da fidalguia portuguesa – os Castros, Teles Barreto, Melo, Aguilár, Almada, Mascarenhas ou Lencastre; ou grandes titulares como os Duques de Cadaval e de Palmela, e os Marqueses de Fronteira, de Castelo Melhor ou de Sampaio; os altos dignitários como o Patriarca de Lisboa ou o Dom Prior de Avis.

As obrigações dos irmãos eram semelhantes às das outras confrarias: assistência às solenidades do dia da padroeira, 25 de novembro (um arrátel de cera, de multa, a quem faltasse), com a obrigação especial de mordomos e oficiais engalanarem a igreja e o altar (multa de um arrátel de cera para quem fosse negligente); missa todos os domingos, segundas-feiras e festas do ano, com obrigação de assistirem: a todas – o tesoureiro, o mordomo e o escrivão; uma vez por mês – o juiz e o procurador (multa de dez réis a quem faltasse); acompanhamento do irmão falecido até à sepultura, com “as tochas e cera da dita confraria” (multa a quem faltasse: um arrátel de cera), e, se o irmão fosse pobre, o funeral seria à custa da confraria; esmola dominical ao irmão caído “em pobreza de modo que se não possa sustentar (...) e se estiver prezo por alguma dívida até dez cruzados e dahi para baixo se ajuntará entre os irmãos e da arca da confraria para o tirar da cadea”. E porque a promoção da paz e da concórdia entre os irmãos era também um dos objectivos das confrarias, quem nesta fizesse algazarra nas reuniões contra outro irmão ou lhe dirigisse palavras desonestas ou injuriosas... “pague hu arrátel de cera, e se o arroydo for grave haverá mais pena segundo a determinação do juiz da confraria”.

Confrarias-Grémios, Grémios, Irmandades e Confrarias, associações reunindo num só instituto os interesses religiosos, beneficentes e económicos, ou associações específicas para o religioso e beneficente e para o económico e profissional, toda esta organização que cobriu a península Ibérica e os seus reinos desde, pelo menos, o século XVI, bem hierarquizada, com os seus juizes e

mordomos, seus mestres e examinadores, com as suas visitasões, suas missas, enterros e esmolas, atravessou incólume dois ou três séculos até ter de suportar os primeiros vendavais, em Portugal nos meados do século XVIII, em Espanha alguns anos mais tarde. Em Portugal, em 1755 é criada a Junta de Comércio do Reino e seus Domínios; em Espanha, Carlos III cobre o país com as Reales Sociedades Economicas de Amigos del País. Uma e outras iam restringindo as atribuições das antigas organizações, desregulando o aprendizado, substituindo o velho edifício por novas instituições, forjadas já a outro lume. As cortes de Cádiz de 1813 e um decreto de 1834 assinado por D. Pedro IV de Portugal varreram definitivamente aquelas estruturas centenárias.

## ~ Bibliografia

- MAGALHÃES BASTOS, Artur de – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto, 1934.
- CRUZ, António – *A Antiga Organização dos Mesteres do Porto*. Lisboa, 1940.
- DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa, 1888-1889.
- MOREIRA DE SÁ, Artur – *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI*. Lisboa, 1983.
- LOUREIRO, J. Pinto – *A Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra*. Coimbra, 1937.
- GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a Sua História*. Lisboa, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os Livreiros em Portugal e as Suas Associações Desde o Séc. XV até aos Nossos Dias*. Lisboa, 1993, 2.ª ed. 2005.
- CAETANO, Marcello – *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*. Coimbra, 1994.
- FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean – *L'apparition du Livre*. Paris, 1958, 1971.
- ALONSO, Javier Paredes – *Mercadores de Libros. Cuatro Siglos de Historia de la Hermandad de San Geronimo*. Madrid, 1988.
- ESCOLAR, Hipolito – *The History of the Book*. Madrid, 1994.

- CAPELLA, M. y TASCÓN, A. Matilla – *Los Cinco Gremios Mayores de Madrid*. Madrid, 1957.
- CENDÁN, F.– *Historia del Derecho Español de Prensa e Imprenta (1502-1966)*. Madrid, 1974.
- RUMEU DE ARMAS, A. – *Historia de la Censura Literaria Governativa en España*. Madrid, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Historia de la Prevision Social en España. Cofradías, Grémios, Hermandades, Montepios*. Madrid, 1944, 1981.
- MOLAS RIBALTA, P. – *Los Gremios Barceloneses del Siglo XVIII*. Madrid, 1970.
- CONTRERAS, J. Y AYALA (Marquês de Lozoya) – *Los Grémios Españoles*. Madrid, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Historia de las Corporaciones de Menestrales de Segovia*. Segovia, 1921.
- BOHIGAS, P. – *El Libro Español (Ensayo Historico)*. Barcelona, 1962.
- PALOMARES IHAÑEZ, J. M. – *Imprenta e Impressores de Valladolid en el Siglo XVIII*. Valladolid, 1974.
- REDONDO VEINTEMILLAS, G. – *El Gremio de Libreros de Zaragoza y sus Antiguas Ordinaciones, (1573, 1600, 1679)*. Zaragoza, 1979.



Sonetos  
dos Amores  
Mortos

*Rita Moutinho*



Lacerda  
Editores

# O amor nos *Sonetos dos Amores Mortos*, de Rita Moutinho

ÂNGELA MONTEZ

O amor é tema universal, já que profundamente humano. Obras de diferentes linguagens artísticas tentam representá-lo, tarefa interessante e árdua, sem dúvida, porque, se de impossível enfoque em sua essência, o amor permite, entretanto, sua revelação em facetas, sob olhares diversos, mostrando sua riqueza e sua densidade. Essa impossibilidade é marcada, principalmente, pelo fato de cada ser humano possuir representação psíquica única, singular, complexa. Enquanto natureza, o ser humano apresenta uma diversidade psíquica que nenhuma obra alcançaria. Por outro lado, como tudo o que é humano, o amor é também ideologizado, pois, fruto de uma cultura, traz em seu bojo marcas sociais profundas. Assim, o entrelaçamento do natural com o cultural constitui uma trama inseparável, que compõe e dá corpo ao psiquismo humano. Como mostra a psicanálise, nós somos nossos próprios corpos, identidade com personalidade única, mergulhados num corpo maior, um país. E mesmo a criação de um eu “fingido”, ficcional, não poderia escapar dessa trama.

Poetisa e mestre em Ciência da Literatura (poética), pela UFRJ.

O percurso do amor como tema de obra literária no Brasil, principalmente na poesia, se faz, até o final do século XIX, como parte do percurso da tradição européia ocidental, em que corpo e alma aparecem como resultado de uma cisão cristã. Do mesmo modo, a mitologia da Antiguidade e o ideal platônico, em que se observa a oposição plano humano/plano divino, assimilado pelo olhar cristão, são constantes nas obras desse percurso.

Impulsionado pelas idéias de Freud, o movimento modernista de 22 faz consolidar o corpo na condição de lugar singular do ser, e é representado na literatura com sua sexualidade, ganhando uma representação complexa no século XXI.

Costuma-se, equivocadamente, chamar a Literatura Brasileira feminina do século XIX de confessional, em oposição à literatura masculina do mesmo período, na qual o enfoque predominante se voltaria para as questões sociais, além do subjetivo. Na verdade, ambas são partes de um mesmo período cultural, chumbado na ideologia positivista, e ambas representam a cisão cristã alma/corpo e sua costura no ideal platônico. Observá-las sob o prisma citado seria repetir uma postura positivista do próprio século XIX e perder de vista o afastamento crítico que o nosso século privilegiadamente nos propicia. Caminhando com a psicanálise e com o marxismo, a questão central dessa literatura nos é revelada através dos lugares e suas representações econômicas e sociais dados a mulheres e homens daquele período. E esse é ainda o melhor viés, deve-se sublinhar, para observá-la, já que muito dessa impregnação positivista, que subsiste como resíduo em nossa cultura, não foi totalmente alijada de nossa literatura.

O amor é o ponto de partida do sétimo livro de poemas de Rita Moutinho, *Sonetos dos Amores Mortos*. Nele, vê-se uma *persona poetica* que deixa clara a sua condição de ser feminino, às voltas com a perda do ser amado. Em seus noventa sonetos, o livro narra uma epopéia íntima que busca o luto como meta final de um percurso completo – o percurso da aceitação da perda. Nas catorze partes em que se divide o livro – Da revelação, Da esperança, Da súplica, Da despedida, Do ódio, Das razões, Da memória, Da saudade, Do lamento, Das reapari-

ções, Do luto, Dos frutos, Do futuro, incluindo-se aí, também, o “Soneto que é nota da autora”, que inicia a obra, configurando-se numa espécie de prefácio explicativo – observa-se o movimento dialético entre amar e perder. O percurso poético, assim, se faz no transitar *entre a esperança e o conformismo*,<sup>1</sup> como em uma das muitas *epopéias ingênuas*,<sup>2</sup> em que uma Penélope *meada e louca*<sup>3</sup> não sabe como lidar com o platonismo impotente de um *casto D. Quixote*,<sup>4</sup> outrora um *velho Príamo*, capaz de dar *cinquenta filhos, duas mil nuvens*.<sup>5</sup> Nessa viagem outra, interna, em que se *louva e chora*,<sup>6</sup> sob o *pêndulo do olhar*, se *formam as crises de dúplices punções*<sup>7</sup> que permearão a obra. Essa é, portanto, uma viagem *em crise*, que é o caminho-chave para a elaboração da perda que ora se instala como definitiva, ora é negada pela *persona poetica*, até que finalmente se conclui. Mas há, também, uma outra viagem a ela atrelada – a luta da *persona poetica* na busca de um lugar feminino diferente, característico da modernidade, configurando o percurso mais interessante da obra, pois é essa viagem que dá densidade às imagens e vozes poéticas modernas contidas nos poemas.

Ainda no “Soneto que é nota da autora”, observa-se o ideal platônico, em que o divino, no plano das Idéias, se opõe ao mortal, releu cópia da Perfeição. Nele, os homens são colocados no plano divino – *mitológicos deuses do meu cosmo* –<sup>8</sup> em oposição à *persona poetica*, situada no plano do terreno. Seriam os deuses que decidiriam seu destino – *Ai, Zéfiro, meu vento mitológico, / por que tu conduziste meu amado / para confins sem chance de contato?*<sup>9</sup> e a obrigariam à impotência. Mas, ao mesmo tempo em que a *persona poetica* se vê obrigada por sua condição inferior, se proclama *Deusa do Ocaso* – *Deusa do Ocaso deu ordem inclemente, / impingindo ao Desti-*

---

<sup>1</sup> p. 30 – “Soneto do grillão, elo invisível que aprisiona”

<sup>2</sup> p. 27 – “Soneto do falo falho ou do quixotesco”

<sup>3</sup> p. 26 – “Soneto do ‘intermezzo’ de Penélope”

<sup>4</sup> p. 27 – “Soneto do falo falho ou do quixotesco”

<sup>5</sup> p. 31 – “Soneto de exaltação para um amor maior”

<sup>6</sup> p. 15 – “Soneto que é nota da autora”

<sup>7</sup> p. 23 – “Soneto da esperança e da contra-espérance”

<sup>8</sup> P. 15 – “Soneto que é nota da autora”

<sup>9</sup> p. 38 – “Soneto do fim dos confins”

no a incumbência/de construir muralha permanente/ que destrói dos amantes a aderência —<sup>10</sup> e desfaz essa submissão, aparentemente sem volta, por meio do esquecimento: *Qual era o tom de tua barba rala?/ Que sabor tinham teus lábios de bala?/ Como eram os olhos tristes quando olhavas?/ Tinhas tu dedos grossos donde escravas/ carícias plenas não se libertaram?/ Retinas, por que, asnas, me falbaram?*<sup>11</sup>

Esse movimento de aceitação passiva/negação veemente impede a *persona poetica* de se instalar com conforto no papel de vítima, típico da tradição do século XIX, tanto na Literatura feminina como na masculina, e a impele à ação. Fazendo de si mesma uma personagem análoga à personagem-símbolo da paciência — Penélope — *Dias a fio pinto e descasco/ Penélope moderna, ser pasmado* —,<sup>12</sup> contrapõe-se ainda a uma outra personagem-símbolo, Sherazade, evocada sutilmente — *Foram mil e uma noites numa apenas* —,<sup>13</sup> mostrando sua habilidade de “contar histórias” — *Meu querido, passo horas tua e absorta,/ lendo e escrevendo poemas doloridos*.<sup>14</sup> Mas a *persona poetica* identifica-se apenas provisoriamente com essas personagens-símbolos, evitando repetir o lugar fixo que a tradição dá ao feminino, ao mesmo tempo em que, ao incorporá-los, transita entre *espelhos* — *Há que carpir, amor, o céu quebrado/ quando o Universo ainda estava vivo,/ e os espelhos, ainda sem cansaço,/ podiam refletir o eco afetivo* —<sup>15</sup> para, a seguir, devolvê-los ao passado e inutilizá-los, construindo com eles as imagens poéticas *caleidoscópicas* do texto.

Assim, enquanto Penélope *desenha* para não enlouquecer— *mas também, para não me tornar louca,/ desenho, em cor, metáforas do livro*<sup>16</sup> —, mostra um comportamento que vai além da personagem conhecida, pois *mata* o objeto do amor e qualquer possibilidade de reconciliação — *O fim do amor se deu na noite plena./ Matei-nos no rubi da contracena*.<sup>17</sup>

---

<sup>10</sup> p. 72 — “Soneto dos lapsos de memória com estrambote”

<sup>11</sup> p. 72 — “Soneto dos lapsos de memória com estrambote”

<sup>12</sup> p. 75 — “Soneto das almas abraçadas e apartadas”

<sup>13</sup> p. 83 — “Soneto do duplo morrer na plenitude”

<sup>14</sup> p. 85 — “Soneto da carta que o livro envia”

<sup>15</sup> p. 97 — “Soneto do caleidoscópio quebrado”

<sup>16</sup> p. 85 — “Soneto da carta que o livro envia”

<sup>17</sup> p. 83 — “Soneto do duplo morrer na plenitude”

O amor com enfoque cristão também não fica de fora da obra, nem como ideologia, nem como fonte imagética da tessitura textual. Ainda no soneto-prefácio vê-se a cisão corpo/alma – *alíneas de mim são amores mortos / fúmbrias que ornam ainda corpo e alma*.<sup>18</sup> Com forte presença na tradição literária do século XIX, ressaltado, principalmente, pela escola romântica, ele flui no texto, também por meio de jogos de espelhos provisórios, refletindo-se em personagens marcantes dessa escola. Deste modo, emerge na pele de uma Eva fundadora que sublinha a sua condição de mulher-corpo – *Depois de tantos anos florindo a teu lado, / tendo-te beija-flor a me sugar o néctar / dos lábios, sendo tua alfa no céu estrelado, / comungando prazeres no Éden, única Eva –*,<sup>19</sup> que escolhe sobreviver à dor da perda por meio do ódio – *Depois de tanto amor, somente ódio odiento / supre a sobrevivência do descasamento*.<sup>20</sup> Note-se que esse soneto é construído quase totalmente com uma linguagem que lembra a da escola romântica, e apenas seus dois últimos versos compõem a transgressão da personagem, tanto na sua configuração, que passa de vítima à mulher que reage, quanto na linguagem que utiliza, moderna.

Da mesma maneira, a *persona poetica* cita as mulheres-almas Ofélia e Ismália, mas escolhe um destino outro para o desfecho de seu sofrimento – *alo-me e zarpo para um final outro / ao que coube a Ofélias e Ismálias. / Quando o silêncio é adaga-agressão, / pôr-me aço, proteger o coração*.<sup>21</sup> Enquanto as três personagens da tradição vivenciaram alguma forma de transgressão e foram punidas, a *persona poetica* se resguarda no afastamento produzido pelo ódio, que endurece sua postura e a faz deslocar-se, mais uma vez, do lugar de vítima de um poder maior para o lugar de um eu que sabe se proteger.

O ódio funciona como um antídoto do amor passivo e paralisante produzido pela idealização do ser amado e da sua condição de amante ardoroso – *Sei que este ódio viscoso é temporário, / e a pronúncia do nome teu, rude e acre, / sai do antes doce e*

---

<sup>18</sup> p. 15 – “Soneto que é nota da autora”

<sup>19</sup> p. 54 – “Soneto do ódio substituindo o amor na via-crucis”

<sup>20</sup> p. 54 – “Soneto do ódio substituindo o amor na via-crucis”

<sup>21</sup> p. 64 – “Soneto do silêncio enlouquecedor e mortal”

agora amargo lábio,/ o porta-voz da avessa adversidade.<sup>22</sup> Emerge na obra, também, como um corte imagético de uma dicção passadista — *Não é réquiem o que escrevo. Vai pro inferno!/ A pena negar-te-á repouso eterno!*—<sup>23</sup> instalando o texto na modernidade, ao mesmo tempo em que se mostra como um agente que leva à finalização do conflito da *persona poetica*, contribuindo para a conclusão de seu luto — *Passada a crise, outra vez serena,/ diluída a ira, destruída a arena/ onde lutamos pela sobrevivência,/ espero que tenhamos comovida/ memória e que o ódio torne-se vapor./ Em mim amor não rima com rancor.*<sup>24</sup>

O tempo é também elemento fundamental dessa *narrativa*, pois contribui para sua densa tessitura imagética. Abordado no texto *em redemoinho* — *Reviver nosso amor em redemoinho,/ entontecendo as ondas da memória/ já que engolidas turbam-me qual vinho,/ fez decupar em cenas nossa história* —,<sup>25</sup> torna-se um ator da memória. Assim, o olhar da *persona poetica* pode voltar-se para o passado por meio de *flash-backs* — *Assisto a um filme que, em desalinho,/ traz no enredo comédias e tragédias./ Revivo só as cenas de carinho,/ litígios zeram, cega estou às médias* —,<sup>26</sup> tentando reconstruí-lo. Traz, do mesmo modo, antigas impressões, reavivadas pelos sentidos — *Quando quero lembrar-te inda vivo,/ não recorro à memória, mas escuto/ as vivazes tocatas em pianíssimo* —<sup>27</sup> ou, até mesmo, por *e-mails*, cartas e outros “documentos” — *Releio em e-mails ditos memoráveis,/ bilhetes que com mimos eram entregues/, dedicatórias de delicatessen/, poemas que crepitam sons e imagens./ Releio cartas tristes, seus queixumes,/ tratados com teorias instigantes* —<sup>28</sup> testemunhos dessa história de amor. Também o futuro emerge no texto e constrói o olhar do *vir-a-sendo* — *Uma ânsia borbulha, algo está fervendo/ neste caldeirão sensitivo e sino/ que anuncia o prestes, o vir-a-sendo,/ o breve vergar da paixão a pino* —,<sup>29</sup> que estimula o luto e traz em seu bojo a promessa da possibili-

---

<sup>22</sup> p. 56 — “Soneto que sabe o ódio efêmero e necessário”

<sup>23</sup> p. 53 — “Soneto da abafada praga”

<sup>24</sup> p. 56 — “Soneto que sabe o ódio efêmero e necessário”

<sup>25</sup> p. 107 — “Soneto do rever um amor morto”

<sup>26</sup> p. 107 — “Soneto do rever um amor morto”

<sup>27</sup> p. 73 — “Soneto do amor revivido pela música”

<sup>28</sup> p. 74 — “Soneto aleijado para palavras especiais”

<sup>29</sup> p. 35 — “Soneto arritmico do presentimento da partida”

dade do surgimento de um novo amor — *Haverá outro, eu sei, no teu lugar / quando o coração, com destino vago, / ... / Ninguém te substitui, só te sucede.*<sup>30</sup>

E entre o passado e o futuro, o corte do presente surge para trazer a *persona poetica* à consciência da realidade — *Não sou asceta, mas contemplo os fatos, / numa mesa de mármore que há na serra, / branca como a razão dos insensatos, / sólida como o fim que nos encerra* —<sup>31</sup> produzindo o afastamento necessário para a solução do olhar ficcional. É também no intervalo passado/futuro que são encontrados sonhos *surreais*, dando lugar ao “Soneto de um sábado surreal” (p. 82), em que são geradas cenas “imaginadas”, que nunca teriam sido vivenciadas pela *persona poetica*:

Tu, anjo do “Teorema” e também bruxo,  
 cevada nas carícias, fel na fala,  
 pastor de pedras, âncora de surtos,  
 córrego azul, raposa, avenca, magma.  
 Eu, certa *belle de jour*, sal de soluços,  
 frasco de versos, útero de asas,  
 peregrina das noites, nau sem prumo,  
 alma de nácar, água, orquídea, calda.  
 Nas vísceras do oceano nos amamos,  
 embarcamos um no outro noite adentro,  
 espumando os delírios mais insanos.  
 Depois, viraste tronco, e eu, filodendro.  
 Amores podem ser longos e poucos,  
 mas pelo menos um tem que ser louco.

Assim, as *cenar*s da memória, da imaginação, das impressões tecem a trama textual.

---

<sup>30</sup> p. 128 — “Soneto do amor vivo sucedendo”

<sup>31</sup> p. 71 — “Soneto dos fatos em balanço”

Para finalizar esta breve leitura, deve-se apontar para a configuração mais interessante do amor inserido como fio condutor da trama textual, que é o amor como fruto de nossa modernidade. É o amor que pretende sua realização através do corpo, já que a existência “real” (ou ficcional) do corpo do Outro é imprescindível para sua concretização – *Nenhum e.mail te presentifica, / o celular está em algum alasca, / e o ato da corrente interrompida / transformou nossa ponte em dupla lasca.*<sup>32</sup> É desse amor que nasce o jogo memória/ausência física que dá sentido e densidade ao texto. Se o livro adotasse apenas o olhar passadista, a *persona poetica* se contentaria apenas com a rememoração de sua história e se instalaria anatomicamente no platonismo, na assexualidade e na vitimização. Ao invés disso, busca um olhar outro, moderno, para tecer seu luto e construir, para si, um corpo que busca um futuro afetivo e sexuado – *Mas há fluidos e seivas, e convivo / com uma primordial necessidade / de que veja meus olhos um amor vivo, / de que não more em mim só a saudade.*<sup>33</sup> O luto, necessário para a construção desse futuro, dá lugar à tessitura desse *livro catártico* – *Este livro catártico, esta cachoeira, / trampolim natural pras minbas mágoas / se atirarem, levando pelas águas, / o que no inconsciente era poeira –,*<sup>34</sup> fruto da sublimação dessa perda – *Mas foi em versos livres ou demarcados, / nas imagens onde o real se fantasiava / ... / Foi deles que nasceram invulgares filhos, / nossa imortalidade em corpos de livros.*<sup>35</sup> Esses *invulgares filhos* configuram a solução para a simbiose imaginária em que a *persona poetica* vivia com o ser amado, consolidando, assim, a sua identidade de poeta.

Retomando a questão levantada no início deste pequeno estudo, sublinha-se que seria um equívoco denominar os *Sonetos dos Amores Mortos* de obra confessional.

Na verdade, observa-se no texto de Rita Moutinho, assim como nos de outras mulheres escritoras, a busca de um lugar feminino outro, que procura discutir e rejeitar o olhar positivista encontrado nas obras do passado, contribuindo para a escrita da modernidade.

---

<sup>32</sup> p. 24 – “Soneto da primeira cisão”

<sup>33</sup> p. 128 – “Soneto do amor vivo sucedendo”

<sup>34</sup> p. 135 – “Soneto da catarse e da sua benignidade”

<sup>35</sup> p. 122 – “Soneto dos frutos de poetas amantes”.

# O sentido da criação poética nas *Odes*, de Miguel Torga

GILBERTO MENDONÇA TELES

**H**á pelo menos dois bons motivos, poéticos e pessoais, que me levaram a escolher o livro das *Odes* como objeto desta comunicação. Nascido no interior do Brasil, há mais de mil quilômetros do Rio de Janeiro, conheci em 1955 o livro de Miguel Torga, através de sua segunda edição, lançada em 1951 e, por minha sorte, à venda na única livraria de Goiânia. Foi nesse ano de 1955 que se publicou o meu primeiro livro de poemas. Eu vivia e respirava poesia e começava, sem o saber, um projeto literário que se vem desdobrando até hoje. O livro de Miguel Torga me descortinava outras possibilidades de poesia: me mostrava que o tradicional convivia com o moderno, que os temas clássicos do passado literário se misturavam com o cotidiano do presente e se abriam para uma realidade poética até então desconhecida para mim. Até hoje sei de cor a pequena ode “À água”:

Poeta, crítico e Professor. Toda a sua poesia está reunida em *Hora Aberta*. Entre os seus livros de crítica, estão: *Drummond – A Estilística da Repetição*, *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*, *Camões e a Poesia Brasileira* e *Contramargem*.

Ninguém ouve a canção, mas o ribeiro canta!  
Canta porque um alegre deus o acompanha!  
Quantos mais tombos, mais a voz levanta!  
Canta porque vem limpo da montanha!

    Espelho do céu, é quanto mais partido  
Que mais imagens tem da grande altura.  
E quebra-se a cantar, enternecido  
De regar a paisagem de frescura.

    Água impoluta da nascente,  
    És a pura poesia  
    Que se dá de presente  
    Às arestas da humana penedia.

Meu pequeno conhecimento literário me ensinava que o poema tinha de ter unidade de tom e de métrica. E o que logo me chamou a atenção nesta ode de Miguel Torga era a nova sabedoria retórica que se obtinha com a variedade métrica e, ao mesmo tempo, a harmonia entre o sentido filosófico e o tom anacreôntico na descrição da poesia. Descrição metafórica do olhar sobre a natureza e sobre a poesia do poema. Descobri na sua primeira estrofe que os dois primeiros versos, alexandrinos, dialogam ritmicamente com os dois últimos, decassilábicos, e que a mudança de ritmo dava lugar à manifestação de idéias e imagens não-ditas, mas presentes na sugestão da linguagem. A segunda estrofe continua o ritmo e a sintaxe dos versos anteriores. Mas a terceira é toda polifônica: começa com um octossílabo, passa a dois hexassílabos e chega ao decassílabo que funciona como uma chave de ouro – “*Às arestas da humana penedia...*”, verso que me lembrava algo de Camões que, no entanto, nunca usou a palavra *penedia*, que só no século XVII começará a circular na língua portuguesa.

O sujeito lírico enuncia no primeiro verso que “*ninguém ouve a canção*” que ele está ouvindo, pois a está criando naquele momento, tanto que logo afirma que

“o ribeiro canta”, dando-lhe o atributo humano de cantar e reafirmando a seguir que ele canta porque um “alegre deus” o acompanha. Aqui o divino está paralelo ao humano, não é maior do que ele, é companheiro dele, pois o acompanha e fica a escutá-lo. A ambigüidade estabelecida pelo verbo *acompanhar* dá movimento ao poema; o “alegre deus” segue-lhe o curso pela margem e, também, o acompanha musicalmente, como se dava, aliás, nas antigas odes de Orfeu, de Píndaro e de Horácio. Mas que “deus” será esse, com letras minúsculas? Esse “alegre deus” libera inicialmente a imagem de Baco (ou de Luso ou Lysa, no dizer de Camões). Mas pode muito bem ser um deus lusíada, um transmontano, um homem do norte de Portugal, alguém que se apelidou ironicamente de “Miguel”, ou seja, aquele que, segundo o profeta Daniel (12, 1), é “como Deus”.

Não é à-toa que esta ode tem mesmo o sentido anacrêontico de celebração da natureza que o homem percebe, e humaniza. Essa humanização do ribeiro ganha ênfase no terceiro verso “*Quantos mais tombos, mais a voz levanta!*”, isto é, o ribeiro-homem aprende a cantar mais alto à medida que cai, que leva tombo e aprende com o “sofrimento” a ter valor na sua vida hidrográfica. No quarto e último verso da estrofe, o ribeiro volta a ocupar o seu lugar de acidente natural. (É bom lembrar, agora, que o sentido etimológico de *ode*, do grego *ὠδή* – *canto* –, esta presente em todo o livro, e em todos os versos da primeira estrofe). A segunda é inteiramente descritiva, mas o ribeiro/regato é visto como “*enternecido*”, humanizado na rega da paisagem. É só na última estrofe que o regato é reduzido definitivamente à sua condição de coisa natural, nem humana nem divina, mineral, para, a partir de sua realidade, poder ser visto e recriado pelo poeta como a “*pura poesia*” a se dar de presente “*Às arestas da humana penedia*”.

O segundo motivo da minha escolha é que, dez anos depois de ter conhecido os versos de Miguel Torga, eu vim a conhecer pessoalmente o poeta, em Coimbra, quando aqui me matriculei num curso de férias. Guilhermino César, professor de Literatura Brasileira na Universidade de Coimbra, me convidou a ir com ele ao consultório de Miguel Torga. Fui apresentado como professor brasileiro. Pedi-lhe o autógrafo em *Novos Contos da Montanha* e tive oportuni-

de de dizer-lhe que conhecia o livro das *Odes*, cuja primeira estrofe recitei de cor. Não me lembro de nenhuma reação dele, nem de agrado nem de desagrado. Ficou-me porém a impressão de que no seu rosto havia qualquer coisa de dureza, de arbusto retorcido, de *torga*, ou seja, das urzes que davam expressão ao seu famoso pseudônimo. Lembro, de passagem, que o termo latino *torqueō*, *-ēs* (*torquō*, *torco* nas línguas românicas, de onde vem o vocábulo *torga*) significava “torcido”, “retorcido”, “atormentado” (sentido físico e moral), assim como é retorcido e “atormentado” o ramo de *torga* no norte de Portugal.

Talvez a minha admiração pela sua obra me levasse a contemplá-lo como a um deus, cuja face eu podia ver, não um Deus invisível, aquele “príncipe Miguel” de que fala o profeta Daniel. Conhecendo-lhe a fama de homem duro, talvez eu o tivesse visto como a um lobo, o “nobre lobo” que se esconde na palavra *Adolpho*, de origem visigótica. Assim, o ADOLPHO ROCHA e o MIGUEL TORGA – nome e pseudônimo – se identificavam para mim num paralelismo semântico: *Adolpho Rocha*, o nome, apontava para o “nobre lobo das montanhas”; e *Miguel Torga*, o pseudônimo que o escritor humilde e ironicamente adotou, indicava na minha imaginação “o grande príncipe das torgas”, “o príncipe das pequenas coisas, das urzes”, essas pequenas coisas a que ele soube dar visibilidade na realidade estética de sua obra literária<sup>1</sup>.

O disfemismo criado pelo pseudônimo constitui a *tensão* maior que atravessa toda a literatura criada por Miguel Torga e revela-se com mais ênfase nas *Odes*, lugar de pequenas tensões culturais que o leitor vai descobrindo à medida que passa pelos vários níveis do discurso poético. Aliás, o próprio escritor faz questão de lembrar no seu *Diário* (III, p. 15) que “*Os homens são como as obras de arte: é preciso que se não entenda tudo delas de uma só vez*”.

Poderia citar um terceiro motivo que, se não está diretamente ligado à leitura da obra de Miguel Torga, diz respeito ao convite que a sua mulher, a Profa. Andréa Crabbé Rocha, me fez para uma conferência na Universidade de Coimbra, em 23 de maio de 1984, sobre minhas pesquisas sobre o Ca-

---

<sup>1</sup> No prefácio a *A terceira voz* (1934), o escritor explica a mudança do nome próprio (Adolpho Rocha) para o pseudônimo (Miguel Torga).

mões popular. Na época, eu estava como catedrático visitante na Universidade de Lisboa e pude fazer os respeitáveis catedráticos de Coimbra rirem sem jeito das peripécias dos heróis-cômicos de inspiração camoniana. Guardo com carinho os cinco volumes do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rezende, com que ela me presenteou.<sup>2</sup>



A sua produção literária, iniciada em 1928, está dividida em quatro partes genéricas, como se vê ao lado da página de rosto de cada um de seus livros – Poesia, Prosa, Teatro e Poesia e Prosa, abrangendo cerca de 59 publicações, uma vez que só o *Diário* possui, até agora, 15 volumes. Sob a rubrica de Poesia estão os quinze livros de poemas; sob a de Prosa estão as narrativas – conto, romance, viagem e conferência; na de Teatro entra também uma obra intitulada *Poema Dramático*; e a parte de Poesia e Prosa é constituída somente pelos volumes do *Diário*.

Ao longo da publicação de sua obra, Miguel Torga atravessou, digamos assim, uma *data quente*, para usar aqui a expressão de MacLuhan. Em 1941 o escritor estava com 34 anos, e a sua força criadora diversificava-se por vários gêneros, manifestando-se nas obras de teatro (*Terra Firme* é de 1941), nas de fic-

---

<sup>2</sup> Haveria um quarto motivo, se eu tivesse tido oportunidade de pesquisar melhor sobre o contato do adolescente ADOLPHO ROCHA com o Brasil, para onde foi com 13 anos, em 1920, trabalhando numa fazenda na Zona da Mata, em Minas Gerais. Ali frequentou o Ginásio Leopoldinense, em Ribeirão (hoje Leopoldina, MG), leu bastante, escreveu poemas e voltou a Portugal em 1925, pouco antes da sua estréia literária. Mas o que me intriga é o fato de ele ter vivido no lugar onde morreu em 1914 o poeta AUGUSTO DOS ANJOS, cujo livro, *Eu*, publicado em 1912, teve uma segunda edição em 1919, com o título de *Eu e outras poesias* e uma terceira em 1920. Acho impossível o poeta adolescente não ter ouvido falar ou até mesmo lido algum poema de Augusto dos Anjos. Na *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, afirma OTTO MARIA CARPEAUX que “Em 1920, em pleno neoparnasianismo, a obra alcançou êxito fulminante, logo interrompido pelo Modernismo. Os modernistas não quiseram ouvir falar do ‘neoparnasiano’ Augusto dos Anjos; os acadêmicos ainda rejeitaram o ‘simbolista’ Augusto dos Anjos. Entretanto, o público começou a gostar justamente dos aspectos mais fracos de sua poesia, o que explica o número sempre crescente das edições – e dos imitadores, sobretudo na província”.

ção (*Contos da Montanha* é de 1941) e no primeiro volume do seu *Diário*, iniciado em 1941. O *Diário* é um livro de leitura fascinante, um livro realmente de “poesia e prosa”, no sentido de prosa como discurso não-poético onde entram a crítica, a teoria, o memorialismo, as anotações de viagem, enfim, uma completa antologia de seu pensamento literário e um excelente documentário da sua vida como homem, como médico, como político e como escritor, como poeta sobretudo. Não é portanto por acaso que Miguel Torga escreve que “No meu *Diário* creio que há muita literatura, também”:

“É certo que nem sempre escrevi que sou intransigente, duro, obcecado, capaz de uma lógica que toca a desumanidade. [...] Preferi às vezes pôr um poema onde devia estar um insulto, e em certas ocasiões acreditei mais no meu instinto sem provas do que na minha razão com argumentos. [III, p.173.]”

É aí que fala em artista que ignora a “falta de sintonização do estado receptivo com o estado de criação”. E onde define claramente o que entende por *diário*:

“De resto, um *diário* não é necessariamente um perpétuo *mea culpa*. Pode ser um simples *memento*, um exercício espiritual, um caderno de apontamentos, tudo o que se queira.”

Falando especialmente sobre os poemas do *Diário*, a sua linguagem adquire conteúdo metafísico e ele anota emocionado que “Os poemas líricos do *Diário* foram o primeiro vislumbre de uma beleza objetiva e serena” (III, p. 73).



É nessa década, em 1946, que lança as suas *Odes*, obra que tomaremos aqui como o ponto central de toda a sua produção poética. Para ela convergem as transformações temáticas e retóricas de sua linguagem literária; e dela parte

uma nova consciência, um sentido mais puro e cristalino de literatura. Possivelmente daquela pureza de que ele fala na p. 70 do III v. do *Diário*:

“A depuração lírica que tentei não bastou [...]. Os motivos foram-se diluindo no regato da emoção, e qualquer dia chego à expressão pura, que será o êxtase dado numa palavra.”

É bom lembrar que, coincidentemente, esta preocupação com a “poesia pura” se deu no momento em que Henri Bremond havia publicado, em Paris, em 1926, um ensaio sobre *La poésie pure*, assim por ele definida:

“*Tout poème doit son caractère proprement à la présence, au rayonnement, à l'action transformante et unifiante d'une réalité mystérieuse que nous appelons poésie pure.*”

É curioso que, no conjunto de sua poesia, o livro das *Odes* venha depois de sete livros editados, entre eles *Libertação*, de 1944, onde há poemas intitulados “Dilema” (“*eu ouço a voz que prega no deserto, / E não paro nem volto*”) e “Arte poética”:

Tenha o poeta apenas altos cantos.  
Erga a voz singular  
E não mostre os seus prantos  
Nem o cilício que o faz cantar.

Depois dele vêm mais sete, entre os quais *Cântico do Homem*, *Alguns Poemas Ibéricos*, *Orfeu Rebelde* e *Poemas Ibéricos*. Deste modo, as *Odes* situam-se no centro cronológico de sua produção de poesia. Em *Orfeu Rebelde*, de 1958, estão o poema que dá título ao livro e um que se chama “Biografia”, no qual a poesia é vista como uma prisioneira, que foge da prisão, e o poeta atira “*Contra a serenidade de quem passa*”.

Deste modo as *Odes* situam-se no centro cronológico de sua produção de poesia. É o lugar de reunião de temas, técnicas e formas aprendidas no período

de formação literária, quando o escritor se relacionava com alguns grupos, como o movimento da *Presença*, por exemplo. Miguel Torga buscava caminhos para uma expressão que fosse inteiramente sua. Depois das *Odes* o poeta passou a dispor de uma experiência maior do trabalho com a linguagem e pôde então atingir a sua linguagem pessoal, simples, concisa e por isso mesmo fortemente poética.

A leitura atenta das dezoito canções das *Odes* nos mostra, primeiro, que se trata de um livro bem estruturado, equilibrado por três conjuntos temáticos, que se misturam na unidade do livro. Há um poema que abre o livro (a ode “A Orfeu”) e um que o fecha (a dedicada “A Baco”). Tal fato põe ênfase no legado clássico que se sobrepõe aos outros temas do livro. Esses conjuntos podem ser assim descritos:

a – Seis poemas de temas mitológicos, manifestados pelos próprios títulos: “A Orfeu”, “A Vênus”, “A Eros”, “A Pan”, “A Diana” e “A Baco”.

b – Seis dedicados aos quatro elementos formadores do universo, como “À Terra”, “Ao Mar”, “Ao Fogo”, “Ao Vento” (ao Ar), e a outros elementos da Natureza: “À Lua” e “À Primavera”.

c – Seis de natureza teórica, metalingüística, como as odes “À Poesia”, “Aos Poetas”, “À Beleza”, “À Música” e, unindo os dois conjuntos anteriores, as odes “Ao Sol” e “À Água”, já mencionada.

A partir daí o leitor percebe uma série de *tensões* proveniente tanto dos temas como da atitude retórica perante a escrita, ou seja, o desejo de produzir e, ao mesmo tempo, olhar a sua produção. Passa-se da criação poética à relação crítica ou autocrítica, construindo-se ao longo do livro uma terceira dimensão de poesia (uma terceira margem, diria Guimarães Rosa) – a que se quer Arte e, ao mesmo tempo, se mostra como discurso teórico, tematizando a linguagem sem deixar de participar do equilíbrio e da significação maior de todo o livro. Tal procedimento leva o leitor, por um lado, a fruir a beleza dos poemas e, por ou-

tro, a passar de imagem a imagem, de verso a verso, na contemplação e na reunião dos fragmentos teóricos de um *Orfeu Rebelde* e fragmentado, mas pronto a se recompor numa nova vida sob o olhar amoroso de quem o souber ver, e amar. Sobre este sentido de equilíbrio entre o antigo e o moderno, Miguel Torga escreve modestamente no *Diário* (III, p.192):

“Nunca consegui encontrar aquele equilíbrio criador onde julgo existir o pomar das grandes obras. *Debato-me entre forças contraditórias* e ao cabo de cada livro sinto-me insatisfeito e culpado” [itálico nosso].

Não se trata de um simples dilema, mas de uma *tensão* entre o homem só e a sociedade em que vive, entre o quotidiano e a transcendência que deseja e, no caso de Miguel Torga, entre o nome e o pseudônimo, vale dizer, entre o homem comum e o criador, entre o clássico e o moderno, entre as formas antigas e as que ele estava conhecendo com o Modernismo da Espanha e de Portugal. Assim como Eduardo Pondal cavava o passado galego em busca dos antepassados célticos e drúídicos, Miguel Torga, seu vizinho, tomava consciência do homem e da história da Península Ibérica em livros como *Alguns Poemas Ibéricos* (1952), *Orfeu Rebelde* (1958) e *Poemas Ibéricos* (1965). O fundo mítico e o pagão chegavam-lhe pela poesia que ele expressava em hinos, em odes, em formas, cujos nomes apontam para o mais famoso antepassado mítico e literário do mundo antigo – os hinos atribuídos a Homero, onde o escritor português encontrou por certo a inspiração para as suas odes a Orfeu, a Dioniso (Baco), a Afrodite (Vênus), a Pan, ao Sol e à Lua. Esse entrechoque cultural revivido pelo escritor faz com que a sua poesia assimile e transforme o conteúdo de outras tensões, como a dos valores cristãos em face da herança greco-latina e a da fechada cultura portuguesa diante da diversificação cultural da Europa e do mundo no século XX.

Basta que se tome apenas um exemplo de cada conjunto de poemas que formam o livro das *Odes* para se ter uma ideia de como o poeta procurou resolver na poesia essas *tensões* que, afinal de contas, constituem as linhas de força de seu

trabalho intelectual e dão sentido humano à sua criação literária. Assim, a ode “A Orfeu” está para a tensão *mitologia X cristianismo*; a ode “À terra” exemplifica a tensão *natureza X cultura*; e a ode “À poesia” confirma o duplo olhar do poeta, simultaneamente para o mundo e para a linguagem do poema.

Na ode “A Orfeu”, que abre o livro e funciona como uma “declaração de princípio”, o sujeito lírico se dirige a Orfeu e o trata como “Poeta” (com P maiúsculo) e o iguala a um “deus” (“*tuas mãos divinas*”), dizendo-lhe [neste meu tom de paráfrase] que herdou dele a *lira*, mas que não sabe tocá-la (“tangê-la”). Tenta dar para isso a explicação de que os deuses (ou os demônios, diria Paul Valéry) conspiram contra ele, fazendo-o poeta (“Por eleição ou maldição secreta”). Alude-se aqui à tradição clássica, de origem ciceroniana – o célebre *Poeta non fit, sed nascitur*. Em outro livro dirá que é um “Orfeu rebelde”. Na sua queixa a Orfeu – uma queixa disfêmica e de humildade já se vê – Miguel Torga acaba passando ao leitor a idéia contrária do que está expresso no poema – o sujeito lírico diz que não sabe fazer versos (“*a lira que não sei tanger*”) e se imagina preso por uma grade (“*Tenho uma grade para me prender*”). No entanto, essa “grade” se transforma metaforicamente em “cordas” que, humanizadas pela emoção, viram “versos”, embora modestamente ele diga que são “versos de ferro”, que dilaceram o poeta. Assim, de dentro “*da alma e da prisão*”, agradece a “Deus” por ser o poeta que ele sabe ser. Mas que “Deus” é esse? É o Orfeu pagão, o poeta mais antigo, o mítico Orfeu que desce ao inferno (como Ulisses, como o Cristo do *Credo*), o “deus” apolíneo da Poesia ou o Deus cristão, em que no *Diário III* (p.19) Miguel Torga diz não acreditar? A tensão entre o paganismo poético e o cristianismo religioso cria um dos *sentidos* especiais da Poesia. Este é possivelmente um dos *7 types of ambiguity* cujos efeitos William Empson estudou no verso inglês. Veja-se, afinal, a pequena ode “A Orfeu”:

Das tuas mãos divinas de Poeta  
Herdei a lira que não sei tanger;  
Por eleição ou maldição secreta  
Tenho uma grade para me prender.

Cercam-me as cordas, tensas de emoção,  
Versos de ferro onde me rasgo inteiro,  
Mas, no fundo da alma e da prisão,  
Obrigado, meu Deus e carcereiro!

A ode “À terra” exemplifica a tensão *natureza X cultura*. Nos *Hinos homéricos* (estou citando a edição espanhola da Editorial Gredos, 1978), um dos hinos mais importantes e mais antigos (do final do século VII a.C.), é o número II, dedicado “A Deméter”, a deusa pré-helênica, ligada à agricultura, à fertilidade e aos mistérios de Elêusis. Deusa ctônica, Deméter é identificada com a Mãe Terra pela sua etimologia (δᾶ, que no dialeto dórico da época micênica compreendiam como “terra” + μῆτηρ, mãe). δᾶ estaria em lugar de γᾶ ou de γῆ de onde o nome clássico para “terra”. Esse hino, bastante glosado na antiguidade, inicia-se com os versos: “Começo por cantar a Deméter de formosa cabeleira, a augusta deusa; a ela e sua filha de esbeltos tornozelos.” Há também a versão do Hino XIII, já do V século a.C., com apenas três versos:

Começo por cantar a Deméter, de formosa cabeleira,  
augusta deusa. A ela e a sua filha, a belíssima Perséfone.  
Salve, deusa. Ampara esta cidade e dá princípio a meu canto.

O poema com que Miguel Torga homenageia a *terra* é também um dos mais extensos do seu pequeno volume de dezoito poemas. Vejo nele, entrelaçados, os três sentidos que percorrem o livro, de maneira que essa ode tem muito de síntese das *Odes* torguianas. Filiando-se à áurea tradição dos poetas que fizeram a atualização do mito de Deméter, o poeta português começa com um “Também”:

Também eu quero abrir-te e semear  
Um grão de **poesia** no seu seio!  
Anda tudo a lavar,

A abrir leques de sonho e de centeio,  
E são horas de eu pôr a germinar  
A semente dos **versos** que granjeio.

Ao longo da ode o leitor vai encontrando os principais problemas ligados à terra, à agricultura, à divisão da propriedade (“*Sem fronteiras nem dono*”), ao plantio, à colheita e, noutra plano, ao sagrado, ao profano e ao que se refere à natureza *versus* cultura e às tensões provenientes de tudo isso. O poeta conversa com a Terra, dá-lhe atributos humanos: ele não quer cavá-la, quer “abri-la”, fala no “seio” da terra, diz que ela vai “parir” os frutos e chega a dizer “*Terra, minha mulher!*” para no final transformar a mulher em canção: “*Terra, minha canção!*”. Tem consciência do sentido mítico que envolve a terra: “*Casou-nos Deus, o mito!*”. O interessante, todavia, é que o olhar metalingüístico percorre todas as estrofes, pois o poeta quer “*semear um grão de poesia*”, quer pôr “*A semente dos versos que granjeio*” para germinar, fala em “poema”, em “imagem”, em “Poesia desfeita” (depois da colheita) e “*Na melodia que o poema tem*”; vê a terra como aliada “Na criação” e, falando diretamente com a terra, diz-lhe:

Nada fecundas, nada,  
Que eu não fermente também de inspiração.

Torga termina a sua ode “*À terra*” com um jogo de palavra que esconde e ao mesmo tempo revela alguns não-ditos, ou seja, está vendo a terra como o lugar de germinação da Poesia, mas, no subconsciente, está vendo é o Sol, símbolo de Apolo e, por trás do Sol, a tradição de Apolo como deus da Poesia. Daí na estrofe que encerra o poema dizer e não dizer o nome de Apolo, a quem o poeta não dedica entretanto nenhuma ode:

Terra, minha **canção!**  
**Ode** de pólo a pólo erguida  
Pela **beleza** que não sabe a pão  
Mas ao gosto da vida!

As palavras em negrito mostram ao leitor o campo semântico da *ode*, traduzida em *canção*, a qual, levada de um a outro pólo pelo Sol, isto é, pelo carro de Apolo, deus do Sol e da Poesia (“a luz da vida” – *φο ἱβοςζ ἀπόλλων*), estende outro sentido de “beleza” – a beleza do espírito, da Poesia, que deve ter sempre o “gosto da vida”. E Apolo está ali, desmembrado em “a pólo”, como um outro Orfeu despedaçado pela fúria das bacantes à espera do olhar amoroso do leitor.

A última ode escolhida, “À poesia”, é a segunda do livro das *Odes*. O seu lugar na seqüência da obra já diz da sua importância. Um poeta como Miguel Torga, com muita experiência na arte de escrever, está sempre a pensar o mundo, a vida e a linguagem de que se serve para expressar a sua vivência e a sua convivência. Em cada conto, no romance, nos volumes do *Diário* e em cada livro de poemas a linguagem criada leva junto, como uma sombra, o seu perfil de metalinguagem. O poeta contempla o mundo, mas não deixa de lateralmente contemplar a sua própria expressão. E de tal forma o faz que os dois olhares se misturam, se confundem para contemplar uma unidade maior e capaz de deleitar tanto o leitor comum como o mais sofisticado, ávido de teorias e especuladores da Filosofia da Arte e da Literatura, desta em particular.

Esta preocupação é anterior ao livro das *Odes*, como se vê na “Arte poética”, que encontramos no livro *Libertação*, de 1944, dois anos antes das *Odes*. Assim, dedicando um poema “À poesia”, Miguel Torga está celebrando toda a Poesia. O seu processo de celebrá-la é o de manter um diálogo aparente com ela, tratando-a intimamente por “tu”, como se ela fosse uma entidade superior e sagrada que se apossasse da alma do poeta. Vejam a simplicidade, o quase prosaísmo, a variedade rítmica com que inicia a sua ode, fazendo a Poesia chegar a se identificar com o barulho do comboio:

Vou de comboio...  
Vou  
Mecanizado e duro como sou  
Neste dia;

– E mesmo assim tu vens, tu me visitas!  
– Tu ranges nestes ferros e palpitas  
Dentro de mim, Poesia!

A Poesia para ele, nesta ode, tem “*formas brancas e aladas*”, está relacionada com as coisas invisíveis, e ele, que se diz escravo dela, fala em ritmos, imagens e emoções e a vê como “*Musa bela, terrível e sagrada,/ Imaculada Deusa do condão*”. A tensão entre Mitologia e Religião se resolve numa fusão mítico-religiosa: assim como qualquer outra tensão que o escritor teve de enfrentar, ele a soube resolver no sentido da melhor poesia. Qualquer que seja o sentido que tenha tomado o seu trabalho intelectual de artista da palavra, o médico-escritor teve consciência de que o desgraçado do artista da pena tem de se agarrar em vocábulos exangues, inertes, cadavéricos, e construir com eles uma obra pelo menos tão estuante de seiva como a própria Criação.

A partir dessa ode, o leitor paciente e disciplinado saberá ir recolhendo os fragmentos, as imagens, as experimentações rítmicas, a luta para resolver as tensões culturais e ideológicas para, afinal, compor um Sentido maior, reunião de todos os sentidos possíveis de serem percebidos, de todos os planos de percepção, de todas as direções que o espírito criador de Miguel Torga pôs na prática de sua obra literária. A palavra “Criação” no trecho acima vem com inicial maiúscula, a simbolizar a *Soma* ( $\Sigma$ ) de todas as formas estéticas da Beleza. As *Odes* de Miguel Torga são uma parte dessa Beleza, pois constituem, no plano poético, o que Philip Sidney fez, no plano teórico, para a poesia, defendendo-a ou, como na segunda edição de seu livro do século XVI, fazendo na Inglaterra uma notável apologia da poesia. Miguel Torga, além de poeta, foi, como defensor da Poesia no seu *Diário*, um verdadeiro apologista da Poesia no século XX.

# Doutrinas políticas contemporâneas

J. BERNARDO CABRAL

*1. O Socialismo: vertente totalitária e democrática. 2. O Liberalismo: experiências de resistência aos regimes absolutistas. 3. A Doutrina Liberal. 4. Conclusão: sinais de convergência.*

## ~ I. O Socialismo

Neste momento de crise, quando as perspectivas do País tornam-se incertas, é, sem dúvida, fundamental rememorar, ainda que de forma condensada, a grande polêmica que atravessou o século XX, travada entre as principais doutrinas políticas da modernidade: de um lado, o Socialismo, tanto na sua vertente totalitária quanto na democrática, esta última mais conhecida como Social-Democracia; de outro lado, o Liberalismo, surgido a partir das experiências de resistência aos regimes absolutistas, que chega a este novo milênio dotado de renovada legitimidade, conferida pela eficácia demonstrada no trato das grandes questões sociais e econômicas do nosso tempo.

J. Bernardo Cabral é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1981/1983). Relator-Geral da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988). Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (1989). Ministro de Estado da Justiça (15.03.90 a 09.10.90). Senador. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal 1997/1998 e 2001/2002). Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio (desde fevereiro de 2003). Título de Doutor Honoris Causa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO – maio de 2005.

Abordarei em primeiro lugar alguns pontos da história e da doutrina do Socialismo, na sua vertente comunista, que, no século XX, chegou a gerir os destinos de uma significativa parcela da população mundial.

Em seguida, examinarei o desempenho daqueles que diligenciaram na realização das metas socialistas por meios exclusivamente democráticos, ou seja, a denominada Social-Democracia, corrente que obteve um sucesso significativo na maior parte dos países da Europa Ocidental, associando à sua gestão o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social.

Finalmente, discutirei a Doutrina Liberal, tentando enfatizar os pontos que, a meu ver, tornaram-na relativamente imune aos efeitos da crise contemporânea, que está eliminando o comunismo e pondo em xeque o Estado de Bem-Estar Social.

O Socialismo foi definido de diversas maneiras, ao longo de sua história. Para alguns, seria caracterizado pela preocupação com as classes desprivilegiadas da sociedade.

Outros vêem como seu traço marcante a oposição à propriedade privada. Não há dúvida de que essas e outras características são comuns ao pensamento socialista. Considero, no entanto, mais fecundo definir o Socialismo não por um traço ou conjunto de traços, e sim, como o fez o grande sociólogo francês Emile Durkheim, por uma tensão entre dois princípios coexistentes: a demanda por racionalidade econômica e a exigência de justiça social.

Demanda por racionalidade, na medida em que o caráter caótico da produção capitalista manifestou-se desde cedo. Períodos de bonança eram interrompidos por crises recorrentes durante as quais o excesso de bens convivia com a incapacidade de compra, e, portanto, com a miséria. A superação desse círculo vicioso consistiria na subordinação da propriedade privada, ou seja, um movimento que iria da autonomia dos capitalistas individuais para um planejamento racional centralizado.

Exigência de justiça social, na medida em que a mesma propriedade privada impunha uma distribuição desigual de bens, serviços e oportunidades de vida.

No pensamento socialista os dois aspectos são inseparáveis; na verdade, a justiça seria uma decorrência necessária da introdução da racionalidade na vida econômica. Foi preciso o transcurso de todo o século XX para demonstrar que justiça e racionalidade nem sempre são coincidentes, podendo, inclusive, ser excludentes.

Discorrer aqui, pormenorizadamente, sobre a história do movimento socialista seria desnecessário e extrapolaria os limites desta reflexão. Limitar-me-ei, portanto, a assinalar alguns pontos de inflexão, aqueles que julgo mais carregados de conseqüências para a história do século passado.

O Socialismo surge como tentativa de superar as mazelas da Revolução Industrial. Data, portanto, do último quartel do século XVIII. Excluí de nossa periodização todas as obras dos pensadores comunistas utópicos, de Platão a Campanella, pois esses estavam preocupados primordialmente com a questão da construção de uma sociedade justa, faltando-lhes a dimensão da racionalidade na produção de riquezas.

Posto isso, é possível delimitar, na história do Socialismo, um primeiro período que se estenderia de suas primeiras manifestações até o ano de 1848. Esse ano é tomado como marco em função da participação dos trabalhadores nos movimentos revolucionários que eclodiram na Europa e também por nele ter-se dado a publicação do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, que marcaria a feição posterior do movimento.

O segundo período apresentaria como limites os anos de 1848 e de 1914. No seu curso, o Marxismo consolida-se como tendência dominante do Socialismo, por deslocar a vertente anarquista, no âmbito da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1863. A partir daí, o Marxismo foi-se impondo como a única versão legítima do Socialismo, a única que teria como fundamento as bases sólidas da ciência. É nesse período, ainda, que os diferentes partidos socialistas europeus, já denominados, em geral, social-democratas, convertem-se em partidos eleitoralmente significativos. Houve um incremento exponencial dos votos socialistas a partir da conquista do sufrágio universal. Em 1890, a social-democracia alemã chegou à condição de partido

mais votado, no que foi seguida por seus congêneres da Bélgica, Escandinávia e Áustria.

A essa altura, o Socialismo constituía-se em um expressivo movimento de massas animado por uma mesma interpretação da sociedade e da História, desenvolvida por Marx.

Suas idéias centrais são:

1 – O Materialismo: postula a primazia do ser sobre a consciência dos homens, ou seja, a consciência dos homens depende da forma como provêm suas necessidades materiais;

2 – A Dialética: consiste no reconhecimento do caráter contraditório da realidade social manifesta na centralidade da luta de classes;

3 – A Direção da História: a História da Humanidade é vista como um processo evolutivo, uma vez que o desenvolvimento tecnológico define, em última análise, a estrutura de classes de cada sociedade e esse desenvolvimento é cumulativo;

4 – O Fim da História: a própria evolução da sociedade de classes apontaria para o seu fim. A divisão da sociedade em classes teria fim e uma nova era teria início. A simplificação dos conflitos de classe levaria à expropriação do patronato, não em benefício de uma nova classe dominante, mas em benefício de todos;

5 – O Caminho: a consecução dessa meta exigiria, no entanto, um momento de transição durante o qual os trabalhadores utilizariam a coerção contra os interessados na manutenção ou restauração da antiga ordem. Nesse período o Estado assumiria o controle do sistema produtivo e injetaria racionalidade na produção mediante o planejamento centralizado.

A primeira oportunidade de testar empiricamente a validade desse corpo teórico socialista ocorreu nos desdobramentos da Revolução Russa de 1917.

Instituiu-se, então, um regime unipartidário comandado por uma fração do antigo Partido Social Democrata Russo, os Bolcheviques. A propriedade privada sobre os meios de produção foi abolida com a sua passagem para as mãos do Estado, processo particularmente violento no caso da coletivização da agricultura efetuada por Stalin, na década de 30. A política passou a ser monopolizada pelo partido no poder, que não se constrangeu em usar a coerção em doses maciças, primeiro contra os partidários do antigo regime, depois contra os demais partidos oposicionistas e, finalmente, contra os dissidentes do próprio Partido Comunista.

A aplicação da receita socialista em toda a sua integridade teve como resultado a instauração de um regime autoritário, quando não francamente totalitário. Como esse resultado pode ser encarado? Como um desvio em relação ao projeto original ou fiel ao espírito dos textos de Marx, como uma etapa necessária ao estabelecimento de uma sociedade efetivamente livre?

Parece-me que os acontecimentos da última década não deixam dúvida a respeito. Enquanto o mundo comunista persistia, era possível pensar que nos encontrávamos frente a uma etapa necessária da construção de uma sociedade justa e abundante. A ausência de Democracia ainda podia ser vista como uma conseqüência da pressão dos países capitalistas sobre o bloco socialista, e bastaria um esforço de auto-reforma do sistema para que o rumo correto fosse retomado. Por um momento, essas esperanças pareceram concretizar-se nos processos que os soviéticos chamaram *glasnost* e *perestroika*. No entanto, a reforma controlada do sistema rapidamente cedeu lugar a seu desmantelamento.

Quais as razões profundas desses desfecho? Em linhas gerais, podemos dizer que o bloco comunista foi vítima do desenvolvimento tecnológico recente. Numa confirmação irônica de um dos teoremas marxistas, as relações de produção construídas a partir da extinção da propriedade privada e da substituição do mercado pelo planejamento central não resistiram ao avanço das forças produtivas e foram por ele despedaçadas.

Vale lembrar que nem sempre o sistema econômico soviético foi inoperante. Respondeu por taxas de crescimento industrial das mais elevadas por um

longo período de tempo. Transformou a antiga Rússia em uma potência industrial e militar. Conseguiu, além disso, ganhos até então desconhecidos no rumo da equalização das condições de vida de sua população. Os indicadores de saúde e educação, em poucos anos, alcançaram e ultrapassaram aqueles vigentes nos países capitalistas ocidentais. Mesmo a ocorrência do processo de desestalinização aumentou o otimismo daqueles que, dentro e fora da União Soviética, julgavam o totalitarismo um aspecto descartável do sistema. Emblemático desse período de euforia foi o anúncio de Krushev, na esteira das primeiras vitórias na corrida espacial, da iminente ultrapassagem da economia americana pela soviética.

O que mudou, desde então? Os avanços científicos e tecnológicos potencializaram o processo de globalização e geraram um novo modo de produzir bens e serviços para o qual mercado e democracia, ou seja, iniciativas no âmbito das unidades de produção e transparência, revelaram-se indispensáveis. Esses eram justamente os dois fatores de que carecia o bloco soviético.

A partir de então, deixou de ser plausível a possibilidade de regenerar o Comunismo, de transformá-lo por dentro mediante uma intervenção política, e ficou claro o que nós, liberais, sempre soubemos: a liberdade não surge da sua ausência. Vemos, hoje, o preço que a Rússia paga pela ausência de uma tradição política democrática e de uma tradição econômica de mercado. Na Política, as instituições são frágeis, e o risco de retrocesso em direção ao autoritarismo é presente. Na Economia, a iniciativa privada foi açambarcada pelo crime organizado, refúgio dos únicos empreendedores remanescentes do velho regime.

O experimento comunista mostra um resultado claro: os meios preconizados historicamente pela tradição socialista não alcançaram os fins desejados. A justiça social foi incrementada ao custo de um grau absurdo de coerção e revelou-se fugaz. Não sobreviveu ao desmantelamento do regime. A racionalidade da economia revelou-se um mito. O planejamento centralizado mostrou sua inoperância em face das novas condições de produção originadas da revolução científico-tecnológica.

Resta-nos examinar o desempenho, neste século, do braço democrático do movimento socialista, a Social-Democracia.

Nas suas origens, o Socialismo manifestava desconfiança profunda quanto à eficácia e pertinência de sua participação no processo eleitoral. A atitude era procedente, na medida em que vigorava o voto censitário, ou seja, julgava-se, então, que o direito de voto deveria estar restrito àqueles que tinham algo a perder com o desgoverno do país: os proprietários e os detentores de rendas elevadas. Era recorrente, entre os primeiros pensadores socialistas, a idéia de que a nova sociedade poderia surgir, fora da esfera política, a partir de comunidades isoladas, funcionando conforme as novas regras. Acreditava-se que, comprovada assim sua eficácia, o Socialismo alastrar-se-ia por força de um efeito de demonstração.

O marxismo representou uma ruptura dessa visão. Ao considerar a conquista do Estado como instrumento indispensável à construção da nova sociedade, enfatizou a necessidade de participação dos trabalhadores na política institucional “burguesa”. Eram necessárias, sempre que possível, a organização de partidos políticos legais e a apresentação de candidatos nas disputas eleitorais.

É certo que essa visão era, no início, inteiramente instrumental. As eleições eram vistas como um momento privilegiado de agitação e propaganda das idéias socialistas, mas não se acreditava na eleição de um governo capaz de implementar as mudanças necessárias. Mesmo que eleito, um governo com essas intenções seria em pouco tempo manietado ou derrubado por uma rebelião das classes possuidoras contra sua própria ordem legal. A revolução, ponto de inflexão no rumo da nova sociedade, deveria ocorrer, na opinião majoritária entre os militantes, no bojo de uma greve geral, seguida do assalto ao poder.

A conquista progressiva do sufrágio universal nos principais países europeus, muitas vezes com a participação decisiva dos trabalhadores, foi aos poucos alterando essa visão. Os socialistas acreditavam, firmemente, na inevitabilidade de a população trabalhadora vir a transformar-se na maioria absoluta em todas as nações modernas. Conforme Marx, a tendência à concentração de empresas era inexorável, o número de capitalistas tenderia a diminuir, a peque-

na-burguesia e o campesinato, classes de transição, desapareceriam e os trabalhadores constituiriam a maioria esmagadora da população num futuro próximo. Nessas circunstâncias, era difícil não considerar a possibilidade de os trabalhadores chegarem ao poder pela via do sufrágio universal.

Os resultados das eleições sustentavam essa perspectiva. Conforme mencionei anteriormente, na altura da passagem do século passado, os diversos partidos socialistas foram-se convertendo nos maiores depositários de votos de seus países. Logo, foram expostos a problemas delicados. Constituindo os partidos mais votados, sem entretanto dispor da maioria absoluta necessária à implementação dos seus programas, os socialistas foram chamados a constituir ou a formar governos de coalizão. Tiveram, assim, de optar entre a manutenção integral de suas propostas, e a conseqüente exclusão do governo, e a prática do compromisso, das concessões mútuas, da obtenção de pequenas conquistas.

A fratura com a vertente comunista, concretizada ao longo da Primeira Grande Guerra e formalizada em 1921, operou nessa linha de clivagem, separando aqueles que viam as eleições como agitação preparatória da insurreição e aqueles que se comprometeram com a preservação das regras democráticas. Esses últimos desenvolveram a lógica da acumulação de conquistas, ou seja, de reforma em reforma chegar-se-ia à transformação completa da sociedade. Nas palavras de um líder socialista da época, a chegada ao Socialismo poderia ser tão imperceptível quanto a passagem de um navio pela linha do Equador.

Sabemos, hoje, que essa estratégia não logrou êxito. Era necessária para seu sucesso a esperada maioria absoluta dos trabalhadores no conjunto da população. E tal fato não ocorreu. Por outro lado, as reformas deveriam ser cumulativas e não passíveis de reversão, e a experiência histórica demonstrou que, administradas por novas maiorias ou simplesmente deixadas à própria sorte, as reformas tendiam a desaparecer.

O fato de os trabalhadores persistirem como maioria relativa e não como maioria absoluta foi de particular relevância para a estratégia posterior dos social-democratas. Os partidos europeus viram-se diante da alternativa de con-

centrar seus esforços na classe operária e renunciar à possibilidade de serem majoritários ou de se abrirem à participação de outros grupos sociais.

O problema, no caso, é que verificou-se um *trade off* entre ambas as possibilidades. Ao concentrar suas campanhas nos interesses e na identidade operária, perdiam eleitores de outros grupos. Ao tentar a ampliação, deixavam de apelar para a consciência de classe dos operários, liberando-os, em parte, para votos desvinculados de sua identidade de trabalhador. Nessa alternativa, ganhariam votos com uma mão e os perderiam com a outra, sem alcançar a desejada e necessária maioria absoluta.

A hipótese desse *trade off*, desenvolvida pelo cientista político Adam Przeworski, encontra apoio nos dados disponíveis sobre o desempenho eleitoral dos partidos socialistas. Apenas no começo do século XX os socialistas algumas vezes aproximaram-se dos cinquenta por cento dos votos. A partir da década de 20, entretanto, raramente ultrapassaram os trinta por cento, sendo levados a participar de governos de coalizão, seja na condição de protagonista, seja na de coadjuvante.

Não é possível, entretanto, deixar de reconhecer algum sucesso ao experimento social-democrata. Principalmente a partir da década de 30, quando assumiram políticas de cunho keynesiano, eles tiveram participação destacada na construção do chamado Estado de Bem-Estar Social.

Desde então, e principalmente no segundo pós-guerra, os governos socialistas desenvolveram um grau de intervenção na economia sem precedentes, mediante a nacionalização de setores inteiros da produção. Paralelamente, ampliaram substancialmente os chamados direitos sociais. Além dos direitos civis, as chamadas liberdades individuais, e do direito de votarem e serem votados, os cidadãos desses países passaram a ter como direitos o acesso à saúde, à educação, ao emprego, à seguridade social, à moradia, entre outros. Cabe assinalar que o conteúdo de todos esses direitos sociais era até então simples objeto de transação no mercado, acessível apenas aos que dispunham de recursos para comprá-lo.

A intervenção do Estado no sentido de regular a economia e garantir esse conjunto expressivo de direitos a todos os cidadãos foi mais profunda e conti-

nuada em países como a Suécia e a Inglaterra. Na década de 1950, inclusive, teóricos do trabalhismo inglês não apenas acreditavam estar no caminho do socialismo como também afirmavam ser impossível um eventual retomo daquele país ao capitalismo.

Essa, no entanto, foi a previsão que teve o desmentido mais rápido. A partir da segunda metade da década de 1970, toda uma leva de vitórias eleitorais conservadoras remeteu os partidos socialistas à oposição. As reformas conquistadas sofreram rápida reversão. Empresas estatais foram privatizadas, e o Estado tratou de limitar o alcance dos direitos sociais recentemente estatuídos.

Quais as razões da crise do Estado de Bem-Estar Social? São tantas que mencionarei apenas os fatores mais relevantes. Em primeiro lugar, a globalização produziu um ambiente favorável à rápida mobilidade de capitais. Estes podem, face a uma política redistributiva considerada excessiva, migrar com facilidade para outro país, causando desemprego e mais pobreza.

Em segundo lugar, outro resultado da revolução científico-tecnológica foi a criação do desemprego estrutural. Com ele, diminui o número de contribuintes e aumenta o de beneficiários das políticas sociais. O desequilíbrio assim gerado exige recursos cada vez maiores e alimenta a chamada revolta dos contribuintes, que começam a direcionar seus votos aos partidos conservadores.

Em terceiro lugar, parece claro, hoje, que, mesmo nos seus melhores dias, o Estado de Bem-Estar Social tinha como premissa uma estrutura familiar tradicional. Encontrava-se equipado para atender ao desemprego masculino, presumindo o papel de esposa para a maioria da população feminina. Com a frequência maior de divórcios e o afluxo das mulheres ao mercado de trabalho, o Estado revelou-se incapacitado para fazer frente ao aumento dos gastos.

Finalmente, uma linha de crítica, iniciada pelos liberais, mas hoje encampada por correntes socialistas, dirige-se ao complexo paternalismo/passividade que essas políticas estimulam. As populações atendidas vêem o seu destino nas mãos de uma burocracia que escapa à sua influência. Cria-se uma cultura da dependência que, ao invés de integrar os excluídos na ordem social, estimula a permanência destes nos limites dessa ordem, na condição de incapazes de ga-

rantir seu próprio sustento, expondo-os às conhecidas conseqüências em termos de preconceito.

Pode-se concluir, em suma, que o projeto social-democrata foi vítima dos mesmos fatores históricos que evidenciaram o fracasso do comunismo: a revolução científico-tecnológica e o processo de globalização dela decorrente. Aqui cabem duas indagações: antes que o peso desses fatores se fizesse sentir em meados dos anos de 1970, era possível afirmar, ao longo das três décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra, que a via social-democrata alcançara êxito? E ainda: o caminho das reformas sucessivas levava ao Socialismo?

Depende. Se por Socialismo entendemos uma sociedade próxima do pleno emprego, com uma elevada renda *per capita*, na qual os desempregados e os excluídos do mercado de trabalho por incapacidade também fazem jus a um rendimento digno, garantido pelo Estado, então a Suécia foi, de fato, durante alguns anos, uma sociedade socialista.

O Socialismo, no entanto, prometeu mais do que isso. Propôs-se à construção de uma sociedade de liberdade e abundância, na qual todas as necessidades individuais encontrariam satisfação. Acenou com a libertação do homem de todas as amarras e da situação de alienação em que se encontra. Até a formação da identidade individual ver-se-ia livre de toda distorção. Nesse sentido maximalista, o Socialismo não foi substantivamente implantado nem na Suécia nem em parte alguma.

## ~ 2. O Liberalismo: experiências de resistência aos regimes absolutistas

Aliás, a trajetória do Liberalismo constitui um interessante contraponto aos percalços do Socialismo, em todas as suas variantes. Surgido como processo de limitação dos poderes do Estado, principalmente na Inglaterra, a partir do século XIII, ganhou densidade intelectual com as contribuições de inúmeros filósofos e pensadores da política, de Locke a John Stuart Mill. Cabe assinalar que sua origem histórica, vinculada às lutas da burguesia ascendente, levou os

socialistas a identificá-lo, *a priori*, como a ideologia dessa classe social e a condená-lo à impossibilidade de cumprir as suas promessas.

Numa sociedade dividida em classes, as liberdades fundamentais permaneceriam apanágio das classes dominantes: os proprietários. A extensão concreta dos direitos abstratamente universais colocaria em risco, de imediato, a ordem social e propiciaria sua subversão pelos excluídos. Podemos avaliar hoje, em concreto, que as promessas do Liberalismo foram cumpridas numa extensão muito maior que as do Socialismo.

Mas de que estamos falando quando usamos o termo Liberalismo? A palavra, na verdade, recobre uma gama de significados tão ampla quanto Socialismo. Valho-me da definição proposta pelo pensador italiano contemporâneo Norberto Bobbio, por sua clareza e operacionalidade. Para ele, Liberalismo é uma concepção de Estado, aquela que o encerra em limites bem definidos. O Estado liberal opõe-se, de um lado, ao Estado absoluto, cujo poder é ilimitado. Nesse sentido, Estado liberal confunde-se com Estado de Direito. Por outro lado, o Estado liberal não é limitado apenas em seus poderes, mas também em suas funções. Nesse sentido, o Estado liberal é um Estado mínimo, oposto, por exemplo, ao Estado de Bem-Estar Social.

É importante fazer uma distinção entre o Liberalismo assim definido e a Democracia. Esta é um regime político, no qual o poder encontra-se nas mãos de todos, a antítese, portanto, da Autocracia. A Democracia responde à exigência de distribuir o poder, não de limitá-lo.

A tensão entre Liberalismo e Democracia perpassa toda a história da doutrina. Não são poucos os pensadores liberais que consideraram ambos inconciliáveis. Historicamente, o Liberalismo prosperou inicialmente em regimes políticos oligárquicos, nos quais os direitos políticos eram inseparáveis da propriedade. Na melhor tradição liberal, a propriedade era vista como única garantia de um comportamento político responsável, única salvaguarda contra o voto disruptor da ordem.

Sabemos, hoje, no entanto, que as relações entre Liberalismo e Democracia são bastante complexas. Numa primeira dimensão, pode-se afirmar a compati-

bilidade entre ambos. É possível existir um Estado simultaneamente liberal e democrático. Há, porém, outras possibilidades históricas, como um Estado liberal, mas não democrático, exemplificado pelos regimes oligárquicos, ou um Estado democrático, mas não liberal, no qual a vontade da maioria seria ilimitada.

Numa segunda dimensão, comprova-se a permanente tensão, até mesmo o antagonismo, entre Liberalismo e Democracia. Nesse caso, a procura da igualdade de condições entre os cidadãos, por meio da ação do Estado, expande essa ação até esferas que deveriam ser deixadas ao arbítrio individual. Se o Estado decide tudo por nós e nos provê de todos os bens necessários, acabam a autonomia e a responsabilidade individuais.

Numa última dimensão, transparece, nas condições políticas modernas, a união necessária entre Liberalismo e Democracia. A história recente fornece razões convincentes para se crer que, de um lado, os direitos individuais dependem da regra do jogo democrático para se manterem; de outro lado, que a proteção dos direitos individuais é indispensável ao funcionamento da democracia.

Daí resulta que, hoje, os liberais trabalham no espaço da compatibilidade entre Liberalismo e Democracia; são conscientes da solidariedade existente entre ambos e procuram limitar a busca da igualdade de condições à igualdade de oportunidades para todos. Os liberais sabem que o máximo que o Estado pode fazer, sem colocar em risco os direitos individuais e a esfera privada, é assegurar o mesmo ponto de partida a todos os cidadãos. Tentar assegurar o mesmo ponto de chegada, como almejam os socialistas, é enveredar pelo caminho da servidão, na expressão feliz de Hayek.

### ~ 3. A Doutrina Liberal

Cabe aqui recapitular que as linhas mestras da doutrina liberal, decantadas após séculos de especulação e debates teóricos, são:

I – O Individualismo: se os liberais buscam limitar o poder do Estado, fazem-no em nome de uma realidade anterior e moralmente mais elevada – o

indivíduo. Para eles, os indivíduos precedem o Estado, que só existe para satisfazer as suas, deles, necessidades.

2 – Os Direitos Naturais: esses indivíduos que preexistem ao coletivo portam direitos invioláveis, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade. A tradição liberal fundamenta esses direitos na sua suposta naturalidade. A suposição não é necessária. Basta-nos considerar, em cada sociedade e em cada período histórico, como direitos fundamentais e, portanto, invioláveis, aqueles reconhecidos a todos os seus membros. Os direitos universais são os fundamentais.

3 – A Valorização da Diversidade: na tradição liberal, toda uniformidade é percebida como imposta por um poder exterior ao indivíduo. Os seres humanos são plurais, e um de seus direitos inalienáveis é o da expressão e do desenvolvimento de sua singularidade. Da mesma forma, os conflitos que advêm da expressão das diferenças – de valores, idéias e interesses – são salutares, uma vez que propiciam a emulação, o aperfeiçoamento e a prevalência das alternativas mais eficazes. Na esfera econômica, essa diretriz materializa-se na valorização da concorrência. Sociedades que estimulam a diversidade são ativas e progressistas.

Parece-me claro que, no ambiente globalizado e sujeito a intensas alterações tecnológicas já aqui mencionado, um corpo doutrinário com as características acima descritas encontra-se mais capacitado para conduzir sociedades modernas do que as doutrinas concorrentes originadas do tronco socialista. Os valores articulados pelos liberais aparentam ser hoje os únicos compatíveis com o modo de produção que atualmente se gesta. Transparência e livre circulação da informação, plena liberdade à iniciativa individual, tanto no campo do capital quanto no do trabalho, dotação de responsabilidade aos sujeitos dessa iniciativa; todas essas são condições para operar a produção de bens e serviços, na contemporaneidade.

O resultado mais evidente das mudanças recentes é a crescente complexidade da vida e do mundo modernos. Nossos problemas, sejam eles tecnológicos, econômicos ou meramente cotidianos, não dispõem mais de apenas uma solução ótima, mas sim de uma multiplicidade de soluções ao alcance dos atores sociais. Tornou-se plenamente aceitável a crítica dos economistas liberais ao Socialismo: se num estágio mais simples de sociedade o planejamento central podia aspirar a uma racionalidade superior à do mercado, hoje o mercado é mecanismo muito mais eficiente para captar e transmitir os sinais da esfera produtiva. O planejamento central, na forma como foi postulado pelos socialistas, foi relegado ao campo da irracionalidade econômica.

Devo dizer, contudo, que a hegemonia dos mecanismos de mercado e das instituições democráticas a que assistimos não significa uma vitória absoluta do Liberalismo, em sua feição originária. Décadas de embate com as correntes socialistas tornaram os liberais sensíveis às condições sociais que possibilitam a igualdade de oportunidades. Poucos expoentes do Liberalismo negariam hoje a necessidade de interferência estatal em áreas como saúde e educação, cruciais para que os indivíduos iniciem o processo de concorrência em igualdade ou ao menos em semelhança de condições. Alguns preferem dar a esse movimento o nome de Social-Liberalismo, uma vez que legitima a intervenção do Estado em esferas antes deixadas exclusivamente ao livre jogo das forças de mercado.

Nota-se, por outro lado, movimento semelhante da parte de tendências historicamente situadas no campo do Socialismo. As debilidades do Estado de Bem-Estar Social, particularmente sua tendência à burocratização, à alienação da população beneficiada, à perpetuação da exclusão social num gueto de dependentes do Poder Público, originaram críticas entre os próprios socialistas. Estes passaram a reconhecer, ao menos parcialmente, as limitações do Estado como instrumento de promoção da igualdade e da justiça e a conseqüente necessidade de estimular a autonomia individual. Outro não é o significado da tentativa autodenominada Terceira Via, teorizada por Anthony Giddens, na Inglaterra, inspiração do atual governo trabalhista daquele país.

## ~ 4. Conclusão: sinais de convergência

Neste começo de século, é difícil prever o resultado desses processos, tanto no campo do debate intelectual quanto no da prática de governo. O que se pode é apenas considerar os sinais de convergência entre as distintas doutrinas aqui sucintamente abordadas como um sintoma auspicioso de que décadas de debate intenso estão produzindo conclusões, expressas como consensos parciais acerca da gestão da sociedade.

Ainda bem. Já não era sem tempo.

# Anchieta: criador de modelos literários para a evangelização

NICOLÁS EXTREMERA TAPIAS

**O** Padre Anchieta foi conhecido em vida pela *Arte de Gramatica*, única obra sua publicada com registro de autoria explícito. Quando, em Coimbra, por intermédio de António de Mariz, se publicou a *Arte de Gramatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESU* (1595), havia mais de trinta anos que esse livro circulava manuscrito entre os jesuítas do Brasil. Dele ter-se-iam servido os membros da Companhia, que regularmente chegavam ao Brasil, em sua aprendizagem do tupi-guarani.

Além de gramático, Anchieta foi também conhecido em vida como épico latino por seu *De Gestis*, livro que se publicou em 1563 como obra anônima. Tal fato tem dado lugar a controvérsias sobre a sua autoria, mas a questão foi definitivamente resolvida pelo padre Hélio Abranches Viotti e pelos estudos estilísticos de José María Fornell.

Postumamente, em 1663, publicou-se *De Beata*, canto épico-lírico, sem que sua autoria tenha suscitado controvérsias. Certamente teria circulado durante a sua vida através de cópias manuscritas.

Catedrático da Universidad de Granada, Depto. de Filología Românica, desde 1988. Director do Centro de Cultura Gallega da Universidad de Granada desde 1988. Presidente da Asociación de Lusitanistas del Estado Español de 2000 a 2003. Membro Académico do Comitê Externo de avaliação das titulações das Filologias Alemã, Italiana e Portuguesa da Universidad de Salamanca desde o ano de 2000. Membro Honorário do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica desde 2002. Medalha Oscar Nobiling ao Mérito Filológico, outorgada pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura em 1993. Sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia, cadeira 10 (Mario Barreto).

Hoje, porém, Anchieta é mais conhecido e divulgado pela sua produção lírica e dramática em línguas vulgares, obra não publicada em sua época e reunida num único manuscrito coetâneo, o ARSI 24, o que, em parte, também, não deixa de ser uma obra atribuída, por mais que contenha partes autógrafas e sua atribuição seja antiga e constante.

Embora pareça estranho, a fortuna editorial da obra de Anchieta não difere do destino comum, no mesmo século, da épica e da lírica peninsulares. No que se refere às obras impressas, fazemos nossas as palavras de Frank Pierce: *“la épica literaria y demás variantes de la poesía narrativa ocupan en el vasto campo de la literatura del Siglo de Oro un lugar cuantitativamente importante.”*<sup>1</sup>

Mas, pelo contrário, o mesmo Pierce assinalava, como fato surpreendente, que, durante esse mesmo período, as poesias líricas “apareceram” em vida de seus autores com pouquíssimas edições impressas, e que, em alguns casos, as obras deram-se a conhecer ao público leitor só muito tempo depois.

Para situar a fortuna editorial da lírica de Anchieta entre seus contemporâneos, o seguinte parágrafo de Rodríguez Moñino nos será de suma utilidade:

*Voy a tomar veinte poetas que tienen edades rayanas entre los veintiun años, aproximadamente, y los sesenta, todos de una época que se circunscribe entre la Armada Invencible (1588) Y la muerte de Felipe III. En 1588 tenía 61 años fray Luis de León, 58 Baltasar del Alcázar, 54 Hernando de Herrera y Francisco de la Torre, 52 [?] Francisco de Figueroa, 46 San Juan de la Cruz, 41 Cervantes, 39 Rey de Artieda, 38 Vicente Espinel, 30 Barabona de Soto, 29 Lupercio Leonardo de Argensola, 28 el maestro Valdivielso, 27 don Luis de Góngora, 26 Bartolomé Leonardo de Argensola, Alonso de Ledesma, Cristóbal de Mesa y Lope de Vega, 25 el Conde de Salinas, 21 don Juan de Arguijo, madura edad Pedro de Padilla.*<sup>2</sup> Já Anchieta tinha 54 años.

---

<sup>1</sup> Vid . Frank Pierce.

*En estos veinte nombres están representadas las más puras cimas de la lírica española a fines del reinado de Felipe II y durante todo el de Felipe III; Abí se alían Fray Luis de León, Hernando de Herrera, San Juan de la Cruz, los Argensola, Góngora, Lope, Cervantes... ¿Qué podía conocer de la obra impresa de todos ellos un contemporáneo? De Hernando de Herrera, un cuaderno de versos (1582); de Pedro de Padilla, cinco libros, 5 a partir de 1580; de los demás, nada.*<sup>3</sup>

Quanto a Anchieta, o seu *De gesti Mendi de Saa* foi publicado, anonimamente, em Coimbra, em 1563.

## ~ As línguas de Anchieta

Já registrei em outro ensaio haver uma discrepância entre a maneira como Anchieta foi conhecido em sua época e como o é na atualidade. Pois tal divergência volta a produzir-se, e com outra conseqüência: hoje pouco se fala do Anchieta novilatino, quando o latim é a língua literária mais usada por ele, com quase 12.000 versos (54,5%), mais da metade do total de sua produção literária. Ele é reconhecido, e justificadamente, como fundador da Literatura Brasileira, como um poeta de língua portuguesa, embora nessa língua não tenha escrito nem 10% de seus versos. Dos aproximadamente 22.000 versos que conformam sua obra literária, pouco mais de 2.000 foram compostos por

---

<sup>2</sup> “He aquí las fechas, si las conocemos, de fallecimiento de estos poetas; entre paréntesis figura el año en que se imprimen sus poesías en conjunto:

Fray Luis de León 1591 (1631), Baltasar del Alcázar 1606 (1856), Hernando de Herrera 1597 (1619), Francisco de la Torre? (1631), Francisco de Figueroa 1617? (1626), San Juan de la Cruz 1591 (1627-1628), Miguel de Cervantes 1616 (1916), Andrés Rey de Artieda 1613 (publicou em vida), Vicente Espinel 1624 (publica en vida), Luis Barahona de Soto 1595 (1903), Lupercio Leonardo de Argensola 1613 (1634), José de Valdivielso 1638 (publica en vida), Luis de Góngora 1627 (1627, póstumas), Bartolomé Leonardo de Argensola 1631 (1634), Alonso de Ledesma 1623 (publica en vida), Cristóbal de Mesa 1633 (publica en vida), Lope de Vega Carpio 1635 (publica en vida), Conde de Salinas 1630 (inédito aún), Juan de Arguijo 1623 (1841), Pedro de Padilla 1595 (publica en vida). Vid. Antonio Rodríguez Moñino. *Construcción Crítica y Realidad Histórica en la Poesía Española de los Siglos XVI y XVII*. Valencia, 1968. p. 20.

<sup>3</sup> Vid. Antonio Rodríguez Moñino. Op. cit. pp. 19-20.

ele em língua portuguesa. Enquanto isso, em espanhol escreveu 4.399 versos, o que equivale a 20% de sua produção, vale dizer, o dobro dos versos em português; e, em tupi, somente 15,5% de sua obra.

## ~ O latim

O uso do latim era um exercício imposto aos “eleitos”, no pedagógico sentido jesuítico, para o apostolado. Diz o Padre António Blázquez, em carta datada de 1564 na Bahia:

“O estudo nunca nesta terra andou com tanto fervor (entendendo-se entre os nossos Padres e Irmãos, que a gente de fóra pouco se dá disso). Tem os nossos as suas conclusões nos sabbados á tarde e a ellas se acham presentes o Padre Provincial com outros Padres. No outro sabbado veio o Bisbo vel-os e tambem argumentar com elles, e, pela bondade do Senhor, para estudantes Brasis fazem-n’o muito bem. São por todos, entre Padres e Irmãos, onze, e porque a todos se dêsse o tempo necessario para os seus estudos, lê o irmão Luis Carvalho pela manhã uma hora de poesia do livro 2.º da *Eneida* aos mais adiantados, posto que tenha accidentes costumados; mas a caridade e necessidade fazem com que tome em seus hombros esta carga ainda que seja tanto á seu custo e trabalho, esperando que V. Revma., vendo esta falta, se resolva a mandar-nos dessa província alguns Irmãos latinos que ajudem aquelles que pouco podem”.<sup>4</sup>

Anchieta abraçou os dois modelos que o ensino e seu gosto pessoal lhe ofereceram – o civil, com Mem de Sá, em *De Gesti Mendi de Saa*; o sacro, com Nossa

---

<sup>4</sup> *Cartas Avulsas*. 1550-1568 / Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1988.

Carta do Padre Antonio Blasquez do Collegio da Bahia de Todos os Santos do Brasil Para Portugal e Escripita a 13 de Setembro de 1564. p. 454. Acrescenta em nota: “Esse irmão Luis Carvalho veio em 63 com o Pe. Quiricio Caxa e os irmãos Balthazar Alvares e Sebastião de Pina (Carta LI) por doente, e não logrando saude, tornou a Portugal em 65. Era “latino” como diziam os padres (Carta LV) pois que lia, ou era lente, dando aula, de poesia, do 2.º livro da “Eneida”, Vergilio, no Brasil, em 1564.” p. 459

Senhora, em *De Beata Virgine dei Matre Maria* – ambos vazados na língua mais universal e aparentemente imperecível, o latim, e no gênero mais excelso, o épico. Em latim, não se encontra na literatura peninsular nenhum texto épico civil ou religioso que se aproxime, quanto à qualidade literária, destas duas obras-primas do Século de Ouro.

Essa preferência de Anchieta pelo gênero épico civil e religioso é também comum ao momento peninsular, como registra Pierce:

*La constante veneración de la Eneida como el epos por excelencia confirmó el gusto por la poesía heroica (a este respecto hay que recordar la importancia de la traducción del poema de Virgilio hecha en octavas por Hernández de Velasco, la cual se editó numerosas veces entre 1555 y 1614). El ejemplo de Lucano fue más fuerte que el de Virgilio. En cualquier caso, la preferencia por los acontecimientos históricos recientes y la declarada intención de respetar la verdad histórica de toda época dan a la épica española un énfasis personal. Esta preocupación por la historia puede verse como fase del culto poético a la gloria nacional y a las familias nobles y su heroica estirpe; así, puede alegarse que el epos tiene algo en común con la historiografía renacentista. La poesía épica española de este período se caracteriza además por los poemas sobre vidas de santos, que igualmente (y en estos casos necesariamente) demuestran gran respeto por los hechos históricos; algunas veces estos poemas fueron escritos para contrarrestar la boga de los otros. La épica religiosa fue extendiéndose cada vez más durante el siglo XVII, y llegó a abarcar temas bíblicos. Este tipo de poema empezó con la *Christias* (1535) de Vida y con la obra de Sannazaro, *De partu Virginis*, de 1526 (este último poema fue también traducido al español por Hernández de Velasco en 1554 y tuvo varias reimpressiones). El ejemplo de estas dos obras latinas, si no su influencia, puede considerarse como un estímulo para los poetas españoles que cultivan una forma épica que se presenta como una faceta de la universal religiosidad de la cultura española de la época.”<sup>5</sup>*

Anchieta não só utiliza um latim mais ou menos estandardizado ao modo dos humanistas contemporâneos seus mas ainda diversas outras formas de ex-

---

<sup>5</sup> Vid. Frank Pierce op. cit

pressão literária dessa língua, forjadas na memorização de Cícero, Ovídio, Virgílio, etc. Deles tomava e adaptava estruturas, fragmentos, imagens, para incorporá-las com enorme flexibilidade aos seus interesses apostólicos, criando uma obra que se coloca sem dificuldade no cume do humanismo peninsular. Provoca admiração observar-se o exercício de seus dotes e de sua cultura em língua latina, o que lhe proporcionava uma capacidade de captação extraordinária da nova e antitética realidade cultural e lingüística.

## ~ O *De Gesti* e o *De Beata Virgine*

*De Gesti Mendi de Saa* foi publicado em Coimbra no ano de 1563. Tem 2.470 versos e é, como dissemos, a única obra literária que publicou, embora anonimamente, em vida. Sua autoria tem sido controvertida. Uns negaram-na (Serafim Leite); outros advertem não se poder demonstrá-la (Azevedo Filho). Ninguém, contudo, foi capaz de atribuí-la, com um mínimo de fundamento, a outro autor. Os estudos de Hélio Abranches Viotti e de José María Fornell até vieram trazer nova luz sobre a questão da autoria de Anchieta com argumentos positivos e estilísticos.

Nem o latim nem a bagagem cultural de Anchieta parecem responder satisfatoriamente às demandas da nova terra, mas seu objetivo foi o de cantar as proezas de Mem de Sá, modelo de cavaleiro cristão, em terras brasileiras. Sabese inclusive que este quis ingressar na Companhia de Jesus. No entanto, *De Gesti* antecipa-se em seis anos à *Araucana* de Alonso de Ercilla, tradicionalmente considerada, talvez por estar escrita em espanhol, o primeiro poema épico das Américas.

O *De Beata Virgine dei Matre Maria*, publicado em 1663, teve, sem dúvida, como referência *De Partu Virginis*, do humanista napolitano Iacopo Sannazzaro, publicado em 1526 e que teve longa vida na França e sobretudo em Espanha, onde foi traduzido por Gregorio Hernández de Velasco e publicado em Toledo em 1554, em Salamanca em 1569, em Madrid em 1569, de novo em Salamanca em 1580, etc.

*De Partu Virginis*, de 1526, tinha utilizado o modelo humanista de devoção mariana, retornando o objeto de culto à ordem espiritual, depois do plágio provençal e petrarquista que o tinha mundanizado. Se *De Gestis* fez de Anchieta o primeiro épico das Américas, *De Beata* o consagra como o primeiro autor mariano da Ordem dos jesuítas e das Américas e também como o mais memorável, tanto quanto o granadino Francisco Suárez.

O poema à Virgem, escrito nas areias de Iperoig, é uma das suas obras-primas, extraordinário esforço de mais de cinco mil versos, sendo o ápice da poesia mariana em latim durante a época em que foi produzido. É um poema tardio, por já haver sido o latim eclesiástico suplantado em definitivo pelas línguas nacionais.

A devoção mariana de Anchieta exprime-se em todas as línguas em que escreve. Inscreve-se, mesmo, em sua relação com Santo Inácio, que, depois de sua confissão no mosteiro de Montserrat, em 1522, durante a noite de 24 a 25 de março, velou suas armas ante Nossa Senhora.

Enquanto a obra latina de Anchieta foi fruto de sua vocação mariana e de seu labor político e ocupava, sem dúvida, lugar importante em sua prática docente nos Colégios da Companhia reservada aos seletos, sua obra em língua vulgar dirigiu-se fundamentalmente ao apostolado do homem comum, ao cotidiano da práxis evangelizadora.

## ~ A língua vulgar

Sua obra lírica e dramática em língua vernácula encontra-se num único manuscrito do século XVI, conhecido por ARSI 24, no qual se encontram diversas caligrafias, entre elas a de Anchieta. Descuidadamente reunido, pois ocorrem vários fragmentos repetidos, faltam-lhe a capa e a primeira página. Sempre foi atribuído a Anchieta de forma incontroversa, inclusive pelo Padre Serafim Leite.

Também nesse assunto, Anchieta teve melhor sorte que a de seus contemporâneos, como bem nota Rodríguez Moñino no artigo antes citado:

*La inmensa mayoría de los volúmenes que recogen obra de un autor con cierta unidad, son tarea no autógrafa, sino de copistas o amigos que acarrear de acá y de allá lo que pueden, de papeles varios donde hay atribuciones. Si fray Luis de León hizo, efectivamente, una colección de sus versos, no está representada en ninguno de los códices que han llegado a nosotros: basta los que parecen más puros, con la carta a Portocarrero, están llenos de poesías apócrifas.*

*Se podrá pensar, y yo lo he hecho más de una vez, que la transmisión manuscrita suplía esta escasez evidente de textos fácilmente asequibles. ¿Circularon de mano en mano, manuscritas, las obras de nuestros poetas? Algunas dificultades se oponen a ello. En primer lugar, la lentitud de las copias; en segundo, la carestía de un volumen, la cantidad de horas de trabajo necesarias para obtener un mediano resultado. Había que contar, primero, con la existencia de un original del cual obtener el traslado; apenas algún autor se preocupaba de disponerlo.”<sup>6</sup>*

Já no seu tempo Anchieta foi chamado de Apóstolo do Brasil. A maneira como realizou sua missão apostólica constitui um modelo sociopedagógico que vamos aqui destacar, por sua exemplaridade, tanto pela capacidade de adaptação de modelos cuja universalidade mais intensa se colocava pela primeira vez à prova quanto por seu pragmatismo e clara convicção.

Dentre o total de 10.447 versos do ARSI 24, são:

- 4.399 em espanhol (aprox. 42,2%);
- 3.452 em tupi (aprox. 33%);
- 2.198 em português (aprox. 20,98%);
- 398 em latim (aprox. 3,82%).

Dentre 10.019 versos, aproximadamente 4.701 são líricos e em língua vulgar, o que representa 45% do manuscrito e perto de 21% da produção literária total de Anchieta.

Deles, aproximadamente:

---

<sup>6</sup> Vid. Antonio Rodríguez Moñino. Op. cit. pp. 24-25

45,7%, ou seja, 2.150, são em espanhol;  
24,2%, ou seja, 1.139, são em português;  
21,5%, ou seja, 1.014, são em tupi;  
8,4%, ou seja, 398, são em latim.

Já o gênero dramático, com aproximadamente 5.744 versos, representa 55% do ARSI 24 e perto de 26% de sua produção literária global.

Deles, aproximadamente:

4,5%, ou seja, 2.438, são em tupi;  
3,2%, ou seja, 2.249, são em espanhol;  
18,4%, ou seja, 1.057, são em português.

A formação de Anchieta pode vincular-se com a primeira onda de italianismo na Península Ibérica, como diria Curtius, e tem – com um precedente em Santillana – Juan de Mena, Nebrija e Encina na condição de principais representantes. Seu objetivo é enobrecer a língua castelhana tratando de assegurar, em continuidade com o latim, a *translatio studii* em relação à *translatio imperii*.

É claro que, neste labor titânico, a ação dos seletos, antes referidos, teve importância fundamental. O método pedagógico dos jesuítas transplantado a terras americanas antecipou-se em séculos ao método pedagógico lancasteriano, que tanto sucesso teve no Brasil nos primeiros anos da independência, e contribuiu definitivamente para pôr fim à suposta “barbárie” americana, assim como na formação de uma consciência dita “crioula”.

## ~ A lírica de Anchieta

A íntima relação que guardam música e lírica nas composições de Anchieta foi por mim estabelecida numa série de artigos publicados entre

os anos 1993 e 2000,<sup>7</sup> embora já os seus primeiros biógrafos dessem clara conta desse fato.

Tem-se querido ver certa hostilidade de Inácio de Loiola para com a música desde a *Fórmula* até o ano de seu falecimento. Sabe-se que morreu contrariado com a prática das missas solenes cantadas que vinham celebrando os jesuítas de Viena em sua igreja local. A música foi mesmo conceituada como um “notável impedimento” pelo fundador, num momento em que buscava orientar a atividade da Ordem para o ministério ativo, “*la ayuda de las almas*”. Isto tem fundamento no fato de que a todo momento a Ordem, para cumprir sua missão, deveria estar disposta a deslocar-se, a partir, e tal prática musical justificar-se-ia se não houvesse tal imperativo apostólico. Por isso, o que molestava Inácio não era tanto a música, como a obrigatoriedade de se cantar em comunidade as *Horas do Ofício*. Incomodava-o o emprego da música com intenções recreativas. Uma vez posto em processo o seu fascínio, ela afastava do conteúdo a atenção das almas, distraíndo-as da palavra e da oração. Logo, nas *Constituições* proibiu o canto de ir além do que fosse considerado útil ao *Ofício*. Todavia, a música, como qualquer outro meio de atrair os gentios subordinados à persuasão, tem um estatuto similar ao exercício da retórica, cujo estudo, a partir dos modelos clássicos, Cícero e Quintiliano especialmente, se impôs ao ensino.

No caso do Brasil, ganhou a música, porém, *status* privilegiado devido às características culturais de seus naturais, e é possível que o primeiro Colégio da

---

<sup>7</sup> Vid. Nicolás Extremera Tapias:

Un *contrafactum* de José de Anchieta: *Mira el Malo con Dureza*. In *Estudios Universitários de Língua e Literatura* in: Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993.

*Ecos del Cancionero y Romancero Peninsulares en el Brasil del Siglo XVI*. In *Medioevo y Literatura*. Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. 4 Vols. Granada, Universidad, 1995.

A poesia ao Divino do Padre Anchieta. in *Revista Brasileira*. Academia Brasileira de Letras, Fase VII-Julho-Agosto-Setembro de 1995 – Ano I – n.º 4.

A Lírica de Anchieta: Os *contrafacta*. in *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra*. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998). 3 vols. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2000. pp. 1073-1105.

Europa em que se ensinou música tenha sido o de Coimbra, desde 1548. Na América, desde 1553 funcionou a missão de São Vicente como a primeira escola de música das Américas. Tudo isso com a absoluta complacência do fundador, que, sem dúvida, “*habida cuenta de los lugares, las personas y las circunstancias*”, percebeu o enorme potencial que esta arte prometia para a evangelização. Além disso, sendo o terceiro Geral um músico, e com o *Modo para Enseñar*, de Diego de Ledesma, um autêntico *best-seller* em seu tempo, a música teve na Ordem, na Europa, e com a ajuda de Tomás Luís de Victoria e Palestrina, um sucesso nem sonhado por Santo Inácio.

Quando Anchieta chegou a São Vicente, em dezembro de 1553, não apenas já contavam os jesuítas com alguns anos de experiências e reflexões relativas ao uso da música no trabalho missionário, como se encontravam até mesmo envolvidos em grave e ampla discussão polêmica de natureza musical. O pragmatismo fez Anchieta fomentar a poesia tradicional e popular ligada à música, e desta utilizou, sobretudo, as expressões tradicionais populares da cultura cristã europeia que conhecia desde sua infância e juventude. As fontes comprovam que muitos de seus textos foram cantados. Ouçamos estas palavras de Pêro Rodrigues:

“Outras muitas obras compôs em diversos tempos, porque tinha para isso muita graça e facilidade, em todas as quatro línguas que sabia, latina, portuguesa, espanhola e brasílica. Mudava cantigas profanas ao divino, e fazia outras novas à honra de Deus e dos Santos, que se cantavam nas igrejas e pelas ruas e praças, todas mui devotas, com que a gente se edificava e movia a temor e amor de Deus.”<sup>8</sup>

Declaração que pouco depois é corroborada pelo Padre Simão de Vasconcelos, quando diz que ele

---

<sup>8</sup> Vid. Pêro Rodrigues, *A Vida do Pe. José de Anchieta*, In: *Primeiras Biografias de José de Anchieta*, São Paulo, Edições, Loyola, 1988. (L. I, C. IX, p. 78-79).

“era destro em quatro línguas, portuguesa, castelhana, latina e brasílica, em todas elas traduziu em romances pios, com muita graça e delicadeza, as cantigas profanas, que andavam em uso, com fruto das almas; porque, deixadas as lascivas, não se ouvia outra coisa senão cantigas ao divino, convidados os entendimentos a isso, do suave metro de José.”<sup>9</sup>

Vemos assim que Anchieta foi tanto ou mais conhecido pela sua qualidade de contrafator para o divino de cantigas profanas que pela sua atividade musical original, e são essas cantigas profanas, que com tanta “*gracia y delicadeza*” sacralizava, o germe da poesia brasileira. Portanto, vou limitar-me, dentro da poesia lírica, à atividade contrafatora, talvez a mais elucidativa do que pretendo referir, por permitir-nos observar a intencionalidade do autor. Para Anchieta, tanto valia a poesia tradicional como a culta, a poesia marginal como as danças; tudo poderia ser utilizado para a sua missão apostólica. Ele compõe os seus poemas à margem de qualquer pretensão artística. Tal coisa não significa, evidentemente, que seus poemas não sejam apreciáveis sob uma perspectiva estética, mas sim que sua beleza não provém de intencionalidade antecedente.

Em castelhano, existia uma maneira de enunciar as divinizações. Antigamente os títulos rezavam “*villancico* (ou qualquer que fosse o metro do poeta) *vuelto a lo divino o contrabecho a lo divino*”.

O termo *contrafactum* foi adotado por Wardropper, porque, em suas palavras:

*en español hace falta un sustantivo sencillo, me ha parecido legítimo servirme en este libro de un latinismo que constituye a la vez la base de los términos castellano y alemán: contrafactum. Tiene la ventaja de ser una referencia internacional, fácilmente comprensible a todos los que estudian la cultura europea; y elimina la necesidad de recurrir demasiado a las voces divinización y espiritualización, que suenan mal, si no tanto en castellano, sí en otros idiomas.*<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Vid. Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (Prefácio de Serafim Leite), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. (L. I, C. V, n. 5, p. 34).

<sup>10</sup> Vid. Bruce Wardropper, *Historia de la poesía lírica a lo divino en la cristiandad occidental*, *Revista de Occidente*, (Madrid, 1958) 5-6.

A seguir, esse autor define o *contrafactum* como:

*una obra literaria (a veces una novela o un drama, pero generalmente un poema lírico de corta extensión) cuyo sentido profano ha sido sustituido por otro sagrado. Se trata pues de la refundición de un texto. A veces la refundición conserva del original el metro, las rimas, y aun – siempre que no contradiga el propósito divinizador – el pensamiento.<sup>11</sup>*

Já nas origens do Cristianismo, desde o momento em que o mistério divino é concebido em termos humanos, foi inevitável que se utilizassem canções de amor para fins religiosos. A linguagem do amor profano está completamente confundida com a do amor religioso durante os séculos XV e XVI.

A *devotio moderna* e os *contrafacta* vieram preencher o vazio espiritual causado pelo desmoronamento dos ideais medievais: vivia-se “*desde Dios, pero cara al mundo*” e, nesse clima, era natural que florescessem os *contrafacta*.

O auge dos *contrafacta* coincide na Península Ibérica com a Renascença do século XVI e estende-se até ao primeiro quartel do século XVII. Todavia, o século XVI espanhol – como muito bem disse Dámaso Alonso – “*no se volvió de espaldas a la Edad Media*”, e divinizam-se tanto cantares populares ou vulgares como poemas cultos. A poesia religiosa espanhola dos séculos XVI e XVII escrita em metros tradicionais arrima-se em idéias também tradicionais, e é preciso voltar à poesia dos séculos XIV e XV, tanto tradicional quanto cortesã, se quisermos encontrar a origem da maior parte dos *contrafacta* posteriores.

Logicamente que esses poetas divinizadores, cheios de zelo missionário, se apropriam das composições mais conhecidas de seu tempo, a fim de que seus *contrafacta* resultassem de proveito para um público mais amplo.

Os tempos de Anchieta eram já de clara hegemonia espanhola, ocorrida depois de Lepanto, em 1571. O Provincial do Brasil anterior a Anchieta, o padre Ignacio de Tolosa, era espanhol. Em 1578, ano em que Anchieta ocupa o cargo de Provincial do Brasil, sucede um fato relevante: a derrota de Alcácer-Quibir. Em 1580, a batalha de Alcântara entroniza fisicamente Felipe II como rei

---

<sup>11</sup> Vid. Bruce Wardropper, *Historia de la poesía lírica a lo divino en la cristiandad occidental*, op. cit., p. 6.

de Portugal. Resulta evidente o rumo que imediatamente tomaram as coisas. A Companhia de Jesus já se achava no Brasil em processo de consolidação, com um número considerável de padres e irmãos. Quando assumiu o cargo de Provincial, em 1577, aqui se encontravam quase 130 religiosos, distribuídos por Olinda, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Vitória, Rio de Janeiro e São Vicente, além de coadjutores, e estavam estabelecidos os alicerces do que seria a estruturação sociopolítica da sociedade, de modo que ficassem garantidos os direitos de todos, sobretudo o de ouvir a pregação do Evangelho.

O projeto político peninsular também perfilava-se como uma consolidação da união que a Espanha vinha perseguindo desde a primeira metade do século XIV. Um único e universal império com uma língua hegemônica: o espanhol; uma única Fé com uma língua historicamente associada a ela: o latim. Duas línguas: o latim e o espanhol, que tanto se queriam que até Anchieta compôs um poema “bilíngüe”, que tanto se podia entender em latim como em espanhol. O latim, língua universal da Cristandade; o espanhol, herdeiro do latim, língua universal do império cristão. Em cada lugar, respeitadas e fomentadas, ficavam as línguas particulares de cada região do universo cristão. Desde 1580, com a “anexação” de Portugal por Felipe II, esse universo possível consolidava-se.

O projeto expansionista da língua espanhola teve sua origem, em 1536, com o discurso de Carlos V em Roma, em presença do Papa Paulo III, quando, com os protestos do embaixador da França, disse: “*Entiéndame si quiere, y no espere de mí otras palabras que de mi lengua española, la cual es tan noble que merece ser sabida y entendida de toda la gente cristiana*”, e isso na boca de um Imperador poliglota. A língua espanhola atingiu difusão europeia, impondo-se inclusive na própria Itália, como registrou Juan de Valdés: “*assí entre damas como entre caballeros se tiene por gentileza y galanía saber hablar castellano*”. As conquistas e descobertas ultramarinas implantavam e estendiam a língua até convertê-la, como diz o historiador Luis Cabrera de Córdoba, “*general y conocida en todo lo que alumbra el sol, llevada por las banderas españolas vencedoras con envidia de la griega y la latina, que no se extendieron tanto con doce partes*”.

O português não era, naquela altura, língua de cultura em parte alguma do Oriente, porque as relações de Portugal com o Oriente não eram de colonização, mas de comércio. O mesmo ocorria na Península, pois na corte portuguesa falava-se espanhol, e podem contar-se nos dedos de uma das mãos os poetas portugueses que nessa época não escreveram parte ou a totalidade de sua obra em espanhol. Alguns deles, inclusive, tal como Jorge de Montemor, chegaram a hispanizar publicamente até o próprio nome em suas publicações. Em consequência disso, é congruente que, nesse momento da história do Brasil, Anchieta tivesse considerado que os seletos deviam seguir a citada seqüência de aprendizagem: espanhol-latim, as duas línguas, para ele, de cultura.

Além do mais, a união das duas coroas peninsulares no Império de Felipe II, desde 1580, induziu Anchieta não só a fomentar o espanhol no Brasil como língua de comunicação da Cristandade, mas também a ensiná-lo nos seminários com o propósito de expandir a Ordem para o Sul do país, além do meridiano de Tordesilhas. De fato, Leite afirma que

“sabia-se também que Nóbrega pensava em alargar as missões do Sul até ao Paraguai. E, embora, ao menos parte, estivesse já senhoreado pelos castelhanos, e Castela não permitisse a ida de padres da Companhia para os seus domínios da América, a Patente de nomeação de 9 de julho de 1553 dá a Nóbrega autoridade não apenas sobre as terras de Portugal, mas também fora delas – “mais além” –, isto é, constitui-o praticamente no primeiro Provincial da América”.

Foi por certo Anchieta quem enviou, em 1586, os missionários que iriam estabelecer os alicerces das reduções, e estes só atingiram Assunção em 1588.

Aqui há pouco eu disse que, em geral, os poetas divinizadores apropriavam-se das composições mais conhecidas do seu tempo. É, portanto, na lírica, que a presença da língua espanhola é mais patente. Tal fato ocorrente na Europa é igualmente válido para o Brasil, em meio a um público de colonos, mas não entre os índios brasileiros, que, naturalmente, desconheciam qualquer da-

quelas composições. Na época de Anchieta, os jesuítas contavam com dois públicos e três classes: a das aldeias da selva, a das vilas, a dos colégios. Para cada uma delas Anchieta criou modelos em uma ou várias línguas.

A idéia de apostolado, cujo fito era levar a um correto desfecho a sua missão, é predominante em seu processo de criação poética, e a ela Anchieta tudo subordina. Não demonstra preferências formais ou estéticas. Como já disse, tudo era aproveitável para a sua missão apostólica.

A idéia de utilidade, de zelo apostólico reveste-se, na poesia de Anchieta, de características muito particulares, que freqüentemente até contradizem, na generalidade dos *contrafacta*, o que vimos aqui descrevendo – e isso pela natureza peculiar do público, ou melhor, dos públicos a quem era dirigido o seu apostolado.

## ~ Os públicos

Os seus poemas podem ser reunidos em três grupos principais, dos quais vou pinçar aqui alguns exemplos: os dirigidos aos índios e que não guardam relação com o poema original; os dirigidos a um público de colonos e índios, e que guardam relação com o poema original; e os dirigidos a um público colegial, podendo ser esses dois últimos contrafações completas ou quase completas.<sup>12</sup> Em todos os casos, o elemento comum é a música, enquanto a letra pode ou não sê-lo.

---

<sup>12</sup> Aguirre descreve cinco modos de apropriação, que vão desde o simples aproveitamento da melodia do poema profano à transcrição literal do poema profano, que cobra sentido religioso pelo simples fato de ser citado num contexto piedoso. Entre um e outro extremos estão a utilização só do estribilho ou de uma copla completa utilizados dentro de um contexto religioso; a utilização de um verso ou mais, embora sempre muito poucos, de um poema profano como ponto de partida para a criação de um *contrafactum*; a utilização de bastantes versos do poema original com algumas, poucas, modificações que o convertem em religioso.

Estas são, de modo geral, as relações possíveis entre o poema original e a sua versão religiosa, as quais se polarizam em dois extremos, segundo o poema resultante tenha nenhuma ou muita relação com o original. Aguirre denomina as formas relacionadas com o primeiro caso *Método formal (contrafacta incompletos)* e as relacionadas com o segundo *Método conceptual (contrafacta completos)*. Vid. J. M.<sup>a</sup> Aguirre, *José de Valdivielso y la Poesía Religiosa Tradicional*, Toledo, Diputación Provincial, 1965, p. 49-50.

Pertencem ao primeiro grupo (aqueles dirigidos aos índios, que não guardam relação com o poema original e que são contrafações incompletas): *Cantiga por o Sen Ventura a Nosso Senbor (Tupã ci porãgete)* e *Cantiga por el sin Ventura (yanderubete Iesu)*.

Ao segundo conjunto (no qual o poema original sofre diferentes tratamentos segundo o público a que se dirigem) pertencem: *Já furtarão ao moleiro o pelote domingueiro* e *Polo Moleiro (Pitãgi morauçubara)*, baseados nas glosas ao tema:

*Já furtaram ao Moleyro  
Seu Pelote domingueiro*

Ao terceiro grupamento (os poemas dirigidos a um público de colonos ou de colegiais) pertencem os poemas *Venid a suspirar, Mira Nero* e *Los que muertos veneramos*.

**Primeiro grupo.** A *Cantiga por el sin Ventura yanderubete Iesu* figura na página 25 do manuscrito. Compõe-se de quatro estrofes de sete versos de oito sílabas, exceto os versos 5 e 6, que são de pé-quebrado, com rima ABABcbB. Traz a indicação “*Cantiga por O sem ventura*”, e é uma oração a Jesus.

Na página seguinte do manuscrito, *Tupansy porangeté* compõe-se de cinco estrofes, tem a mesma indicação *Cantiga por El sin ventura*, em espanhol, mas é agora uma oração a Maria.

Assim, é patente que os dois poemas não guardam relação temática entre si. O mesmo ocorre quanto ao poema de que tomam a melodia, *El sin ventura mancebo Leandro de amor herido*, que não é senão uma versão pouco conhecida, em romance, do tema de Hero e Leandro que figura na *Primera Parte del Jardín de Amadores*,<sup>13</sup> livro raro de que se conservaram poucos exemplares.

---

<sup>13</sup> Vid. *Primera Parte del Jardín de Amadores* (Recopilados por Juan de la Puente). Há edições em Zaragoza e Barcelona (1611), Zaragoza (1637 e 1644) e Valência (1679). O poema, de cuja existência parece suspeitar Carolina Michaëlis de Vasconcelos (“Estudos sobre o Romancero Peninsular: Romances Velhos em Portugal”, in *Cultura Española*, Madrid, 1907-1909, (reimp. em Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, n.º XXIX), não figura nas recopilações que oferecem as obras monográficas citadas nas duas notas seguintes.

Esse romance, que recria o argumento de Hero e Leandro, de tão próspera fortuna na literatura européia<sup>14</sup> e inclusive na espanhola,<sup>15</sup> não guarda qualquer relação com os poemas citados, nem literal, nem rítmica, nem sequer em sua amplitude semiótica.<sup>16</sup> Anchieta desprezou o tema tão conhecido e de fácil transformação, servindo-se apenas da música desse poema, que talvez tenha circulado pelos Colégios da Companhia – único elemento utilizável para um público indígena, sem referências culturais européias.

**Segundo grupo.** Teófilo Braga, em sua *Antologia Portuguesa*, no capítulo “Escola quinhentista – medida velha”, incluiu umas *Trovas do moleiro, novamente feitas por tres autores muito graves, em que se contam as canseiras e trabalhos, que passou com o seu querido pelote*. Encontram-se na Biblioteca Pública do Porto, num caderno de sete páginas que não especifica data nem editor. Contém quatro glosas ao mote há pouco citado:

*Já furtaram ao Moleyro  
Seu Pelote domingueiro,*

obra de três autores, sendo a primeira glosa de autoria não mencionada e as seguintes de António Leitão, Luís Brochado e João de Couto, respectivamente.

Não vamos transcrever aqui esses impressos que narram a história de um moleiro de quem roubam a sua roupa nova. Plena de recursos humorísticos em geral ingênuos, deve ter circulado, manuscrita, impressa ou recitada, por Portugal e Brasil, onde alcançou, com toda a certeza, grande popularidade. Não

---

<sup>14</sup> Vid. Bárbara Fernández Taviel de Andrade, *El Mito de Hero y Leandro en la Literatura Oral Europea*, Madrid, Universidad Complutense, 1990, {Tesis Doctoral}.

<sup>15</sup> Vid. Francisca Moya del Baño, *El Tema de Hero y Leandro en la Literatura Española*, Murcia, Universidad, 1966, {Tese de Licenciatura}.

<sup>16</sup> “Descubrir los tres motivos constituyentes de Hero y Leandro (Relación amorosa secreta, Paso del agua, Amor más allá de la muerte) y las figuras que le son anejas (agua, fuego y noche) ha significado descubrir la piedra angular de la leyenda”. Cfr. Bárbara Fernández Taviel de Andrade, *op. cit.*, (III).

obstante, nem o assunto nem as suas diversas realizações mereceram jamais o interesse da crítica, a não ser quando, ao utilizá-las para um *contrafactum*, Anchieta as elevou à categoria de obra literária.

As *Trovas do Moleiro* motivam duas composições: aquela que começa por *Pitangi Morausubára* em língua tupi, que vem precedida pela indicação “Polo Moleiro”, e a que começa pelo mote:

já furtaram ao moleiro  
o pelote domingueiro

em português.

Eis duas maneiras totalmente diversas de aproveitar uma canção. Dirigida a um público iletrado de índios, a primeira composição aproveita, portanto, só a melodia dessas trovas, sem dúvida conhecidíssimas, para em dez sétimas, compostas de quintilhas e estribilho, contar a história do Menino Jesus, sem que na dita história se estabeleça nenhuma relação com o tema original.

A segunda composição, em português, dirigida sem dúvida a índios aldeados, é, também, de caráter doutrinário, mas tem um componente simbólico. É constituída por 45 estrofes sujeitas ao esquema ABBAAcc DEEDDcc, dividida em dois episódios de 24 e 21 estâncias subordinados aos motes:

já furtaram ao moleiro  
o pelote domingueiro

respectivamente.

“Apesar da sua simplicidade narrativa – assinala Mello Nóbrega num interessante estudo<sup>17</sup> – O *Pelote Domingueiro* é composição de grande força

---

<sup>17</sup> Vid. Mello Nóbrega, *Um Poema de Anchieta* (“O Pelote Domingueiro”), 1977. (Ampliação da conferência lida em 1975 na Sociedade Brasileira de Romanistas e publicada na revista *Romanistas* XII y XIII, órgão desta instituição XII y XIII do mesmo ano. Dispomos de uma cópia datilografada graças à amabilidade do professor Azevedo Filho). (p. 6).

simbólica: sob cores de alegoria aí se expõem verdades dogmáticas do cristianismo – o pecado original e sua remissão” [...], e mais adiante:

“Do que há de trivial e faceto, na história do moleiro que perdeu seu mais vistoso casaco, é, precisamente, que lhes vem a eficácia comunicativa e doutrinária: valendo-se de episódio jocoso, muito popularizado na poesia de gosto picaresco, o Padre Anchieta extraiu-lhe elevados ensinamentos religiosos, tornando-os acessíveis à compreensão de indígenas recém-convertidos e de povoadores incultos.”<sup>18</sup>

“Alegoria”, metáfora continuada, etc. são termos que se podem efetivamente aplicar a esse poema em que Anchieta aproveita um motivo banal para compor algo de altíssimo valor simbólico. Sérgio Buarque de Holanda, na sua *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, muitos anos antes, e sem conhecer a origem das *Trovas do Moleiro*, tinha também penetrado e comentado o esquema simbólico do poema. Veja-se o acerto com que o próprio Mello Nóbrega resume as palavras de Sérgio:

“Tentada pela serpente, Eva é ‘quem derruba o moleiro Adão’ (...), fazendo que o matreiro Satanás lhe ‘rape’ o domingueiro; passado muito tempo, entretanto, virá o neto do moleiro a “desempenhar” (...) o rico pelote, que deve representar o estado de graça em que Deus criou o primeiro homem; Jesus, o neto de Adão, vem à luz entre as palhas de um estábulo para remir a humanidade das conseqüências do pecado original.”<sup>19</sup>

**Terceiro grupo.** Os poemas desta série podem ser polarizados em dois núcleos principais: o primeiro **dirige-se a um público de colonos** e compõe-se de contrafações completas ou quase completas. Um exemplo seria *Venid a suspirar*.

---

<sup>18</sup> *Vid.* Mello Nóbrega, *op. cit.*, p. 6.

<sup>19</sup> *Cfr.* Mello Nóbrega, *op. cit.*, p. 8

O modelo é um poema em espanhol, composto por três tercetos de rima ABB, no qual o poeta associa a idéia de ‘pastor’ com o Bom Pastor. O poema original<sup>20</sup> diz assim:

*Venid a suspirar al verde prado  
comigo zagaleja y [vos] pastores  
Pues muero sin morir de mal damores*

*Tu eres soled[ad] que esta comigo  
saberes que es padecer novos dolores  
Pues muero sin morir de mal damores*

o *contrafactum*:

*Venid a suspirar con Jesús amado,  
los que queréis gozar de sus amores,  
pues muere por dar vida a pecadores.*

*Tendido está en la cruz, corriendo sangre,  
sus santas llagas hechas limpios baños,  
con que se da remedio a nuestros daños.*

*Venid, que el buen pastor ya dio su vida,  
con que libró de muerte su ganado,  
y dale de beber a su costado.*

---

<sup>20</sup> O primeiro terceto e a música aparecem no *Cancioneiro da Biblioteca Pública Hortensia de Elvas*. Ambos os tercetos e a música, com ligeiras diferenças, figuram no *Cancioneiro Musical de Belém*. São estas as únicas fontes para a música e o texto.

Transcrevemos aqui a versão do *Cancioneiro Musical de Belém* (Estudo introdutório e transcrição de Manuel Morais), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 65-66. Acompanha esta edição uma interpretação do *Cancioneiro* pelo grupo *Segrêis de Lisboa*.

O segundo núcleo **dirige-se ao público colegial**. Neste, o método de contrafação, talvez o mais comumente utilizado por Anchieta e também o mais generalizado, consiste em tomar um verso ou o estribilho de um poema profano e repeti-lo no *contrafactum*. Naturalmente, o verso ou estribilho será portador do conteúdo principal do poema original. É assim que ele constrói a sua canção *Mira el Malo*, destinada a glosar a morte de Jesus, e cujas música e letra, embora cultas, deviam de ser do conhecimento de todos os estudantes:

*MIRA NERO*

*Mira el malo, con dureza,  
a Jesús, cómo moría.  
Lloraba la redondeza,  
con dolor y gran tristeza...  
¡Y él de nada se dolía!*

O estribilho “*y él de nada se dolía*” foi tomado de empréstimo, juntamente com a música, de uma das canções (romance) mais tristes das letras profanas (“*Pero tañe e canta la más triste canción que sepas*”, pede Calisto a Sempronio em *La Comedia de Calisto y Melibea*, entoando este, então, os quatro primeiros versos do romance):

*Mira Nero, de Tarpeya  
A Roma cómo se ardía:  
Gritos dan niños y viejos,  
y él de nada se dolía.*

Dele serve-se Anchieta, para transferir à sua canção todo o clima de tristeza de um dos romances mais populares da literatura peninsular.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Para a fortuna deste poema em Espanha e América, no século XVI, *vid.*: Nicolás Extremera y Luisa Trias, “Un *contrafactum* de José de Anchieta: *Mira el malo con dureza*”, *In: Estudos Universitários de Língua e Literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, p. 611-624.

## Os modelos dramáticos

O teatro de Anchieta estende-se ao longo de 5.744 versos, quantidade importante por representar 55% do ARSI 24, e em volta de 26% de sua produção literária.

Nesse gênero, inverte-se a frequência de uso das línguas, ocupando agora o primeiro lugar o tupi com 2.438 versos, 42,547%, seguido de perto pelo espanhol com 2.249 versos, 39,249%; o português, com apenas 1.057 versos, fica com 1,446%, em último lugar. E isso porque o teatro é por excelência o gênero privilegiado de evangelização e o público é majoritariamente indígena.

O teatro, tanto o popular como o escolar, sempre foi para os jesuítas um instrumento de educação. Se, no princípio, Anchieta chegou a dizer: “para esta gente não há melhor pregação que a espada e a vara de ferro”<sup>22</sup> – opinião ainda mais dura que a conclusão de Nóbrega no seu *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* –, pouco depois ele conseguiu converter o teatro em escola de catequese e substituir os costumes dos índios pelos cristãos, adaptando-os aos valores da fé através do diálogo dramático.

O teatro vicentino, as danças populares peninsulares e as cerimônias ancestrais indígenas foram os seus modelos. Anchieta acrescenta, portanto, à tradição peninsular ibérica a novidade do cenário e a coreografia nativas. Usa das trovas peninsulares contrafeitas, do recitativo da catequese, de temas e personagens da mitologia silvícola mesclados a imperadores romanos, e, mesmo, figuras historicamente reais de chefes indígenas de tribos hostis.

Já assinalamos o caráter pragmático da música; a dança é considerada como transição para o diálogo; mais ainda os machatins, que têm um substrato guerreiro ritual a que os índios estavam acostumados.

Mas tanto as músicas como as letras e os passos das danças de Anchieta são diferentes; marcam uma diferença audiovisual com as das festas indígenas, então consideradas anacrônicas, impróprias para o novo estado cristianizado dos nativos. As personagens dos autos anchietanos partem da realidade

---

<sup>22</sup> Vid. Anchieta, José de, *Cartas. Correspondência Ativa e Passiva*, São Paulo, Edições Loyola, 1984, p. 195.

de e dos costumes indígenas, mas transformam-se, em função da catequese, em personagens sobrenaturais, anjos ou demônios, virtudes ou vícios, de cujo poder dependia a felicidade ou intransigência da aldeia, e a salvação ou desgraça dos índios.

## ~ O tupi

O uso exclusivo do tupi na obra de Anchieta determina o seu conteúdo, o programa, a forma da instrução. No caso das obras que se podem incluir no teatro em língua tupi, há três autos de catequese, a saber: *Dia da Assunção*, *Quando Levaram sua Imagem à Reritiba*; *Dos Mistérios do Rosário de Nossa Senhora* e *Na Aldeia de Guaraparim*, condicionados por toda uma inter-relação com novo código.

## Primeiro nível

### A Selva

Desses autos, o mais próximo à selva é o *Dia da Assunção*, *quando levaram sua imagem à Reritiba*, que consta de 103 versos. A citada aldeia foi fundada por Anchieta provavelmente no dia 15 de agosto de 1570, com índios tupiniquins. O auto deve ter sido representado nela a 15 de agosto de 1590.

### Personagens

Coro de meninos que dançam machatins; um anjo; um diabo e seus companheiros. O auto está exclusivamente dirigido a um público de índios e tem por finalidade o recebimento de uma imagem de Nossa Senhora no porto, no átrio e na própria igreja.

O argumento desenvolve-se em três atos. No primeiro, um anjo e um diabo enfrentam-se ao ser levada à vila uma imagem da Nossa Senhora. No segundo ato, no átrio da igreja seis índios dançam machatins. O terceiro ato consiste num discurso final do anjo. Concordamos com Paula Martins, para quem esta representação provavelmente seria precedida de uma cantiga de 39 versos.

Tem-se, em primeira instância, dois elementos aliciadores de habitantes da floresta – música e dança –, os mesmos registrados por Pero Vaz de Caminha no trecho em que, ao som da gaita, os portugueses conseguem mesclar-se com os índios numa dança.

Anchieta, além das aptidões e costumes dos índios, conhecia seus medos, e deles também se utilizou para a catequese. Cardim informa que “este gentio não tem conhecimento algum do seu Creador (...); tem grande medo do demônio, ao qual chamam ‘Curupira’, ‘Taguaipaba’, ‘Macachera’, ‘Anhangá’, e é tanto o medo que lhe tem, que só imaginarem elle morrem, como aconteceu já muitas vezes”.

Anchieta utilizou-se em seus autos do temor que os indígenas tinham das pestes e epidemias, cujas causas obviamente desconheciam, julgando-as sobrenaturais. Nossa Senhora ou o Santo Padroeiro protegiam a aldeia de pavores e desgraças. Exerciam o papel e ocupavam o lugar dos magos e feiticeiros que conjuravam, com as suas cerimônias ou cantos, o demônio desconhecido. Porque, para compreender o que significava “a devoção”, o índio devia assistir à luta entre o Bem e o Mal, personificados num anjo que protegia e salvava e num demônio que corrompia e matava. Graças ao poder de Nossa Senhora, a aldeia purificava-se de pecados e ficava protegida contra os temores e aflições. O demônio, expulso e ridicularizado, era desprezado pelo público, que assim era levado a rejeitar as tentações. Essa luta representada contra o Mal, o diabo e os seus vícios mostrava que só através da virtude e do arrependimento a salvação era possível.

## Segundo nível

### A Aldeia

A evolução desse gênero de espetáculo para uma forma mais dialogada encontra-se no auto representado em Guaraparim, aldeia de índios já mais cristianizados, onde se entroniza o conceito de alma. O auto *Na Aldeia de Guaraparim* deve ser situado num nível sensivelmente superior. Trata-se da peça mais longa, escrita exclusivamente em tupi, do caderno de Anchieta. Tem 806 versos e

endereçoava-se exclusivamente aos índios da aldeia de Guaraparim. Segundo o padre Armando Cardoso, tal aldeia, formada com índios tememinós, foi fundada oficialmente por Anchieta em 1580. A igreja, dedicada a Santana, teria sido acabada de construir em 1585, e este auto teria sido composto para sua inauguração. Por sua parte, Paula Martins data a representação de dezembro de 1589-94.

No desenvolvimento do argumento, os demônios atacam a alma de um índio que acaba de morrer. Esta defende-se, alegando o seu nome de batismo e confirmação; mas, enquanto não se arrepende de seus pecados e não pedir misericórdia à Nossa Senhora, não aparece o anjo para salvá-la. A sua salvação é o perdão através do arrependimento e da confissão.

### **Personagens:**

Uma Alma, um Anjo e os Diabos Anhanguçú, Tatapiera/Arongatu, Cau-guaçu/Caumondá, Moroupiara/Aboiuçu/Anngobi. O auto apresenta uma personagem alegórica original para o teatro indígena – a Alma – e uma provável cena celestial – indícios de época avançada na catequese. Há crítica dos maus costumes: a antropofagia, o beber cauim e seus derivados, além do ataque aos vetores dos vícios estabelecidos: as mulheres idosas e os pajés.

Fornece dados etnográficos, como o comportamento dos casais, a adoção de muitos nomes à moda indígena e indicações geográficas, como a de aldeias não conhecidas na documentação da época. Linguisticamente, revela flexibilidade na linguagem, rapidez no diálogo e vocabulário relativamente mais rico que o das peças tupis anteriores.”<sup>23</sup>

## **Terceiro nível**

Um terceiro nível na evangelização das aldeias indígenas é indicado por peças bilíngües tupi-línguas peninsulares.

---

<sup>23</sup> *Ibidem.* p. 603.

Em tupi-português existe uma única peça: *Recebimento que Fizeram os Índios de Guaraparim ao Padre Provincial Marçal Beliarte*. Trata-se de uma peça breve de 289 versos, dos quais 58% em tupi e 42% em português. Não se trata propriamente de obra teatral, mas de uma adaptação das cerimônias indígenas de recepção de um chefe principal de outra tribo. Não há diálogos e, sobretudo, não há diálogo português-tupi. Tal coisa não sucede em *Na Festa de São Lourenço*, segundo auto de Anchieta quanto à extensão. Totaliza este 1.493 versos, e compõe-se de 873 versos em tupi (58,5%), 580 em espanhol (38,8%) e 40 em português (2,7%), percentual esse tão escasso que a peça pode ser considerada bilíngüe, praticamente tupi-espanhol.

É possível que se trate da obra que Nóbrega encomendou a Anchieta, provavelmente em 1561, quando os habitantes da Vila de Piratininga quiseram representar um auto na noite de Natal. Anchieta compôs o auto intitulado *A Pregação Universal*, em três línguas, das quais o tupi e o espanhol são protagonistas, já que o português, além da parca presença, nem participa dos diálogos. A obra foi provavelmente encenada no Natal desse mesmo ano. Teve depois muitas representações posteriores. O segundo ato, com poucas modificações, foi levado como peça independente com o título *Na Festa de Natal*. Compõe-se de 496 versos, dos quais 451 estão escritos em tupi, 35 em português e 10 em espanhol. Parece também um auto monolíngüe, idêntico, em grande parte, ao primeiro ato de *Na Festa de São Lourenço*, ato esse a que se acrescenta uma dança dialogada em três línguas. Foi muito representado e ficou célebre uma sua encenação em 31 de dezembro de 1576, em São Vicente, pelo prodígio a ele atribuído da suspensão de uma tormenta.

Dirigido a um público de índios, constitui um método de exposição que mostrava todas as fases do apostolado em terras brasílicas. Primeiro, censurava os costumes mais arraigados e mais contrários ao propósito da evangelização: beber cauim (v. 42 et seqq.), em primeiro lugar e muitas vezes reiterado (89 et seqq., 258 et seqq., 320 et seqq., 378 et seqq.), por ser o que causava mais dano moral; depois, dançar, adornar-se, tintar-se de vermelho, emplumar-se, pintar as pernas, fumar, fazer de curandeiro (52-62), etc.

Arremetia a seguir, tão distante de nossas preocupações atuais com o politicamente correto, contra os poderes estabelecidos da tribo, aqueles que fomentam e mantêm as tradições indígenas. Curiosamente são as mulheres idosas, mais que os pajés, o objetivo dos ataques de Anchieta. Nesse ato, chega ele mesmo a personificar as tradições indígenas consideradas negativas numa velha ébria, viúva de Piracae, que increpa Aimbirê. Também se refere cruelmente a elas pela boca de Aimbirê (123-131) e de Guixará (405-415). Os pajés, em sua qualidade de xamãs, têm igualmente suas tradições indígenas censuradas (382-395).

Em seguida eram administrados os sacramentos, sob a condição da confissão sincera, através da qual se conseguia o perdão de Deus e a comunhão (425-443).

Como é habitual, os santos derrotavam os demônios, e o anjo dirigia uma arenga à platéia (571-654). Com uma cantiga de 16 versos, esse auto celebra a derrota dos demônios.

Interessa-nos particularmente o diálogo espanhol-tupi do 3.º ato, que personifica a vitória do paganismo brasílico sobre o paganismo clássico (do verso 776 ao verso I.104) num total de 328 versos, 22% da peça, nos quais o espanhol ocupa 282 versos (86%) e o tupi 46 (14%). Embora a língua majoritária na totalidade do auto seja o tupi (60%), com o espanhol (40%) como segunda língua, tal proporção se inverte nesse diálogo específico, e passa a ser de 86% em espanhol e 14% em tupi. Nele, é significativo o fato de serem todos os personagens bilíngües, falando espanhol e tupi. Participam da cena Aimbirê, Saravaia, dois demônios indígenas e dois imperadores romanos do século III: Décio e Valeriano.

A estrutura dramática de luta entre anjos ou santos e demônios pagãos do teatro indígena de Anchieta estende-se aqui, no tempo, até esses imperadores, representantes do paganismo clássico. Cria-se um espaço atemporal, plano, onde o paganismo e o cristianismo se confrontam simultaneamente em todas as idades. Vemos que, ante um público de índios, a projeção atinge o paganismo greco-romano, levando à cena dois personagens anacrônicos, Décio e Va-

leriano, que são vencidos pelos demônios indígenas que atuam sob as ordens de personagens do cristianismo: um anjo e um santo. A confrontação entre ambos os paganismos realiza-se num espaço não menos anacrônico: o clássico, culpável por ser posterior ao cristianismo, e o indígena, inocente, que vence o paganismo clássico por mandato cristão.

Tal projeção cultural ocorre também no plano lingüístico, de modo que os personagens põem em cena a máxima expressão da formação dos seletos. Seu bilingüismo demonstra a aprendizagem das línguas a que eram submetidos não só os índios, capazes de falar uma língua de cultura como a espanhola, mas também os meninos órfãos levados ao Brasil pela Companhia, aos quais era ensinado o tupi.

O paganismo clássico está representado pelos imperadores romanos Décio e Valeriano, que falam castelhano, embora conheçam também as línguas dos indígenas: o tupi, em que Décio pronuncia suas últimas palavras, cinco versos (I.076-I.080), e o carijó, que Valeriano utiliza em quatro versos, para confundir Aimbirê.

O paganismo indígena está representado pelos demônios indígenas, que são os personagens verdadeiramente bilíngües do diálogo, pois ambos falam em castelhano durante todo o diálogo, salvo Aimbirê com vinte versos e Saravaia com seis versos. Ambos apresentam-se falando em tupi, embora imediatamente passem para o castelhano. Aimbirê explica-o assim:

*Quiero hacerme castellano  
Y usar de policía  
Con Décio y Valeriano,  
Porque el español ufano  
Siempre guarda cortesía.  
(865-869)*

Finalmente, os imperadores são jogados ao fogo pelos demônios, comandados por Aimbirê, numa vingança na qual o sujeito é duplo: São Lourenço e

Deus. Os demônios indígenas, por mandato do Anjo e de São Lourenço, enviam para o inferno os imperadores. Ali, São Lourenço e Deus ordenam que sejam queimados. Assim, pois, coincidem, na ação, o século XVI do Brasil com o século III e ambos convergem ao inferno cristão, onde se pode contemplar a vingança de São Lourenço, que se desenrola numa história plana em que as idades se confundem.

Nesse prolongamento da Antigüidade romano-pagã para a Espanha e para a língua espanhola, consideradas ambas como expressão modelar da *romanitas*, explica-se, em grande medida, o uso do espanhol por Anchieta. O âmbito cristão impõe-se ao pagão, de maneira que os demônios da tradição cristã, com nome em tupi e comandados pelo anjo, vencem os imperadores romanos, representantes do paganismo clássico, sendo, um deles, Décio, igualado ao próprio Júpiter. Um demônio do paganismo tupi, já cristianizado “às avessas” por Anchieta, submetido ao poder de um anjo e de São Lourenço, é suficiente para vencer todo o passado pagão clássico representado por sua máxima divindade.

Na tríade básica das línguas, o espanhol substitui o latim, assim como o tupi, o grego. A ausência de diálogos entre o tupi e o português na obra de Anchieta explicita o interesse dos jesuítas de isolar, dos colonos portugueses, os índios, quando lhes forneciam uma língua de cultura considerada, então, a língua do império temporal da cristandade.

## ~ As línguas peninsulares

### I.º Nível

#### Nas Vilas

O uso exclusivo de uma, outra ou de ambas as línguas peninsulares situa-nos já em outro mundo; é o mundo dos colonos. Ali habitam os filhos dos colonos melhor estabelecidos e os índios seletos transculturados. Trata-se da universidade dos colégios do Brasil.

O auto de catequese intitulado *Auto de Santa Úrsula* ou, como consta do Caderno de Anchieta, *Quando no Espírito Santo se Recebeu uma Relíquia das Onze Mil Vir-*

*gens*, é um auto breve, escrito em português e dialogado, de 289 versos, dedicado a advocação da Vila de Vitória a São Maurício.

### Personagens

Um Diabo, um Anjo, São Maurício, um companheiro de São Maurício, São Vitor, Santa Úrsula e um personagem alegórico. Tem particular interesse a Vila, que aqui fala português.

Diz o Padre Hélio A. Viotti que “Seus atores parecem ter sido estudantes da escola dos Jesuítas e membros da Confraria de S. Maurício, sediada na igreja de Santiago, em cujo adro se representou a parte principal do auto”.<sup>24</sup> (p. 99)

Em correlação com este auto, Anchieta compôs *Na Vila de Vitória*, seu auto mais extenso, com um total de 1.674 versos, dos quais 65% estão em espanhol e os 35% restantes em português. É também o de maior elaboração técnica e de melhor concepção dramática. Foi pela primeira vez representado no pátio da igreja de Santiago, na Vila Velha de Vitória do Espírito Santo, entre 1584 e 1586.

Estava dirigido a um público de colonos, no meio do qual, porém, poderia haver índios em fase de evangelização ou já convertidos ao cristianismo. Tanto sua temática como seus personagens diferem sensivelmente dos que costumam ser habituais na dramaturgia anchietana.

Junto a personagens comuns a toda sua obra, como são Satanás, Lúcifer, São Maurício e Vital, companheiro de São Maurício, aparecem outros de natureza alegórica, como a Vila de Vitória, a Ingratidão, o Governo, e, por fim, seus companheiros – o Temor de Deus, o Amor de Deus e o Embaixador do Paraguai.

O fito desse auto é restabelecer a relação da aldeia com seu padroeiro São Maurício, cuja deterioração está a ponto de motivar o traslado de suas relíquias a pedido do embaixador do Paraguai. Muito complexa e suscetível de vários

---

<sup>24</sup> Vid. P. Joseph de Anchieta S.J. *Teatro de Anchieta, Obras Completas* 3. volume. Originais acompanhados de tradução versificada, introdução e notas pelo P. Armando Cardoso. op. cit. p. 99

tipos de leituras, sua finalidade última está centrada em estabelecer os princípios e a justificação de uma sociedade teocrática.

Composto de três atos, com sete diálogos, uma oração, dois sermões e uma procissão. Os diálogos acontecem nos atos 1.º (três diálogos) e 2.º (quatro diálogos), constituindo o mais longo exemplo de diálogo entre o espanhol e o português. A parte dialogada dessas duas línguas estende-se ao longo de 1.495 versos, o que representa 89% da peça.

Interessa-nos particularmente o ato 2.º. Nele, que se compõe de 1.256 versos, vale dizer, 75% de toda a peça, o espanhol é também a língua mais falada, representando 61% do total. O português abrange uma cota de 39%. Ele constitui o núcleo da obra, por ser onde se estabelecem as bases da articulação jurídico-teológica do modelo jesuítico para a organização social no Brasil: uma sociedade teocrática, capaz de superar as diferenças entre os povos do Império Católico de Felipe II; uma unidade política fundamentada na unidade religiosa sob o Papado de Roma e uma unidade lingüística com o espanhol como língua do Império.

Participam sete personagens. Em espanhol falam: a Vila de Vitória, o Amor de Deus, o Embaixador do Paraguai e Vital, o companheiro de São Maurício. Expressam-se em português: o Governo e a Ingratidão. O Temor de Deus é o único personagem bilíngüe do auto.

O ato divide-se em quatro diálogos em espanhol e português, uma oração da Vila em espanhol e dois sermões, o primeiro bilíngüe e o segundo todo em espanhol.

O 1.º Diálogo, entre a Vila de Vitória e o Governo, tem 388 versos (399-787) e é particularmente significativo. Trata-se de um colóquio em tom cortesão no qual o bom Governo, em português, acode às queixas da Vila, que fala espanhol, submetidos ambos à monarquia cristã de Felipe II e à lei de Cristo. Dá uma série de conselhos e retira-se ante a chegada da Ingratidão.

Não só a nós, mas também ao Governo resulta chocante que a Vila se expresse em espanhol. Por essa razão, interpela-a:

*Governo-*

Mas não me tenhais a mal  
preguntar-vos, sem engano  
(não vos virá disto dano):  
pois que sois de Portugal,  
como falais castelhano?  
(521-525)

As razões que dá a Vila são a proposição do espanhol como língua de toda a Cristandade.

*Vitória-*

*Porque quiero dar su gloria  
A Felipe, mi señor,  
El cual siempre es vencedor,  
Y por él habré victoria  
De todo perseguidor*

*Yo soy suya, sin porfía,  
Y él es mi rey de verdad,  
A quien la suma bondad  
Quiere dar la monarquía  
De toda la cristiandad.*

É por isso que não se contradizem, com a devida obediência ao Governo português, o rei da Cristandade delega:

*Quien quiere a su rey honrar,  
Debe en todo obedecer  
Al que rige en su lugar.*

*Esto sólo es acertar,  
Todo al es ofender.*  
(526-556)

O desenvolvimento do auto expõe as características e fundamentos do bom Governo: a lei natural, a lei divina, a lei humana.

O segundo diálogo tem 350 versos. Ocorre entre a Ingratidão, que fala português, e o Embaixador do Paraguai, que se expressa em espanhol (787-1137).

A Ingratidão é apresentada como uma velha horrível, mas culta, que expõe seus receios contra as relíquias, o Governo e os escolares e mostra ao Embaixador seu ódio contra a Vila.

O Embaixador é “um castelhano do Rio da Prata”, autocomplacente, que dá vivas a Castela pelo seu saber, cortesia, urbanidade e virtude (857 et seqq.).

O Embaixador louva as relíquias (824-828) e lamenta que estejam numa aldeia ímpia e ingrata (820-840). A seguir, arremete contra os portugueses, mas, quando reconhece que a Ingratidão é a causa de todo o mal, põe-se imediatamente ao lado dos portugueses, a quem considera seus irmãos e senhores.

*Yo me hallo arrepentido,  
Pues, como hombre atrevido,  
Hablé mal de Portugal.*

*Porque, en fin, son mis hermanos  
Mis señores portugueses,  
Muy católicos cristianos,  
A quien yo beso las manos  
Y los pies muy muchas veces.*  
(972-979)

Ante a ameaça da Ingratidão, porém, anuncia um propósito

*Embaixador-*  
*¡Pues juro de trabajar,*  
*de estas reliquias llevar*  
*para el Río de la Plata!*  
 (I.134-I.136)

que vai desencadear a reação de Vital, companheiro de São Maurício, no diálogo seguinte.

*Vital-*  
*¡Mirad, hermano vuestro celo!*  
*Aunque lo tengo por bueno,*  
*No penséis que es tan ajeno*  
*De justicia el rey del cielo,*  
*que rige el mundo sin freno.*

*Los hombres de vuestro Río*  
*Merecen, por sus pecados,*  
*Ser de Dios desamparados,*  
*Y que no venga rocío*  
*Del cielo por sus collados,*  
*Porque siempre ensangrentados*  
*Han vivido muchos años,*  
*Haciendo tantos mil daños*  
*A los cariyós cuitados,*  
*Con robos, muertes, engaños.*  
 (I.184-I.199)

Toda uma lição de humildade é dada ao pretensioso Embaixador, que não se escusa de perguntar:

*Embajador-*  
*Pues, ¿nunca vendrá alguna hora*  
*Para su visitación?*

*Vital-*  
*Dios, de suma compasión,*  
*En quien toda bondad mora,*  
*Sabe el tiempo del perdón.*  
(1.204-1.208)

Finalmente, Vital expulsa a Ingratidão e pede ao Embaixador para ficar na Vila, convite que este aceita (1.245-1.250).

O 4.º diálogo nos dá a chave do movimento dramático da obra, quando a Vila confessa que sua gente havia desterrado dali o Temor, o Amor e o Governo.

*Mi pueblo bien mereció*  
*Ser de la culpa vencido,*  
*Pues de sí os desterró.*  
(1.332-1.335)

Este é o pedido de auxílio que a Vila faz,

*Mas agora os pido yo,*  
*Sea por vos socorrido*  
(1.335-1.336)

através da intervenção de São Maurício,

*pues Mauricio,*  
*por singular beneficio*  
*de nuestro Dios, le fue dado*  
(1.337-1.339)

O Temor e o Amor de Deus mostram à Vila a necessidade de contar sempre com a ajuda de São Maurício (I.343 et seqq. I.353 et seqq.).

O Governo, o Amor e o Temor de Deus repreendem a gente da aldeia, suas falhas, e a Vila pede ao Temor e ao Amor que puguem para as pessoas da aldeia (I.427-I.431).

O ato conclui-se com os sermões do Temor e do Amor de Deus.

Este auto se nos apresenta como exemplo do modelo social-teocrático de Anchieta encenado numa vila governada por portugueses:

1.º propõe a autonomia política da Vila de Vitória sob o Governo português;

2.º propõe a unidade dos cristãos sob o governo justo das leis de Cristo;

3.º propõe a unidade lingüística da América sob o domínio do espanhol, língua da monarquia e de toda a Cristandade.

## Segundo Nível

### A cidade-colégio. O auto em espanhol.

O âmbito lingüístico e cultural em que se inscreve o teatro de Anchieta é, sem dúvida, dos mais amplos da história do gênero. Sem entrar no latim e falando só das línguas vulgares, Anchieta é capaz de vincular os idiomas indígenas, os mais primitivos, que sequer eram conhecidos, com o espanhol, que para ele ocupava o lugar de paradigma indisputado.

Tais são os dois extremos da atividade dramática de Anchieta: o mais primário, o mais elementar de seu apostolado, o do primeiro contato do índio com o Deus dos jesuítas, está perfeitamente tipificado no *Dia da Assunção*, *Quando Levaram Sua Imagem a Reritiba*, que é também a sua peça em tupi mais breve. No outro extremo, o mais elaborado, o mais sutil de sua evangelização, o auto intitulado *Na Visitação de Santa Isabel*. Escrito e representado em espanhol, apresenta conteúdos elaborados, expressivos, doutrinários e místicos.

É a última peça que Anchieta escreveu, toda em castelhano, cerca de um mês antes de sua morte.

É um auto diferente dos outros, mais próximo dos de Gil Vicente: o diálogo é mais longo, e a parte do espetáculo, menor. Foi criado para ser representado antes da missa de inauguração da Santa Casa de Misericórdia, no dia 2 de julho de 1595, em Vila Velha, antiga capital da Capitania do Espírito Santo. Trata-se de um ato inaugural de uma obra com sufrágio em parte do Capitão Miguel de Azeredo, que foi assistida por um público eminentemente cortesão. O espetáculo que oferece é muito semelhante ao de uma peça similar da Península Ibérica.

Escrito num único ato de 572 versos, parece ser melhor representado em dois atos:

1.º O diálogo de Santa Isabel com um romeiro castelhano, até ao verso 416;

2.º Da aparição do Anjo, no verso 416, que marca a presença de Nossa Senhora até o final, no verso 572.

Aqui já não aparece a dança, embora seja o canto o verdadeiro dinamizador da peça, por meio de duas tonadilhas. O primeiro ato articula-se sobre *¿Quién te visitó, Isabel*, e o segundo sobre *¡Ave, estrella de la mar!*

## Primeiro Ato

No início, indica-se que ele se construiu “sobre este mote”:

*¿Quién te visitó, Isabel,  
que Dios en su vientre tiene?  
Hazle fiesta muy solene,  
Pues que viene Dios en él.*

Depois, o ato de apresentação e recebimento dá-se entre o romeiro castelhano e Santa Isabel, e no verso 51 começa um elaboradíssimo intercâmbio de perguntas e respostas-glosas com a finalidade de cantar as excelências de Maria. Tal exercício de devoção mariana é, com grande possibilidade, o mais literariamente sublime de toda a produção anchietana, e foi composto para ser

cantado a duas vozes sobre a melodia de uma das cantigas de germania mais populares do século XVI peninsular.<sup>25</sup> A cantiga vai do verso 5I até ao II0. A

<sup>25</sup> Recolhida no *Cancionero General de Hernando del Castillo* a partir da sua 8.<sup>a</sup> edição (1557). Diz assim:

*Quién te me enojó Ysabel  
quién con lágrimas te tiene  
que hago voto solene  
que pueden doblar por él.*

*No lloreys colipoterra  
ni me tengays por gayon  
si no os le pongo so tierra  
antes que de la oracion  
vos entrujad el cayron  
no demos en el barzel  
que hago voto solene  
que pueden doblar por el.*

*Calareme un molleron  
un luan Machiz corto y ancho  
Numbergue al gargamellon  
las onze mil en el pancho  
y mi famosa Rodancho  
y mi follosa cruel  
que hago voto solene  
que pueden doblar por el.*

*Al Burdion inocente  
y'os le dare de antubiada  
desd'el oyente al soniente  
una luenga turrionada*

*luego quinta y enbocada  
s'esta de masse Miguel  
que hago voto solene  
que pueden doblar por el.  
y si viniere en gauilla  
no le estimo en vn tornes  
para mi no es marauilla  
esperar a dos ni tres  
yra comigo altopies  
que es vn compañero fiel  
que hago voto solene  
que pueden doblar por el.*

Canção esta que talvez seja necessário “traduzir”<sup>12</sup>

Quem foi que te molestou  
(enfadou) Isabel  
quem com lágrimas te tem  
que eu faço voto solene  
que podem dobrar sinos por ele.

Não choreis rameira  
nem me tenhais por rufião  
caso contrário não o enterro  
antes de dar a oração  
vós roubais o dinheiro  
não vamos ir para a cadeia  
que eu faço voto solene  
que podem dobrar sinos por ele.

Levo um capacete  
um cutelo curto e largo  
courageira no peito  
cota de malha na barriga  
e o meu famoso escudo  
e a minha espada cruel  
que eu faço voto solene  
que podem dobrar sinos por ele.

Ao rufião inocente  
eu darei a traição  
desde a orelha até ao nariz  
uma longa facada  
logo vários golpes de espada

que eu faço voto solene  
que podem dobrar sinos por ele

E se vier em companhia  
não o temo em nada  
para mim não é maravilha  
esperar dois ou três  
irá comigo Altopés  
é companheiro fiel  
faço voto solene  
podem dobrar sinos por ele

Sobre esta canção de germania Anchieta compôs também o *contrafactum*: “*El que muere en el pecado*” (p. 18 v do manuscrito), no qual narra a *estória* de Baltasar Fernandes, um adúltero desdenhoso que, admoestado em reiteradas ocasiões por Anchieta, respondia sempre “Morra gato, morra farto”. O infeliz acabou morrendo de uma flechada do marido traído. Esta canção, que está relacionada com outras [números 446, 447, 448 da obra de Margit Frenk, *Corpus de la Antigua Lírica Popular Hispánica (siglos XV a XVII)*, Madrid, Castalia, 1987], foi estudada na sua relação com o teatro de Anchieta por Joseph E. Gillet, “José de Anchieta, the first brazilian dramatist”, *Hispanic Review* XXI, (1953) 155-160. Há uma versão para o divino, anônima, que começa:

*Aquel gran Dios de Ysrael,  
que del padre sale y viene*

*oy cumple el voto solene  
que David hizo por él*

Figura no *Cancionero Sevillano* da Biblioteca da Hispanic Society of America (Nueva York), ms. b 2486, f. 170 v. Cfr. M. Frenk Alatorre, *El cancionero sevillano de la Hispanic Society (ca. 1568)*, *NRFH* 16, (1962) 355-394.

partir daí, o diálogo encaminha-se a narrar, já sem canto, a vida de Nossa Senhora, sua pureza, além dos mistérios da redenção e da encarnação, com referência a um profeta.

Depois, segue-se um fragmento de litania:

*De madre de pecadores,  
Abogada de culpados,  
Refugio de atribulados,  
Medicina de dolores,  
Libertad de encarcelados,  
(307-311)*

Este plano de exaltação mariana conclui-se com Santa Isabel estatuinto ser a Misericórdia o mais fino elemento dentre as virtudes de Maria (335). Mais adiante, no verso 381, estabelece-se o vínculo entre esta virtude da Virgem e a Casa da Misericórdia que estava sendo inaugurada (379-381).

O ato conclui com uma despedida do romeiro e a promessa de Santa Isabel de “por los ruegos” de Maria conseguir de Jesus que:

*Aumente esta Cofradía,  
Hinchiendo de amor y fe  
Toda la Capitanía.*

Este verso, 415, conclui o primeiro ato.

## Segundo Ato

Este é introduzido pela chamada de um Anjo (dez versos) ao romeiro castelhano que partia, anunciando a vinda da Mãe de Jesus. Na continuação, o romeiro e os quatro companheiros, de joelhos, iniciam o segundo movimento musical da peça com o “*¡Ave, estrella de la mar*”. Cada um deles faz uma variação de dez versos, dando lugar à alocação de Nossa Senhora, que começa no verso 481.

A Virgem Maria apresenta-se como Mãe de Deus, visitadora, tutora de pecadores, remédio dos males, e oferece-nos o seu Filho para a salvação da humanidade:

*Él es la miel sustancial,  
Del alma dulce comida.  
Él es el dulce panal,  
Que en mi vientre virginal  
Se crió, por darnos vida.*  
(521-525)

Abençoa a aldeia e pede para ela a proteção de seu Filho. Os romeiros também vão embora, cantando

*¿Quién te visitó, Isabel,  
que Dios en su vientre tiene?  
Hazle fiesta muy solene,  
Pues que viene Dios en él.*

Seguem-se mais duas estrofes de mesma feição, com o que a obra se conclui.

## Personagens

Participam oito, sendo a principal a Virgem Maria, em cujos lábios Anchieta põe setenta versos. É a única vez em que Nossa Senhora participa como personagem no teatro de Anchieta, razão por que se pode fazer constar que a Virgem de Anchieta fala em espanhol. O seguinte personagem em importância é Santa Isabel, visitadora da Virgem Maria, que estabelece um diálogo teológico-moral e por vezes político-religioso com o romeiro, assim como um vínculo simbólico entre Nossa Senhora e a Casa da Misericórdia. O romeiro visita Isabel, que visita a Virgem Maria, que visita a todos. O coro de quatro compa-

nheiros cantando “*¡Ave, estrella de la mar*” é um contraponto a “*¿Quién te visitó, Isabel*” (51-110), pois ambos entoam as excelências de Nossa Senhora. Por fim, o papel do anjo reduz-se a um mero anunciador da presença de Maria, com uma breve alocução de dez versos. Isso comunica o elevado teor representativo do auto.

A tríade do romeiro, Santa Isabel e Nossa Senhora é a mais sublime em todos os autos de Anchieta. O argumento é o mais teologicamente elaborado. A língua, a mais culta de seu século.

As obras literárias de Anchieta são, em seu conjunto, um exercício progressivo de participação. Essa deriva em forma singular do modelo pedagógico jesuítico, formando ideologicamente parte do acervo da Companhia desde os primeiros tempos, quando seus co-fundadores se tinham conhecido na Universidade de Paris. O método parisiense de graduação em diversos níveis e a participação ativa do aluno como exercício discente, o chamado *modus parisiensis*, transferiu-se com eles primeiro para Roma e depois para o mundo, especialmente desde que Santo Inácio ficara entusiasmado com a atividade docente após o êxito de Messina, a partir de 1548.

Com frequência cita-se a experiência de “*el Juli*” como precursora do modelo das reduções jesuíticas do Paraguai. O autêntico diálogo com as línguas indígenas produziu-se nos anos que estão entre a primeira escrita de *A Arte de Gramática* de Anchieta, antes de 1556, e sua publicação, em 1595, mas realizou-se de forma completa quando este conseguiu utilizar cada uma das línguas que conviviam na nova terra para a evangelização dos seus habitantes.

O âmbito tridentino de *persuasão-integração* no universo cristão teve na Companhia de Jesus um campo de expansão extraordinário. Um índio cativado primeiro pela música, persuadido logo depois pela “palavra”, realizar-se-ia plenamente integrado no universo cristão das línguas da tríade tupi, espanhol e latim – da flauta rude para o tupi, do tupi para o espanhol e, finalmente, para o universalismo católico latino. Esse seria o curso ideal da conversão do nativo, ora possível em sua amplitude histórica, sociocultural e lingüística, ora apenas

mais individualmente, no tempo limitado de uma vida humana, embora experiência restrita a muito poucos dos seletos.

A obra de Anchieta, em seu conjunto, é uma *Summa Artis* que estabelece e compendia os elementos necessários para assegurar a transição da floresta à Jerusalém Celestial, da antropofagia (“porque é gente tão indômita e bestial que toda sua felicidade tem posta em matar e comer carne humana”)<sup>26</sup> à Eucaristia (ingerir, por transfiguração, o Corpo divino).

---

<sup>26</sup> Vid. Carta de Anchieta de finais de agosto de 1554 a Santo Inácio.



Gravura em metal (2005).  
João Atanásio.

# Poemas

LÊDO IVO

## Balada do desespero

*Quem quiser ledó viver  
saiba-se desesperar.*

D. João de Menezes

Ocupante da  
Cadeira 10  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

Se eu desespero é que ledó  
quero viver na alegria  
seja tarde ou seja cedo  
seja de noite ou de dia.  
Desespero mais houvera  
eu não desesperaria.  
Desesperar é querer  
pois quem desespera espera  
antes que se ponha o dia  
de duas águas beber.  
São águas da mesma fonte  
paridas no mesmo monte:  
a água clara da alegria

e a água salobra da mágoa  
que, de amarga, sabe a lágrima.  
Desespero mais houvera  
e nele me encontraria  
pois somente no exagero  
de existir mais desespero  
é que está minha alegria  
como na fonte dormida  
dorme uma água emudecida  
à espera de ser bebida.  
Desespero mais houvera  
minha sede mataria  
no poço do desespero  
que guarda a minha alegria.  
Quem espera desespera.  
E mais desespero houvera  
mais esperança haveria  
de alcançar desesperado  
a esperança e a alegria.  
Quanto mais noite anoitece  
mais claro se torna o dia.  
Quanto mais rosa fenece  
e mais floresce o jardim.  
Que haja desespero em mim  
e em todo o meu esperar  
para que eu possa ser ledô  
e viver sem dor ou medo  
de saber desesperar.

## Homenagem a Garcilaso de La Vega

Quando aplico os meus olhos no passado  
e conto os passos que me hão trazido  
até aqui, me espanta que, perdido,  
a maior mal podia ter chegado.

Não sei por que aqui me vi pousado  
nem lembro do caminho percorrido.  
Findo todo o cuidado antes vivido,  
apenas sei de me ter acabado.

A quem saiba perder-me e acabar-me  
toda a minha fortuna entregarei,  
mudando o meu achar no meu perder.

Minha vontade pode a mim matar-me,  
que ao seu remédio me submeterei,  
cativo ao meu destino e ao seu querer.

## O anjo

No dia suado dos homens  
um anjo passou ao meu lado.  
Caminhava como um sonâmbulo  
e sua asa roçou o meu ombro.

Como todo anjo que se preza  
ele passou sem dizer nada,  
portador do grande mistério  
por nenhum de nós desvendado.

Não pude esconder meu assombro  
ante a celestial visão  
de um anjo descido do céu  
a caminhar na multidão.

Como todo anjo que se preza  
ele passou sem dizer nada  
perto de nós mas muito longe  
de nossa vã iniqüidade.

Era um emissário de Deus?  
E por que estava na cidade?  
Pensei mesmo em interrogá-lo  
a respeito da eternidade.

Como todo anjo que se preza  
ele passou sem dizer nada  
como um noctâmbulo que vara  
a neblina da madrugada.

Ele passou com o seu silêncio,  
tornando maior meu assombro.  
E sua asa resplandecente  
ficou cravada no meu ombro.

## O passeio de canoa

Ainda hoje ouço o rumor dos remos na laguna.  
Eles cortam as águas como se escavassem a terra  
e separassem o amanhecer dos prodígios do dia.  
A canoa desliza lentamente entre os mangues verdes e emaranhados  
e a promessa do mar que fulge na foz deserta.

Os remos espalham cicatrizes na água ferida  
que se abre e se refaz. A vida não é só o rumor  
ou o gotejar dos remos. É também o silêncio  
aberto como um pálio sobre os corpos inclinados para a água  
e as almas condenadas à incerteza e ao desamparo.

Há um tempo de falar e um tempo de calar; um tempo de dizer e um  
[tempo de silenciar  
após a aprendizagem do dia e a viagem na canoa  
que sulca serenamente as águas da laguna e haverá de voltar  
ao atracadouro onde a água e a terra  
são verdades inseparáveis como a vida e a morte.

## Soneto de Ottawa

E o tempo... o tempo o belo escarnecido,  
por mais longo que seja sempre breve,  
uma brancura plácida de neve  
desgarrada do céu escurecido,

o tempo, que não cumpre o prometido  
e jamais paga o soldo que nos deve  
e finge estar parado quando a leve  
folha estremece no jardim florido,

o tempo que dá voz às águas mudas  
e o dia fugitivo torna em pura  
noite de um vivo tempo não vivido,

e veste ao sol as árvores desnudas,  
crava em nós sua flecha, e uma brancura  
de neve cai do céu escurecido.

## Uma laranja

Contemplo uma laranja que brilha como um sol na manhã de verão  
e descubro que não sabemos contemplar.

A nossa pressa em tocar e possuir nos impede de contemplar o corpo  
[bem-amado  
especialmente os seios que reclamam o silêncio da adoração  
antes de serem emurchecidos pelo deus dos corpos  
mais cruel que o deus das almas.

Alegria do mundo: no pomar  
uma laranjeira oferece o seu primeiro fruto maduro.  
Agora a terra gira em torno de uma laranja que é um sol imóvel.  
Fujo da claridade.  
E busco a sombra das árvores e a sombra dos sonhos  
onde sugarei um seio dourado.

# Sonetos ingleses para Ruth

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

## Um soneto de repente

Teus olhos cor de musgo e de ferrugem,  
Banhados pelos mares siderais,  
Desventram brados, gritos, sons que rugem,  
Descortinando anseios canibais.

Dilacerado o peito, que te encerra,  
Ancestralmente, sinto amor selvagem  
Em outras dimensões, em outra terra,  
Sem mitos, sem fantasmas, sem forragem.

Teus olhos são espadas toledanas  
Nos rasgos que defloram dor e sangue.  
Meu canto perde as nuvens soberanas,  
Afundado no pântano e no mangue.

Amo-te muito, forte e tenazmente,  
Agora, para sempre... e de repente.

Jurista brasileiro com reconhecimento internacional, é professor emérito das universidades Mackenzie, Paulista e da ECEME – Escola de Comando do Estado Maior do Exército. Presidente do Conselho da Academia Internacional de Direito e Economia, é membro das Academias de Letras Jurídicas, Brasileira e Paulista, Internacional de Cultura Portuguesa (Lisboa), Brasileira de Direito Tributário, Paulista de Letras, dentre outras.

## Eternamente Ruth

Há muito tempo que não resto assim,  
Perto de tudo e longe de mim mesmo.  
Caminho meu caminho sem ter fim,  
E eu ando certo de que eu ando a esmo.

As sombras da paixão são sempre iguais,  
O amor que eu te devoto sempre infindo.  
Sinto em minha alma ardor de samurais,  
Quando contemplo o teu sorriso lindo.

Descubro, no horizonte, meu deserto,  
Desvendo, no cenário, teu encanto.  
Revelo em minha estrada o tom desperto,  
Que cobre meu destino com seu manto.

Há muito tempo que te quero e cismo,  
Quando passeio no meu próprio abismo.

## Em Natal

A timidez do sol, na tarde escura,  
Com prenúncios de chuva mais adiante,  
Desvenda pelo mar a compostura  
De quem navega sonhos de um infante.

O verde é colorido em forma estranha.  
Ora triste, ora alegre, ora sem vida.  
Marulha no momento em que a façanha  
É recobrir a areia dividida.

O canto é aquele som próprio do mar,  
Monótono e de pouca encenação,  
Como os versos que escrevo a teu olhar,  
Nada obstante pleno o coração.

Natal, por onde corre o Potengi,  
Como, no peito, corre o amor por ti.

## Rei

Nasci rei de um reinado sem rei,  
Num castelo sem cor e sem ponte,  
Meus comandos nos quadros da lei  
Mergulharam na cálida fonte.

Meus soldados de escudo no braço,  
Nunca espada tiveram na mão,  
Os tambores batidos no espaço  
Percutiram lembranças em vão.

A princesa do rei tão silente  
No castelo vivia sem dor,  
Mas o reino do rei diferente  
Tinha a cor do castelo sem cor.

Nasci rei de um reinado sem rei,  
Sem comando, sem povo e sem lei.

## Nosso amor

O descompasso fere o pastoreio,  
O pastoreio pasce o verso inculto,  
O verso inculto gera o teu receio  
E o teu receio torna-se meu vulto.

E meu amor explode a cada passo,  
A cada passo busco-te, desperta,  
Desperta em ti a síndrome do espaço,  
Do espaço aberto em tua vida certa.

O tempo cria formas ao relento  
E ao relento descubro teu encanto,  
O teu encanto eu sempre reinvento  
E reinvento o timbre de meu canto.

Não há quem, no silêncio, não escute  
O nosso amor sem fim, querida Ruth.

## À noite

Quando te fito pela noite adentro,  
Neste sossego que tua alma exalta,  
Vejo um passado que não foi cruento  
Vejo um porvir no qual amor não falta.

Resta o presente fruto do noturno,  
Que salmodia a noite para ti,  
Pescando estrelas por um mar soturno,  
Cheio de sons que nunca iguais ouvi.

A juventude faz-se mais distante,  
Mas tu revelas sempre o mesmo encanto,  
Como a balada nobre de um infante,  
Descubro-te Senhora de meu canto.

Quando te fito à noite adormecida,  
Percebo que tu és a minha vida.

## Noite

No silêncio da noite e da distância,  
Revejo, lasso, as cenas do passado,  
Que recomponho, instância por instância,  
Até formar o círculo quadrado.

O contraste que o tempo redescobre  
Desfaz o sonho cálido d'antanho,  
Redesenhando em seu perfil mais nobre,  
Destaque entre as ovelhas do rebanho.

Repensar de que vale? Nada valho,  
Nada sou, nada quero, nada posso.  
O próprio verso que, no tempo, espalho  
Não sei se continua sempre nosso.

O começo do fim que principia,  
Na busca de um eterno novo dia.

## Olhar de infância

Penetrei pela enorme profundez  
Deste mar colorido de seus olhos.  
Triste azul. Melancólica tristeza.  
Penedo transformado sem escolhos.

Penetrei. Nadador por ter nadado.  
Suicida solitário. O mar azul  
Logo cobriu-me num estranho fado  
Que, em vez do Norte, descobriu o Sul.

Azul dentro do azul. A maresia  
Marítimos escombros desvendava  
E os sonhos que eu fazia, desfazia,  
Desfazendo um abismo à idéia escrava.

Afoguei-me no fundo da distância  
De um olhar, que busquei por minha infância.

## Esboço

Feneceram as rosas pelo azul.  
O verde naufragou em plena idéia  
E perdeu o comando para o Sul.  
Soçobraram lembranças de odisséias.

A bordo do naufrágio estava o mar.  
Debalde. A sonda cinza não mais era.  
Restava o simbolismo cor de âmbar  
De um Outono medido em primavera.

Mimosas... depois foram sobre o espaço  
Colorações de seda em sombra rubra.  
Da funda emanção ficava um passo,  
Que o negro faz que o branco sempre cubra.

Eis o esboço de um simples quadro estranho,  
Onde pascem meus versos sem rebanho.

### O cansaço do tempo

O cansaço do tempo já desfeito,  
Transparece nas páginas d'antanho,  
Um cansaço explosivo no seu leito,  
Que do tempo distende seu tamanho.

A pétrea descoberta nada acresce,  
Imutável caminho pelo espaço,  
Girando sementeiras sem ter messe,  
Num cântico atonal, embora escasso.

A estrada sempre morre na estalagem,  
Serena, mesmo intensa a tempestade,  
Há muito que não sopra mais aragem  
Que o verso descobrir não sei quem há de.

O cansaço do tempo faz-se imenso  
Que não sei mais pensar no que já penso.

## Eu

Eu sou aquele que te quer, na vida,  
Com um querer sereno e sem limite,  
Que permanece, mesmo se a descida  
Os anos mostre para quem os fite.

Eu sou aquele que nasceu p'ra ti,  
Sem perquirir a tua concordância,  
Correndo o risco que sempre corri,  
Nas minhas lutas desde a prisca infância.

Eu sou aquele que descobre estrelas  
No teu olhar que o mundo não descora,  
Acalentando sonhos, por retê-las,  
Passado tempo, que se faz de agora.

Eu sou aquele que, no eterno espaço,  
Junto de ti caminha, passo a passo.

## Soneto para o meu soneto

O tempo tem me feito prisioneiro,  
Da forma tão antiga e tão moderna,  
Com que descanto o canto mensageiro,  
Que, em poucas águas, tiro da cisterna.

Não sei mais versejar senão assim,  
No soneto, vivendo meus limites,  
Tão limitado como meu jardim,  
Onde o sonho e a verdade restam quites.

O tempo de seu fim chega bem perto,  
Com erros, mas acertos, nesta vida,  
Que não foi nem floresta nem deserto,  
E que a morte fará ser esquecida.

O presente se perde, já sem hora,  
E o passado e o futuro são agora.

## Voando para São Paulo

Pelo céu, novamente cruzo os ares,  
Cansado de voar toda a semana,  
Mas cumpro o meu dever sem mais pesares,  
Neste mundo do qual a vida emana.

Teu perfil me consola pela estrada,  
Em que as nuvens variam todo o instante,  
Caminho, passo a passo, para o Nada  
De tudo o que forjei desde eu infante.

Sucessos e fracassos rememoro,  
Na própria placidez de minha idade,  
Já não me importa aquilo que hoje exploro,  
Nem me causa o passado mais saudade.

O meu Deus, a família e teu amor  
É o que ainda à minh'alma dá calor.

Nos céus da Bahia, 19/09/06.

2007

Começo um ano novo. Recomeço.  
A mesma luta intensa do passado.  
A vida corre célere e não meço  
O tempo que se escoia de meu lado.

Das mulheres amei apenas uma.  
São da família as outras que eu amei.  
Gloríolas nunca foram mais que espuma,  
Operário que sou e não um rei.

A imensidão silente do Universo  
Desfaz a vida humana, tão pequena,  
Recolho-me no abrigo de meu verso  
À falta de sentido nesta cena.

Recomeço, porém, junto dos meus  
A mesma luta em busca de meu Deus.

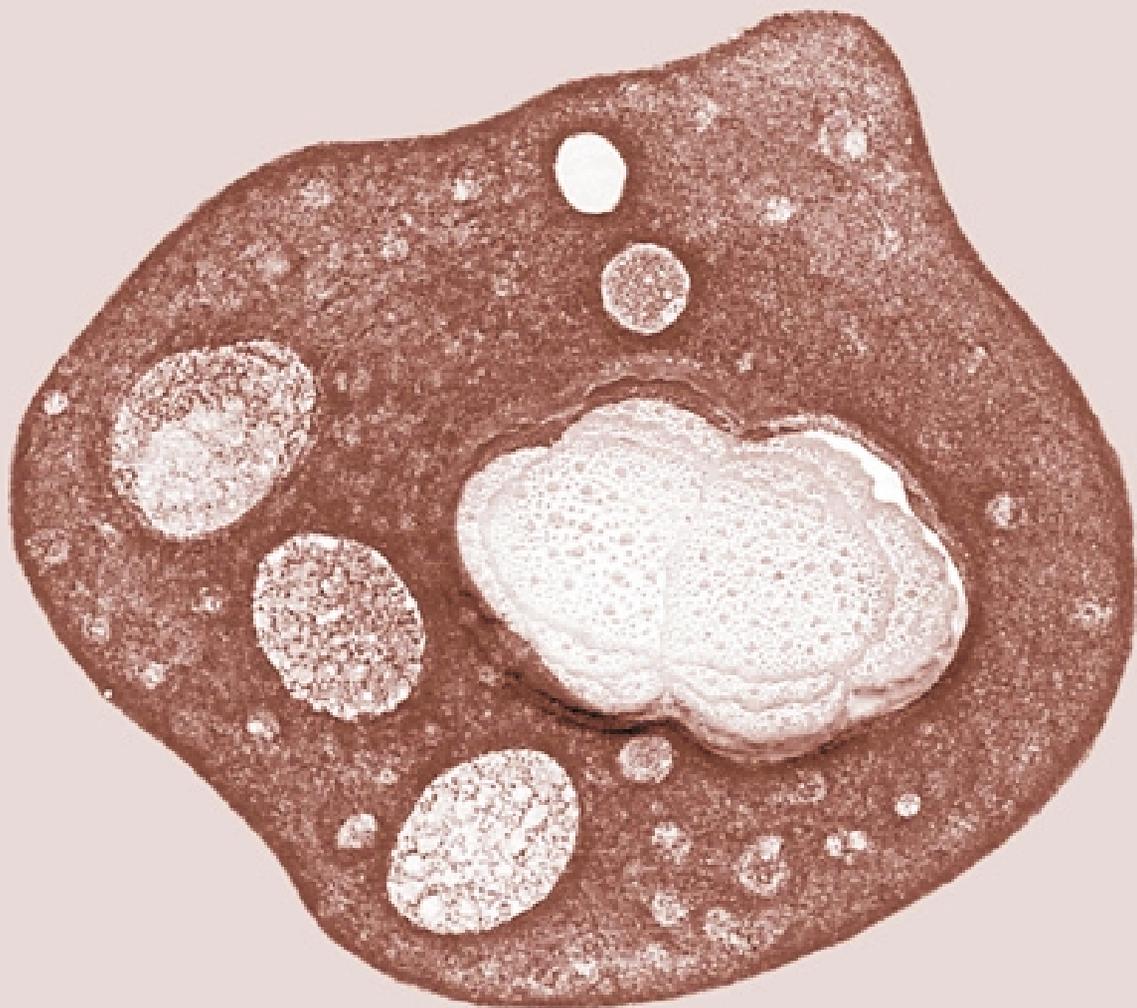
## Fim dos fins

Um dia terá fim a minha vida.  
O mundo terá fim também um dia.  
Lição do intemporal, tão esquecida  
Pelo passar do tempo que desfia.

Qualquer que seja a luta, acabará.  
O brilho do Universo é tão finito!  
Do sábio Salomão e de Sabá  
Da mestra não restou senão o mito.

A eternidade eterna não desfaz  
A pobreza do tempo que se escoia,  
Em busca do silêncio em plena paz,  
Que no negro do etéreo mal ressoa.

No fim dos fins, verei como meu passo  
Percorreu, sem sentir, imenso espaço.



Microorganismo (2006).  
João Atanásio.

# Poemas

SONIA SALES

## Deus

Deus  
 Leva-me ao cume da montanha  
 Para que eu tenha uma visão mágica da natureza  
 e volte com as mãos repletas de flores.  
 Mostra-me a Tua vontade  
 Onde a felicidade ainda existe.

Deus  
 Entende minhas carências e o meu refúgio  
 Cruza a tênue linha da vida  
 Em cada momento, a cada sol  
 acende a chama da virtude  
 na alma que me deste

Deus  
 Quero ouvir o Teu chamado  
 Comer a Tua ceia.  
 E quando chegar a hora da luz  
 e da verdade, ao som de violinos  
 dormirei a Teus pés.

Sonia Sales nasceu no Rio de Janeiro, mas é paulistana há 23 anos. Com formação em Psicologia e Arte e cursos de extensão em Londres, Munique e Bruxelas, seus gêneros literários são a poesia, o ensaio e a literatura infanto-juvenil. Tem artigos publicados em jornais e revistas do Brasil e do exterior e participa de várias antologias em Portugal, Espanha, EUA e Brasil. Tem doze livros publicados, a maioria com versões em inglês e espanhol. Seu último livro de poemas, *Os Dedos da Morte*, recebeu o prêmio para livros bilingüe, *Menotti del Picchia*, da União Brasileira de Escritores. Pertence à Academia Carioca de Letras e ao PEN Clube do Brasil.

## Sonhos roubados

Cai a máscara.  
Sem horizonte, a solidão  
é o oráculo nesta cidade que  
não mais conheço.  
O sol esboroa-se refletido nas  
vidraças empoeiradas.  
Tremulam sombras esculpidas  
na geometria do concreto.  
Homens armados, carros blindados,  
guarda-costas atentos.  
Cristos em sangue.  
O asfalto repleto de tradições  
pactuando com a realidade virtual.  
As imagens do computador  
mostram corações de vidro  
e a ferocidade de suas derrotas.  
Criaturas sem face clamam por  
liberdade.  
Crianças reclamam  
a devolução dos seus sonhos.

## Hora da verdade

As tristezas se acumulam  
as dívidas também.  
A hora da verdade  
Não é a do dia  
Enquanto o sol  
jorra pela janela.

É de madrugada  
Quando acordada me levanto  
e a Besta está solta.  
A ela me revelo.  
Tanto é o medo do perjúrio  
que estremeço enquanto outros  
acham graça.  
Indiferentes, não se alarmam  
com as guerras alheias  
com as nossas guerras

com os nossos mortos.  
Burguesia apática  
Zumbis a contar dólares.  
Esquálidas crianças nos  
olham através da tela.  
Todos os dias, todas as noites  
enquanto seus corpos apodrecem  
nas estradas  
olhos esbugalhados  
a camarilha persegue o ouro  
aviltando com a cobiça  
o funeral da fome.

A lama escorre nas rasas  
sepulturas. As carpideiras  
não choram mais.  
Não há mais sangue para os vampiros.  
Mas eles persistem, escondendo  
os dólares, enquanto  
crianças famintas nos olham

através da tela  
todos os dias, todas as noites.  
E nós, poderosas criaturas, nos  
refestelamos com iguarias  
enquanto elas morrem  
de fome.

## Meditação

No lodo do rio  
talhado com o sangue dos infieis  
naves contraditórias descem na correnteza  
procurando certezas  
que só Deus nos pode dar.

Como o lótus nascido no silêncio  
o monge medita as transições da lua,  
a transparência do vidro,  
o silêncio,  
o nada ser para alcançar o sempre.  
Sentindo que sem esperança do eterno  
não há o sentido da vida.  
Sem o saber do infinito  
não há para que uma alma.

# Poemas

IZACYL GUIMARÃES FERREIRA

## Entre as coisas

As coisas amanhecem claras.  
Tão altamente iluminadas,  
há nelas uma eternidade  
possível e distante, mágica.

Desconhecem o medo, a fé,  
um sentimento qualquer, breve  
ou persistente, que as revele  
vivas, mortais, talvez rebeldes.

As coisas anoitecem frias.  
Somem na pátina sombria  
a profundidade e a superfície,  
a aparente força infinita.

Escritor, tradutor e ensaísta. Diretor de Centros de Estudos Brasileiros e adido cultural (84-99) nas embaixadas do Brasil no Uruguai, na Costa Rica e na Colômbia. Dentre suas obras citam-se *Os Endereços*, *Memória da Guerra*, *Uma Cidade*.

E permanecem sempre sós  
em sua natureza imóvel.  
Entretanto seguem velozes  
pela imensidão, como nós.

Assim desaparecem, mudas,  
longínquas e alheias a tudo,  
enquanto nossas almas, nuas,  
combatem nas águas da dúvida.

## Noturno

O instável firmamento  
brilhava sobre nós,  
perdidos em perguntas.

Tantas estrelas juntas  
e nenhuma resposta  
ou esclarecimento.

Numa língua estrangeira  
talvez nos surpreendesse  
a grande explicação.

No entanto aquela esteira  
de luz, sem interesse,  
corria na amplidão.

Talvez nos caiba a só  
beleza do espetáculo,  
o cativo fervor.

E nada saiba ou sobre  
à palavra do oráculo,  
senão propor o amor.

Talvez. Mas nunca é finda  
a busca original  
de um claro entendimento.

Pesava, pesa ainda  
a falta de um sinal  
do instável firmamento.

## Senhor

Há muito tempo venho te escrevendo.  
De meus primeiros endereços,  
desde o começo,  
desde sempre eu te escrevi.  
Desde os muitos casarios  
– nas alturas, frente ao mar,  
de minha terra solar  
e de lugares sombrios –  
de toda parte venho te escrevendo.

Mesmo sem dizer teu nome  
ou se obscuro e cifrado  
meu bilhete, meu recado,  
sei que sabes que te escrevo.

Gravei palavras nas pedras,  
nas ondas e no papel  
te celebrando.  
Sabias, desde onde e desde quando,  
se é quase um livro de horas  
o que eu ando te escrevendo.

Entre os tropeços da crença  
levantei meu questionário  
e a contrapelo é que escrevo  
esse espesso breviário.

Quando sozinho protesto  
ou me queixo, se confuso  
em teu silêncio te acuso,  
te acusava, a quem, senão a ti  
eu escrevia?

Tamanhas caligrafias,  
tamanhas indagações,  
já não sei se me perdi  
na própria língua  
ou se esqueci tua extensa geografia.

Com tanto infinito assunto,  
como posso interromper  
essa escritura?

## Sinais vitais

*O belo está no belo que já vimos.*

Afonso Felix de Sousa

Quando o sonho se esgarça e perde a mágica,  
a consciência acorda e assume a máquina.

Se o que se viu não passa de lembrança  
do já visto, persiste uma esperança  
em recompor o perdido, o esquecido  
entre fulgores claros repentinos.

Pois somos isso, nisso confiamos,  
no retorno de quanto fomos quando

era o início de tudo em nós, ainda,  
uma viagem sem previsto fim.

A beleza dos corpos, a beleza  
das coisas, das manhãs todas inteiras,

com suas horas redondas e eternas  
dizendo que eram nossas. E eram belas.

A consciência recompõe a mágica  
se restam forças a mover a máquina,  
para ver outra vez, para outra vez  
viver à plena luz do que já fez.

Então há um recomeço em outros termos:  
tudo o que tínhamos volta ao que temos,  
é o vivido refeito entre palavras,  
maquinária de imagens, pensamentos,  
na mágica de sonhos que é sem travas,  
ao resgatar idades e momentos.

Se o tempo fosse só o que nos mede,  
não haveria em nós qualquer remédio  
contra os medos e o tédio, se a beleza  
nublada se perdesse nessa esteira  
de minutos, de sombras e de insônias.

Nenhum remédio, nada que reponha  
a beleza que fica na memória.

Esse é um sinal vital maior que as horas  
e é o que temos, um saber e um sabor  
de natureza a nutrir o que somos.

Esse é um sinal vital à revelia  
do tempo e que transforma a noite em dia:  
recomposta no sonho e na vigília  
a esplêndida memória imita a vida.

Belas, magia e máquina se espelham,  
e assim, serenamente adormecemos.

## Promenade

I.

Ouço a grande porta de Kiev  
e sem que a veja a imagino.  
Vejo as naturezas mortas  
nas paredes infindáveis  
sem perder os seus aromas.  
Cheiro as flores dos jardins  
impressionistas e as colho  
em ramalhetes de sons.  
A clorofila infinita  
de Cézanne uma vez mais,  
essa Vênus, esse Apolo,  
os burgueses de Calais  
– meu museu imaginário  
e o de Malraux me acompanham  
quando fecho minhas pálpebras.  
Todas as coisas despertas  
nos sentidos da memória  
são eternas e imutáveis.  
Todas as coisas lembradas  
eternizam meus minutos.

2.

*La guitarra es um pozo  
Con aire em vez de água.*  
Gerardo Diego

A guitarra de Gerardo Diego  
não é azul como aquela de Wallace

Stevens. Mas as duas soam soltas  
nas telas de Picasso, Gris e Braque.  
Ou soam afinadas em concertos  
sobre as mesas floridas dos pintores.  
Sem partitura ou mãos que as toquem, dormem.  
Curvílinea madeira, uma guitarra  
guarda em segredo poços de água e sons,  
azuis ou verdes. Seus corpos de fêmeas  
saltam das telas e dançam: gitanas  
flamengas, carmens. São mulheres, todas,  
mas no repouso dos traços, das cores,  
as linhas se transformam em palavras.

3.

Aquém ou além da fotografia,  
do filme, da cegueira apenas breve  
de meu sono, há imagens que se movem  
a despeito de mim ou dos passantes.  
Partem barcos velozes nas regatas,  
as bandeiras ventando pelos mastros  
num cais suspenso sobre um mar intacto.

Um casario sobe pela encosta  
e são cubos apenas, sem janelas.  
A toalha na grama me convida  
e cavalos galopam na batalha  
em que os corpos inertes dos soldados  
sangram nas baionetas já caladas.  
Olhares de senhoras e varões  
me pedem companhia entre as molduras

como grades sem chaves, me despedem.  
Na multidão, manchado de pincéis,  
recebo a chuva antiga atravessando  
uma Paris molhando meus sapatos.  
Na solidão desse museu me perco  
e me procuro, tendo só o olhar  
que sou, que fui, que me prende e confunde,  
na ocupação da realidade oculta  
nas camadas secretas das idades.

4.

Se meus olhos falassem,  
meus ouvidos ouvissem,  
muito conversaríamos,  
estes auto-retratos  
e eu, os olhos nos olhos:  
jovens, velhos Rembrandts,  
um e outro Van Gogh,  
Portinari e seus óculos.  
Levanto meus espelhos  
para que possam ver  
como eram e são,  
quando o tempo se encolhe  
e podemos falar  
sem pressa, sem temor  
aos relógios e às noites  
que se acumulam densas  
sobre os dias distantes  
que nos separam. Mas  
agora estamos juntos,  
eles e os rostos todos

que me espreitam nas salas,  
pois é de auto-retratos  
que de um jeito ou de outro  
se ocupam nossas tintas,  
nossa conversação  
em preto e branco, muda.

5.

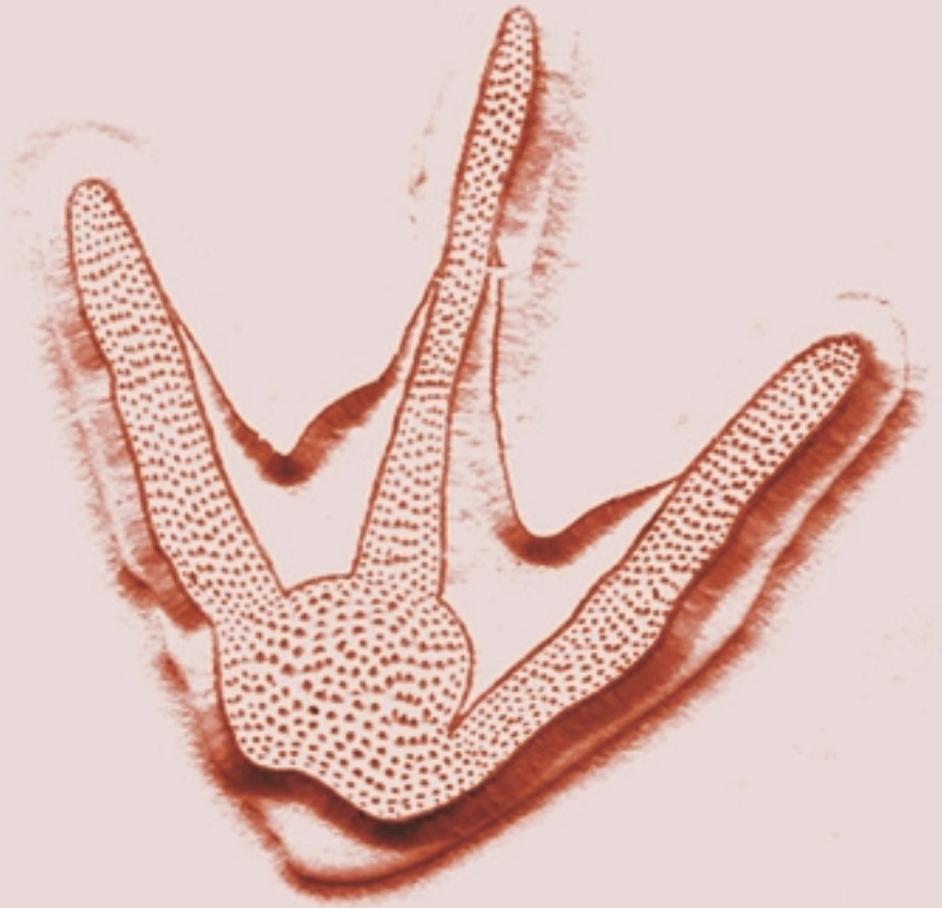
Entre o que vejo e penso,  
entre a pintura feita  
e a natureza vista  
(ou inventada, outra,  
ou nenhuma, mental),  
entre olhar e lembrar,  
a tela permanece  
indiferente e livre.

Assim qualquer poema  
disposto numa página,  
qualquer mármore ou bronze  
numa praça com pombos,  
bancos, folhas que caem,  
ou esse som no ouvido  
sem visível orquestra,  
voz humana a meu lado.

Entre uma obra entregue,  
o tempo de fazer  
e o de receber, há  
uma noite, um silêncio.  
Há uma espera de troca e entendimento, gozo.

Espera sem relógios,  
duração sem medida.

Nas salas dos museus  
sussurros se acumulam,  
personagens espiam,  
objetos envelhecem.  
Todo o mundo renasce  
à aberta luz do dia,  
no espaço entre o que vejo  
e meço, penso e digo.



Microorganismo (2006).  
João Atanásio.

# Poemas

GUILHERME DE ALMEIDA

## Líquido cântico

Canta, canta para mim, chuva múltipla! Canta  
os silêncios da secura que estorricou  
os canteiros dos jardins  
as bocas-de-lobo das esquinas  
o dorso corredio das sarjetas  
as telhas-de-canal dos beirais  
as calhas de zinco, as goteiras, as gárgulas  
o fundo gretado das represas  
enferrujando o eixo das turbinas.

Chuva benzedeira que a terra chupa com gana  
perlenga de lavadeiras que a goela do esgoto engole  
franja de todos os toldos  
vidrilho para a sede das vidraças  
e dos fios

Guilherme de Almeida (1890-1969). Foi o terceiro ocupante da Cadeira 15 da Academia Brasileira de Letras. Um dos grandes poetas brasileiros.

olhos de óleo-lama-piche-graxa das poças olhando nuvens:  
desce cai escorre entope empanturra empanzina  
a caixa-de-água pançuda no *roof* dos arranha-céus!

Canta, canta por mim, chuva múltipla! Canta a cântaros!

## Mário de Alencar

AFRÂNIO PEIXOTO

**C**hamara o Ministro J. J. Seabra para seu secretário a Mário de Alencar, funcionário graduado do Ministério da Justiça. Foi o ato mais acertado do seu governo, porque Seabra teve o desastre de alienar as glórias que seriam suas, do Oswaldo e do Passos, por ele nomeados e dependentes do seu ministério.

Mário tinha tato, escrevia bem e em tudo punha ordem e medida.

Apresentado a ele, fiquei logo correndo com ele em amizade, informando-o amiúde da categoria das pessoas da Bahia que escreviam a Seabra e a quem o ministro respondia pelo seu secretário.

As cartas, assim, eram tão adequadas e justas que Seabra pôs-se a bem apreciar o admirável funcionário que tinha a seu serviço.

A Academia, que acabara por eleger Mário de Alencar, pois Machado de Assis tinha por ele grande admiração pessoal, deveu a Mário a sua instalação no Silogeu.

Era, então, um prédio começado faustosamente e inacabado, creio que destinado a uma maternidade. Pôde-se colocar a maternidade em Laranjeiras, num prédio adquirido, e Mário sugeriu a Seabra terminar parcimoniosamente o prédio começado à Praia

*Afrânio Peixoto*  
(1876-1947).  
Terceiro  
ocupante da  
Cadeira 7 da  
Academia  
Brasileira de  
Letras.

da Lapa, destinando-o a várias associações sem pouso. Foram contemplados o Instituto Histórico, o Instituto dos Advogados, a Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira; desta, ninguém se lembraria se Mário, para ela, não tivesse feito a combinação em que entravam as outras. Por esse grande serviço, Murat propôs a Seabra que se inaugurasse na Academia o retrato. Naquela efígie eu vejo todas as semanas a de Mário de Alencar. *Sic vos non vobis*.

Mário, na Academia, acolitou Machado de Assis, seu mestre e seu amigo, e dele recebeu o legado de velar pela filha única que tivera e na velhice, quando o amor fica mais zeloso e veemente.

O de Machado à Academia chegou até ao sacrifício de adotar a horrível ortografia fonética que o antilusismo de Medeiros e Albuquerque lhe impusera. O pobre Machado estava inconsolável: quando da revisão de *Esau e Jacó*, verificou que teria de escrever esse título à moda extravagante: *Ezaú e Jacó*.

Contava-me Mário, desanimado, por ver ali o maior sacrifício que um velho homem de letras pode fazer à inconseqüência jovem de um Cenáculo de letrados que sabiam tudo, menos a língua.

Sugeri-lhe, então, que os nomes próprios seriam exceção, e Machado não trairia a Companhia escrevendo como todo o mundo.

Mário, exultante, partiu com o alvitre e disse-me o que Machado lhe dissera: tinha vontade de dançar tamanha a satisfação. Bastava que no texto de seus romances se visse forçado à grafia fonética da Academia. Só senti a sua satisfação quando, anos mais tarde, sem poder invocar que era nome próprio, tive de escrever *Espbinge* sem *ph* e com *j*.

Já contei como o aplauso de Machado me valera a dedicação de Mário para a Academia. Por mim fez ele imprimir cartões com o meu (*sic*) e neles sua letriinha fina pedia votos, como mandava o regulamento. A própria carta de candidatura ele a escreveu, só mais tarde substituída por outra de meu punho. Sua cabala foi tão bem feita que os votos que lograram meus contendores foram distraídos por ele e dispensáveis a meu triunfo.

Quando cheguei ao Rio, eleito, e pensei em pedir-lhe que me recebesse, já achei por ele apalavrado Araripe Júnior, porque, dizia ele, tendo benevolmente criticado a *Rosa Mística*, e sido por mim prefaciado o seu livro *Miss Kate*, teria a bondade e o entusiasmo de me receber.

Mário era assim como as lâmpadas votivas que queimam perenemente nos altares. No seu altar havia a amizade. Havia a amizade aos seus, filho, irmão, esposo e pai dedicadíssimo, e também exemplar amigo. Desses amigos que vão à cegueira fazendo ouro tudo o que tocam.

Conheci ainda a mãe dele, D. Georgina de Alencar, a quem visitei na chácara do Cochrane, na Tijuca, solar que tivera o seu faustoso parque riscado e plantado por Thomaz Cochrane, o fundador da homeopatia no Brasil, irmão do Almirante Lord Cochrane, Marquês do Maranhão e herói da Independência, avô de Mário de Alencar.

Propriedade e parque haviam caído em decadência. D. Georgina mostrou-me o banco em que estivera sentado Castro Alves, que viera à Tijuca trazer a José de Alencar cartas de apresentação de Fernandes da Cunha.

Cícero apresentando Horácio, como dissera ele a seu amigo Machado de Assis, a quem recambiara o jovem poeta para a glória da publicidade.

– Ele esteve sentado aqui – dizia-me a mãe de Mário de Alencar –, e aqui José, meu marido. Tive a visão concreta de que ali estiveram momento juntos o maior romancista e o maior poeta brasileiros.

Um velho escravo remanescente da fazenda deu-me a noção da glória de seu senhor:

– De quem foi você escravo?

– De meu senhor José de Alencar.

– Quem foi este homem?

– Pois não sabe o Sr.? Foi um homem tão grande que o governo mandou fazê-lo de ferro e lá está no Catete.

Era a glória. Ela representa mais do que cem volumes aplaudidos e lidos pelo Brasil inteiro. Mas um movimento de humanidade com que um dos primeiros atos do Ministro José de Alencar, em 78, mandara abolir o infame mer-

cado de carne humana, negros vendidos e escolhidos, ali no Valongo. Concordei com o velho escravo na grandeza de José de Alencar.

A quinta do Cochrane tivera fama até na Inglaterra. Uma parente inglesa, deles, viera ao Brasil e lá no abandono e na penúria perguntava:

– *Where is the park?*

Recentemente adquirida pelo milionário E. G. Fontes, a quinta do Cochrane estará em breve restituída a seu esplendor.

Foi aí que situei uma das cenas que mais me agradam de meu livro *As Razões do Coração*, onde o tio da heroína esconde na serra a sua felicidade.

Essa Tijuca que Alencar chamou um degrau para o céu continuou a ser o encanto do filho, que distribuía entre a Tijuca e Teresópolis as suas férias de verão.

Na serra travei conhecimento com os “Sonhos de Ouro”, a planta silvestre de florinhas amarelas, cujo nome lhe dera Alencar, pondo como título a um de seus romances.

Também na Tijuca levo personagem meu a pé, à Cascatinha, ao Hotel White, remansos de frescura e vegetação descritos em *Uma Mulher Como as Outras*.

Tenho hoje a sensação de que o automóvel, correndo vertiginosamente da Muda à Gávea, do Niemeyer a Conde de Bonfim, permite apenas ao viajante menos ver a Tijuca do que a Tijuca ver esses monstros de aço que roncam queimando gasolina. É a Tijuca quem os vê. Eles não podem ver a Tijuca.

Com efeito, essa montanha maravilhosa, coberta com um manto verde de fada, ao som de águas cantantes e de névoas esgarçadas ao sol, revela o cuidado de uma obra de arte, tanto da natureza quanto do homem.

A mata da Tijuca é uma floresta civilizada; contém espécies raras e foi plantada árvore a árvore pelo Barão d’Escragnolle, parente dos Taunay, a mando de sua majestade.

Na Cascatinha, em Paulo e Virginia, por toda a parte continuo a ouvir Alencar e Castro Alves, embora a fantasia destes chegue ao inverossímil:

“E da Tijuca na nitente espuma  
Banham-se as filhas do país do sul.”

Esse país do sul é apenas o Rio para o nortista Castro Alves.

Inverossímil, mas nunca pude ver a Cascatinha sem imaginar encobertas pelo íris que faz o sol na neblina que se levanta da cachoeira essas filhas do sul que aí vira Castro Alves. Convém que não seja o mesmo a olhos estranhos; assim é que, na Gruta Paulo e Virginia, próximo, em um bambu, mão peregrina escrevera: *Bella natureza e nada más*.

Uma vez, na Tijuca, Mário de Alencar levou-me à chácara do Werneck, onde conheci o famoso Capistrano de Abreu, que nos permitiu a Mário e a mim visitá-lo no cômodo ou porão da casa onde habitavam, sem licença de aí penetrar a família do hóspede que o abrigava.

Tive então uma visão selvagem contrastante com a realidade ambiente. Um homem alto, gordo, moreno, despido, balançando-se numa rede em casa civilizada, de família, num subúrbio elegante do Rio de Janeiro. Era o historiador em natura; não se levantou para nos acolher. Fui apresentado a Capistrano sem indumentária, e ele sem vexame de sua *toilette*. Gostava tanto do Mário que, para vê-lo, vencia a repugnância de se mostrar assim a estranho. E ficou correndo comigo em amizade, só porque era amigo do seu amigo.

Medeiros e Albuquerque é, nas suas *Memórias*, injusto com Mário de Alencar, que se opunha às vezes vitoriosamente às inconseqüências e leviandades jornalísticas que numa casa de tradição quisera Medeiros introduzir. Vêm dele todas as inconseqüências ortográficas em que estamos enleados. Não que estudos filosóficos inspirassem a Medeiros preocupações gráficas; não. Fora educado na meninice em Portugal e, como é natural, ganhara, pela ojeriza aos mestres, animosidade aos seus compatriotas. Era contra Portugal. Quisera fazer, portanto, se não a língua brasileira, um cisma dialetal. E começava pela ortografia.

Mário era a tradição. Sabia grego para ler os clássicos, sabia latim para sentir os poetas, inglês para ler e escrever, francês e italiano e outras humanidades e a sua língua portuguesa, de Manuel Bernardes a Machado de Assis, admiravelmente.

Deviam, por conseqüência, os dois representarem tendências opostas e adversárias.

Mário foi meu mestre de estética literária. Ao transbordamento enfático da mocidade opôs a simplicidade sincera da medida. Quisera ele uma expressão para tudo e só essa expressão. Seu mestre que me impôs era Flaubert, e o melhor Flaubert era para ele o da correspondência.

Costumava citar frases de Stevenson, o Flaubert inglês, dizia ele, o qual afirmava:

– Quem tiver a arte de omitir fará do número do *Times* uma *Iliada*.

A estátua está dentro do bloco de mármore. É só tirar as demasias que é a forma. Cada diamante bruto tem incluído um brilhante lapidado que é uma jóia. Da ganga do pensamento, com a arte, pode-se tirar uma idéia irreduzível, expressão exata do pensamento ou da emoção.

A sua obra é, por isso, oposta, à exuberância genial paterna.

Mário será um José de Alencar da velhice ou educado no aticismo reticente de Machado de Assis.

Daí o pouco que escreveu. Mas em que não há uma palavra, uma frase que se possam suprimir sem mutilar a página ou o livro. Mário é a sinceridade. A sua sinceridade contida, medida, definitiva. Nenhum excesso nele. Nenhuma exuberância. Por isso, por vezes, sua arte confina com a dessas flores que se chamam esterilizadas. Perderam o viço, mas não mudarão. Jean Moreas dissera de Flaubert:

– A perfeição da água destilada.

Flaubert deixou o modelo dessa arte em *Coeur Simple*, que era, para Mário, a sua obra-prima.

Não penso assim. A vida tem também sinceramente entusiasmos e exuberâncias. Mas eu, que era só entusiasmo e exuberância, aprendi com o meu amigo Mário de Alencar a ter medida, evitar ênfase, ser simples e, mesmo exuberante e entusiasta, procurar aí, apenas, o reflexo da sinceridade.

Não conheço no Brasil de meu tempo ninguém tão instruído na arte e na estética literária como Mário de Alencar. Ele tinha para isso várias literaturas a

seu alcance. Tivera o pai, o maior dos nossos escritores, e um mestre, o mais medido e definitivo homem de letras do Brasil; dele viria, compensados antagonismos, Mário de Alencar, que nem todos poderão admirar, mas que é certamente mestre de literatura, como não tivemos, como têm os países de grande cultura nos raros homens de letras que fazem da arte literária um sacerdócio que deve privar-se de parcerias equívocas.

Horácio dissera para ele: *Odi profanum vulgus et arceo*.

A Academia deu-lhe grandes desgostos; ninguém teve mais influência do que ele ao tempo de Machado e ainda depois; a razão é que, antes do prestígio que lhe deu a fortuna Alves, ela só tinha por si a dedicação de raros acadêmicos e ele era talvez esse plural.

Só Bilac iniciara para ela, graciosamente, um arquivo. Tudo mais era Mário. Dera-lhe casa, sendo Ministro Seabra; depois, dera-lhe os acadêmicos que vieram vindo; já contei como eu mesmo fui beneficiado por essa bondade. Mário levou para lá também seus médicos, Couto e Austregésilo devem-lhe isso.

Aos seus amigos permitia algumas iniciativas, assim é que João Ribeiro nos doou Alberto Faria, provinciano de Campinas que tantas irritações viria causar, desunindo a Companhia desde aí.

A eleição de Lauro Müller, à qual não pôde deixar de dar seu consentimento, porque senão Augusto de Alencar, seu irmão e ministro plenipotenciário, seria vítima, custou-lhe a inimizade de Veríssimo, que, para vingar-se, escreveu um livro de literatura nacional onde o eixo das letras nacionais deixou de passar por José de Alencar para passar por Machado de Assis.

Custou-lhe a animosidade, até depois da morte, de Medeiros e Albuquerque, porque lhe contrariara as fantasias ortográficas, impostas à Academia.

Custou-lhe a ruptura com João Ribeiro, pelo amor que pôs na candidatura de Jackson de Figueiredo.

Posso, porém, depor que ninguém, antes ou depois de Machado, quis mais bem à Academia, desinteressadamente. Era como mãe extremosa que rompia em guerra com quem lhe magoasse a filha. Daí o humor perene de sogra... acadêmica.

Fiz timbre enquanto viveu em não ter na Companhia outro voto ou opinião, senão a sua. Também por duas vezes, em assuntos apaixonados, consegui dele abandonar paixões e convicções, por meu juízo. Uma vez no caso Oliveira Lima, em que toda a Companhia estava com ele, e que só não foi excluído da Academia porque consegui fazer adiar essa exclusão para a sessão seguinte, vindo com o tempo o juízo. A outra foi na venda ou cessão da Livraria Alves aos devidos sucessores do livreiro, os seus empregados, quando indivíduos estranhos queriam apossar-se desse bem. Fiz valer o ponto de vista confidencial de Francisco Alves, ratificado pela proposta honesta de Paulo de Azevedo, a mais vantajosa e idônea que recebeu a Academia.

Devo-lhe, também, o ter sido eleito presidente da Companhia, e à minha revelia, como, doze anos antes, fora também por ele eleito, à revelia minha, acadêmico.

Conspirávamos contra as presidências demoradas que tiranizaram a Academia: Machado, benigno tirano de uma Academia sem interesses. Rui, que vem depois, e não governa, não aparece nunca e por ele dirigem os Secretários-Gerais, Veríssimo, Afonso, etc. Chega o testamento Alves, e o presidente continua distante e nem os papéis mandados a ele são assinados.

Resolvi tentar uma mudança e, numa eleição em que o mandato do grande homem era seguidamente confirmado, consegui oito votos para Alberto de Oliveira. Rui, habituado à unanimidade, mandou a sua renúncia, como eu esperava. Elegemos Domício da Gama que, volvendo do estrangeiro e ministro de Estado, nos procurava assiduamente.

Domício, rapidamente, pôs termo ao inventário Alves. Teve, porém, de partir, e em seu lugar foi feito presidente Laet, que iniciou uma série de anos administrativos, com a sua *coterie* de Ataulfo, Alberto Faria, etc.

Resolvemos conspirar por outro presidente. Lembrei Medeiros, que repugnava a Mário, mas que ele aceitou por condescender comigo. Eu seria o Secretário-Geral e assim outros. Fiz a cabala neste sentido, mas à última hora achei Medeiros empenhado com Ataulfo para mantê-lo na Secretaria-Geral. Adverti-lhe que a conspiração era principalmente contra Ataulfo e que eu era exata-

mente o apontado para substituí-lo. Medeiros não quis transigir. E eu fui obrigado a dizer-lhe que, neste caso, também não podia, diante dos meus amigos, exigir-lhe a presidência. Respondeu-me risonho que estava eleito. Pude anunciar-lhe que, a não ser que tivesse o próprio voto, teria apenas dois, um meu e o outro do Ataulfo.

Comuniquei o fato a Mário, desinteressando-me do pleito. Fui para Petrópolis no começo da sessão e só lá recebi aviso de ter sido eleito presidente da Academia. Mário e seus parciais proveram de posto a todos os da lista, excluindo Medeiros pela razão referida. Isto deve ter feito acrimônia das memórias de um sobre o outro.

Presidente da Academia, pudera ter iniciado também o meu período ditatorial. No fim do ano, porém, declarei que ônus e honra à presidência da Academia deviam caber a todos e sucessivamente, para que todos pudessem prestar a ela serviços devidos.

Consegui eleger meu substituto a Medeiros, com assentimento de Mário, e daí começou a série de presidentes anuais, Afonso Celso, Coelho Neto, Rodrigo Octavio, fundadores, não o querendo, Silva Ramos, Filinto, Alberto de Oliveira, até que iniciamos a série dos que vieram depois, Augusto de Lima, intervindo a política e as preferências em seguida, para a desordem atual.

Falta-nos Mário de Alencar para pôr ordem em casa.

Mário, último filho de grande homem, onerado de trabalhos e de paixões, já adiantado em anos e criado por mimos maternos excessivos, atravessou a vida sob o peso imenso da glória paterna.

José de Alencar impedia-lhe ser o grande escritor que seria com o seu talento, principalmente sua cultura e seu gosto, maiores do que o pai, se não fôra a perpétua desconfiança de si mesmo e o medo das comparações inevitáveis.

Produziu pouco, mas esse pouco é como o extrato concentrado de perfumes raros. Versos são sinceros e sem uma expressão demasiada. Prosa é enxuta e lapidar.

Satélite de Machado, a quem tratava carinhosamente, foi depois centro de atração de numerosos discípulos. Em torno da sua mesa de trabalho, no Ministério, depois na Biblioteca da Câmara dos Deputados, nos reuníamos, todas as tardes, os seus fiéis. Eram aí as melhores sessões da Academia; aí fazíamos a Literatura, que nunca conseguimos na outra Sociedade administrativa e pre-dial, orçamentária e eletiva.

Mário foi o grande espírito tutelar da Academia antes da fortuna. Aqueles começos difíceis de todas as coisas tiveram nele amparo e apoio. Depois ela enriqueceu e anda tonta e entontecida com a riqueza. Ainda não assentou nem a cabeça nem os modos.

## ~ João Ribeiro

Por Mário de Alencar conheci João Ribeiro, que era tido por ele em singular veneração. A seu ver, era humanista raro e raríssimo escritor. Tolerava-lhe as rabujices, que já eram muitas neste tempo, chegando àquilo que chamei o humor de mulher velha, contraditório, a que chegou.

## Pressentimentos

TRISTÃO DE ATHAÍDE

**C**reio não ser apenas qualquer sutileza literária, e ainda menos uma sofisticação crítica, fazer uma distinção entre gestação literária e geração literária. A gestação literária, evidentemente, é o período que precede à geração. Em que esta vive ainda, por assim dizer, no seio da geração a que vai suceder. Pois cada geração é o meio subconsciente em que se prepara a geração seguinte. O que marca a passagem do período intelectual gestatório ao período geracional é a data do aparecimento das suas primeiras obras. Como a fase gestacional começara com o nascimento físico dos criadores da futura ordem estética. Cada geração, portanto, nasce nas imediações dos vinte anos de idade dos seus autores. Como começa a morrer com a sua maturidade, quando aparecem os sinais de uma nova escola, de um novo estado de espírito ou de uma frustação estética, isto é, de um período árido de charneca ou de chapadão estéril.

Semanas atrás, publicava Antônio Carlos Villaça um retrospecto, o mais lúcido e completo que até agora se escreveu, sobre a de-

Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), um dos maiores críticos literários do século passado. Artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 11 de abril de 1975. Acadêmico ocupante da Cadeira 40.

nominada geração de 45, que está completando este ano seu trigésimo aniversário. Como estamos comemorando idêntica data da morte de Mário de Andrade, com a qual se encerrava o período modernista e começava o neo-modernismo. Daqui por diante começa o quarto final do século XX. Do século XX, cujo planalto central estético foi marcado pelo Modernismo. Como os 25 primeiros anos foram o prolongamento pré-modernista do último quartel do século XIX.

Será que os últimos lustros do nosso século vão apenas prosseguir na senda aberta pela geração de 45? Seria rematada ousadia querer profetizar a respeito. Se realmente for exato que uma geração nasce com vinte anos e a publicação das primeiras obras dos seus autores, não podemos senão admitir um outro sinal promissor ou despromissor sobre os futuros aspectos de nossas Letras e Artes, que tão fortemente marcaram e estão marcando o centro do século, a despeito de tudo o que há de adverso, na falta de liberdade criadora do regime político em curso. Pois, como se vê no retrospecto citado, a safra da geração de 45, iniciada com Lêdo Ivo, em poesia, e possivelmente encerrada com obras em prosa do mais alto teor literário, como *Sinos da Agonia*, de Autran Dourado, não foi inferior à de 22, em suas linhas gerais. Será que o próximo futuro nos reserva uma surpresa agradável? Ou uma frustração?

Como o meu pequeno barco de navegador solitário anda longe das praias literárias e agitado pelas ondas tempestuosas do policialismo autoritário, não ouço nenhuma voz proclamando “que o grande *Pan* está morto”, como ouviram os navegantes das praias helênicas e tanto impressionou a Nietzsche. Posso, quando muito, alvitrar que estamos em terreno fronteiriço, como em 1922 ou em 1945. Assim como o gênio é o território medianeiro entre a saúde mental e a loucura, a Poesia (em sentido croceano da expressão, que supera o plano do verso propriamente dito) é a linha divisória entre o caos e o cosmos em matéria de inteligência criadora. Ora, o vento que sopra em minha vela de alto-mar me sussurra aos ouvidos que, assim como o advento da geração de 45 foi a passagem poética do caos ao cosmos, o da geração de 75 vai ser a passagem do cosmos ao caos.



Manuel Bandeira, Agripino Grieco e Alceu Amoroso Lima.

A transição, em 45, viera com a poesia de um João Cabral de Melo Neto, de um Lêdo Ivo, de um José Paulo Moreira da Fonseca, de um Geir Campos, ou com a prosa de Clarice Lispector, de um Fernando Sabino, de um Otto Lara Resende, de um Antonio Callado, sem falar do maior de todos eles, João Guimarães Rosa. Todos eles representam, de certo modo, uma reação de disciplina intelectual contra os exageros do libertarismo estético. Será que, realmente, estaremos em face de uma reação oposta? Dir-se-á que estou fazendo apenas

uma extrapolação arbitrária. Não nego. Apenas pressinto, sem prejulgar. Pressinto, antes de tudo, que, ao contrário do que sucedeu em 45, está havendo uma revolução, como em 1922, e não uma evolução, como em 1945. Em 22, houve a primeira transição da fase gestacional do Modernismo, isto é, o pré-modernismo, para a sua fase geracional e central. Esta iria dar as grandes figuras marcantes do planalto.

Em 45 não houve uma revolução estética como em 22, mas apenas uma transmutação de processos criadores, representada por uma volta ao clássico. Pois bem, o que pressinto nesta nova geração de 75, como advento da fase final do pós-modernismo, é uma volta ao romantismo, à liberdade, ao instinto criador. E particularmente ligado à revolução social que se processa, de modo patente ou latente, em todo o mundo, sem excluir a reação contra o nosso autoritarismo institucional. Do ponto de vista estético, é uma nova revolução antiformalista. E, com isso, uma ruptura com a geração de 45. Esta ainda se prendia à geração de 22, como sendo apenas o seu desdobramento. A geração de 75 me parece nitidamente hostil àquelas preocupações de ordem, de disciplina, de certo neoclassicismo, de cristalinidade de expressão que havia, de certo modo, marcado a originalidade da geração de 45.

O que agora se começa a ler de jovens totalmente desconhecidos, em alguns novos suplementos literários ou em publicações inéditas, mais ou menos clandestinas, são clamores de novas libertações, de novas revoltas, de novas condenações, de novos repúdios aos predecessores, ao contrário do que sucedera com a mutação pacífica de 45. Os novíssimos estão com os olhos voltados para frente, já para o século XXI, sem que aliás se possa ainda determinar ou indicar qualquer revelação. Quando muito, se pode prever em poesia uma espécie de novo Surrealismo. E, em prosa, um realismo violento, com a preocupação das novas transmutações sociais. Por tudo isso é que acredito estarem os novos de 75 muito mais perto dos de 22 que dos de 45. Basta pensar no prestígio atual de Oswald de Andrade.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS  
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Nelson Pereira dos Santos
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Hélio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Afonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	José Mindlin
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

*Petit Trianon* – Doado pelo governo francês em 1923.  
Sede da Academia Brasileira de Letras,  
Av. Presidente Wilson, 203  
Castelo – Rio de Janeiro – RJ



COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10.5/16 PT.



